

SAPIENS UNILASALLE 2022

Anais SAPIENS

A UTOPIA DO SÉCULO XXI:
A EDUCAÇÃO E A CIÊNCIA EM PROL
DA PAZ E DA SUSTENTABILIDADE

Volume II

Universidade La Salle

Reitor: *Cledes Antonio Casagrande*

Vice-Reitor: *Euclides Casagrande*

Pró-Reitor de Administração: *Vitor Augusto Costa Benites*

Pró-Reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: *Márcio Michel*

Conselho da Editora Unilasalle

Márcio Michel, Cássio Cassel, Cristiele Magalhães Ribeiro,

Michele Kreme, Ricardo Figueiredo Neujahr

Editor

Ricardo F. Neujahr

Projeto gráfico: Editora Unilasalle

Equipe Formatação

André Gabriel Beneduzi, Charlene Bitencourt Soster Luz,

Gérson Luís da Rosa Teixeira, Idio Fridolino Altmann,

Louise de Quadros da Silva, Marlete Teresinha Gut,

Masaaki Alves Funakura, Tatiani Prestes Soares

Equipe Revisão

Fernanda Cristina Brenner, Gabriela Bieger Reyes, Liliane Kolling, Patrícia Rodrigues de Almeida,

Priscilla Rosa Farias, Solane Cristina Felicetti Santin, Sueli Schabbach Matos da Silva, Laiza Karine Gonçalves,

Mariana Pinkoski de Souza, Marcos Rogério dos Souza, José Lucas Marques Duarte

Equipe Revisão final

Louise de Quadros da Silva, Idio Fridolino Altmann

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U58 Universidade La Salle. Semana Acadêmica (1. : 2022 : Canoas, RS).
SAPIENS [recurso eletrônico] : Semana Acadêmica de Pesquisa, Inovação e
Extensão : Volume 2. – Dado eletrônicos – Canoas, RS : Ed. Unilasalle, 2023.

Modo de Acesso: <https://drive.google.com/drive/folders/1TJmacTxmEjncrOhajogo18lxXmZUg_th?usp=drive_link>

ISBN: 978-65-5441-085-4

1. Pesquisa científica. 2. Iniciação científica. 3. Eventos. 4. I. Título.

CDU: 001.891(063)

Bibliotecária responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

Editora Unilasalle

Av. Victor Barreto, 2288 | Canoas, RS | 92.010-000

<http://livrariavirtual.unilasalle.edu.br>

editora@unilasalle.edu.br

SAPIENS UNILASALLE 2022

Anais SAPIENS

A UTOPIA DO SÉCULO XXI:
A EDUCAÇÃO E A CIÊNCIA EM PROL DA PAZ E DA SUSTENTABILIDADE

VOLUME II

APRESENTAÇÃO

Desde 1998, a Semana Científica da Universidade La Salle, a SEFIC, reúne pesquisadores, iniciantes e experientes, que buscam soluções para os problemas da atualidade por meio de pesquisa e inovação. Nas últimas edições vimos lado a lado estudantes de ensino médio, graduação, mestrado, doutorado, pesquisadores e professores da Universidade La Salle e de outras instituições. Foram milhares de participantes, centenas de trabalhos apresentados e dezenas de menções honrosas. E como a evolução faz parte da pesquisa, a Universidade La Salle resolveu incorporar ainda mais inovação e diálogo com empresas e comunidade. Nesse sentido, em 2022 nasceu a Semana Acadêmica de Pesquisa, Inovação e Extensão (SAPIENS).

A SAPIENS tem como objetivo criar um ambiente fluído de compartilhamento de conhecimento, experiências, ideias, iniciativas e construção de soluções para problemas reais, fomentando a formação de sujeitos críticos reflexivos e atuantes em prol do progresso de nossa comunidade. Conecta a Universidade, o mercado e as comunidades nas quais nos inserimos, promovendo debates, provocando problematizações, despertando a curiosidade de cada uma e cada um de nós em relação a contextos e questões que atravessam nossa sociedade, tendo a inovação como eixo transversal e a coletividade como um valor que sustenta esse projeto.

Os organizadores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
A AÇORIANIDADE NA LITERATURA REGIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA	8
A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA CULTURA NOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE OPERACIONAL DO SESC SÃO LEOPOLDO/RS	16
A MEMÓRIA DE MINHA ESCOLA: ESTUDO EM MEMÓRIA COLETIVA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MELEIRO	23
A MEMÓRIA E AS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS E INSTITUCIONAIS NO FORO DE TORRES/RS	27
A REFEIÇÃO GASTRONÔMICA FRANCESA NO PATRIMÔNIO IMATERIAL MUNDIAL DA UNESCO E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA	32
AS CULTURAS JUVENIS DIGITAIS E A LEITURA ENTRE JOVENS ADOLESCENTES	36
AS EXPERIÊNCIAS, MOTIVAÇÕES E MEMÓRIAS NAS ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE CAPTAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE PÚBLICO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS	44
DANÇA AFRO-BRASILEIRA: MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE, CORPO E CONTEMPORANEIDADE	51
ESPAÇOS DE CULTURA E DE MEMÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL	59
TEMPOS DE ESCUTAR: PERCUSSÕES E APRENDIZADOS MUSICAIS COM BASE NA CULTURA MOÇAMBICANA	66
MANSÕES E SUAS SENZALAS NO BRASIL DE 2022: UM PODCAST REAVIVANDO O DEBATE SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO	73
MEMÓRIA AMBIENTAL URBANA EM PORTO ALEGRE E CANOAS	80
MEMÓRIA AMBIENTAL: UM OLHAR SOBRE A PAISAGEM URBANA A PARTIR DE ÁRVORES CENTENÁRIAS	87
MEMÓRIA DE UMA TRAJETÓRIA DE TRANSIÇÃO DE UMA ESCOLA COMUNITÁRIA PARA UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ESTEIO/RS	90
MEMÓRIA SOCIAL, CULTURA HISTÓRICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A EXPANSÃO DAS REDES DE APOIO NORTE-AMERICANAS NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XX	93
MEMÓRIAS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA CIDADE DE BALNEÁRIO GAIVOTA	98
MEMÓRIAS DA INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL DE BALNEÁRIO GAIVOTA-SC	102
MEMÓRIAS DE GESTÃO DO AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA	104
MEMÓRIAS DOS POEMAS LOCAIS DE MARIA LEOFRÍSIO URBANO FRANCISCO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA	109

MODOS DE VIDA DE UMA COMUNIDADE ESCOLAR ATRAVÉS DOS TEMPOS	116
MUSEU DA CULTURA POP (MOPOP) E SUAS RELAÇÕES ENTRE DESIGN E AS DIMENSÕES CULTURAIS	123
O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL	131
PERSONAGENS DA DIVERSIDADE: MEMÓRIAS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO REPRESENTADA NAS NOVELAS DAS NOVE DA GLOBO	135
RELENDOS CONTOS DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA SOB A ÓTICA DA MEMÓRIA E OBJETOS	143
Sobre Autores	154

A AÇORIANIDADE NA LITERATURA REGIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA

Luciana Costa Martinelli

Cleusa Maria Gomes Graebin

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar, a partir do conceito de açorianidade, as produções literárias do Sul de Santa Catarina tendo como referencial a obra “O Fantástico na Ilha de Santa Catarina” de Franklin Cascaes, transpondo-as para a sala de aula da Educação Básica.

Especificamente, busco: trabalhar a literatura local e regional com estudantes da Educação Básica; oferecer-lhes a oportunidade de entrar em contato com um autor que se constituiu como sujeito histórico relevante na construção de determinado discurso sobre a gênese de elementos culturais, rememorados de geração em geração, os quais constroem atributos da chamada açorianidade, ou seja, identidade atribuída aos catarinenses remetendo à chegada e ocupação de parte do território de Santa Catarina por ilhéus vindos das ilhas do arquipélago dos Açores durante o século XVIII.

A literatura, especialmente a produzida por Franklin Cascaes, que reuniu contos fantásticos com expressões peculiares dos açorianos, propiciou um reconhecimento identitário entre os habitantes do Sul de Santa Catarina. Carregados de crendices, rezas, benzeduras, bruxas, boitatás e lobisomens, fazem-nos transcender numa viagem na qual o imaginário se aglutina com lembranças narradas por gerações durante décadas. Registradas entre 1946 e 1975, reproduzem traços do inconsciente popular na área da fantasmagoria, relatando casos de crenças em bruxas, a cujos malefícios, sujeitos de muitas gerações debitaram a agressividade de fenômenos naturais, deficiências na área da saúde e anomalias hereditárias. Cascaes valeu-se, amplamente, de diálogos travados entre falantes analfabetos ou semi-alfabetizados do século XX.

Nessas narrativas, escritas entre 1946 e 1975, demonstra traços do inconsciente popular na área da fantasmagoria, relatando casos dramáticos de crenças em bruxas, a cujos malefícios certos grupos sociais de muitas gerações debitaram a agressividade de fenômenos naturais, deficiências na área da saúde e anomalias hereditárias. Para os relatos, Cascaes se vale amplamente de diálogos travados entre falantes analfabetos ou semialfabetizados do século XX. Ele se empenhou por reproduzir os principais traços do falar dos açoriano- Catarinenses.

Os textos revelam que Cascaes foi observador atento dos aspectos culturais de sua gente. Ele soube tratá-la com criatividade e esmero e produziu textos portadores de traços sociológicos, linguísticos e literários de grande interesse e capazes de cativar o leitor. Vale lembrar que todo o acervo deixado pelo artista encontra-se hoje no Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da UFSC, numa coleção que leva o nome de sua esposa, a Professora Elizabeth Pavan Cascaes.

Este artigo apresenta uma pesquisa que se caracteriza como qualitativa, com abordagem descritiva e interpretativa subsidiada nas teorias referentes aos estudos sobre memória social, memória individual, coletiva e afetiva, memória institucional e literatura catarinense. Sendo assim, traremos o aporte de alguns teóricos: Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1992), Antônio Cândido (2000), Celestino Sachet (2012), Stuart Hall (2005), Costa (1997), Andrade (2002), que fundamentam este trabalho.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL / INSTITUIÇÃO

A obra utilizada como referencial é “O Fantástico na Ilha de Santa Catarina” de Franklin Cascaes. Essa tangibilidade entre o imaginário e o irreal com as memórias oriundas da colonização açoriana é o grande movimento para o início do estudo da Literatura na sala de aula. Conforme Cândido (2000, p. 68), “a literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a [...]”.

Nesta perspectiva, o autor, por meio de sua literatura, lança o seu olhar sobre o mundo que está inserido, ativado por suas apropriações pessoais e culturais, com interferências das relações coletivas. Assim, é importante conhecer um pouco da história da colonização açoriana no Sul de Santa Catarina ligadas a essas memórias.

Durante o período das Grandes Navegações e da ocupação da América, o Sul do Brasil era um território que não se sabia ao certo a quem pertencia, a Portugal ou à Espanha. Tudo porque o famoso Tratado de Tordesilhas, firmado entre Portugal e Espanha em 1494 e que, hoje sabemos, passaria ao Norte pela Ilha de Marajó e ao Sul pela cidade de Laguna, em Santa Catarina, nunca fora estabelecido de fato.

Até meados do século XVII, poucas foram as tentativas de povoamento do Sul do Brasil. No século XVIII, as divergências entre Portugal e Espanha acerca da soberania sobre as terras da América chegaram ao seu auge, culminando no Tratado de Madrid, de 1750, calcado no princípio do “*Uti possidetis*”, ou seja, a Coroa que ocupa efetivamente a terra, através de seus súditos, têm direito a ela.

Figura 1 e 2: mapas com a distância entre o Arquipélago dos Açores e Santa Catarina



Fonte: <<https://www.ides-sc.org.br/post/presencaacoriana#>>.

Entre 1748 e 1756, de acordo com NUNES (2018, p. 92) foram transportados cerca de 6 mil colonos do Arquipélago dos Açores para o sul de Santa Catarina, na maior mobilidade humana com o propósito de povoamento dentro do império português. Embarcaram homens, mulheres e crianças no Porto de Angra, na Ilha Terceira, com destino a Santa Catarina. Foram 14 viagens, realizadas por 6 navios diferentes. Cerca de 280 pessoas morreram na travessia. “Miseráveis, analfabetos, esquecidos e largados à sua própria sorte e que, mesmo assim, com dignidade construíram o futuro e deixaram a sua herança e todo um imaginário enraizado que se reproduz e se expande pelo Sul do Brasil” (NUNES, 2018, p. 92).

A ocupação dos paulistas ou vicentistas, como eram chamados, era muito fraca. Algumas centenas de pessoas espalharam-se pelo litoral catarinense. Em 1739, a Coroa portuguesa criou a Capitania de Santa Catarina, desmembrando-a de São Paulo. Foi seu primeiro governador, o Brigadeiro José da Silva Paes que, de imediato, começou a construir as fortalezas da Ilha de Santa Catarina (Anhatomirim, Ponta Grossa e Ilha de Ratones). Silva Paes trabalhava nos Açores e estava ciente das dificuldades de subsistência que aquela população enfrentava para se manter no arquipélago.

Depois os imigrantes e seus descendentes expandiram-se para toda a faixa litorânea do estado. O contato,

sobretudo via marítima, com gente de outras regiões, levou-os a abraçar amplamente sua cultura. Mas, ainda hoje, os nativos do litoral sul apresentam traços culturais (em especial linguísticos) que são diferentes dos traços das regiões circunvizinhas e que devem ser creditados aos açorianos.

Uma destas localidades é a comunidade de Hercílio Luz e Ilhas que possuem diversas características açorianas em sua cultura, destacando-se a pesca, o artesanato, a culinária, as festividades e a religião. Quase três séculos se passaram após a vinda desses imigrantes, que determinaram a nossa organização política, a língua, a religião predominante, os hábitos alimentares, nosso modo de vestir, usos e costumes.

Segundo Paulo Hobold, em sua obra “A História de Araranguá”, ocorreram três núcleos de colonização açoriana e a cidade de Araranguá estaria entre eles:

[...] a fixação gradativa dos açorianos no litoral catarinense em mais dois estágios, a saber, núcleo secundário e núcleo terciário. Os núcleos secundários, em que se incluem Araranguá e diversas outras vilas mais antigas, ocorreram entre 1760 e 1880, sendo resultado natural da ocupação de novas terras e crescimento populacional da região. Já os núcleos terciários, ocorreriam desde 1882, à fixação de descendentes em diversas freguesias e povoações.¹⁸ Nesta época, Araranguá já era referência conhecida e aos poucos, também recebeu descendentes destes imigrantes, que ajudaram a formar as primeiras sementes familiares e a implementar uma cultura própria, que somada às de outros colonizadores forjaram a base cultural araranguense (HOBOLD, 2005, p. 128).

3 ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ESPAÇOS DE CULTURA E DE MEMÓRIA

Segundo Pierre Nora (1993), historiador francês, o conceito de “espaço de memória”, em todos os sentidos da palavra, pode variar desde o objeto mais material e concreto, localizado geograficamente, até o objeto mais abstrato e intelectualmente construído. Pode, portanto, ser um monumento, uma personagem, um livro, um museu, um arquivo, ou mesmo um símbolo, um lema, um evento ou uma instituição. No entanto, um objeto só constitui um lugar de memória a partir do momento em que “escapa do esquecimento e uma comunidade o reinveste com seus afetos e suas emoções” (NORA, 1993, p. 7), referenciando-se a uma história coletiva.

Assim, uma obra literária materializada em um livro configura um excelente espaço de memória porque tem ou adquiriu a função de alicerçar memórias coletivas. São lugares simbólicos onde essa memória coletiva se expressa e se revela.

Maurice Halbwachs, em seu livro póstumo *Memórias Coletivas* (2013), publicado em 1950, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Assim que evocamos juntos diversas circunstâncias de que cada um de nós lembramos (e que não são as mesmas, embora relacionadas aos mesmos eventos), conseguimos pensar, nos recordar em comum, os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade, porque não estamos mais sós ao representá-los para nós. Não os vemos agora como os víamos outrora, quando ao mesmo tempo olhávamos com os nossos olhos e com os olhos de um outro (HALBWACHS, 2013, p. 29-30).

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Segundo Michael Pollak (1992, p. 201-202), em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo lugar, os vividos pelo grupo. Além desses acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens, e pelos lugares da memória. Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem ser reais ou tratar da projeção e transferências que podem ocorrer dentro da organização da memória individual ou coletiva. Conforme Pollak (1992, p. 204), a memória é um fenômeno construído consciente ou inconscientemente.

Pode-se dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidades, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Para Pollak (1992), os acontecimentos vividos pelos indivíduos irão formalizar uma constituição individual da memória, justamente com os “vividos por tabela”, ou seja, o que para ele correspondem aos acontecimentos desencadeados pelos grupos a que as pessoas pertencem.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 200).

Nessa perspectiva, o livro “O Fantástico na Ilha de Santa Catarina” traz nos contos uma familiaridade identificada pelos descendentes açorianos, mesmo que no decorrer dos tempos essas histórias tenham se transformado ou adquirido novos elementos ou “informações”. São memórias coletivas que ganham vida com o imaginário individual se reinventando a cada geração.

Nas narrativas, escritas entre 1946 e 1975, Cascaes reproduz traços do inconsciente popular na área da fantasmagoria, relatando casos dramáticos de crenças em boitatás, lobisomens, negrinho do pastoreio e saci-pererê, mas sobretudo em bruxas. Para os relatos, ele se vale amplamente de diálogos travados entre falantes analfabetos ou semialfabetizados do século XX. Ele se empenhou por reproduzir os principais traços típicos do falar dos açoriano-catarinenses então nascidos na Ilha: fonéticos, morfossintáticos e léxico-semânticos. Nesse gênero ele foi pioneiro e alcançou sucesso, como evidencia o significativo número de edições da obra. É através da fala, representando o açoriano-catarinense que Franklin evidenciou uma identidade genuína, própria, dos falantes da comunidade de Desterro.

Conforme Hall (2016, p. 18), “a linguagem é um dos meios através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura”. Sendo assim, é através da linguagem que damos sentidos às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são elaborados. Nos últimos anos, a palavra “cultura” passou a ser utilizada para se referir a tudo o que seja característico sobre o “modo de vida” de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social. Por outro lado, a palavra também passou a ser utilizada para descrever os “valores compartilhados” de um grupo ou de uma sociedade.

O conceito de identidade passa por um processo de construção identitária em que o indivíduo na relação com um grupo em que se encontra, passa a sentir-se pertencente a ele, apropriando-se de suas crenças e de seus valores. Segundo Hall (2005, p. 38), “a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”.

A literatura, como um sistema de representação, se utiliza de “códigos culturais” (sons, palavras, expressões) para construir significados e dar sentido àquilo que queremos dizer e para expressar ou transmitir um pensamento, um conceito, uma ideia ou um sentimento. Conforme Sachet (2012, p. 09), “a identidade entre os produtores da literatura dos catarinenses, segundo os aspectos físicos do território, está marcada por diversidades assemelhadas que podem apresentar como eixos agrupados a geografia, a etnia, a economia e a cultura”.

A literatura regional de Franklin Cascaes traz traços de historicidade cultural, mas ao mesmo tempo uma

liberdade na construção de seus contos. Da mesma forma a literatura, que tem uma maior autonomia em relação à história. Como suporte produtor de memórias, à literatura é permitido adivinhar os silêncios, os desvios e as lacunas, propositais ou não, da escrita historiográfica. Por apostar no dilema e no paradoxo, o discurso literário abdica da totalidade. Por isso, falhas e rasuras não podem ser vistas como “erros”, mas como instrumentos sem os quais o discurso literário não se construiria em sua ambiguidade e polissemia.

O livro materializado carrega com ele as riquezas das palavras escolhidas e distribuídas, a disposição dos contos, os desenhos representativos que Cascaes faz personificando cada estória bem contada e, para os amantes em literatura, o cheiro da folha do papel, que faz aflorar a memória afetiva do momento da contação. Tudo isso guardado ali, na estante da sala.

4 ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Pensando como se dá o fenômeno da memória, no contexto institucional, é preciso entender o que vem a ser instituição. As instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem no seio da sociedade e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer.

Na mitologia grega, *Mnemosine* é a deusa grega da memória. É uma das titânides, que incorporam o grupo de divindades primordiais gregas, filha de Gaia (a Terra) e Urano (o Céu). Os mortos que bebessem da água do seu poço relembavam suas vidas. É a deusa que opera as engrenagens do esquecimento e da lembrança.

É nessa perspectiva mítica de *Mnemosine*, que as memórias culturais dos açorianos se coadunam com as obras de Franklin Cascaes, nesse movimento de lembrança e esquecimento preenchidos com o imaginário popular durante décadas e reunidos nas suas produções artísticas. Essas, reconhecidas e constantemente expostas para o público.

Diante desse cenário, surge a preocupação de preservar tudo o que foi produzido. E, por intermédio do então historiador Gelci José Coelho, conhecido também como Peninha, iniciam-se as tratativas junto a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a acomodação de todo o acervo de Franklin Cascaes. Nereu do Vale Pereira, que havia sido aluno de Cascaes no ano de 1942, e por quem nutria grande admiração por se dedicar aos hábitos e costumes populares dos portugueses, em especial ao povo açoriano, também auxiliou a mediar a transferência do acervo para a UFSC juntamente com Peninha, tornando esse movimento viável. No ano de 1974, por intermédio de um convênio entre a Prefeitura de Florianópolis e a UFSC, Cascaes passou a atuar no Museu Universitário de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral e seu acervo transferido para lá, recebendo oficialmente o nome de “Acervo Elizabeth Pavan Cascaes,” em homenagem a sua esposa, no ano de 1981, onde se encontra até os dias atuais, compondo a memória dessa instituição.

Thiesen Magalhães Costa (2013), ao tratar sobre memória institucional em sua tese de doutorado *Memória institucional*, afirma que a relação da instituição com a sociedade “reflete as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneira de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamento, etc.” Onde mostra a importância de se ter registro, uma memória. Assim sendo, o “Museu da UFSC”, ao tomar a decisão de trazer todas as produções artísticas e todas as pesquisas de Franklin Cascaes sobre a colonização do povo açoriano no sul de Santa Catarina, traz para si o compromisso de resguardar e preservar a memória e a cultura dessa gente. Tal como um guardião responsável em dar e prorrogar a vida aos acervos que se encontram no museu.

Costa (1997, p. 282) define “[...] a memória como um elemento primordial no funcionamento das instituições”. É por meio da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade [...]. Diante dessa

tessitura, é importante conhecer um pouco sobre a trajetória do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina (MARQUE/UFSC). Segundo o site da UFSC, o museu tem sua origem no Instituto de Antropologia, criado em dezembro de 1965. Até 1968 este Instituto funcionava junto ao Curso de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da UFSC. Em 29 de maio desse mesmo ano foi inaugurada a sede própria do Instituto de Antropologia o qual era composto pelas divisões de Arqueologia e Antropologia Física e Cultural.

A Reforma Universitária, implantada na UFSC na década de 1970, implicou a transformação do Instituto de Antropologia em Museu de Antropologia. Esta alteração na nomenclatura não afetou o exercício das atividades de pesquisa que continuavam sendo prioritárias, porém tendo que assumir definitivamente a exposição do acervo, atendendo aos objetivos: extensão e ensino. Em 1978, o Museu de Antropologia é transformado em Museu Universitário.

A partir desse momento, o Museu passa a ser uma instituição voltada exclusivamente para a guarda de acervo. Em 1991, após ampla discussão interna, foi formado o Corpo Técnico-Científico que elaborou o novo regimento interno objetivando, a priori, sedimentar o tripé pesquisa, ensino e extensão como forma de atuação de um Museu com um caráter eminentemente antropológico. Em maio de 1993, o Museu completou vinte e cinco anos de existência e passou a ser denominado Museu Universitário “Oswaldo Rodrigues Cabral”, em homenagem a seu idealizador, fundador e primeiro diretor.

Para Andrade (2002, p. 56), o objeto das investigações macro institucionais são os processos de institucionalização que visam aos ambientes “exógenos” da organização, que reforçam sua legitimidade e sobrevivência. Na Universidade UFSC, esta abordagem interessa à análise dos ambientes voltados às atividades-fim, tal como o Museu Universitário.

E garantindo sua legitimidade e sobrevivência, no ano de 1979, o Museu da UFSC, por intermédio de Peninha (museólogo e historiador), iniciou um intenso processo de seleção das histórias contadas por Franklin Cascaes para a publicação do livro “O fantástico na Ilha de Santa Catarina”, que reúne 14 contos e alguns dos desenhos feitos por Cascaes, onde a linguagem do texto chamou atenção, fugindo da linguagem formal e trazendo aos leitores o modo peculiar dos antigos habitantes da capital catarinense se comunicar. Atualmente, a obra foi ampliada para 24 histórias, sendo referência na literatura catarinense. Inicia assim, a importância do compromisso do Museu universitário com os açoriano-catarinenses para que as gerações posteriores tivessem contato com a cultura memorial representada pela literatura.

Para Thiesen, a imagem pessoal e do outro formam a Memória Institucional, pois as instituições em si não possuem memória, são os sujeitos que a constroem, eles a validam coletivamente como bem social, pois experiências, ações e conquistas em benefício da construção da sociedade institucionalizam-na e a perpetuam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo objetivou analisar de que maneira o escritor Franklin Cascaes contribui para a revitalização da historicidade e identidade cultural do sul de Santa Catarina por meio da memória coletiva do ilhéu e de suas próprias memórias afetivas contidas nos contos de seu livro *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*, tornando sua literatura um patrimônio imaterial da cultura açoriano-catarinense.

Percebe-se na pesquisa a importância de trabalhar a literatura local e regional na sala de aula da Educação Básica. Despertando, no educando, um pertencimento à obra, em contato com suas raízes e busca de sua identidade

por intermédio da cultura, da vivência e das memórias que nos foram passadas de geração em geração, ao longo desses 270 anos da vinda dos açores para o sul do Brasil.

Foi possível perceber na contextualização do local, um pouco da história da vinda dos colonos do Arquipélago dos Açores para o sul de Santa Catarina, passando pela região de Laguna até a freguesia Nossa Senhora Mãe dos Homens, hoje Araranguá. Um povo que veio em busca da terra prometida trazendo algumas ferramentas, mas aqui nada encontrou além de um lugar vazio pronto para ser desbravado. Em Hercílio Luz, na comunidade de Ilhas ganham a vida com a pesca e o artesanato. Conhecer a construção da identidade através das memórias coletivas e afetivas contadas na literatura de Franklin Cascaes é preencher um espaço antes desconhecido e agora se descortinando numa leitura divertida e cultural.

Na urdidura entre memória social, memória coletiva e individual, tecemos sobre espaço de cultura e memória e o livro *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*, à luz dos teóricos, entendendo que a obra literária é um lugar de memória e de construção de identidade. Maurice Halbwachs, já havia mencionado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Verificou-se que, por meio das histórias contadas nessa obra, Cascaes não está apenas interessado na presença açoriana, mas na busca da identidade cultural que permeia as crenças, benzeduras e figuras mitológicas. Ao apresentar uma narrativa fantástica, ele nos remete às estórias contadas pelos avós de geração a geração, aflorando emoções, senso de pertencimento, conceitos e ideias, buscando as origens açorianas nos colonizadores.

Relacionamos, também, a memória institucional com o Museu Universitário da UFSC onde estão as obras do escritor Franklin Cascaes e de onde foram selecionados os contos para serem publicados no livro *O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*. Conhecemos a trajetória e as transformações pelas quais o museu passou e todos os caminhos que levaram a manter todo o acervo de Cascaes nesse museu.

Por fim, entendemos que o conjunto de pesquisa e os traços literários do autor resultaram numa perfeita combinação entre a história da colonização açoriana e as memórias contadas por eles preenchidas pelo imaginário ao longo dos anos. Essa combinação traz uma literatura divertida e ao mesmo tempo carregada de identidade com nossos descendentes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. F. de. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de institucional. **Revista de Comunicação e Cultura**, Portugal, n. 3, p. 49-64, 2002. Disponível em: <<https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/623>>.

CASCAES, F. **O Fantástico na Ilha de Santa Catarina**; seleção de Gelci José Coelho, Dulce Maria Halfpap, Bebel Orofino Schaefer, estudo dialetológico por Oswaldo Antônio Furlan. 3. ed., Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. v. 2.

CÂNDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

COSTA, I. T. M. Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. **Tese** (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/686/1/icleiacosta1997.pdf>>.

FERREIRA, S. L. Vinda dos açorianos para Santa Catarina: migração, povoamento, ocupação, colonização ou epopéia?. 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

HOBOLD, P. A **História de Araranguá**. C. atualizada por Alexandre Rocha. Araranguá. [s. e.] 2005.

HALBWACHS, M. A **memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Puc-rio, Apicuri, 2016.

HESÍODO. **Teogonia**. Niterói: EdUFF, 1996.

NORA, P. (Org.). **Les lieux de mémoire – La République**. Paris: Gallimard, 1984.

PEREIRA RAMOS, D. C. M. **Memória e Literatura**: contribuições para um estudo dialógico. **Linguagem em (Re) vista**, Niterói, v. 11/12, p. 92-104, 2011. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/linguagememrevista/11/07.pdf>>.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>.

SACHET, C. A **Literatura dos catarinenses**: espaços e caminhos de uma identidade: poema, prosa, teatro. Florianópolis: Unisul, 2012.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. 312p.

A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA CULTURA NOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE OPERACIONAL DO SESC SÃO LEOPOLDO/RS

Andrea Guedes

Rute Henrique da Silva Ferreira

Moisés Waismann

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social do Comércio (SESC) ao longo de sua história tem se dedicado na promoção da qualidade de vida e ao bem-estar social do trabalhador, e uma das linhas de atuação da qual tem se utilizado em destaque é a cultura, através da atuação na área com equipamentos culturais com capilaridade nacional, a entidade se transformou ao longo do tempo num dos principais fomentadores da cultura no Brasil com uma estrutura de 119 Teatros, 40 Cinemas, 53 Galerias de Arte e 19 Centros Culturais, já no estado do Rio Grande do Sul são 11 teatros com toda infraestrutura necessária para receber apresentações artísticas de dança, teatro e música. No estado existem 51 Unidades Operacionais, uma delas está localizada no município de São Leopoldo, na Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo uma das cinco que tem vocacionamento para cultura, contribuindo no contexto da arte de forma efetiva através de uma grade de ações artísticas culturais em prol da comunidade local. No ano de 2022 a Unidade Operacional São Leopoldo/RS, que contempla os municípios de São Leopoldo/RS, Sapucaia do Sul/RS, Portão/RS, Capela de Santana/RS, São Sebastião do Cai/RS, Harmonia/RS, Tupandi/RS e Bom Princípio/RS recebe a sua nova sede que conta com um teatro com uma área de plateia de 214,90m² e palco de 113,56m², com capacidade para 270 pessoas. Sabe-se que para este equipamento cultural possa ter seu uso maximizado é necessária uma articulação com a comunidade local, neste sentido este artigo tem por objetivo verificar a estrutura institucional municipal da cultura na área de abrangência da Unidade Operacional São Leopoldo no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, recorre-se à pesquisa documental, que tem como fonte a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do ano de 2018, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo contribui para otimizar e ampliar a articulação com a região ao mesmo tempo que conhece a realidade de cada um dos municípios que compõem a Unidade Operacional, auxiliando na atuação das atividades nas diferentes linguagens da cultura, validando a missão da entidade que é promover o bem-estar das comunidades onde atua. Com vistas às formas de mediação entre cultura e sociedade, bem como no diálogo entre produção e recepção, fatores estruturantes de sua Política Cultural, que se compreende como um conjunto organizado de ações.

2 SOBRE A MEMÓRIA-IDENTIDADE E CULTURA

Santos (2006) que define a Cultura como uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é “algo natural”, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. É uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da

opressão e da desigualdade” (SANTOS, 2006, p. 45).

Para Bosi (2010), a cultura pode ser conceituada sob vários ângulos. Dessa forma, teríamos que escolher uma perspectiva para abordar. No entanto, o mais significativo aqui é abordá-la do ponto de vista múltiplo das manifestações humanas, ou seja, não existe uma cultura homogênea, principalmente quando se trata da brasileira. Aliás, “a admissão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um “efeito de sentido”, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço”, argumenta o crítico (BOSI, 2010, p. 7, grifo do autor).

Essas manifestações e vivências culturais se encaixam diretamente no campo da Memória através dos momentos vividos. Halbwachs (2006) foi o primeiro autor a cunhar o termo Memória Coletiva – a memória como um fenômeno social, uma reconstrução (e não conservação) do passado a partir dos quadros sociais presentes. Em 1925, a partir de quadros sociais da memória, o autor postula: nós nunca nos lembramos sozinhos; a memória se esvai quando nos afastamos do grupo que estava com ela. Sem este suporte social que confronta a nossa consciência com as memórias de outros, toda recordação se faz impossível. Como demonstra Halbwachs (2006), nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história coletiva. Entre os exemplos dessas narrativas coletivas estão os eventos Aldeia Sesc Capilé, Feiras de Livros e Natal Sinos, realizados anualmente, consagrados na comunidade e com uma produção de atendimento anual em torno de 40 mil pessoas. A grade cultural do SESC São Leopoldo/RS é composta por ações em artes cênicas (Aldeia Sesc, Mostras de artes cênicas, Palco Giratório, Rio Grande no Palco, Sesc Circo, Teatro a Mil, Sesc Dramaturgia), Música (espetáculos, oficinas), Literatura (Arte da Palavra, Feiras de Livros, Sesc Mais Leitura), Cinema (CineSesc, Cine Drive In), Exposições e Projetos Especiais.

O SESC se propõe a atuar no campo da cultura, reconhecendo as manifestações culturais como expressões de identidades, valores e significados, e com o propósito de transcender seus objetivos mais imediatos para colaborar com o processo de desenvolvimento integral do indivíduo. Busca trabalhar com as diversas formas de ver e entender o mundo, abrigando em sua grade mensal de programação múltiplas expressões artísticas, reconhecendo a importância de todos os envolvidos no fazer cultural. Para o Sesc, a gestão do Programa Cultura diz respeito a uma contínua sistematização de oportunidades por meio de suas programações e projetos, para que as pessoas se apropriem e compartilhem códigos culturais, ressignificando-os. Tais condições são viabilizadas a partir do momento em que a instituição está atenta ao patrimônio cultural – material e imaterial – como elemento de grande relevância para o desenvolvimento de suas ações, que são voltadas para a valorização e difusão da arte e do conhecimento como bens simbólicos, ressaltando, assim, seus agentes produtores.

Candau (2015, p. 98-99) afirma que “não pode haver identidade sem memória, assim como lembrança e esquecimento, porque somente este permite a autoconsciência da duração. Não existe busca identitária sem memória”. Corroborando o fato de que os conceitos de memória e identidade são inseparáveis dos conhecimentos contemporâneos que temos sobre as ideias de conservação e restauração. Cada memória é um museu de acontecimentos singulares aos quais está associado certo “nível de evocabilidade” ou de memorabilidade. Eles são representados como marcos de uma trajetória individual ou coletiva que encontra sua lógica e sua coerência nessa demarcação. A lembrança da experiência individual resulta, assim, de um processo de “seleção mnemônica e simbólica” de certos fatos reais ou imaginários – qualificados de acontecimentos – que presidem a organização cognitiva da experiência temporal.

Joel Candau (2012) atenta para a utilização exacerbada do caráter coletivo da memória, que para ele se constitui nas “retóricas holistas”. A existência de uma memória fundada apenas dentro de um grupo, que acaba por compartilhá-la integralmente no coletivo deve ser relativizada. Para o antropólogo, a protomemória e a memória

de alto nível dependem da faculdade da memória, e são aquelas lembranças que individualmente evocamos, a nossa maneira pessoal. O único nível da memória que é atestado – como um possível - compartilhamento é a metamemória, que se trata de uma representação relativa a essa faculdade, e incorpora o terceiro nível da taxonomia proposta pelo autor:

A existência de um discurso metamemorial é um indicador precioso, revelador de uma relação particular que os membros de um grupo considerado mantêm com a representação que eles fazem da memória desse grupo, e, de outro lado, esse discurso pode ter efeitos performáticos sobre essa memória, pois, retomado por outros membros, esse discurso pode reuni-los em um sentimento de que a memória coletiva existe e, por esse mesmo movimento, conferir um fundamento realista a esse sentimento (CANDAU, 2012, p. 34).

Quando se assume a existência de uma metamemória coletiva, percebe-se a importância das representações e, assim, propõem a distinção entre as “representações factuais” (relativas à existência de fatos) e “representações semânticas” (relativas ao sentido atribuído aos fatos). Será sempre mais fácil atestar a existência de uma memória coletiva no primeiro caso, principalmente na presença de um grupo pequeno onde ocorra a repetição das representações, levando a uma homogeneização parcial destas. Em quaisquer dos casos, a memória será forte quando for organizadora dos laços sociais, massiva e compartilhada pela maioria dos membros do grupo. A memória será fraca quando for difusa e superficial e, por ser desorganizadora, pode desestruturar o grupo. Portanto, a metamemória coletiva é possível quando reconhecemos que tanto a lembrança quanto as evocações (as lembranças que são verbalizadas nas narrativas, por exemplo) são múltiplas e idiossincráticas e que os indivíduos, podem, por adesão voluntária, entender-se integrantes de um mesmo grupo que compartilha as mesmas memórias, reunidos em uma mesma noção de identidade. O compartilhamento é verificável quando da existência de “atos de memória coletiva” (CANDAU, 2012), tais como os mitos fundadores, as narrativas museais, as comemorações, entre outros. Os lugares de memória: guardar, esquecer. Quando a dimensão da memória enquanto experiência vivida parece se esvaír, é comum que se criem lugares, suportes permanentes e estáveis da memória. A memória que organiza grupos e sociedades, funda identidades e mascara a efemeridade da existência.

Quanto ao espaço e territorialidade, percebe-se que embora a memória seja basicamente um processo interno, a sua projeção não se realiza em um vazio: ela precisa de espaço para ser ativada e estimulada. Neste sentido, lugares concretos, onde se realizam eventos, acontecimentos históricos ou práticas cotidianas, e representações visuais (mapas ou fotos) e não visuais (literatura, música), podem servir como possíveis referências especiais para a memória. Halbwachs (1990, p. 143), que trabalhou a questão da memória coletiva, afirma que “o espaço é uma realidade que dura”. Para recuperar nosso passado, precisamos ver o “meio material” que nos cerca e onde a memória se conserva. O espaço, ou melhor “nosso espaço”, é “aquele que ocupamos, por onde passamos, ao qual temos acesso e que fixa as nossas construções e pensamentos do passado para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças” (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Com uma vasta programação cultural, o Sesc segue diretrizes para o desenvolvimento da arte, que é compreendida como a possibilidade de promover um novo olhar sobre o mundo, tanto por meio de “suas especificidades de linguagem como pelos hibridismos decorrentes dos atravessamentos de fronteiras que geram novas formas de expressão, intertextualidades e transdisciplinaridades” (SESC, 2015, p. 19). Referente ao conceito de Cultura, é entendida em sentido amplo compreendendo todas as extensões da vida em coletividade, abrangendo o conjunto de acontecimentos, demonstrações e interpretações sociais, como: costumes, hábitos, valores, crenças, produção artística e intelectual (SESC, 2015).

Segundo Coelho (1997, p. 164) o termo equipamento cultural se refere a “edificações destinadas a práticas culturais”, servindo para designar organizações culturais das mais diversas tipologias como teatros, cinemas,

bibliotecas, arquivos, galerias, espaços polivalentes, salas de concerto, museus, dentre outros. Serve de sinônimo para termos como casa de cultura, espaço cultural, complexo cultural, conjunto cultural, centro de cultura ou ponto de cultura (COELHO, 1997).

A efetivação dessas possibilidades de trabalhar a gestão de políticas públicas visando o território depende ainda de uma alteração na cultura política brasileira e isso vem acontecendo, mas vem também exigindo um novo perfil de liderança política, menos carismática e mais técnica.

Considerando tais conceitos e sua relação com a memória e identidade das ações culturais do Sesc São Leopoldo, os mesmos justificam-se diretamente a importância da arte e cultura, os espaços de memória e o impacto social, cultural e econômico positivo e essencial aos artistas locais e comunidade que se beneficiam com ações artísticas nas diferentes linguagens da cultura.

3 PERCURSO METODOLÓGICO E ANÁLISE DOS DADOS

Para dar conta do objetivo proposto que é verificar a estrutura institucional municipal da cultura na área de abrangência da Unidade Operacional São Leopoldo no estado do Rio Grande do Sul, recorre-se a uma pesquisa documental, que tem como fonte a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do ano de 2018, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O universo são os 8 municípios que estão sob a responsabilidade da Unidade Operacional São Leopoldo. A figura 1 apresenta um croqui dos municípios e a sua relação geográfica com São Leopoldo.

Figura 1 – Municípios da abrangência do SESC São Leopoldo



Fonte: Elaborado por Daniel Felipe Jacobi, acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo da Unilasalle.

Observando a figura percebe-se que a sede está localizada no extremo sul da região. A partir do recorte da gestão cultural, selecionou-se as seguintes variáveis Classe Popular, Caracterização do órgão gestor, Escolaridade, Plano Municipal de Cultura – existência, Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos, Conselho Municipal de Cultura – existência, lei de criação, ano, Fundo Municipal de Cultura – existência, Ponto de Cultura – existência e Quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado em 2017, estas variáveis estão dispostas no quadro 1.

Quadro 1 - Informações sobre população, órgão gestor, escolaridade do gestor, existência de Plano Municipal de Cultura, existência de Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos, existência de Conselho Municipal de Cultura, existência de Fundo Municipal de Cultura, existência e quantidade de Pontos de Cultura, e orçamento previsto para a cultura foi executado em 2017 em municípios selecionados.

	Bom Princípio	Capela de Santana	Harmonia	Portão	São Leopoldo	São Sebastião do Caí	Sapuçaia do Sul	Tupandi
População	3 – 10.001 até 20.000	3 – 10.001 até 20.000	1 - Até 5.000	4 – 20.001 até 50.000	6 - 100.001 até 500.000	4 – 20.001 até 50.000	6 – 100.001 até 500.000	1 - Até 5.000
Caracterização do órgão Gestor	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais	Setor subordinado a outra secretaria	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais	Secretaria em conjunto com outras políticas setoriais
Escolaridade	Especialização	Ensino superior	Especialização	Especialização	Superior Incompleto	Ensino superior	Superior Incompleto	Ensino superior
Plano Municipal de Cultura	Em Elaboração	Não	Não	Não	Sim	Sim em regularização	Não	Sim
Conferência Municipal de Cultura	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
Conselho Municipal de Cultura	2014	1991	Não	2013	2013	2010	2011	2015
Fundo Municipal de Cultura	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Ponto de Cultura Orçamento Executado	Sim de 61% a 70%	Não até 10%	Sim Mais de 90%	Não de 51% a 60%	Sim até 10%	Não de 11% a 20%	0	Mais de 90%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da MUNIC 2018.

Ao olhar a quadro 1 percebe-se que dos oito municípios, 25% (2) estão na faixa 1 de até 5.000 habitantes, 25% (2) na faixa 3 que vai de 10.001 habitantes até 20.000 habitantes, e outros 25% (2) na faixa 4 no intervalo de 20.001 habitantes até 50.000 habitantes e por fim 25% (2) na faixa 6 com 100,001 habitantes até 500,000 habitantes. Percebe-se uma distribuição equitativa. Assim como a caracterização do órgão gestor, apenas o município de São Sebastião do Caí tem o setor subordinado a outra secretaria. Os demais a Secretaria atua em conjunto com outras políticas, já sobre a Escolaridade do gestor, dos 8 municípios, apenas 03 gestores têm especialização, 03 com ensino superior completo e 02 com ensino superior incompleto.

Quanto ao Plano Municipal de Cultura – existente, apenas dois municípios possuem o Plano (São Leopoldo/RS e Tupandi/RS), 04 municípios não possuem (Capela de Santana/RS, Harmonia/RS, Portão/RS e Sapucaia do Sul/RS). Bom Princípio/RS está em elaboração e São Sebastião do Caí/RS possui, mas sem regulamentação. Se realizou alguma Conferência Municipal de Cultura nos últimos 4 anos, se existe ano do Conselho Municipal de Cultura, 75% realizaram Conferência e apenas 25% não. Apenas o município de Harmonia/RS não tem Conselho de Cultura. Sendo que o município de Capela de Santana/RS desde 1991 teve sua criação. Posterior a esse ano foram criados os de São Sebastião do Caí/RS (2010), Sapucaia do Sul/RS (2011), São Leopoldo/RS e Portão/RS (2013), Bom Princípio/RS (2014) e Tupandi/RS (2015). Agora sobre se existe o Fundo Municipal de Cultura, 05 dos municípios da abrangência possuem e 03 não.

Referente à existência de Ponto de Cultura, 05 municípios atuam com projetos financiados e apoiados institucionalmente pelo Ministério da Cultura do Brasil (MinC) e implementados por entidades governamentais ou não governamentais com financiamento do governo federal, e 03 municípios ainda não, e por fim sobre quanto do orçamento previsto para a cultura foi executado em 2017, destaque para os municípios de Tupandi/RS e Harmonia/RS que ultrapassaram 90% do total previsto para a área. Bom Princípio/RS investiu de 61% a 70%, Portão 51% a 60%, São Sebastião do Caí entre 11% e 20%, Capela de Santana/RS e São Leopoldo/RS investiu até 10% e apenas Sapucaia do Sul/RS no período não executou o previsto para a cultura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo verificar a estrutura institucional municipal da cultura na área de abrangência da Unidade Operacional São Leopoldo no estado do Rio Grande do Sul. Desta forma utilizou-se da pesquisa documental, e como fonte a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do ano de 2018, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A intenção do estudo é auxiliar na otimização da articulação com a região ao mesmo tempo conhecer a realidade de cada um dos municípios que compõe a Unidade Operacional.

Ao analisarmos o diagnóstico da cultura nos municípios de abrangência do Sesc São Leopoldo e considerando os desafios e oportunidades identificados, acredita-se que a Gestão Pública tem ainda muito a conquistar, em especial, com as dimensões econômica, política, social e curatorial. Nos municípios de abrangência do Sesc São Leopoldo, pode-se considerar que a região investe nas ações de impacto sociocultural nas comunidades e muitos dos municípios com programas de apoio a grupos de danças, música (orquestra e canto coral) e outros.

É importante fortalecer as instâncias deliberativas, especial como o Conselho Municipal de Cultura, ampliando sua participação normativa, deliberativa e fiscalizadora; promover ações de descentralização da cultura, incluindo a instalação de equipamentos culturais em pontos fora da região central; diversificar e democratizar as formas de financiamento à cultura, com implantação de fundo de cultura, fortalecimento da LIC e participação e fiscalização do Conselho na deliberação e fiscalização; fomentar a geração de renda e a formação de público para a intensa produção cultural do município.

A gestão pública frente aos espaços de cultura, memória e territorialidade tem significativa importância e influenciam as dinâmicas artístico-culturais, concentrando práticas que dizem respeito a todos os ciclos produtivos da cadeia do espetáculo: como criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços. O equipamento cultural é um ponto de encontro entre artistas, técnicos do espetáculo e gestores; entre artistas e artistas; entre artistas e pensadores; entre artistas e público; entre público e obra e, finalmente, entre todos

estes e a cidade em si. Como papel social inscrevem as práticas culturais de maneira permanente na paisagem da cidade, incluindo-as, ao menos potencialmente, ao conjunto de práticas cotidianas dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BOSI, A. **Cultura Brasileira: temas e situações**. (Org.) 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.
- CANDAU, J. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 43-58, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9564>>.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CANDAU, J; FERREIRA, M. L. M. Mémoire et patrimoine: des récits et des affordances du patrimoine. **Educar em Revista**, n. 58, p. 21-36, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/43469/27000>>.
- COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo**
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo. Biblioteca Vértice, 1990.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- SANTOS, J. L. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; edição de 1996).
- SESC. Departamento Nacional Política Cultural do Sesc. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2015.

A MEMÓRIA DE MINHA ESCOLA: ESTUDO EM MEMÓRIA COLETIVA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE MELEIRO

Luzia Crepaldi

Maria de Lourdes Borges

1 INTRODUÇÃO

A Escola de Educação Básica de Meleiro é um espaço de memórias individuais e coletivas (HALBWACHS, 1990), pois é ali onde os grupos se encontram, se formam, e depois se vão, deixando suas impressões e suas vivências, e também as levando consigo.

Com o passar dos anos, quando indivíduos que conviveram outrora se encontram, a memória de ambos pode aflorar (HALBWACHS, 1990). Todos os alunos, professores e funcionários da escola têm suas próprias lembranças e suas memórias em relação ao local onde estiveram por um período considerável de suas vidas. Quando eles se formam, se aposentam ou o contrato de trabalho acaba, algo da sua vivência com os grupos permanece sendo lembrado. Caso no futuro venham a se encontrar, essas lembranças evidentes podem ser restituídas. Algum fato que lhes marcou tende a ficar na memória. Quando as pessoas se reúnem, suas lembranças as acompanham, e podem descrever, lembrar fatos ou objetos que viram juntas, e até mesmo reconstruir a sequência, atos e palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que lembrem de maiores detalhes do que vivenciaram. Ocorre que essas lembranças estão pautadas pela memória coletiva, pois, “[...] a memória não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 53-54).

Nesse sentido, a escola é um lugar presente na lembrança de toda a comunidade escolar, sendo estudantes, docentes, pais ou mesmo pertencente à comunidade do entorno. Por isso, o objetivo deste artigo é estudar as memórias da Escola de Educação Básica de Meleiro, em Meleiro, Santa Catarina, e lhes dar visibilidade por meio da criação de um espaço memorial.

Para atingir o objetivo, este artigo apresenta inicialmente um referencial teórico sobre memória coletiva e o ambiente escolar, em seguida, é apresentada a metodologia e é finalizado com as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Memória Coletiva e o Ambiente Escolar

Ao pensar e analisar a escola como um todo, envolvendo os diversos saberes individuais e coletivos, tem-se o espaço como uma organização de saberes. Por exemplo, quando uma professora aposentada, Maria Terezinha Cardiga Pelegrini vem à escola e diz:

No meu tempo se ensinava assim, aqui tinha uma figueira que foi plantada por mim em 1960, os alunos (Fulano, Beltrano) foram quem me ajudaram a plantar, ela [a figueira] lembra o meu tempo de professora, diretora... Também eu usava o mimeógrafo e aquele cheiro do álcool... e a tinta da matriz me faz recordar o meu tempo... (Informação verbal)¹.

1 Fala da Professora Maria Terezinha Cardiga Pelegrini, obtida por meio de conversa com esta pesquisadora no ano de 2019.

Essa rememoração pessoal levou essa pesquisadora a pensar e vivenciar, através das palavras de Dona Terezinha, o quanto é importante deixar documentado, tanto as lembranças da professora, quanto à existência de uma figueira que se encontrava morta quando esta pesquisadora começou a trabalhar na escola como diretora. Esse episódio faz lembrar o que Halbwachs (1990, p. 14) menciona a respeito da memória:

Assim como a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem.

Dessa forma, para Halbwachs (1990), a rememoração situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. Assim, Dona Terezinha lembra seus tempos de escola com muita paixão, e foi na escola onde ela passou a maior parte de sua vida, e alguns fatos ocorridos lá fazem com que ela se lembre e tenha saudades e a compare com sua própria vida. Em muitos casos, as pessoas têm apego àquilo que lhes foi importante ou que foi objeto de emoções. Dona Terezinha pode ter atribuído emoções àquela figueira, que pode se tornar quase um objeto de valor particular. Dessa maneira, quando outra pessoa modifica o objeto das emoções contidas, para ela, suas lembranças foram feridas e suas memórias se modificam. “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se tratem de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

A memória coletiva em uma escola, para Halbwachs (1990), dá-se pela coletividade de atividades, funções e até mesmo pelas disciplinas ou currículos que formam o todo da escola. São grupos de professores, de alunos, serventes e funcionários, até mesmo grupos coletivos que trafegam com o ônibus que faz sempre o mesmo trajeto, com os mesmos alunos, todos os dias. Essa coletividade parece que se forma de maneira bastante peculiar, pois não são as afinidades que formam o grupo, mas a necessidade de uso do ônibus e por seu ofício que a cada membro é atribuído. Tudo isso forma a coletividade da escola. Dessa coletividade é que surgem as memórias escolares, e então se supõe que a origem da memória coletiva da escola é a soma dos diversos grupos, mas sem perder a originalidade de cada um deles.

A memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não se confundem com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal (HALBWACHS, 1990, p. 53-54).

A escola é Espaço de Cultura e de Memória, e tem-se aqui a existência de memória individual e coletiva (HALBWACHS, 1990). Quando o aluno traz consigo a sua cultura e a história da sua família e, na escola, encontra as dos colegas e amigos, pode ocorrer ali naquele grupo uma memória coletiva; com a intervenção do professor no momento de ensinar, por via do histórico cultural trazido pelos alunos; quando o professor faz analogias daquilo que o aluno traz consigo e divide esse saber com a turma, acredita-se que, nesse ponto, a memória coletiva começa a se fazer presente. Para Canton (2009, p. 21-22), o corpo humano funciona como coletor e condutor de memórias e é capaz de se lembrar de cheiros, de sensações e de lugares, podendo armazenar e demarcar, de forma individual, as situações para que, quando sentirmos necessidade de revivê-las, consigamos facilmente.

Na memória coletiva, segundo Halbwachs (1990), está inserida a memória de grupo. E isso ocorre quando se faz parte de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo. Pode-se observar as lembranças da infância e dos fatos ocorridos lá. Elas geralmente são parecidas com as outras crianças e que as marcaram. Quando essas crianças que têm memórias individuais familiares chegam à escola, essas lembranças são guardadas ou esquecidas, propositalmente, e começa a coletividade da escola.

Quando essas crianças falam de suas vidas particulares e de lembranças familiares, as individualidades passam a ser coletivas também.

O exercício de recordar os fatos ocorridos na infância, sejam bons ou não, deixam cicatrizes. Ao rememorar os fatos ocorridos que ainda nos trazem emoções, e a lembrança de como ocorreram, tem-se aí uma noção histórica do fato. Mas se alguém, um irmão ou um amigo, também tem essa noção histórica dos fatos ocorridos e, de certa forma, em algum lugar se encontram e se lembram deles, isto é memória coletiva. Então, toda memória coletiva provém de uma lembrança individual!

Halbwachs (1990) faz referência aos espaços vazios. Quando não se consegue recordar fatos ocorridos na primeira infância ou na pré-adolescência, isso não quer dizer que não se tenha memória ou alguma lembrança. Apenas são fatos sem muita importância e que não estão prontamente, como se diz, na “ponta da língua”, mas estão lá. Pode não se ter uma noção histórica, mas a lembrança continua lá, oculta, mas presente... que é a existência mesma de uma consciência individual capaz de se bastar (HALBWACHS, 1990, p. 62). “[...] mas, se não guardei, interiormente, uma lembrança pessoal deste primeiro encontro ou desse primeiro dia, essa noção permanecerá no ar, esse quadro ficará vazio, e eu não me lembrarei de nada” (HALBWACHS, 1990, p. 62).

Tanto pode parecer evidente que existe, em todo o ato de memória, um elemento específico, de acordo com Halbwachs (1990, p. 65). Este elemento pode ser alguém da família, um avô ou uma pessoa mais velha que tenham espaços e que, de certa forma, produzem curiosidade nas crianças, fixando nelas suas lembranças através da atenção dada, capaz de deixar seu legado para futuras gerações. “É desses, e mais do que de seus familiares mais próximos, que as crianças recebem o legado dos costumes e das tradições de toda a espécie” (HALBWACHS, 1990, p. 65).

Em todo o caso, geralmente é na medida em que a presença de um parente idoso está de algum modo impressa em tudo aquilo que nos revelou de um período e de uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória não como uma aparência física um pouco apagada, mas com o relevo e a cor de um personagem que está no centro de todo um quadro que o resume e o condensa (HALBWACHS, 1990, p. 65).

Enquanto se está nos afazeres da labuta diária, com responsabilidade de gerir e garantir o sustento da família, as pessoas se distanciam do que é mais relevante para o sucesso de uma geração, a fim de deixar o legado para o futuro, que são os mais velhos, e que são eles os meios diretos pelos quais se passa o legado (HALBWACHS, 1990). Lamenta-se, às vezes, não se ter aproveitado essa ocasião única para entrar em contato direto com períodos que não se conhecem agora, a não ser de fora, através da história, pelos quadros, pela literatura.

3 METODOLOGIA

A metodologia se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, a partir das informações presentes em entrevistas semiestruturadas, documentos e artefatos (MINAYO, 2001). As entrevistas serão realizadas com professores da Escola de Educação Básica de Meleiro, aposentados e atuais, e ex-alunos, que hoje estão no mercado de trabalho. Também serão analisados documentos da escola, os quais se encontram nos arquivos, nos objetos e mobiliário antigo da escola (artefatos).

As entrevistas serão parte do trabalho de coleta de informações e catalogação dos objetos em estudo. As análises serão realizadas segundo a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

4 DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em andamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi estudar as memórias da Escola de Educação Básica de Meleiro e lhes dar visibilidade por meio da criação de um espaço memorial. Delineou-se a metodologia que será aplicada após a Qualificação do Projeto; por isso, a pesquisa encontra-se em andamento.

Pode-se dizer que, observando o cenário atual da Escola de Educação Básica de Meleiro, e fazendo uso dos materiais dos arquivos denominados “arquivo morto” e nos depósitos improvisados da escola, surgiu a ideia de criar um memorial da escola. Nesse espaço, serão colocados os móveis, os objetos e documentos antigos para que eles tenham suas memórias preservadas e mantidas. O objetivo do futuro memorial será proporcionar a criação de um local adequado para a alocação, guarda e disposição dos materiais de estudo, e também que ele seja um local para visitação, estudos, amostras e recordações prazerosas. Na medida em que o tema de estudo vem sendo discutido nos corredores da escola e grupos de professores, isso passa a ser mais importante, pois cada grupo pensa de forma diferente e, para se ter uma unicidade de pensamento e atitudes quanto à escola ser uma instituição organizadora de memórias, torna-se cada vez mais urgente que o espaço se torne real. Nem todos os agentes públicos, professores e pessoas ligadas à instituição vêem os objetos como recursos para a história da instituição. Para que isso se torne um tema comum, percebe-se a necessidade de um trabalho que enfoque a escola como espaço de memória, de história local e de pessoas na individualidade.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- CANTON, K. **Tempo e memória**. São Paulo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 2009.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

A MEMÓRIA E AS MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS E INSTITUCIONAIS NO FORO DE TORRES/RS

Rafaela Regina Batista Pitrosky

Patrícia Kayser Vargas Mangan

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido e elaborado durante o Curso de Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, da Universidade La Salle, em 2022/2, como parte dos estudos iniciais para o desenvolvimento do projeto de dissertação. Neste contexto, fiz observações, relatei textos e busco estudar e identificar alternativas para o seguinte problema de pesquisa: como desenvolver uma sistemática de trabalho que garanta atendimento de metas e qualidade de vida no trabalho, considerando o contexto de sobrecarga a partir do advento dos processos digitais no Foro de Torres.

Desta forma, também, quero demonstrar como os servidores do Poder Judiciário do RS estão enfrentando e trabalhando com a digitalização processual, e a consequente mudança na sistemática de trabalho imposta pela efetividade e rapidez da informatização, com uma significativa mudança no perfil de atendimento ao público e a sensação constante de cobrança e hiperconectividade que esses trabalhadores foram submetidos de forma repentina, forçadamente pela Pandemia Covid-19. A partir das observações iniciais, partimos do pressuposto que há uma significativa mudança no perfil de atendimento ao público e a sensação constante de cobrança e hiperconectividade por parte desses trabalhadores.

Analiso ainda, o espaço do prédio do Foro de Torres-RS e o local em que este Órgão Jurisdicional está inserido. O edifício onde está em funcionamento a sede do Foro de Torres/RS está localizado na Rua Leonardo Truda, Nº 638, Bairro Centro, na cidade de Torres-RS, no entanto, a Comarca de Torres-RS é abrangida por sete municípios jurisdicionados, que são Torres-RS, Arroio do Sal-RS, Três Forquilhas-RS, Três Cachoeiras-RS, Morrinhos do Sul-RS, Dom Pedro de Alcântara-RS e Mampituba-RS.

A escolha do tema deu-se em virtude do meu trabalho, pois sou servidora do Poder Judiciário do RS há 16 anos, exercendo o cargo de Oficial de Justiça, atualmente na Comarca de Torres-RS, minha função é exercida dentro de todos esses municípios elencados acima, pelos quais percorro diariamente buscando dar efetividade às ordens judiciais emanadas por Juízes de Direito, titulares das cinco Varas que compõem a estrutura da Comarca, quais sejam, Juizado Especial Cível, 1ª Vara Cível, 2ª Vara Cível, 1ª Vara Criminal e 2ª Vara Criminal.

Acredito ser de suma importância a identificação dos conceitos de memória institucional e organizacional dentro do sistema de trabalho do Foro de Torres-RS para que os servidores possam desenvolver uma sistemática de trabalho que não afete diretamente na sua saúde psíquica e corporal, pois todos estão trabalhando com carga de trabalho muito acima do recomendado, afetando tanto a qualidade de vida, quanto ao bom andamento da atividade laborativa.

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa a ser conduzida no mestrado é identificar boas práticas e sistemáticas que possam auxiliar os servidores a atenderem às novas demandas e desenvolverem um sentido de comunidade. Como objetivos específicos, pretende-se mapear mudanças organizacionais e institucionais no Foro de Torres/RS, entre os anos de 2018 até 2022, vislumbrando essas perspectivas no âmbito dos servidores do Poder

Judiciário do Tribunal de Justiça do RS; registrar como os servidores do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do RS estão enfrentando e trabalhando com a digitalização processual; e identificar mudanças na sistemática de trabalho impostas pela efetividade e rapidez da informatização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O imaginário e cultura sobre o Prédio do Foro de Torres/RS, no que se refere aos bens simbólicos, posso destacar que o edifício, já na sua entrada estão postas bandeiras do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Torres, as quais são hasteadas diariamente, e representam as esferas de poderes federal, estadual e municipal. Desta forma, vislumbrando-se o prédio, remetemos o pensamento à figura da Justiça e do Ente Estatal, bem como, os brasões do estado do Rio Grande do Sul representam a figura do Estado.

O timbre impresso em cada documento confere oficialidade e verdade ao que ali é registrado. As salas de audiências, por sua vez, possuem em seu lugar central, e geralmente mais alto, do(a) Juiz(a), representando a superioridade do poder/autoridade estatal. Ao lado direito do Juiz é reservado ao Ministério Público, representando a Justiça Pública.

Logo, há diversos elementos representativos, mas, ao meu sentir, o que assume maior importância é ser o Foro um local que remete à Justiça e à solução de conflitos. Acredito que o Foro seja um espaço de cultura, pois nele há produção de conhecimento e de memórias, os próprios processos judiciais podem ter em seu objeto a discussão pela posse de uma memória, em casos de inventário ou separações. Nos processos arquivados estão memórias guardadas.

Neste sentido, coleciono passagem do livro *Memória Coletiva*, de Halbwachs (2006, p. 144), que descreve:

O espaço jurídico não é um espaço vazio que simbolizaria somente uma possibilidade indefinida de relações de direito entre os homens: como uma de suas partes poderia evocar então uma relação mais do que outra? Consideremos o direito de propriedade que está sem dúvida na base de todo o pensamento jurídico, sobre o modelo e a partir do qual é possível conceber como todas as outras obrigações são definidas. Disto decorre que a sociedade adota uma atitude, e uma atitude durável, frente a tal parte do solo ou tal objeto material. Enquanto que o solo é imóvel, como os objetos materiais e se não permanecem sempre no mesmo lugar, guardam as mesmas propriedades e a mesma característica, tanto que podemos segui-los e assegurarmo-nos de sua identidade, através do tempo, ocorre que os homens mudam de lugar, assim CQ. no suas disposições e suas faculdades, forças e poderes se transformam. Ora, um homem ou vários homens somente adquirem direito de propriedade sobre uma terra ou uma coisa, a partir do momento em que a sociedade da qual são membros admite a existência de uma relação permanente entre eles e essa terra ou essa coisa, ou que essa relação é tão imutável como a coisa em si mesma. Esta é uma convenção, que violenta a realidade, já que os indivíduos mudam incessantemente. Qualquer princípio que invoquemos para fundamentar o direito de propriedade, ele somente adquire algum valor se a memória coletiva intervir para garantir-lhe a aplicação. Como se poderia saber, por exemplo, que fui o primeiro a ocupar certa parcela do solo, ou que arei a terra, ou que determinado bem é produto de meu trabalho, se não nos reportássemos a um estado de coisas antigo, e se não estivesse convencionado que a situação não mudaria e quem poderia opor o fato sobre o qual fundamento meus direitos às pretensões de outros, se o grupo não conservasse a lembrança dele? Porém, a memória que garante a permanência dessa situação apóia-se ela própria, sobre a permanência do espaço ou, pelo menos, sobre a permanência da atitude adotada pelo grupo frente a essa porção do espaço.

O prédio do Foro é um espaço público restrito, com regras particulares de entrada. A linguagem ali falada é formal e técnica. O edifício é símbolo de poder intangível. Neste sentido, Castro (2002, p. 54), no livro *Cidades Comunidades e Territórios*, no capítulo *Espaços Públicos, Coexistência Social e Coletividade*, afirma que:

A noção de público não é, pois, uma qualidade intrínseca a um espaço, mas sim uma construção social e política que resulta da combinação de vários factores, nomeadamente dos usos aí confinados; do sentido que é atribuído por um determinado grupo social; da acessibilidade; da tensão entre o estrangeiro/anônimo e o reconhecimento/reencontro;

Os bens simbólicos observados, acredito, que, dependendo da pessoa a olhar para a estrutura do prédio do Foro, seja remetida a diversas lembranças, na maioria das vezes ruins, sentimentos de tristezas, pois ali são resolvidos conflitos e aplicadas punições a quem desrespeita leis. Quando eu observo esta estrutura, vislumbro a justiça, sentimento de ajudar ao próximo com meu trabalho, de servir à população, de doação para tentar melhorar uma situação ou ambiente.

A atividade laboral dos servidores do Foro de Torres/RS, ao ser analisada, pode ser enquadrada, de forma assertiva, com inúmeros aspectos da Memória Institucional e da Memória Organizacional.

Desta forma, rememorando os conceitos de Memória Organizacional, dentro dos aspectos forenses, passo a identificar, inserindo e fazendo levantamentos dentro de diversos elementos do trabalho dos servidores, lembrando que este conceito se preocupa com os processos, com os objetivos do ambiente, com os indicadores, tendo critérios tangíveis.

Os servidores do Poder Judiciário, logo após tomarem posse em seus cargos e entrarem em exercício, aprendem suas atividades cartorárias com base em conhecimentos teóricos, adquiridos com a leitura das Consolidações Normativas do Tribunal de Justiça, bem como, com os ensinamentos dos trabalhadores mais antigos do Foro, comparando-se muito com a linha de produção de uma fábrica, pois devem cumprir metas e obedecer prazos, realizando atividades padronizadas.

Assim, conforme Walsh e Ungson (1991), na Teoria Funcionalista, a organização independe de particularidades individuais. O conhecimento do passado deve ser preservado. Os elementos da Memória Organizacional são aquisição (conhecer os processos), retenção (especificar a estrutura) e recuperação (identificar caminhos). A Memória Organizacional tem três papéis: informacional, controle e política.

Em meados do ano 2019, foi implantado no âmbito do Poder Judiciário do RS o processo eletrônico, bem como, no início do ano de 2020 iniciamos o enfrentamento de uma pandemia, a qual implicou diretamente na forma de atendimento ao público e, também, na execução do trabalho, o que passou de uma atividade totalmente presencial para trabalhos virtuais e de home office e atendimento ao público através de whatsapp, mantendo uma hiperconectividade.

Analisando esses aspectos, em termos exclusivamente de produção, implicou em uma agilidade e rapidez na efetiva prestação jurisdicional, com a facilidade de informações para a população em geral. Nesta linha, Santos, Valentim (2021):

A informação e o conhecimento (formal e informal) são ativos organizacionais de grande valor que, no contexto da MO, oscilam entre memória repositório e memória repertório, a depender da realidade da organização [...].

[...] A MO conta com múltiplas leituras, porquanto ela é uma ação de autoconhecimento que dialoga com a gestão documental, a gestão da informação e a gestão do conhecimento, assim, atua tanto no âmbito formal quanto informal.

Segundo Menezes (2006, p. 31):

Memória organizacional é o acervo de informações, conhecimentos e práticas, agregados e retidos pela organização ao longo de sua existência, utilizados para o suporte às suas atividades, seus processos decisórios e para a preservação do seu capital intelectual, potencializando a gestão do conhecimento.

Assim, verificando a Memória Institucional, podemos analisar dentro deste contexto de mudanças da Instituição Poder Judiciário do RS, como os servidores estão se sentindo dentro deste processo acima indicado.

Como conceito de Instituição, cito Andrade, 2002:

Universo semântico que inclui os atos de tificar e repetir regras, padrões ou hábitos para gerir e controlar funções e representações, salvaguardando múltiplos sentidos, valores e interesses materiais ao longo do tempo.

Os trabalhadores como sujeitos participantes da composição da memória da Instituição, tendo sua rotina de trabalho afetadas, estão sofrendo impactos em sua saúde mental e física, pois estão sendo obrigados a reorganizar seus modelos mentais, dentro de um sistema operacional hiperconectado, bem como, como suas memórias estão sendo afetadas nesta transformação, o que causa muita ansiedade e angústia, afetando na produção e na qualidade dos serviços prestados.

Ainda, de acordo com Santos, Valentim (2021):

No processo de MI, o indivíduo é sujeito e objeto do processo estabelecido por meio das relações sociais. Assim, a MI é social e do grupo, segundo Moreno, Lopes e Di Chiara (2011, p. 4). As instituições quando expõem a sua memória têm a oportunidade de resgatar sua imagem perante a comunidade [...], e é nesse resgate que a MI evolui, porquanto a socialização oportuniza o crescimento, resgate e a sensação de fazer parte do todo instituído.

Acredito ser de extrema importância o trabalho de gestão institucional e organizacional para a readaptação destes trabalhadores que sofreram um impacto e uma mudança, a curto prazo, em toda a sua sistemática de trabalho, tanto para o aumento da produtividade, quanto para a qualidade de vida destes funcionários.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Memória tem se mostrado uma experiência definida como essencial para o entendimento do funcionamento das relações estabelecidas dentro do meu contexto de trabalho.

Neste sentido, Dodebei, Farias e Gondar (2016), em Por que Memória Social:

Do ponto de vista prático, podemos compreender a memória como um dispositivo, fonte de nossa subjetividade. O dispositivo ou positividade é carregado de crenças, normas, ritos impostos ao indivíduo. Do mesmo modo, só podemos articular fatos, fenômenos e atos/ações a partir do movimento relacional da memória.

Nas leituras bibliográficas efetuadas na elaboração deste trabalho, pude verificar como os servidores do Foro de Torres/RS estão enfrentando o processo de digitalização dos autos processuais físicos para os eletrônicos e identificar o porquê de tamanha dificuldade em modificar as estruturas e padrões consolidados no método de trabalho, tudo com base nos estudos destas matérias.

Neste trabalho, de uma forma introdutória, analisei conceitos e consegui identificá-los dentro do meu tema de estudo, qual seja, A Memória e as Mudanças Organizacionais e Institucionais no Foro de Torres/RS, no período de 2019 a 2022. Inicialmente, visualizei a relevância da construção da Memória, como um campo de estudo interdisciplinar, para que as experiências vivenciadas sirvam de modelos para serem ou não repetidos dentro de uma sistemática de trabalho.

Analisando os problemas vivenciados dentro do Foro de Torres/RS, neste período, verifiquei que os modelos mentais dos servidores foram diretamente afetados e modificados pelas mudanças na sistemática de trabalho impostas pela informatização. Desta forma, os problemas de saúde estão em crescimento, as demandas que anteriormente eram resolvidas dentro de um período de tempo mais longo, hoje são postas de forma quase instantânea, elevando a ansiedade em terminar com um trabalho que, na verdade, não tem fim, pois os problemas sociais ocorrem a todo minuto, gerando demandas judiciais infinitas.

Portanto, todos os conceitos aqui analisados irão contribuir para a minha dissertação final de conclusão do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais e, também, pretendo buscar formas de boas práticas na atividade laborativa que possa modificar e melhorar a qualidade de vida destes servidores, nunca deixando de primar pela efetividade e agilidade da prestação jurisdicional.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. F. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de “institucional”. *Caleidoscópio. Revista de Comunicação e Cultura*. n. 3, Portugal. 2002.
- CASTRO, A. Cidades, Comunidades e Territórios, no capítulo Espaços Públicos, Coexistência Social e Coletividade, p. 54. **Cidades - Comunidades e Territórios** Dez., n. 05, p. 53-67. 2002
- DODEBEI, V.; FARIAS, F. R. de.; GONDAR, J. Revista Morpheus - Número especial: Por que memória social?. **Revista Morpheus** - Estudos Interdisciplinares em Memória Social, n. 9, v. 15. 2016. Disponível em <<http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/5475>>. Acesso em: 02 set. 2022.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. por Laís T. Benoir. São Paulo: Centauro, 2006.
- MENEZES, E. de. Estruturação da Memória Organizacional de uma instituição em iminência de evasão de especialistas: um estudo de caso da CONAB, 2006. **Dissertação** (Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.bdtl.ucb.br/tede/tde_arquivos/3/TDE-2006-12-19T145234Z 362/Publico/Texto%20Completo.pdf](http://www.bdtl.ucb.br/tede/tde_arquivos/3/TDE-2006-12-19T145234Z%20Publico/Texto%20Completo.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2013.
- SANTOS, J.; VALENTIM, M. **Memória institucional e memória organizacional**: faces de uma mesma moeda. 2021.
- WALSH, J.; UNGSON, G. Organizational memory. **Academy of management review**. v. 17, n. 7. p. 57-91, 2002.

A REFEIÇÃO GASTRONÔMICA FRANCESA NO PATRIMÔNIO IMATERIAL MUNDIAL DA UNESCO E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Ana Cristina Freitas

Patrícia Kayser Vargas Mangan

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz parte da escrita da dissertação cujo tema é a gastronomia da França abordada através da refeição gastronômica francesa como integrante da lista do Patrimônio Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A motivação se deu através da vivência como professora de Francês, dispondo da gastronomia francesa como ferramenta no ensino da língua nos cursos de idiomas das Universidades La Salle e Feevale bem como professora assistente no curso de Graduação da Feevale na disciplina intitulada “Francês para a Gastronomia”.

A ideia de estudar a refeição francesa patrimonializada surgiu da inquietação da autora principal e dimensionou-se de maneira a saber o porquê dela ser tão importante para a França e, sendo patrimônio imaterial da UNESCO, para o mundo. A França, no dossiê proposto para que a refeição se tornasse patrimônio mundial, exaltou o caráter único, artesanal, rico em rituais de saberes e fazeres diferenciados. O presidente francês Nicolas Sarkozy, ao promover a candidatura francesa, chegou a mencionar que se tratava da “melhor gastronomia do mundo”. Na época, tal declaração teve reverberação nas mídias, como em resenha da rede France24 (2010) onde se sugeriu que talvez o mau humor francês também devesse ser inserido no patrimônio da humanidade. Dentro da categoria intangível de patrimônio, a transmissão de saberes no ritual da refeição gastronômica francesa se insere adequadamente quanto aos requisitos citados pela UNESCO, mas também gera questionamentos sobre: Como a refeição francesa se liga à sua tradição? Que reputação e identidade se constroem através da elevação dessas memórias gastronômicas à categoria de patrimônio? Neste contexto, além dessas questões norteadoras, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: como a refeição gastronômica francesa se tornou um patrimônio e por que ela é representativa para identidade dos franceses tornando-se uma memória que se sobrepõe a outras?

O objetivo principal deste estudo é entender de que maneira a refeição francesa contribui para a construção identitária da França. Como objetivos específicos se pretende: compreender os trâmites da refeição francesa no patrimônio imaterial da UNESCO; discutir a transmissão memorial de geração em geração presente no ritual da refeição francesa suscitada pela UNESCO através de teóricos como Maurice Halbwachs, Joël Candau, Anne Muxel; contextualizar a história da França buscando traços de sua construção identitária segundo autores tais como Pierre Nora (1986) e Fernand Braudel.

Para tanto, aplica-se a metodologia qualitativa, bibliográfica e documental cujo *corpus* é composto de documentos públicos disponíveis no *site* da UNESCO (textos e vídeo da candidatura francesa), descrevendo os critérios dessa entidade bem como as motivações da França para inscrevê-la como patrimônio intangível através de sua refeição gastronômica. A abordagem é crítico-dialética, compreendendo os fatos sociais admitindo as influências políticas, econômicas e culturais, contextualizando o objeto de estudo (no caso, a patrimonialização da refeição francesa) historicamente. Quanto à técnica da pesquisa, serão investigados os objetivos do governo francês quanto à proposição de sua candidatura, através de levantamento bibliográfico de teóricos que exploraram conceitos de: transmissão, memória coletiva/social, construção de identidade coletiva e memória nacional. Uma

breve discussão sobre estes conceitos é apresentada na seção 4.

Assim, se conduzirá a investigação a partir do estudo da patrimonialização da refeição gastronômica francesa, e dos processos da candidatura francesa no contexto da época, procurando explicar, através dos teóricos citados, a influência da patrimonialização na construção da identidade francesa.

2 O RITUAL DA REFEIÇÃO GASTRONÔMICA FRANCESA

A refeição francesa, como descrita no dossiê da candidatura proposto à UNESCO (*Le repas gastronomique des français. Liste de Patrimoine Immatériel, 2010*), é uma celebração festiva onde os participantes atuam ativamente seguindo um esquema bem definido: um aperitivo, uma entrada, um peixe, uma carne, queijo(s) e uma sobremesa e, ainda, um digestivo. Ademais, é composta de vários outros detalhes como: a escolha atenta das receitas que se atualizam; a compra de bons produtos, preferencialmente locais; os sabores dos pratos que se combinam perfeitamente com os vinhos; a decoração da mesa; o gestual específico durante a degustação.

Segundo Chevrier (2011), o motivo inicial da empreitada da candidatura francesa era de que os próprios franceses tomassem consciência da importância da cultura daquela refeição como patrimônio para a valorização de sua identidade. Para ele, a inscrição na UNESCO é, primeiramente, uma homenagem a todos os anônimos desta cultura popular: camponeses, viticultores, mães de família e cozinheiros.

Ao incluir a refeição francesa na lista do Patrimônio Imaterial da humanidade, a UNESCO considerou que os rituais e saberes envolvidos na refeição francesa eram um patrimônio a ser transmitido (e recriado permanentemente pelo grupo em função de seu meio e interação com a natureza e a história, na busca de um sentimento de identidade, de continuidade), destacando que os participantes desta refeição possuidores de um conhecimento profundo da gastronomia, preservam e zelam pelas “práticas vivas e os ritos” contribuindo na transmissão oral e escrita desta tradição. Ainda segundo os critérios da entidade, o patrimônio cultural imaterial promove o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Francis Chevrier que criou e dirigiu o IEHCA (*Institut européen d’histoire et des cultures de l’alimentation*) destacou as noções de:

[...] savoir-faire, de pratiques, de connaissances, transmis de générations en générations et créés en permanence, que les individus reconnaissent comme faisant partie de leur patrimoine culturel et qui leur procure un sentiment d’identité et de continuité (CHEVRIER; 2011, p.118).

Desta forma, neste estudo foram abordados teóricos que exploraram conceitos de: patrimônio imaterial, transmissão, memória coletiva/social, construção de identidade coletiva e memória nacional, os quais serão discutidos nas próximas seções.

3 DEFINIÇÃO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Ao investigar a patrimonialização alimentar na França e no mundo se faz necessário tratar da categoria imaterial de patrimônio. A tradição não pode ser mensurada por critérios de conservação, pois ela está sujeita a evoluções e inovações como o progresso tecnológico ou adaptação a regulamentações, regras que se atualizam e a tradição que “se faz e refaz” conforme Vitrolles e Fontaine (2013). Uma tradição como a refeição gastronômica francesa está vinculada a saberes exclusivos de um grupo de indivíduos e que dependem da transmissão dessa memória. Estes conhecimentos definem, caracterizam, e, por conseguinte, identificam, um grupo como um marcador regional, nacional. A cultura alimentar, em si, constitui um universo rico e vivo onde se cruzam e se aproximam a materialidade e a imaterialidade patrimonializadas, onde se renova, através das gerações, uma

identidade local que se constitui de lembranças gustativas, tradições culinárias e produtos emblemáticos.

O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível, conforme a UNESCO (*Patrimoine culturel immatériel, Convention, 2003*), é aquele que “compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes”. Desta forma, com o intuito de contemplar toda a herança cultural da humanidade, a Convenção do Patrimônio Mundial, criada em 1972, adotou, em 2003, a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. A descrição da categoria imaterial destaca o papel fundamental da transmissão (oral ou gestual) para que as tradições sejam recriadas e modificadas ao longo do tempo, conceito citado na próxima seção.

[...] saber-fazer, práticas, conhecimentos, transmitidos de geração em geração e constantemente recriados, que os indivíduos reconhecem como parte do seu patrimônio cultural e que lhes conferem um sentido de identidade e continuidade (CHEVRIER; 2011, p. 118, tradução da autora).

4 CONCEITOS DA MEMÓRIA SOCIAL

O ritual da refeição francesa está atravessado por diversos conceitos ligados à memória social. Considera-se, primeiramente, a ótica da memória pertencente ao passado, mas que se recria no presente através, conforme Halbwachs (1968), das lembranças dos indivíduos em uma coletividade. A comunidade afetiva da qual o autor se refere também aparece no caso da refeição gastronômica, os indivíduos reúnem em torno da mesa e compartilham as lembranças significativas para aquele grupo na repetição do ritual.

Além disso, a identidade deste grupo se constrói, então, a partir da “vontade de produzir traços” à qual Candau (2012) se refere. O mesmo autor (2015), contribui na continuidade desta reflexão sobre identidade e patrimônio quando entende que um “imenso desejo de memória” é o propulsor da patrimonialização. E esta última é a história da construção do sentido de uma identidade. É importante ressaltar também a memória nacional forjada a partir deste patrimônio. Para Pollak (1992), a identidade coletiva trata-se de um investimento coletivo para dar sentido de unidade, de continuidade e de coerência a um grupo, família ou nação e, neste caso, como fenômeno construído que é, distingue-se o esforço para ressaltar a superioridade francesa na gastronomia em âmbito mundial. A construção de uma identidade nacional é tratada por Braudel (1986) que discorre sobre a história da formação do território francês e contribui no sentido que explicita o passado camponês e a herança agrícola francesa, trazendo indícios sobre a fama e a aura de excelência e qualidade dos produtos alimentares franceses.

Ainda, a transmissão na descrição do patrimônio imaterial, como já referido neste texto, é essencial para a garantia de duração do ritual alimentar francês. Pois a transmissão é uma “reapropriação de saberes”, segundo Muxel (2007). É o mecanismo pela qual as gerações compartilham no presente os saberes ancestrais necessários que assegurem a duração da tradição da refeição francesa em uma perspectiva de futuro.

5 CONCLUSÃO

Passadas as etapas da busca documental da candidatura francesa junto ao site da UNESCO e do levantamento bibliográfico sobre o patrimônio imaterial e a memória social ligados à refeição francesa, após a qualificação desta dissertação foi possível reestabelecer os objetivos no sentido de priorizar questões da identidade e da memória. Cotejando esses dois pilares, a escrita caminha procurando responder ao significado daquele patrimônio ritualístico da refeição para os franceses, com indicativos de que houve um grande esforço coletivo para a construção desta identidade gastronômica e que fatores político-econômicos, acima da vontade popular de perpetuação da tradição,

incidem no intuito de criar uma imagem hegemônica da França no âmbito da gastronomia mundial.

Estando este trabalho sendo desenvolvido no âmbito de um Mestrado Profissional, cuja aplicação do estudo se estende, obrigatoriamente, a um produto final, um dos resultados desta pesquisa é a elaboração de um minicurso de língua francesa cujos objetivos são: instrumentalizar os estudantes do Curso de Gastronomia articulando o vocabulário básico da refeição francesa com o léxico em francês útil ao cotidiano da cozinha; promover um espaço de reflexão e discussão acerca do papel e da importância da valorização dos saberes e rituais das refeições para construção identitária e memória coletiva.

As reflexões sugeridas nesta pesquisa sobre a patrimonialização de um ritual alimentar francês vêm tomando outras proporções. Conforme tem se verificado nos estudos desta pesquisa, a hegemonia gastronômica é só uma face dos valores e tradições criados e impostos pela colonialidade. Para além desta pesquisa, futuramente, é possível investigar e ampliar os objetivos propostos, acreditando que questionar valores, averiguando e expondo de que maneira uma cultura se sobrepôs e apagou tantas outras é lançar uma faísca de descolonização nos palheiros da gastronomia, do ensino das línguas e na tomada de consciência do que a história escreveu, mas que a memória social pode recontar.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, F. **L'identité de la France**. Paris: Arthaud-Flammarion, 1986.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHEVRIER, F. **Notre gastronomie est une culture**. Paris: François Bourin Éditeur, 2011.

FRANCE24. **Revue de presse** 11 de novembro de 2010. 2010. Disponível em: <https://www.france24.com/fr/20101117-revue-presse-francaise-gastronomie-patrimoine-immateriel_humanite-unesco-foutu-caractere>. Acesso em: 14 set. 2022.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: Presses universitaires de France, 1968.

LE REPAS GASTRONOMIQUE DES FRANÇAIS. **UNESCO**, Disponível em: <<https://ich.unesco.org/fr/RL/le-repas-gastronomique-des-francais-00437>>. Acesso em: 20 set. 2022.

MUXEL, A. **Individu et mémoire familiale**. Paris: Hachette, 2007. NORA, PIERRE. **Historien public**. Les lieux de mémoire – II: La Nation. Paris: Gallimard, 1986.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PATRIMOINE CULTUREL IMMATÉRIEL. Convention 2003. Disponível em: <<https://ich.unesco.org/fr/convention#art2>>. Acesso em 15 set. 2022.

VITROLLES, D.; FONTAINE A. La Patrimonialisation alimentaire en France et dans le monde, **Food Geography**, v. 1, n 2, p. 3-9, 2013. Disponível em: <<http://www.food-geography.com/news-item/numero-2-de-la-revue-food-geography-la-patrimonialisation-alimentaire-en-france-et-dans-le-monde-coordination-delphine-vitrolles-et-alex-ine-fontaine>>. Acesso em 10 set. 2022.

AS CULTURAS JUVENIS DIGITAIS E A LEITURA ENTRE JOVENS ADOLESCENTES

Maiara Escouto Batista

Cleber Gibbon Ratto

1 INTRODUÇÃO

A presente investigação está inserida na linha de pesquisa Culturas, Linguagens e Tecnologias na Educação, pertencente ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade La Salle (PPGEDU/UNILASALLE). A partir dela, pretende-se analisar e refletir sobre as relações existentes entre as seguintes temáticas: práticas e interesses de leitura dos jovens adolescentes; culturas juvenis digitais; e interferências das metodologias adotadas em sala de aula, no que diz respeito ao processo de formação do leitor.

A leitura é um dos pilares de transformação de nossa sociedade, pois a partir dela, formam-se sujeitos críticos e reflexivos, capazes de compreender e interpretar, não apenas os diferentes gêneros textuais existentes, como também o mundo que os cerca. Contudo, é possível verificarmos que, após o surgimento da internet e o consequente advento das redes sociais, os hábitos de leitura da população vêm apresentando significativas transformações. Tal fator se acentua ainda mais quando voltamos o nosso olhar aos jovens adolescentes que, em grande parte, já nasceram cercados pelos recursos tecnológicos.

Sendo assim, o trabalho com a leitura nas escolas tem se configurado em um desafio cada vez maior aos professores. Torna-se urgente e necessário que eles estejam, constantemente, buscando meios de fazer com que as atividades propostas referentes às leituras realizadas sejam atrativas e interessantes aos jovens adolescentes e que, além disso, promovam um diálogo com o mundo tecnológico (no qual uma parcela expressiva dos alunos está imersa).

Considerando as questões apontadas anteriormente, a investigação proposta aqui se estrutura a partir do seguinte problema de pesquisa: Como as culturas juvenis digitais podem interferir sobre a formação do leitor e as práticas de leitura entre jovens adolescentes no contexto escolar? Os objetivos específicos que levarão à resolução de tal questionamento são: a) identificar os processos e fatores gerais envolvidos na formação do leitor; b) refletir sobre as práticas de leitura do jovem leitor em etapa escolar e, por fim, c) considerar, a partir do papel escolar na formação do leitor, as potencialidades do uso das ferramentas digitais para a formação do jovem leitor.

A investigação terá caráter empírico e será desenvolvida tendo como base epistemológica a própria prática da pesquisadora, enquanto professora de Língua Portuguesa, junto a estudantes do último ano do ensino fundamental. Como referencial atinente à epistemologia da própria prática, utilizaremos Tardif (2002). O autor em questão observa que tal atividade profissional está relacionada com diversos e diferentes elementos, técnicas e saberes que acontecem em uma sala de aula e que “a questão dos saberes dos professores não pode ser separada das outras dimensões do ensino, nem do trabalho realizado diariamente pelos professores de profissão, de maneira mais específica” (TARDIF, 2002, p. 10).

A produção do material para as análises ocorrerá por meio de observação-participante e da tomada de notas de campo, enquanto a apreciação do material será realizada a partir de uma perspectiva hermenêutica, preocupando-se com a interpretação das experiências docentes vivenciadas. Esse processo será fundamentado a partir de Hermann (2003). Segundo tal autora, a hermenêutica “[...] quer fazer valer o fenômeno da compreensão diante da pretensão de universalidade da metodologia científica” (HERMANN, 2003, p. 16).

O resultado do estudo, por sua vez, realizar-se-á a partir da elaboração de um texto em formato de ensaio. Pensaremos sobre esse gênero textual, a partir dos pressupostos teóricos de Larrosa (2004) que expõe que o ensaio se torna ensaio a partir do momento em que se coloca à prova a subjetividade nele proposta.

2 FORMAÇÃO DO LEITOR

Nos anos iniciais do ensino fundamental, assim que aprendem a identificar as letras do alfabeto, os alunos se sentem entusiasmados e buscam fervorosamente conseguir ler os seus primeiros livros. Mas, infelizmente, tamanho entusiasmo pela leitura não tem se prolongado durante as etapas seguintes da vida de muitos estudantes. Atualmente, em grande parte dos casos, de forma prévia à conclusão do ensino fundamental, eles perdem o interesse pela leitura (antes mesmo de se tornarem leitores maduros e proficientes) e este fato ocorre, possivelmente, porque os textos e livros não lhes foram apresentados e trabalhados de forma correta, atraente e eficiente, despertando e mantendo a sua motivação.

Com o passar dos anos, torna-se cada vez mais desafiador ao professor elaborar métodos de trabalho que incentivem a leitura, principalmente, no que diz respeito ao uso físico do livro. Tal afirmação é realizada com base no avanço tecnológico e no crescimento da utilização das redes sociais por grande parte dos jovens (cada vez mais cedo). A escola “[...] vê reduzir-se sua influência: primeiro a mídia de massas e, recentemente, a comunicação digital e eletrônica multiplicaram os espaços e circuitos de acesso aos saberes e à formação cultural” (CANCLINI, 2009, p. 23). Cabe então, ao docente, a busca incessante pela inovação, visando acompanhar aquilo que pertence ao mundo do aluno e que pode ser importante para o seu crescimento como membro de uma sociedade dominada por inovações tecnológicas.

Em grande parte, os estudos referentes à leitura estão vinculados ao desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, à aquisição da língua materna. Sendo assim, consideraremos aqui, especialmente, os pressupostos de Bakhtin e Volochinov (2006) que contribuem para pensar a leitura e a linguagem como práticas sociais e elementos fundamentais na constituição dos indivíduos como sujeitos de uma sociedade.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas [...] mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2006, p. 125).

Antes de ser vista e considerada a partir de suas regras e formalidades, a linguagem verbal tem como função principal a promoção da comunicação e da interação entre os sujeitos. No que se refere à essa questão, Bakhtin (2000, p. 106) diz que: “Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, esse pode ser substituído pelo representante médio do grupo social a qual pertence o locutor”.

Tal processo comunicativo pode ser realizado, principalmente, por meio da fala ou da escrita e, uma vez que ocorra a compreensão da mensagem transmitida, ele será considerado exitoso. Caso não aconteça a compreensão do que foi emitido, é possível afirmar que o processo comunicativo não foi realizado com sucesso, pois não transmitiu a mensagem intencionada. De acordo com (BAKHTIN, 2000, p. 35), “[...] a relação com o sentido é sempre dialógica. O ato de compreensão já é dialógico.”

No que diz respeito a esse fator, a interlocução verbal relaciona-se também à leitura de textos e livros. Para que exista a comunicação entre o autor e o leitor, é fundamental que haja o entendimento das ideias que foram escritas. Sendo assim, o contexto em que cada leitura é realizada faz toda a diferença no processo e intensifica

a ideia de que é fundamental que as propostas de trabalho com a leitura apresentadas pelos professores tenham relação com o mundo do sujeito-leitor, pois esse elemento facilitará a compreensão e promoverá a aproximação entre o texto e realidade do aluno, proporcionando sentido ao processo.

A linguagem verbal não é vista primordialmente como sistema formal, mas como atividade, como um conjunto de práticas socioculturais – que têm formatos relativamente estáveis (concretizam-se em diferentes gêneros do discurso) e estão atravessadas por diferentes posições avaliativas (concretizam diferentes vozes sociais) (FARACO, 2009, p. 120).

Saber ler vai muito além de decodificar símbolos escritos. Não basta saber responder questões sobre um texto, como frequentemente acontece nas escolas. Saber ler significa utilizar e compreender textos, além de ser capaz de refletir sobre eles, conseguindo a partir de então, alcançar objetivos pessoais, desenvolvendo seu potencial e, conseqüentemente, participando plenamente da sociedade em que vive. De tal maneira, a importância de que o professor conheça e proporcione aos alunos múltiplas possibilidades de leitura se torna ainda maior, pois somente assim, ele será capaz de desenvolver um trabalho que colabore para com a formação de verdadeiros leitores, que compreendam, utilizem e reflitam sobre os textos, conforme citado anteriormente.

Sobre a formação de leitores, Gurgel (1999, p. 210) afirma que: “Através da leitura”, portanto, reconhecemos parte da humanidade e não seres isolados, somos capazes de tecer a própria individualidade a partir do e com o outro. A leitura, conforme colocação realizada anteriormente, faz parte do processo comunicacional e estabelece um diálogo entre o autor e o leitor, fazendo com que novas realidades sejam descobertas.

Para tanto, se faz necessário um trabalho contínuo, que deve ter início nas etapas da alfabetização e que se estenda à adolescência dos alunos. Torna-se imprescindível, conforme é possível comprovar a partir de pressupostos teóricos citados anteriormente, que tão logo a criança reconheça e estabeleça relação entre as letras e símbolos, ela possa relacioná-los a elementos de sua vida, dotando o processo de alfabetização de sentido e promovendo o diálogo entre a leitura e a sua própria realidade. Como diz Freire (1981), “o ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”.

2.1 A leitura entre jovens adolescentes no contexto escolar

Além do processo de formação do leitor, existe outro momento delicado e de extrema importância no que diz respeito à leitura. Na adolescência, muitos alunos perdem, gradativamente, o interesse pelos livros, e isso se deve em grande parte, à maneira como recebem (ou não) o incentivo referente a esse hábito, fora e, principalmente, dentro da escola, que ocupa papel fundamental em tal processo.

Para Silva (1999), refletir sobre o processo de formação de leitores e incentivo à leitura implica pensá-la como uma atividade que tem a ver com a subjetividade do leitor e não somente com aquilo que sabe, mas também com aquilo que ele é. Schneider e Barbosa (2007) dizem o seguinte sobre essa questão: “Vale citar também o quanto é importante o trabalho com textos que respondam a exigências das situações privadas de interlocução. Em função dos compromissos de assegurar ao aluno o exercício pleno da cidadania” (SCHNEIDER; BARBOSA, 2007, p. 104).

De tal maneira, pode-se dizer que, para existir interesse pela leitura por parte dos jovens adolescentes, é preciso que ela se mostre de forma atraente e que tenha relação com o mundo e com as experiências desses sujeitos. Ou então, vendo-a como prática social, que seja apresentada como algo relacionado aos seus interesses, de acordo com cada momento e ambiente.

Inicialmente, é importante ressaltar que os métodos de ensino e trabalho com a leitura utilizados em

sala de aula, muitas vezes, não permitem ao aluno estabelecer uma relação entre leitura e mundo e, dessa forma, tornam-se desinteressantes aos olhos dos estudantes. Em diversas situações, os textos (de variados gêneros) são selecionados pelos professores unicamente com o objetivo de trabalhar a decodificação de símbolos (letras e sinais de pontuação), ou então, de desenvolver o conhecimento referente a conteúdos gramaticais específicos. Sendo assim, a razão principal do ato de ler acaba não ocorrendo no ambiente escolar.

[...] lê-se para entender o mundo, para viver melhor. Em nossa cultura, quanto mais abrangente a concepção de mundo e de vida, mais intensamente se lê, numa espiral quase sem fim, que pode e deve começar na escola, mas não pode (nem costuma) encerrar-se nela. (LAJOLO, 2000, p. 7).

Enquanto professora de Língua Portuguesa, atuando junto aos jovens adolescentes estudantes dos anos finais do ensino fundamental, procuro sugerir leituras que, de alguma forma, estejam vinculadas à realidade dos meus alunos ou que dialoguem com o mundo em que eles vivem. Para tanto, se faz necessário um olhar atento, buscando a identificação de temáticas que sejam atrativas ou que estejam em debate em cada determinado momento.

Freire (1981), em “A importância do ato de ler”, relata quanto à sua experiência como professor de Língua Portuguesa, que seus alunos não eram induzidos à memorização mecânica de conteúdos específicos e que, tampouco, tais temáticas eram trabalhadas de formas fragmentadas e descontextualizadas. As propostas pedagógicas desenvolvidas visavam despertar a curiosidade dos estudantes e abordavam as questões gramaticais dentro do corpo de textos. Ele reforça essa ideia afirmando que: “A memorização mecânica de descrição do elo não se constitui em conhecimento do objeto” (FREIRE, 1981, p. 12).

Levando em consideração as afirmações realizadas anteriormente, as escolas e, principalmente, os professores da atualidade, devem buscar desenvolver leitores por meio de métodos diferenciados de ensino, que estejam ligados à realidade, aos interesses e às subjetividades dos alunos.

Em alguns casos, que podem ser considerados bastante prejudiciais no que se refere ao estímulo à leitura, não existe um momento para que os jovens leiam em sala de aula. Isso ocorre, normalmente, porque os professores de Língua Portuguesa precisam desenvolver conteúdos previamente estabelecidos pela BNCC - Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2018) e/ou pelos planos de ensino das redes onde atuam e que estão ligados, prioritariamente, às questões gramaticais. De tal maneira, muitas vezes, os docentes não conseguem ou não sabem como interligar essas duas temáticas.

O que há, então, para o professor, é um script de autoria alheia, para cuja composição ele não foi chamado: leitura jogralizada, testes de múltipla escolha, perguntas abertas ou semiabertas, reescritura de textos, resumos comentados são alguns dos números mais atuais do espetáculo que, ao longo do território nacional, mestres, menos ou mais treinados, estrelam para plateias às vezes desatentas, às vezes rebeldes, quase sempre desinteressadas, sobrando a seção de queixas e reclamações para congressos, seminários, cursos de atualização e congêneres, ou então pesquisas como a que aqui está sendo comentada (LAJOLO, 2000, p. 13-14).

Ainda pior do que não saber formar leitores e não conseguir incentivar a leitura na adolescência é a falta de tempo que muitos professores reservam para atividades relacionadas à leitura. Antunes (2003) publicou as respostas dos alunos para uma pesquisa sobre a frequência com que a leitura era realizada em sala de aula, juntamente com a justificativa de cada uma e, entre elas, a que mais chama atenção é a seguinte: “Nunca porque a professora achava que perderia muito tempo de aula”.

Nem precisa muito esforço para perceber em que “a leitura atrapalha”, ou qual “a matéria” que precisava “ir pra frente”. Na verdade, a compreensão deturpada que se tem da gramática da língua e de seu estudo tem funcionado como um imenso entrave à ampliação da competência dos alunos para a fala, a escuta, a escrita e principalmente, a leitura de textos adequados e relevantes (ANTUNES, 2003, p. 30).

Antunes (2003) reforça também a ideia já apresentada anteriormente de que, no que se relaciona ao ensino da leitura, encontramos em sala de aula, uma atividade centrada nas habilidades de decodificação da escrita. A autora diz ainda que “quase sempre nestas circunstâncias, não há leitura, porque não há “encontro” com ninguém do outro lado do texto” (ANTUNES, 2003, p. 27). Ou seja, nesses casos, o trabalho desenvolvido pelos professores não visa a compreensão do texto lido e não há a preocupação sobre o sentido que ele apresenta para o aluno envolvido no ato da leitura.

2.2 Culturas juvenis digitais

O surgimento e a polarização da internet, na década de 1990, trouxe mudanças significativas quanto à forma como os textos e livros são lidos. Atualmente, é bastante comum encontrarmos pessoas realizando leituras por meio de dispositivos eletrônicos, como celulares, *tablets*, *kindles* e *notebooks*, por exemplo. De acordo com Cunha (2015), a internet é um canal que permite ao leitor criar, recriar, adaptar e transformar textos.

Perante a essas mudanças, as mídias digitais, muitas vezes, são consideradas pelos professores como “vilãs” no processo de ensino-aprendizagem e responsáveis por fazer com que os alunos percam o gosto e o interesse pela leitura. Entretanto, segundo Castells (2003), a internet é mais do que uma tecnologia, é um meio de comunicação, de interação e de organização social. De tal maneira, é possível dizer que a internet e os adventos tecnológicos podem e devem ser reconhecidas e utilizadas como linguagens nas aulas, principalmente, em atividades que visem o incentivo à leitura. O processo de formação de leitores pode ocorrer por meio de uma prática diferenciada, tendo como objetivo despertar nos alunos o gosto pela leitura e mostrando a eles a importância dela como fonte de informação e comunicação junto à sociedade.

O momento que vivemos caracteriza-se, especialmente, pelo acesso ilimitado a todos os tipos de conteúdo. A sociedade deste período, como afirma Castells (2010), recebe vários tipos de informações, culturas e modos de vida graças às novas tecnologias. Ainda de acordo com o sociólogo espanhol citado anteriormente, “As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo sendo moldadas, por ela” (CASTELLS, 2006, p. 40).

O perfil e o modo de vida dos jovens também vêm sofrendo mudanças resultantes das evoluções tecnológicas e da ampliação referente às possibilidades de acesso e comunicação pela internet, mais especificamente, por meio das redes sociais digitais. Os fatores mencionados anteriormente refletem, consequentemente, novas formas de pensarmos sobre as gerações existentes na contemporaneidade, bem como, de denominá-las, conforme abordam Feixa e Leccardi a seguir:

A partir de meados dos anos 1990, com a emergência da sociedade em rede, surge uma nova teoria em torno da noção de “sobreposição geracional”. Isto corresponde à situação em que os jovens são mais habilidosos do que as gerações anteriores em um centro de inovação para a sociedade: a tecnologia digital (TAPSCOTT, 1998; CHISHOLM, 2005 apud FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 186).

É possível refletirmos sobre tais transformações a partir de definições sobre as diferentes gerações, também pensadas por Carles Feixa e expostas por ele e Weissböck, no fragmento a seguir:

a) Geração X versus Geração @. Se a última geração do século XX foi batizada de “geração X” (marcada pelas incertezas e paradoxos das crises ideológicas e fim da história) pelo escritor norte-americano Douglas Coupland (1993), que pretendia identificar os aspectos centrais e a ambiguidade ideológica do pós 1968, Feixa (2000) batizou os jovens que vivem hoje neste território, a primeira geração do século XXI, como a Geração @. É evidente que as gerações não são estruturas compactas, são apenas referentes simbólicos que identificam vagamente os agentes socializados em um mesmo período histórico. Desta perspectiva, o termo “Geração @” pretende

expressar três tendências do processo de mudança: em primeiro lugar o acesso universal – mesmo que não seja geral – às novas tecnologias da informação e da comunicação; em segundo lugar a dissolução das fronteiras tradicionais entre os sexos e os gêneros; e em terceiro lugar o processo de globalização cultural que acarreta, necessariamente, em novas formas de exclusão social, em escala planetária (FEIXA, WEISSBÖCK, 2019, p. 7).

No que diz respeito ao comportamento dos jovens adolescentes, o pesquisador português José Machado Pais nos diz que, atualmente, “os jovens querem, sobretudo, viver a cidadania” (PAIS, 2019, p. 311). Portanto, para ele, os adolescentes se sentem na condição de cidadãos pertencentes à sociedade onde estão inseridos quando percebem que a sua “voz” é escutada e que as suas causas estão representadas.

Para justificar tal pensamento, Pais cita algumas manifestações sociais juvenis, como, por exemplo, “o movimento dos jovens indignados, especialmente nos atos que se realizaram na Puerta de Sol, em Madrid e no Rossio, em Lisboa”. Para ele, esses movimentos surgem como “formas coletivas de manifestação social que permitem a afirmação de subjetividades sócio centradas” (PAIS, 2019, p. 311).

Também de acordo com José Machado Pais, um dos principais espaços sociais em que os jovens têm seu protagonismo reconhecido, na atualidade, é o meio virtual das novas mídias digitais. Elas permitem com que os adolescentes de diferentes lugares do mundo estejam “conectados”, troquem informações e articulem ideias (inclusive, organizando manifestos). Além disso, as recentes tecnologias digitais da comunicação estão democratizando o acesso ao conhecimento e ampliando as possibilidades de inclusão digital.

Os jovens de diferentes latitudes sociais mobilizam-se nas redes sociais, interconectam-se, tecem tramas de cumplicidade. Por outro lado, as novas tecnologias de comunicação estão a provocar um câmbio educativo quer a nível das metodologias de ensino que a nível de sua própria expansão, ao anunciarem uma maior democratização de acesso ao conhecimento (PAIS, 2019, p. 313).

Sendo assim, um dos nossos maiores desafios como professores de Língua Portuguesa e Literatura é utilizar os avanços tecnológicos em favor da educação e não mais como “inimigos” do processo de ensino-aprendizagem. É fundamental também que estejamos provendo meios que mantenham os alunos interessados pelo hábito da leitura ao longo dos anos finais do ensino fundamental, bem como durante o ensino médio, tornando-os leitores proficientes, capazes de compreender, refletir e questionar acerca das questões sociais que os cercam. Outro ponto crucial é fazer da leitura um elemento indispensável para a construção de saberes relacionados às diversas áreas do conhecimento.

3 CONCLUSÃO

Como já mencionado anteriormente, a leitura é um dos pilares da educação, pois é prioritariamente no ambiente escolar que a prática da leitura é sistematizada formalmente. De acordo com a pesquisa realizada para o desenvolvimento deste trabalho, não há como negar que a escola, instituição encarregada pela formação educacional do indivíduo, possui o papel mais importante na construção de sujeitos leitores e também no incentivo à leitura.

Constatou-se durante a produção deste artigo que as práticas leitoras desenvolvidas pela escola refletem diretamente na formação do leitor, pois muitas vezes os alunos encontram espaço adequado e propício para a leitura plena, onde interagem de forma consciente com o texto, apenas no ambiente escolar.

Pode-se concluir também que não basta que as escolas e os professores tenham acesso aos textos adequados para o trabalho com os alunos em sala de aula. A forma como se trabalha com esses textos é fundamental para a formação de leitores que mantêm o interesse pela leitura ao longo dos anos e que, além disso, fazem da leitura uma ferramenta de comunicação junto à sociedade.

Devido a isso, criar um diálogo entre a literatura e as mídias digitais pode ser considerado um caminho promissor, tendo em vista que vivemos em um momento no qual somos todos, constantemente, atraídos pelos rápidos avanços tecnológicos. Além de tal fator, Feixa e Weissböck destacam que: “As gerações nascidas após anos 1980 são formadas por adolescentes nascidos em um contexto de grandes influências tecnológicas e capazes de utilizar melhor a Internet que os adultos”. (FEIXA; WEISSBÖCK, 2019, p. 5).

De tal forma, torna-se necessário também que saibamos como fazer uso das diferentes possibilidades que a tecnologia nos proporciona referente às maneiras de ser leitor. Não é mais viável que, como educadores, estejamos admitindo como válidas e efetivas somente as práticas de leitura realizadas por meio dos dispositivos impressos (livros, revistas e jornais, por exemplo).

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Aula de Português: Encontro e Interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques, 3. ed., Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2009.
- CASTELLS, M. **Internet e Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1, 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução [de] Roneide Venâncio Majer. 7. ed. rev. e ampl. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- CUNHA, S. H. M. da. Práticas de leitura na cultura digital: pensando o aprendizado da leitura no ensino superior. 2015. 123 f. **Dissertação** (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <http://online.unisc.br/btd/detalhe.php?cod_empresa=87&cod_acervo=153987>. Acesso em: 26 set 2021.
- FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FEIXA, C.; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado-UNB**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/QLxWgzvYgW4bKzK3YWmbGjj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- FEIXA, C.; WEISSBÖCK, L. P. **Da geração @ a geração Blockchain: a juventude na era postdigital**. 2019. Disponível em: <https://library.org/document/zx9678dz_da-a-geracao-blockchain-juventude-na-era-postdigital.html>. Acesso em: 24 mar. 2022.

- FREIRE, P. **A importância do ato de ler** – Em três artigos que quase se completam. 42. ed. São Paulo, SP: Parana, 1981.
- GURGEL, M. C. L. **Leitura: representações e ensino**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- HERMANN, N. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2003.
- LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 5. ed., São Paulo: Ática, 2000.
- LARROSA, J. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 27-44, 2004
- PAIS, J. M. Como cartografar a condição e o futuro dos jovens? Entrevista com José Machado Pais. [Entrevista cedida a] Rosane Castilho. **Juventude e Educação na América Latina**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2019. Disponível em: <<https://pedrojoaoeditores.com.br/site/juventude-e-educacao-na-america-latina/>>. Acesso em: 19 mar. 2022.
- SCHNEIDER, S. D.; BARBOSA, V. K. **Linguagem, sociedade e interação: reflexões teórico-práticas**. Novo Hamburgo: Feevale, 2007.
- SILVA, E. T. **A formação do Leitor: Pontos de vista**. Rio de Janeiro, RJ: Argus, 1999.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

AS EXPERIÊNCIAS, MOTIVAÇÕES E MEMÓRIAS NAS ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE CAPTAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE PÚBLICO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Cleberli Fabiano Costa de Arruda

Judite Sanson de Bem

1 INTRODUÇÃO

Dada a importância da cultura em seus mais diversos conceitos, seja pelo viés econômico e suas implicações, o viés social e seus impactos ou ainda como agente de desenvolvimento, que de acordo com Throsby (2010) tem um potencial de fomentar e desenvolver economicamente e socialmente através das indústrias criativas ou ainda, segundo Canclini (2010), que reforçou o argumento, pois segundo o autor, a mesma pode ser como política de inclusão social possibilitando ainda a ampliação da cidadania.

Porém, neste cenário atual tem-se presenciado um constante distanciamento do Estado quanto a sua presença como fomentador de ações necessárias a ampliação e continuidade dos diferentes equipamentos culturais, além de um sucateamento dos equipamentos existentes. Esta preocupação mostra que, além da dependência do subsídio estatal para manutenção dos mesmos, há uma falta de público consumidor para as artes de forma geral, gerando assim uma preocupação e necessidade de criar alternativas para a sustentabilidade destes.

Observando enquanto profissional da área cultural, as dificuldades enfrentadas pela gestão de equipamentos culturais, especificamente de teatros, considerando a importância destes na cadeia produtiva da cultura, da sua riqueza, o impacto social e econômico, entende-se que o consumidor de cultura é peça chave para a dinâmica e funcionamento desta engrenagem. Assim, tem-se uma constante dificuldade e que nos leva a seguinte questão: Com base na literatura existente sobre consumo e marketing cultural, fatores e influências no consumo cultural de shows e espetáculos em equipamentos, considerando experiências, memórias e motivações, os gestores culturais em suas práticas consideram as mesmas nas estratégias e ações para captação e fidelização de público?

2 JUSTIFICATIVA

Os espaços culturais como teatros, espaços de fruição artísticas, bibliotecas ou museus além da importância na promoção da cultura possibilitam a visibilidade de novas produções, de reflexões e temas caros à sociedade através das manifestações artísticas. Segundo Barros e Bezerra (2018) e Barros e Rattes (2021), também são importantes ferramentas, considerando o ponto de vista da cadeia produtiva do fazer artístico, pois se constituem num espaço onde se executa e ocorre ao mesmo tempo a fruição da arte e, principalmente, por ocorrer o encontro do consumo (o público) e o artista (ofertante) e sua obra, além do ponto de vista social, por serem os espaços onde há convivências e trocas de uma comunidade.

Ainda sob a ótica da cadeia produtiva ou do ponto de vista da economia, segundo Santos e Davel (2018), este espaço é onde se finaliza a entrega de um serviço ou obra que envolveu uma cadeia de produtores, iluminadores, artistas, coreógrafos entre tantos outros trabalhadores da área fim quanto de uma cadeia muitas vezes não mensurada, como da gastronomia, turismo, transportes e comércio.

Estes espaços também são lugares de memória, que podem ser objetos, instrumentos ou instituições,

dependendo apenas que estejam estritamente interligados à memória e à história. Deve, também, haver nos lugares da memória uma intenção memorialista que garanta sua identidade, e que permita que eles não sejam meros lugares de história (NORA, 1993).

Para a análise dos espaços da memória e suas contribuições para esta pesquisa, deve ser levado em consideração que nem todo lugar onde há reverberação da memória é espaço de memória. Em uma de suas definições, Nora (1993) propõe que é necessário haver uma intenção memorialista a fim de que o espaço seja identificado como lugar de memória.

Segundo Serroni (2002), mesmo um teatro sem plateia é um espaço com memórias, pois conta histórias, segundo ainda o autor são a expressão de um tempo, de uma cultura. E sendo os equipamentos culturais, teatros são espaços onde acontecem eventos, palestras, apresentações, espetáculos e performances, que de certa maneira, propiciam a difusão da memória, podendo não se observar de maneira direta a intenção da difusão da memória, mas ela ocorre no processo do consumo cultural na experiência, emoções, memória e engajamento.

Huyssen (2000) acredita que a indústria cultural do ocidente tem promovido um crescente mercado da memória. Ainda segundo Nunes (2015), os consumidores querem sentir emoções, serem tocados, o que fez com que o apelo à memória se tornasse um artifício das sociedades de consumo. Para a autora, as escolhas estão sempre ligadas aos sentimentos, inclusive as escolhas dos produtos/serviços que serão consumidos, geram os estímulos à memória, sempre ligada à afetividade, promovidos pelo mercado. Kopytoff (2008) também apresenta argumentos interessantes a este debate, afirmando que o valor dos objetos é conferido de forma sentimental e por escolha individual.

Getz e Page (2019) afirmam que eventos culturais podem utilizar a memória, e, a partir das experiências e emoções, fidelizar clientes, o que, segundo os autores, pode ser uma experiência memorável tem três níveis:

- Experiência basal: uma reação emocional a um estímulo, mas com impacto insuficiente para ficar muito tempo na memória;
- Experiências memoráveis: a emoção pode ser lembrada posteriormente;
- Experiências transformadoras: resultam em mudanças duradouras em um nível de atitude ou nível comportamental.

Porém, apesar de todas as potencialidades, os equipamentos culturais e sua gestão no que tange a captação de público e fidelização ainda não despertam a atenção para pesquisas, principalmente nas áreas dos desafios hoje encontrados. Ainda, conforme Santos e Davel (2018), as pesquisas se concentram na distribuição geográfica, estatísticas ou tipologias, justificando que apresentam um contexto gerencial diferenciado das demais organizações com particularidades e desafios de ordem administrativa, econômica, social e política.

Neste aspecto, seus gestores geralmente respondem com uma estratégia que, ao centrar esforços em dimensões muitas vezes voltadas para a gestão de patrimônio, receitas, despesas, pessoas e finanças, esquecem de outros desafios no que diz respeito à formação do público e as formas de fidelizar o mesmo - como principal desafio dos equipamentos culturais sua sustentabilidade, que em um conceito mais amplo considera as dimensões financeira, social e ambiental.

Nesta perspectiva, este estudo detém-se no fator mais urgente: a ausência de público, preocupação de gestores culturais dos mais diversos perfis de espaços, equipamentos culturais, que, a partir daqui passaremos a restringir nossa terminologia a equipamentos culturais, espaços destinados e construídos com o intuito de servir de palco para apresentações artísticas.

É de Brustein (2006, p. 269) a frase: “Não existe obra até que se chegue ao público”. Já no período elisabetano na Inglaterra, era um saber prático que o público era a razão de ser do teatro, Shakespeare viabilizava seu teatro com público era quase insignificante a contribuição da coroa inglesa. Sem menosprezar a importância do público, na experiência da fruição, da troca com o artista, se traz aqui a importância do mesmo enquanto viabilizador econômico de qualquer espaço cultural, seja ele público ou privado.

Para Araújo (2019), os públicos podem ser captados, formados, fidelizados, a depender da relação que se estabeleça entre ele e a organização artística. De um modo geral, tem-se o entendimento da formação de plateia com foco na formação do indivíduo, enquanto educação ou detentora de conhecimento e interesse na fruição e apreciação artística. Vemos e passamos a construir a presença deste público viabilizador do negócio cultural. Públicos são potenciais consumidores e geradores de receita que garantirão ou irão colaborar com a viabilidade econômica do equipamento gerando receitas necessárias para isso, reconhecendo que para além da importância social, as artes têm sua importância econômica (FURTADO, 1984; LEITÃO; GUILHERME, 2014; LINS, 2015; RENTSCHLER, *et al.*, 2002).

Ainda conforme Araújo (2019), a formação e a captação devem andar juntas. Ora se complementam, ora se confundem, mas são, cada uma com suas idiossincrasias, fundamentais para o fortalecimento da relação entre artistas e seus públicos. Em uma organização artística como um teatro, por exemplo, com ou sem fins lucrativos, seja ela patrocinada por iniciativa pública ou privada, os públicos continuam sendo seus principais clientes e sem eles perde-se a razão desta organização existir.

Uma organização mantida através de recursos oriundos de uma empresa privada e que não tenha um público satisfatório, não oferece contrapartida ao seu patrocinador, que espera comunicar e agregar sua marca a um determinado número de pessoas. Segundo Bennett (1997), as organizações mantidas com recursos ou subsídios governamentais precisam, igualmente, do público para justificar tais benefícios. Afinal, o que lhes faz receber verba pública é a certeza de que a arte ali produzida também será comunicada e apresentada a um determinado número de pessoas beneficiadas por aquela experiência.

Justifica-se ainda tal estudo como esforço de trazer à luz diretrizes e conceitos sobre captação e fidelização de público, uma vez que a falta de políticas governamentais destinadas a modernização destes equipamentos e capacitação de gestores implicam em uma deficiência ferramental nos seus processos de gestão. Imprescindível para a execução e palco para distribuição do fazer artístico, a viabilidade econômica dos mesmos, através da captação e fidelização de público é um tema pertinente e necessário.

O estudo em questão se justifica também pela constatação da carência de pesquisas deste escopo no Brasil, confirmado por citações de pesquisadores, assim como no encontro raro de publicações de teses e na pouca literatura encontrada, que basicamente foca em políticas públicas. Constata-se ainda, a carência de pesquisas brasileiras pela ótica do consumidor, na busca por conhecer suas motivações e contribuições para a sustentabilidade dos equipamentos culturais.

3 OBJETIVOS

O estudo terá como objetivo geral identificar os conceitos descritos na literatura quanto a captação, formação e fidelização de público consumidor de cultura em equipamentos culturais, especificamente teatros e se estes estão contemplados nas ações e estratégias utilizadas pelos gestores de equipamentos culturais privados e públicos tendo ainda como objetivos específicos:

- Descrever, mediante pesquisa na literatura quais são os fatores determinantes no consumo cultural;
- Expor as motivações, experiências e memórias que promovem o consumo e fidelização de produtos culturais;
- Identificar práticas de captação e fidelização de públicos não descritas na literatura pesquisada;
- Problematicar as dificuldades encontradas pelos gestores de equipamentos culturais na fidelização dos públicos mediante aplicação de 489 questionários;
- Sugerir ações no sentido de contribuir para a melhoria de práticas no campo pesquisado;
- Distribuir a amostra de forma a contemplar a diversidade de gestores do país.

4 METODOLOGIA

Apresentar o caminho pelo qual pretende-se responder o tema e a problemática estabelecida neste estudo, bem como os procedimentos para coleta e análise de dados. Os procedimentos metodológicos permitem que se elabore o desenvolvimento da pesquisa, mostrando como foi concebida e realizada, ao se utilizar técnicas que sejam adaptadas ao problema apresentado, melhor atendendo aos objetivos de pesquisa propostos com este estudo.

Segundo Mayo (2001), do ponto de vista antropológico, pode-se dizer que o ser humano sempre de uma forma ou outra pesquisou, buscou o conhecimento e principalmente as explicações para os fenômenos que não compreendia. Seja através dos mitos que procuravam de alguma maneira dar conta da curiosidade do ser humano ou pelas buscas do conhecimento. Segundo a autora, foram as dimensões que deram conta desta inquietude humana até o momento desde as religiões, a filosofia tentou dar conta desses vácuos, mas também as artes, a sociologia e a poesia, entram em cena para revelar os fenômenos não compreendidos. O plano de pesquisa que pretende se aplicar também é defendido por Gil (2002).

4.1 Tipo de Pesquisa

Quanto à natureza da pesquisa, se tratará de uma pesquisa exploratória onde, de acordo com Sellitz *et al.* (1974), este tipo de pesquisa refere-se à descoberta de ideias e instituições, assim, considera-se aspectos tanto objetivos como subjetivos nesse tipo de investigação. Conforme Godoy (1995, p. 63), “[...] quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, este tipo de investigação parece ser o mais adequado”.

Quanto ao tipo, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa descritiva, pois descreve as características de determinada população ou fenômeno. Uma de suas peculiaridades desta pesquisa está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática que neste caso ocorrerá através do formulário. A abordagem será quantitativa e quanto ao procedimento técnico é caracterizado como um levantamento, tipo *survey* (GIL, 2002). A população da pesquisa é composta por todos gestores cadastrados na base de dados da Secretaria Nacional da Cultura, no banco de dados do Mapa Cultural, onde serão extraídos da base de dados espaços culturais, teatros, públicos e privados para serem pesquisados.

4.2 Instrumento de Coleta de Dados

Para a realização desta pesquisa como instrumento de coleta de dados serão elaborados questionários (tipo

survey) enviados por meio de formulários eletrônicos, aos gestores de equipamentos culturais de teatro, de acordo com a base de dados do Mapa da Cultura, da Secretaria Especial da Cultura do Brasil.

A base de dados conta com 21.183 espaços e atividades cadastradas, desta aplicados os filtros teatro, casa de espetáculos, centro cultural privado, centro cultural público, teatro privado, teatro público e usina cultural chegou a lista com 1180 equipamentos. Destes, com contato de correio eletrônico informado, têm-se 601 espaços distribuídos geograficamente.

A coleta de dados será realizada por meio de questionários do *Google Forms*, direcionado aos 601 gestores das bases de dados da Secretaria Especial da Cultura vinculada ao Ministério do Turismo com e-mail cadastrado, de uma base total de 1180 equipamentos. Serão enviados estes formulários aos e-mails cadastrados junto aos gestores destes equipamentos culturais. Nesta coleta de dados o objetivo será questionar sobre a prática de gestão dos equipamentos alinhada às teorias encontradas na literatura no que se refere à captação e fidelização de público.

Os gestores também serão questionados sobre a operacionalização de práticas não citadas para que sejam relatadas nas observações. Para tal, haverá um segundo momento em que quatro gestores - os considerados mais aderentes às práticas - serão convidados a participar de uma entrevista semiestruturada, selecionados dois gestores da esfera pública e dois da esfera privada. Tal momento se justifica pela importância de aprofundar o tema em questão - práticas ainda não elencadas pela literatura. Aaker, Kumar e Day (2004, p. 209) definem entrevista como sendo “[...] aquelas realizadas frente a frente com o respondente, na qual o assunto objeto da entrevista é explorado em detalhes.”

As entrevistas semiestruturadas serão realizadas após o resultado do primeiro questionário com questões previamente testadas e validadas com um gestor convidado. O roteiro das perguntas será aplicado de maneira idêntica a todos os entrevistados. As questões serão divididas entre os principais eixos norteadores, elaboradas com o respaldo dos principais autores estudados sobre o tema. As entrevistas acontecerão de forma individualizada por meio online e com agendamento prévio, conduzidas e gravadas pelo pesquisador deste estudo e, posteriormente, transcritas. Esta triangulação será importante para o fortalecimento da pesquisa, a fim de aumentar a confiabilidade da pesquisa (YIN, 2009).

5 RESULTADOS ESPERADOS

O resultado esperado é identificar se há uma correspondência entre as estratégias e ações dos gestores dos equipamentos culturais como teatros, com o mercado consumidor e com a literatura existente que estuda o consumo e a gestão cultural, seja por fidelização, programação, renda, assim como também como entender se há consonância entre a curadoria dos espetáculos ou shows com os gostos relatados em pesquisas, bem como a interação destes gestores com os territórios onde estão inseridos. Pois a hipótese é de que não estas correspondências, e que caso houvesse uma maior correspondência entre estas ações e estratégias e a literatura já estudada poderia haver uma maior contribuição e ampliar o consumo cultural.

6 CONCLUSÃO

Nas pesquisas realizadas até o momento ainda não é possível consolidar uma conclusão, mas os referenciais teóricos e dados colhidos justificam a necessidade da pesquisa, pois sua contribuição para a gestão cultural será fundamental para a prática cultural, melhoria e eficiência em equipamentos culturais, contribuindo principalmente

para a sustentabilidade dos mesmos. Além do fortalecimento do campo de pesquisa, identificando oportunidade de aprofundamento em campos de pesquisa como engajamento cultural.

REFERÊNCIAS

- AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ARAÚJO, B. O teatro, os públicos e o marketing: um ensaio sobre públicos enquanto eixo de sustentabilidade para as organizações artísticas teatrais. *In*: KAUARK, G.; RATTES, P.; LEAL, N. **Um lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação**. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 231 - 248.
- BARROS, J. M.; BEZERRA, J. H. **Gestão cultural e diversidade**: do pensar ao agir. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2018.
- BARROS, J. M.; RATTES, P. C. dos S. Formação de gestores de equipamentos culturais: desafios e perspectivas. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 264–280, nov. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.185246>>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- BENNETT, S. **Theatre audiences**: a theory of production and reception. 2nd ed. New York: Routledge, 1997.
- BRUSTEIN, R. S. **Millennial Stages: Essays and Reviews**, 2001-2005. Yale University Press, 2006.
- FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- GETZ, D.; PAGE, S. J. **Event studies**: theory, research and policy for planned events. 4th ed. New York: Routledge, 2019.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. **Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 65-71, 1995.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. *In*: APPADURAI, A. **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008.
- LEITÃO, C.; GUILHERME, L. L. **Cultura em movimento**: memórias e reflexões sobre políticas públicas e práticas de gestão. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.
- LINS, C. P. de C. Medição econômica do campo cultural no Brasil. *In*: BANDEIRA, M. G.; COSTA, L. F. (org.). **Dimensões criativas da economia da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 43-56. (Coleção Observatório da Economia Criativa).
- MAYO, A. **The human value of the enterprise**. London: Nicholas Brealey Publishing, 2001.
- NORA, P. Entre Memórias e História: A problemática dos Lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.

NUNES, M. R. F. Cena cosplay: breves narrativas de consumo e memória pelas capitais do Sudeste brasileiro. *In*: NUNES, M. R. F. (org.). **Cena cosplay**: comunicação, consumo, memória nas culturas juvenis. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RENTSCHLER, R.; *et al.* Relationship marketing, audience retention and performing arts organisation viability. **International Journal of Nonprofit and Voluntary Sector Marketing**, New York, v. 7, n. 2, p. 118-130, may 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/27480075_Relationship_Marketing_Audience_Retention_and_Performing_Arts_Organisation_Viability>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SANTOS, F. P.; DAVEL, E. Gestão de equipamentos culturais e identidade territorial: potencialidades e desafios. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 109-134, jan./mar. 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/36082>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SELLTIZ, C.; *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 3. ed. São Paulo: E.P.U., 1974.

SERRONI, J. C. **Teatros**: uma memória do espaço cênico no Brasil. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

THROSBY, D. **The economics of cultural policy**. New York: Cambridge University Press, 2010.

YIN, R. K. Case Study Research: **Design and Methods**. 4. ed. Los Angeles: SAGE 2009.

DANÇA AFRO-BRASILEIRA: MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE, CORPO E CONTEMPORANEIDADE

Paola Verdun

Tamára Cecília Karawejczyk Telles

Lúcia Regina Lucas da Rosa

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é a dança afro-brasileira. A partir de algumas invisibilizações e questionamentos produzidos em torno da ancestralidade negra no Estado problematiza-se que, na sua ausência, também são ausentes as manifestações culturais e identitárias afrodescendentes. De acordo com a PNAD Contínua, em 2019 o Rio Grande do Sul contava com 11,35 milhões de habitantes, 79% dos quais eram brancos, 14,3% eram pardos, e 6,2% eram pretos (AUGUSTIN, 2021). O Relatório técnico estadual de 2021 afirma que esses percentuais estão mudando, chegando a ser registrada uma redução da população branca entre 2012 e 2019, bem como um aumento de 3,3 pontos percentuais da população parda e de 1,0 ponto percentual da população preta. Esse panorama, ao se transformar, pode também alterar outros movimentos, como o da invisibilização ou falta dos símbolos da presença negra no nosso estado.

Não há nenhum símbolo que demonstre a presença negra no estado. Essa invisibilidade faz parte do racismo sulino, ou seja, ao negar e sonegar o papel dos negros no estado, estamos praticando um ato de racismo, porque se está, inclusive, escondendo as fontes históricas (ASSUMPÇÃO, 2014).

Pensando nesta invisibilização, problematiza-se e questiona-se como produzir novas visibilidades sobre a população negra a partir de uma manifestação cultural e artística, a qual tem estreita ligação com a sua ancestralidade, como a dança afro-brasileira. As danças afro são fruto de uma transmissão oral e corporal milenar que apresenta simbolismos próprios e gestos específicos (ZENÍCOLA, 2014). Assim, o objetivo geral deste trabalho é apresentar o referencial teórico escolhido para a pesquisa, que versará sobre ancestralidade e memória social: ascendência, genealogias, filiações, afiliações, transmissão geracional, comunicação entre épocas e gerações, transmitir e receber, legado étnico e religiosidade. De cunho qualitativo, esta revisão foi escrita a partir dos autores Assmann (2011), Candau (2018), Bernd (2018, e 2021), Bernd e Soares (2019), Isaia et. al. (2020) e Muxel (2022). E também apresenta três teses afins com o tema da pesquisa, dos autores Sant'Ana (2017), Borges (2018) e Almeida (2021), os quais também articulam alguns dos referidos conceitos.

2 DANÇA AFRO-BRASILEIRA, MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E TRANSMISSÃO

A temática da ancestralidade para pensarmos a dança afro-brasileira pode ser estudada por diversas perspectivas, sendo uma delas a do campo dos estudos da Memória Social. As danças afro são fruto de uma transmissão oral e corporal milenar, como já apontado anteriormente por Zenícola (2014), então discute-se como esses modos de transmissão, a partir dos estudos da memória social, podem se desenvolver e se transformar com o tempo. Também, como nos aponta Paz (2019, p. 160), a ancestralidade é “um valor de mundo para os povos africanos e afrodiaspóricos”, o que torna relevante “a ideia de pensar a memória e o passado em relação com a ancestralidade (e) permite repensar e reposicionar os estudos de memória social e coletiva” (p. 162), propondo

novas formas de olhar para as relações que os sujeitos estabelecem com sua ancestralidade e as transformações que ocorrem nesta relação.

Neste caminho de estudo da ancestralidade é importante pensarmos, como já colocado, nos aspectos da transmissão. Um desses aspectos diz respeito a uma relação com o tempo. O tempo da passagem, para Muxel (2022), tem relação direta com uma “junção entre o que persiste e o que se inventa”, o que implica também no “reconhecimento e na fidelidade que permitem organizar o encontro com o inesperado, o estranho e o novo” (p. 232). E em relação ao tempo histórico e ao tempo geracional, a transmissão então seria, para a autora, instituída “através do encontro de ao menos dois tempos geracionais diferentes que se sucedem, e entre outros, o de seus pais e o seu próprio”. Assim, a memória se dá de “forma imprecisa, fluida, transbordante, invasiva e transgeracional” (p. 233). Quanto ao tempo genealógico, a autora nos coloca os mecanismos de transmissão que podem ser as obstinações, os rejeitos, as novidades, quanto a novos valores e modos de vida, que fixam os conteúdos da bagagem da herança familiar (p. 234).

Assim, um indivíduo, ao descobri-los, pode adotar, ou não, os costumes, os modos de viver, os fazeres e as práticas culturais e artísticas de seus ancestrais - pais, avós, bisavós... Pode-se então compreender que reconhecer e fidelizar-se a essa bagagem transmitida, algumas vezes, trata-se de uma escolha. Em uma família em que já se praticou entre os mais antigos alguma dança afro-brasileira como, por exemplo, o jongo², mesmo que os descendentes venham a tomar conhecimento da prática muito tempo depois de seus antepassados, e não saibam muito bem do que se trata, ou seja, não têm muito acesso a algumas dessas memórias, podem vir a se interessar por esses conhecimentos e aprendê-los, modificando-os e passando-os adiante em sua família. Este seria um processo de reconhecimento e de fidelidade identitária, sendo o jongo, como em algumas comunidades brasileiras, um instrumento de afirmação desta identidade (MAROUN, 2016). Bernd e Soares (2019), ao citar Viart (2008), nos trazem que muitas vezes essas narrativas memoriais de filiação, as quais podem se mostrar bastante incompletas, lacunares, visam tornar visível uma memória esquecida ou ressignificá-la junto de seus ancestrais (p. 33).

A exemplo da memória geracional, o processo seria semelhante. O memorialista geracional (BERND, 2021, p. 83) “não se permite esquecer a memória cultural de seus ancestrais”, e mesmo apropriando-se de outros lugares, que também podemos entender como costumes e práticas, “esforça-se em preservar essas memórias ao mesmo tempo”. São familiares que “voltam-se para as suas culturas de origem na tentativa evidente de preservação da memória ancestral” (p. 85). Além do interesse em preservar as memórias familiares do jongo, há um desejo muito forte de aprender, reproduzir, pesquisar mais a respeito e assim honrar ou homenagear aqueles jongueiros que já se foram, até como um exercício de dever de memória (p. 86) pelos sofrimentos impostos a eles no período da escravidão e em alguma medida ainda hoje. Assim a dança afro-brasileira pode ser um espaço onde se reúnem os restos e reconstituem-se (p. 87) as expressões culturais que os tempos de escravidão fragmentaram e proibiram, ou que sofrem ainda atualmente com o preconceito e a invisibilização.

Na perspectiva dos estudos da religiosidade, a ancestralidade negra está presente em algumas relações, como no contato mediúnico que poderia ocorrer entre as entidades espirituais e seus descendentes por meio da dança. Os ancestrais consultados nesta situação são chamados orixás, na umbanda, ou seja, são os regentes ancestrais divinos (SARACENI, 2021). De acordo com os autores Silva e Isaia (2020), os orixás seriam as entidades extranaturais e os eguns os ancestrais, aqueles rememorados e adorados nos terreiros de candomblé. O dançarino ou performer, assim, teria então como realizar um contato com o seu divino ou sagrado neste espaço também sagrado

2 O jongo, ou caxambu, é uma manifestação cultural e artística de origem afro que faz uso de tambores, danças em roda (umbigada) e canto de pontos de jongo. Utiliza linguagem metafórica e foi uma prática muito comum nas casas de senhores de escravizados; depois, nos terreiros/quilombos e hoje é praticada em diferentes espaços.

(ASSMANN, 2011), que seria constituído pela dança afro-brasileira. Ali encontraria as condições adequadas para colher as memórias necessárias e as mensagens desejadas ou devidas, ou seja, que são diretamente transmitidas no momento da execução dos movimentos dançantes, para que este indivíduo obtenha a sua proteção divina e/ou encontre o seu propósito maior na vida.

No estudo de D'Esposito (2018) encontramos um exemplo dessa relação, quando a colaboradora de sua pesquisa relata o momento em que recebeu, ao dançar e cantar, os pontos de jongo que eram entoados no passado por seu avô, já falecido. Com a passagem deste ancestral direto, as rodas de jongo foram esquecidas pela família, voltando somente quando esta neta passou a se interessar pelo assunto e iniciou na prática. Ela conta que os pontos são sempre revelados, ou seja, transmitidos pelos ancestrais, de forma direta ao descendente que os recebe mentalmente, como se eles estivessem aguardando. Tomada de profunda emoção, só veio a conhecer, produzir e ressignificar as memórias deste avô jogueiro e a prática do jongo depois deste acontecido, quando então a família passou a reconhecê-la novamente e iniciou a transmissão oral que a ajudou a construir sua jornada como jogueira. Foi nesta comunidade afetiva (HALBWACHS, 2006), neste grupo familiar, que as lembranças puderam ser reconhecidas e reconstruídas, possibilitando a criação de novas memórias sobre o jongo.

Candau (2018), a partir de Louis-Jean Calvet, coloca importantes questões sobre a transmissão: “A que poderia servir a memória transmitida? O que deve ser conservado? Como conservar? Quem conservar? Como transmitir?” E o autor ainda acrescenta mais uma: “por que transmitir?” (p. 106). Também afirma que é mais fácil determinar o que deve ser conservado em sociedades de tradição oral, onde a transmissão ocorre no contato entre as pessoas. E mais, a memória protomemorial é “constituída por dispositivos e disposições inscritas no corpo, que se faz sem pensar, é involuntária e se faz desde a infância, mais do que de uma transmissão explícita” (p. 119). Assim, pela vontade familiar, por essa existência corporal, por essa “memória do corpo doméstico” (p. 117) é que se mantém a identidade de um grupo. O corpo seria uma das vias de transmissão de memórias ancestrais para as comunidades de origem afro. A aquisição de uma identidade profissional ou, mais genericamente, de uma identidade vinculada a poderes e saberes não se reduz apenas a memorizar e dominar certas habilidades técnicas: ela se inscreve, na maior parte dos casos, nos corpos mesmos dos indivíduos (CANDAU, 2018, p. 119).

No caso do jongo temos especificamente, hoje, duas vias de transmissão acontecendo: a oral e a corporal. Quando famílias de jogueiros decidem ou desejam conservar a prática do jongo, estão conservando memórias familiares e de seus ancestrais, para receber sua proteção e para servir à sua afirmação identitária. A conservação se dá pela prática das rodas de jongo e pela transmissão oral e corporal aos mais jovens, que aprendem a cultura, a arte e a importância étnica contidas na prática. Uma justificativa, ou por que transmitir? Mais uma vez, para oportunizar um exercício de dever de memória para com seus ancestrais, muitos dos quais sofreram todo tipo de violência, segregação, discriminação, abuso e preconceito, além dos movimentos de invisibilização que reverberam até hoje no nosso país.

3 O TEMA DA ANCESTRALIDADE EM OUTRAS OBRAS ACADÊMICAS

Alguns estudos atuais que tratam ou que se aproximam das dimensões da ancestralidade encontramos, frequentemente, relatos de pesquisadores que investiram em metodologias etnográficas ou afins a estas, para ir em busca e investigarem narrativas individuais sobre os temas em pauta, que no caso deste trabalho, por exemplo, é a dança afro brasileira. E assim como se poderia proceder com uma investigação sobre a ancestralidade na dança afro-brasileira praticada na Híbridos, locus do referido projeto, ir em busca de memórias autobiográficas sobre experiências pessoais de praticantes afrodescendentes de dança afro-brasileira pode ser produtivo para a pesquisa.

Na tese *Nas Cinzas da Coleção Perseverança*, a *Memória Arde - a Mão Afro-Alagoana além da Quebra do Xangô*, Almeida (2021) investigou as obras de um artista anônimo, as quais foram saqueadas na ocasião do ataque miliciano que ficou conhecido como a Quebra do Xangô, em Alagoas, em 1912, contra as manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras que aconteciam na cidade. A partir do cenário composto, em que foram queimadas, quebradas e saqueadas muitas imagens que ilustravam as casas de santo, os templos umbandistas e os terreiros, a intenção do autor foi identificar e dar visibilidade a um artista afro-alagoano anônimo, mostrando como os negros foram representados na Coleção Perseverança, nome dado às relíquias saqueadas e que foram recolhidas no museu do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) depois. Assim, as novas narrativas criadas com a tese versam sobre a quebra do negro, e não a quebra racista e preconceituosa daquele triste e violento evento.

Após uma contextualização histórica, social e política em que aconteceu a operação que visava “salvar o estado da magia negra”, o autor traz uma discussão sobre essas obras afro religiosas brasileiras serem reconhecidas como arte, criação e expressão sagrada e não apenas como artefatos “exóticos de feitiçaria” como foram representadas; assim como também sobre sua possível autoria. É neste ponto que se coloca a importância do pesquisador estar atento quando em campo, para captar as evidências que poderão responder aos seus objetivos de pesquisa, mas sem deixar escapar os detalhes que poderiam, em um primeiro momento, passar despercebidos. O objetivo pode ser definido anteriormente, mas durante o processo da pesquisa outros elementos também importantes podem surgir: além de buscar identificar um artista anônimo, o autor da tese em questão se deparou com características e significados sagrados das obras de arte que se tornaram tão importantes quanto ou para a busca de seu autor. O autor foi descobrindo, percebendo ainda outras coisas que julgou importante colocar no trabalho e trazer o enfoque a este novo caminho, este novo lugar onde se poderia chegar com a tese. Neste caso, foi encontrar traços sincréticos muçulmanos, católicos, entre outros, na Coleção Perseverança, que supostamente seria composta apenas de obras / objetos / imagens da religião afro.

Por último, o autor faz destaques aos folguedos e danças como o maracatu, o coco, entre outras manifestações culturais que também foram silenciados com a quebra do xangô em 1912. E retoma as questões sobre o sincretismo encontrado em peças, esculturas, nas roupas e outros detalhes das obras do artista afro-alagoano anônimo. “São nas cantigas, poesias e lendas, manifestadas em meio a danças e oralidades compartilhadas, que o artista afro-alagoano construiu seus primeiros traços” (p. 375). E então inicia uma profunda análise sobre os aspectos artísticos visuais a respeito deste tópico.

Através da investigação dos vestígios deixados pelo artista anônimo, conclui que trata-se de uma arte e estética sagradas. E que é um artista sem nome, percebe-se após a leitura cuidadosa de todas as obras da Coleção Perseverança. Entretanto, em seus rastros, encontrou sua assinatura, corpo e voz, em meio ao coletivo. Para o autor a identidade desse artista afro alagoano está em seu povo. É o próprio povo. Seu núcleo existencial. Sendo assim, quatro coisas são significativas para que seja ratificada essa identidade: a origem étnica, os folguedos, os xangôs e os vestígios deixados nos objetos que hoje compõem a coleção” (p. 374). As obras saqueadas em 1912 e que foram para o museu foram feitas por mãos afro alagoanas, possuem traços sincréticos de várias etnias, assim como os ritos, festas, danças e vestuários de várias culturas diferentes e não apenas de matriz afro ou afro-brasileira.

Parece então muito potente para pensar a ancestralidade a proposta do autor desta tese, que, embora não tenha chegado a um nome para o escultor das obras pesquisadas, consegue fazer uma leitura sobre uma possível origem ancestral deste. Ao reconhecer as obras como constitutivas dos locais de rememoração e adoração aos orixás (SILVA; ISAIA, 2019) destruídas naquele triste evento, o autor também identifica um complexo religioso composto pelo sincretismo presente nas mesmas, a qual também compõe a ancestralidade negra do artista procurado.

Na tese *Mulheres Negras: Religiosidade, Atividades Artístico-Culturais, Consciência*, de Borges (2018), a autora objetivou verificar as formas pelas quais as mulheres do Grupo Consciência Negra de Coronel Xavier Chaves (COSNEC), da cidade de Coronel Xavier Chaves em Minas Gerais, recriam seus significados nas práticas religiosas e artísticas que exercem, envoltas pela estética e performance oriundas das suas heranças afro-brasileiras. Também, se propôs a conhecer como é constituída a relação entre arte e religiosidade nos fazeres das mulheres quilombolas e apontar os pormenores dessas práticas, religiosas e artísticas, vivenciadas pelo grupo estudado.

Dando continuidade ao seu trabalho de mestrado, para a tese a autora também valeu-se de entrevistas sobre a história da cidade, opiniões pessoais referentes ao trabalho no Grupo COSNEC, sobre a comunidade do Bairro Fátima e sobre a dinâmica dos setores que constituem a vida artística da cidade, em geral, bem como a vida social, política e econômica. No capítulo 3 descreve os tipos de danças praticadas pelo COSNEC, como o congado, o bate paus, o maculelê, as danças afro-descendentes e também a respeito das origens dessas danças, assim como de sua resignificação para o grupo, o qual atribui outros sentidos para essas práticas no presente, e não mais os sentidos relacionados à dor da escravidão imposta aos seus antepassados. No capítulo 5 é mostrada então a religião praticada pelas mulheres do COSNEC, que com peculiar beleza e alegria é mostrada pelas danças e cantos como fator diferenciado na relação entre o sagrado e a fé que vivenciam no coletivo.

A autora conclui que as práticas artísticas e religiosas das mulheres do COSNEC criam a renovação dos seus significados rituais e simbólicos pela mesclagem entre o velho e o novo; as danças afro executadas pelo grupo possuem movimentos que diferem quanto à intensidade dos gestos, por serem mais espontâneas e vibrantes. E todas as modalidades de dança - congado, maculelê, bate-paus, etc, são utilizadas pelos integrantes do COSNEC e praticadas como heranças artístico-culturais dos antepassados; a relação entre a fé e as atividades artístico-culturais, no mundo religioso de procedência católica, envolve as mulheres em uma polissemia de símbolos considerados culturais para elas. A religião é vista como um fenômeno vivo, dinâmico que não se limita a uma visão única. As mulheres encontram suas raízes ancestrais, a assumem, e se tornam autoras de sua dança e da sua música afro-brasileira, cantada ou tocada.

Importante salientar o trabalho de justa memória que as mulheres do COSNEC realizam, exercitando um dever de não esquecer as atrocidades da escravidão de seus antepassados, assim como proposto em uma conferência proferida por Ricoeur (2003). No entanto, elas o fazem com uma sensível diferença entre esse dever e o fato de relembrar incessantemente sofrimentos e humilhações impostos aos seus, o que impediria uma determinada comunidade de vislumbrar o futuro e superar os traumas do passado. Assim, com sua dança, seus cantos e alegrias, elas lembram o passado de seus ancestrais, mas para iluminar o presente e desligar-se das comemorações obsessivas do passado, dos excessos de ressentimento que criam o fenômeno da vitimização.

Sant'Ana (2017), na tese *Artes de Fazer o Mundo e Performances Negras em Pelotas: "Reiventando Memórias"*, buscou compreender "como coletivos negros da cidade de Pelotas, de gerações e espaços de atuação diferentes, divergem quanto aos modos de interpretar os processos de duração no tempo e transmitirem construções de memórias coletivas e sociais". É uma pesquisa que interpretou diferentes versões "negras" da própria "memória" de Pelotas". Entre as diversas análises que a autora faz, destaco a referente ao coletivo Odara, de jovens que se reúnem no Clube Fica Ahí Pra ir Dizendo (clube de elite negra pelotense) para criar coreografias de dança afro-brasileira e peças de teatro. Eles não conseguiam colher as memórias dos seus ancestrais para criar suas danças e trazer as emoções do cativeiro para o seu corpo, por causa do silenciamento proposital imposto entre praticamente toda a comunidade negra da cidade, sobre o tempo da escravidão, que foi entre fins do século XVIII e quase todo o século XIX. Sant'Ana então investiga o que representava participar do referido coletivo e poder transformar seu corpo e sua vida através daquela experiência.

A autora encerra o trabalho com algumas imagens relativas à história do sopapo, usado para produzir os tambores que fazem parte da sonoridade afro. Também, tece algumas reflexões finais sobre todas as análises que faz no trabalho onde investigou narrativas em torno de silenciamentos sobre a época das charqueadas e da escravidão e o quanto isso afeta os jovens da cidade, de um lado; e de fatos assombrosos vivenciados por moradores mais antigos da cidade de Pelotas aquela época e que foram sendo contadas de geração a geração, de outro lado.

Chama a atenção neste trabalho a questão do silenciamento, ou de uma tentativa de esquecimento forçado exercido por parte dos avós e bisavós dos jovens do coletivo Odara, que preferiram não tocar no assunto quando indagados, provavelmente para tentar apagar definitivamente os sofrimentos pelos quais passaram os mais antigos da família. Parece que esses familiares investiram em uma clara vontade de esquecer (GAGNEBIN, 2006), para tentar não reviver aquelas memórias tão dolorosas. Ou ainda, recorrendo aos jogos de memória como “recurso de alinhamento da memória longa pela adoção, repúdio ou negação, como forma de legitimação” (BOUCHARD, 2009).

4 CONCLUSÕES

Este texto buscou articular a temática da ancestralidade com o campo dos estudos da memória social e da dança afro-brasileira. Tomando como exemplo o jongo/caxambu, discutiu a ideia de pensar a memória e o passado em relação com a ancestralidade no sentido de repensar e reposicionar os estudos de memória social e coletiva, mostrando algumas novas formas de olhar para as relações que os sujeitos estabelecem com sua ancestralidade e as transformações que ocorrem nesta relação.

A pesquisa ajuda a perceber que reconhecer e fidelizar-se a uma bagagem cultural, artística e identitária da herança familiar transmitida por meio das danças afro-brasileiras, algumas vezes, pode tratar-se de uma escolha póstuma aos seus ancestrais. Isso a partir do ato de alguém, descobrir, de modo natural, se interessar por esses conhecimentos e aprendê-los, modificando-os e passando-os adiante em sua família. Não muito diferentes desses, outros descendentes podem, desde muito cedo em família, ou a partir de alguma experiência específica de dor ou afastamento de suas origens, ou até mesmo da aproximação com outras práticas de dança afro-brasileira, serem despertados por um desejo muito forte de honrar ou homenagear somente aqueles seus que já se foram, até como um exercício de dever de memória.

As formas de transmissão quanto aos aspectos que dizem respeito à religiosidade funcionam de outra forma. Neste caso as práticas de dança afro-brasileira são como espaços com condições para colher as memórias necessárias, por via direta com os seus ancestrais, os quais os protegem e guardam, guiando seus passos na vida terrena, por meio dos movimentos dançantes. Neste contexto, a transmissão oral e a transmissão corporal tornam-se muito importantes no processo, pois é a partir desta rede familiar, desta comunidade afetiva, em convivência pessoal e estreita, que são passadas as memórias das danças afro-brasileiras praticadas.

Escrever sobre a Dança afro-brasileira, articulando-a à memória e à ancestralidade vem requerendo muita atenção e cuidado. Isso não só por se tratar de uma pesquisa de doutorado, mas também por tratar-se de uma de minhas primeiras experiências unindo a temática da dança ao campo da memória social. Lançando-me no desafio de pesquisar sobre uma vertente de dança que conheço, mas não em profundidade, como no caso da dança afro brasileira, proponho mais uma vez desacomodar-me, mergulhando em um campo de estudos também ainda pouco conhecido. Algumas escolhas vêm sendo orientadas na direção de um possível estudo etnográfico, com acompanhamento das aulas de dança afro-brasileira do professor Thyago Cunha, na Híbridos Instituto de Arte e Cultura.

As três teses apresentadas articulam aproximações com o campo de estudos da memória e da arte,

perpassando o sagrado, a dança afro-brasileira e outros aspectos importantes, o que mostra outras possibilidades de trabalho e análise. Duas delas trabalharam com entrevistas e uma com análise documental e de publicações históricas de jornais, proporcionando o conhecimento de várias possibilidades de pensar um trabalho com a dança afro-brasileira e a ancestralidade. Assim, os trabalhos contribuem mostrando-me algumas possibilidades de articulações teóricas e metodológicas unidas à poética, à arte e a outros campos do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. D. da S. Nas cinzas da Coleção Perserança, a memória arde: a mão afro-alagoana além da Quebra do Xangô. **Tese** (Doutorado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Instituto de Artes - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Porto Alegre/RS, 2021.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**. Campinas/SP: Unicamp, 2011.

BERND, Z. O caçador furtivo e o memorialista intergeracional: a literatura quebequense entre a apropriação do lugar e a preservação da memória ancestral. In: BARZOTTO, L. A.; CARRIZO, S. (orgs.). **Filiações e afiliações interamericanas**: legados familiares, étnicos e nacionais. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2021.

BERND, Zilá; SOARES, T. R. Tempo e memória: recordação, rememoração e reminiscência. In: BERND, Z.; GRAEBIN, C. M.; VENERA, R. (orgs.). **Patrimônio e Memória**: narratividade, rememoração e reminiscência. Canoas: editora LaSalle, 2019, nº 11 (Série Memória e Patrimônio).

BERND, Z. **A persistência da memória em textos literários**. Romances da anterioridade e seus modos de transmissão intergeracional. Porto Alegre: Edições Besouro Box Ltda, 2018. ISBN: 178-85-5527-075-8.

BORGES, N. M. P. **Mulheres negras**: religiosidade, atividades artístico culturais, consciência. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião - Juiz de Fora, 2018.

BOUCHARD, G. "Jogos e nós de memória: a invenção da memória longa nas nações do novo mundo". Trad. Z. Bernd. In: LOPES, C. G. *et al.* (orgs.). **Memória e cultura**: perspectivas transdisciplinares. Canoas: Salles/Unilasalle. 2009.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

GAGNEBIN, J. M. O rastro e a cicatriz. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1963209/mod_resource/content/1/GAGNEBIN%2C%20Jeanne%20Marie.%20O%20que%20significa%20elaborar%20o%20passado.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-MemoriaColetiva.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

ISAIA, A. C.; *et. al*, organizadores. **História, Cultura e Religiosidades Afro Brasileiras**. v. 3. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2020.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

MAROUN, K. Jongo e educação escolar quilombola: diálogos no campo do currículo. Cadernos de Pesquisa v. 46, n. 160, p. 484-502, 2016.

MUXEL, A. Tempo, memória, transmissão. *In*: GRAEBIN, C. M. G.; *et al.*, (orgs). **Memória Social em Movimento**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2022.

PAZ, F. P. C. Memória, a flecha que rasura o tempo: Reflexões contracoloniais desde uma filosofia africana e a recuperação das memórias usurpadas pelo colonialismo. *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 10, n. 2, p. 147-166, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49127>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

RICOEUR, P. **Memória, história e esquecimento**. Conferência escrita e proferida em inglês por Paul Ricoeur a 8 de Março de 2003 em Budapeste sob o título “Memory, history, oblivion” no âmbito de uma conferência internacional intitulada “Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism”. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/413533-Paul-ricoeur-memoria-historia-esquecimento.html>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

ROBIN, R. Memória coletiva, memória cultural e romance memorial. *In*: BERND, Z.; KAYSER, P. (orgs.). **Memória cultural, herança e transmissão**. Canoas: Unilasalle, 2017.

SANT'ANA, M. H. Artes de Fazer o Mundo e Performances Negras em Pelotas: “Reinventando Memórias”. **Tese** (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas - Instituto de Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Pelotas, 2017.

SARACENI, R. **Umbanda sagrada**: religião, ciência, magia e mistérios. 9. ed. São Paulo: Madras, 2021.

SILVA, S. R. da; ISAIA, A. C. A feijoada de Ogum: ancestralidade, memória e patrimônio no Ilê Axé Ogunjá. *In*: BERND, Z. *et. al.*, organizadoras. **Patrimônio e memória: narratividade, rememoração, reminiscência**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2019.

ZENÍCOLA, D. **Performance e ritual**: a dança das Iabás no Xiré - Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2014.

ESPAÇOS DE CULTURA E DE MEMÓRIA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL

Cristiane Cristofolini

Tamara Cecilia Karawejczyk

1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido para o Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. A vida das pessoas é rememorar os fatos e acontecimentos ocorridos em sua vida, seja pessoal ou profissional. Lembrar depende da habilidade de estruturar a experiência num bem utilizável para si e transmissível aos outros (TEDESCO, 2004, apud MARCHI, BORGES, 2017). Para Halbwachs (2006), a memória depende da relação entre os sujeitos, indo além dos cenários individuais, englobando aspectos coletivos. Segundo Pazin Vitoriano (2019), o tema Memória é um conceito amplo, complexo, abrangendo diferentes áreas do conhecimento. Em ciências sociais e história, a memória se dá a partir das vastas relações sociais. Para a História, a memória, “como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1992, p. 423 apud PAZIN VITORIANO, 2019, p. 90). Assim entendendo, a memória se remonta, atualizando-se com relação aos fatos. Tendo a memória, representação e como segundo elemento o tempo. Se trata de um fato passado no momento presente. No campo da arquivologia, a memória se torna fonte de conhecimento para o pesquisador com relação direta com os registros das informações. No campo da administração, o conceito da memória se aproxima ao grupo social caracterizado nas organizações, conforme podemos verificar em Pazin Vitoriano (2013, p. 922), “A memória de uma organização é a representação, ou o conjunto de representações, que o grupo faz do passado dessa organização, a partir dos elementos disponíveis para isso” (PAZIN VITORIANO, 2013, p. 922, apud PAZIN VITORIANO, 2019, p. 90). Assim, a partir dessa definição, vemos elementos formadores da cultura organizacional, onde o passado de um determinado grupo agrupa subsídios da cultura organizacional numa trama de significados constituindo compreensão e reconstrução de sua própria história. Para Walsh e Ungson (1991), a memória organizacional é indispensável para a tomada de decisões assertivas no campo das organizações. Para os autores, o ambiente organizacional interno também interfere em seus resultados dependendo da cultura e aprendizagem organizacional, sendo a cultura processo social de caráter dinâmico e estrutura inconstante (e a aprendizagem organizacional a maneira de enfrentar alterações fundamentado nas experiências (MARCHI, BORGES, 2017). A memória é caracterizada como valor social do grupo, sendo que é por meio dela que as instituições se traduzem no contexto da sociedade (THIESEN, 2013).

A análise, diante do ambiente de pesquisa, traz muitos aspectos da Memória Institucional. Para compreender, faz-se necessário o entendimento do que é Instituição. Compreende-se a instituição, num sentido amplo, como um conjunto de práticas habituais comuns entre os indivíduos pertencentes àquele grupo, sendo pensamentos e costumes comuns (ANDRADE, 2002). Scott (1995) define: “As instituições consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que dão estabilidade e sentido ao comportamento social” (SCOTT, 1995, p. 33 apud ANDRADE, 2002, p. 50). Andrade (2002) configura a instituição como sendo um universo semântico que integra a repetição de regras, de costumes ou padrões gerindo ou dominando funções, garantindo, com o passar do tempo, valores, legitimando conhecimentos, cultura e interesses. É procedimento organizado que, ao ser repetido,

adquire legitimidade diante dos indivíduos. Selznick (1957) diz que: “(...) instituição é uma organização embebida em valor (*infused with value*), para além dos requisitos técnicos da função que preenche” (SELZNICK, 1957, p. 17, apud ANDRADE, 2002, p. 50). Selznick (1957), traz ainda, que escolas, igrejas ou hospitais são verdadeiras instituições. Ao pensar sobre uma empresa, seu organograma, este é uma instituição que em seu resultado de reformulações internas é transitória que resulta em ligações de poderes. Segundo Andrade (2002), o poder nas organizações é existente e atravessa todas as funções, não existindo formas absolutamente puras de serem somente organização ou instituição. Pois sendo a instituição um tipo de organização e que nenhuma organização deixará de desenvolver um retrato institucional. Nas palavras de Costa (1997),

Uma instituição é, pois, obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. As instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade (COSTA, 1997, p. 80).

Assim, podemos também pensar sobre a memória, pois há um ritual reproduzido, aproveitando o passado para manter o presente institucional. Essa memória faz com que condutas passadas se atualizem no momento presente. Uma ação que se reproduz. É consensual a distinção entre o novo e antigo institucionalismo nos meios institucionalistas. Segundo Andrade (2002), contestava-se por antigo institucionalismo, a ideia, na economia, de comportamento racional, determinando hábitos, rotinas e decisões. Porém, de acordo com institucionalistas, dependendo da complexidade implicada, se reduz o agravante do comportamento cotidiano. Andrade (2002), sustenta que os antigos institucionalistas se referiam às instituições como hábitos de pensamentos, mas que, com o tempo, evoluíram e foram considerados socialmente. Sobre o novo institucionalismo há o interesse para os estudos sociais e estudos organizacionais, compreendendo como variáveis independentes não podendo ser reduzidas a consequências diretas de atributos ou mesmo de motivos dos indivíduos ou agrupamentos. Os ambientes indevidamente denominados interiores, como crenças, jeito de liderar, regras e métodos democráticos, e os exteriores como sendo as culturas nacionais, cenário tecnológico, crescente aproximação dos mercados, influenciam expressamente no seu percurso. Considerando os seus ambientes os aspectos simbólicos, vemos dois ambientes dominantes cruzando-se: um institucional (acentuando aspectos simbólicos do ambiente, como o normativo e o cognitivo) e outro técnico (onde a empresa é premiada em seu processo de trabalho). Para Meyer e Rowan (1980) (apud Andrade, 2002), as instituições modernas são racionalizadas e seus elementos atuam como mitos originando em outras organizações formais. Fazem oposição entre o racional e o institucional. Na abordagem racionalista, os poderes de decisão estão centrados nos indivíduos e gestores, tendo pouca importância o ambiente. E, a abordagem institucionalista, supõe que o modelo racional deve-se aplicar apenas ao elemento técnico, não ao círculo dos valores humanos. Encontrando-se assim em regime de oposição nas organizações.

Uma organização nunca é totalmente performativa (técnica) nem totalmente institucionalizada, embora estes dois pólos coexistam. Os factores institucionais (história, cultura, hábitos, valores) interagem quer com a estrutura formal, quer com os processos (sejam eles decisórios; representacionais ou simbólicos; de coordenação, controlo ou produção), condicionando, com maior ou menor intensidade, a performatividade global da organização. As organizações respondem aos ambientes técnicos e institucionais existentes quer em si mesmas, quer em seu redor, por vezes desenvolvendo mais a instância institucional, outras vezes a estrutura formal técnica. (Andrade, 2002, p. 56).

Aos possíveis níveis de carácter institucionalista: micro e macro institucional, vê-se a extensão de estudos sobre o institucionalismo atual. Entende-se por micro-institucionalismo as investigações onde as organizações valorizam rotinas, normas e processos vistos como naturais, dispensando a re-legitimação por meio da formalização. E as investigações num nível macro-institucional, deixam sinais que adequam a legitimidade da organização,

contribuindo para a sua sobrevivência. Devendo as empresas serem retóricas, regulando sua qualidade social na comunicação pública como nos seus produtos e serviços. Segundo Costa (1997), é comum confundir uma instituição com uma organização. Devendo-se talvez, na perspectiva economicista, ao fato de que toda instituição tem sua organização. Sendo prática e impondo-se no processo de institucionalização. Na perspectiva jurisdicista, a instituição é como um produto das relações sociais, regendo o funcionamento como as normas jurídicas de uma sociedade. No entanto, entende-se que a instituição vai além destas definições. Relações de forças que a determinam e se atualizam numa organização, tendo como prioridade a legitimidade. Sendo que, na organização, é a eficácia.

Assim, a memória organizacional poderia ser vista como um conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente, determinando maior ou menor eficácia organizacional. As atividades que estão em jogo dizem respeito às diferentes formas de administração de tais organizações. (Costa, 1997, p. 51).

Organização e instituição possuem diferenciais em seus conceitos e não podem ser confundidos, tornando-se imprescindível sua problematização. Ao campo institucional, deve-se centrar o foco sobre as funções das forças. São formalizadas de práticas, tendo poder de transformação, mesmo que de forma lenta. É, de fato, necessário, construir uma memória institucional no presente, pois, é o que temos: tempo presente. Pensar na heterogeneidade, nos remete ao nosso ambiente de trabalho e pesquisa. Por ser escola, tudo nos remete ao coletivo. Decisões são tomadas diariamente. Há um planejamento a ser seguido por todos, construído em grande parte de forma coletiva e de acordo com a necessidade pré-estabelecida. Há um consenso no qual todos fazem parte concordando com as decisões tomadas. Acreditando-se assim, nas verdades colocadas como forma de atingir os objetivos. Avaliações são realizadas constantemente, flexibilizando e viabilizando o processo educativo. Mediante os desafios impostos atualmente, faz-se necessário as mudanças, traçadas sobretudo coletivamente. De acordo com o cotidiano da escola, torna-se desafiador nosso legado: o de despertar meios para que os alunos saibam lidar com as informações apresentadas e construir conhecimento. E, se quisermos ir além do desenvolvimento técnico, será importante conexões entre o passado e o presente, para que assim se possa construir conhecimento e acontecimentos (Costa, 1997). Segundo a autora, faz-se necessário problematizar novas paisagens, onde as lembranças dão formas a uma nova forma de vida. Nossas instituições sempre serão aquilo que requeremos em conjunto.

O objetivo deste artigo é apresentar a Escola de Educação Básica (EEB) Castro Alves, como um espaço de cultura e memória, trazendo aporte teórico do campo da memória institucional e organizacional.

2 METODOLOGIA

Em julho de 2022, como processo de avaliação de duas disciplinas do mestrado em Memória Social e Bens Culturais, foi realizada uma observação na escola. Sendo assim, a coleta de dados foi realizada por meio da observação, de conversas com a secretaria da escola, da participação das discussões e atualizações do Projeto Político Pedagógico (PPP) e projetos da escola no início do ano letivo, pesquisa no plano de gestão da atual direção.

3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A EEB Castro Alves, espaço onde se desenvolverá a pesquisa de Mestrado, é uma Instituição do Estado de Santa Catarina. A Escola de Educação Básica Castro Alves, está localizada na Avenida XV de novembro, 1645 no centro de Araranguá.

O Governo do Estado de Santa Catarina e a Administração Municipal de Araranguá, no ano de 1923,

comprometeram-se na criação de uma escola nesta mesma rua em que está atualmente, em área do município. Segundo Hobold (1994), a escola funcionou até 1925 na sede do município. Era então a Escola Reunida “Professor David Amaral”, onde as professoras Flóscula Queiroz Santos e Eulina Gouveia Marcelino foram também diretoras. Mais tarde, a Escola Castro Alves substituiu, criando - se assim, em 12 de julho de 1944, por meio do decreto nº 3.014. E sua inauguração ocorreu no dia 11 de agosto de 1945 pelo Interventor Federal Nereu Ramos. As primeiras turmas do Grupo Escolar Professor David Amaral, foram recebidas onde hoje é o colégio Estadual de Araranguá, local no qual funcionava a escola e ficou conhecido como “grupo velho”, em consequência da inauguração do Grupo Escolar Castro Alves. Juntamente ao estabelecimento, existia o Curso Normal Regional “Professora Virgínia Borges Coral”, funcionando até o ano de 1966. Teve como primeiro diretor o Sr. Eugênio Marchetti, e anos posteriores o Sr. Otávio Munir Bacha (JORNALECO, 1994). Por meio do decreto nº 3.014, em 1945, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, a Escola de Educação Básica Castro Alves obteve a autorização para funcionar pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. O nome foi em homenagem ao poeta brasileiro Antônio Frederico de Castro Alves. No ano de 2022 completou seus 78 anos de história, possuindo turmas de primeiro ao nono ano, oferecendo aulas para alunos do Ensino Fundamental da faixa etária entre 6 a 16 anos de idade. Possui 940 alunos, 66 professores, 8 funcionários terceirizados para os serviços gerais e 3 funcionários terceirizados para a alimentação escolar. Há eleições para o Conselho deliberativo, APP e grêmio estudantil onde há a participação da comunidade escolar. E, no decorrer destes anos muitas celebrações e eventos culturais merecem destaque como: Dia do seu Aniversário que é comemorado juntamente com o dia do estudante em todo 11 de agosto de todos os anos, Dia da Partilha, Noite da diferenças, Festival de Primavera, Desfile de 7 de setembro, Fanfarra Silvia Hubbe Pereira, Inter salas, Festa Junina, Semana da Criança que acontece todo mês de outubro, Formaturas dos nonos anos, Eleições de Grêmio Estudantil, Conselho Deliberativo Escolar, Associação de pais e professores APP, Passeios interdisciplinares, Projetos pedagógicos sobre diversos assuntos referentes ao ensino aprendizagem relacionado com a comunidade escolar entre muitos outros aspectos culturais, sociais e educacionais que nossa escola está sempre participando.

Situamos este estudo nas práticas existentes do lugar em que será realizado nossa pesquisa. “O espaço público é uma determinação político-jurídica, mas também um produto do uso social, ou seja, existem espaços públicos inacessíveis ou proibidos e outros, que não são juridicamente públicos, mas têm um uso colectivo intenso” (Castro, 2002, p. 54). Dando sequência, nosso espaço é a escola. A EEB Castro Alves faz parte da história da nossa cidade. Fica no centro de Araranguá e, é também patrimônio cultural da cidade, pois existe há 78 anos e marca a história de várias gerações. Araranguá está localizada no Litoral Sul do estado de Santa Catarina. Entre vários equipamentos culturais como igrejas, parques, museus, entre outros, destacam-se como aspectos da cultura do município de Araranguá a Igreja, hoje denominada Santuário Nossa Senhora Mãe dos Homens, Museu Histórico de Araranguá, Calçada do Centro de Araranguá, Praça Hercílio Luz, Biblioteca Pública Municipal Luiz Delfino, Cemitério Jardim da Paz, Cemitério Cruz das Almas, Praia Morro dos Conventos, Hotel Morro dos Conventos, CTG Galpão da Estância, Parque Aquático Caverá Country Park, Teatro Célia Belizária de Souza, Teatro Plínio Linhares, Barra do rio Araranguá, Yate Club Morro dos Conventos, Dunas, Falésias, Mar, Penhascos, Trilhas e belezas naturais das Praias do Morro dos Conventos e Praia do Paiquerê, Center Shopping, Agosto Cultural entre outros. Sobre os aspectos sociais realizou-se um estudo do desempenho do município nos anos 2000 à 2010, frente à evolução de seus indicadores de desenvolvimento humano, suas ações no campo da saúde e da educação, além da segurança pública. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Até o fechamento desta edição, os números do ano de 2010, dos municípios catarinenses, não haviam sido divulgados pelo PNUD.

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Araranguá alcançou 0,814, colocando o município na 72ª posição estadual. Sua economia tem como principais atividades a agricultura, a indústria e o comércio, sendo 16% da população residente no meio rural, onde os principais cultivos são: o arroz, o milho, o feijão, a mandioca e o fumo. São destaques no setor industrial: a metalurgia, a cerâmica, a indústria moveleira e confecções. É o maior exportador de mel do país. O setor turismo, está em crescimento, por possuir inúmeras belezas naturais. Araranguá vem trazendo melhor qualidade de vida para seus habitantes, pois possui um crescimento sustentável com indústrias sem poluição (indústria sem chaminé). Possui a sede do primeiro campus da UFSC no interior do nosso estado e o único com curso de medicina. Além de outras instituições de ensino superior, possui o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), onde torna-se um grande polo de educação do extremo sul catarinense e norte do Rio Grande do Sul. O sistema municipal de cultura, integrando o sistema Nacional de cultura, tem como objetivo promover o desenvolvimento humano com pleno exercício dos bens culturais. Assim, estabelece mecanismos de gestão compartilhada com os entes federados e a sociedade civil. Assegura, a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam programas, projetos e ações com a participação da sociedade, no campo da cultura. A cultura, sendo um direito fundamental do ser humano, é um importante vetor para o desenvolvimento social, cabendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e a promoção da paz no município. É uma das cidades mais prósperas do Sul catarinense. Faz parte da 9ª região turística do Estado “O caminho dos Canyons”, e tem importância regional muito grande por abrigar a conhecida região do “Vale do Araranguá”. Também conhecida como “Rainha do Sul Catarinense”, Araranguá é chamada de Cidade das Avenidas pelo seu traçado urbanístico de amplas ruas e avenidas estabelecidas no século XIX pelo idealizador da planta da cidade, engenheiro Antônio Lopes de Mesquita. Possui uma localização privilegiada, às margens da BR 101, encontra-se entre as principais capitais: Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS, a uma distância de 200 km de cada capital. A cidade se destaca nesta região, por seus altos índices de crescimento populacional e consequentemente pelo desenvolvimento econômico que vem apresentando nos últimos anos. No turismo e hotelaria está o grande potencial de crescimento, pois estamos localizados em um espaço privilegiado cercado por inúmeras belezas naturais. Araranguá vem se tornando uma cidade voltada para a indústria sem chaminé, trazendo assim, maior qualidade de vida com crescimento sustentável para seus habitantes e visitantes. Também vem se destacando na rota gastronômica do extremo sul catarinense. Alguns dos espaços públicos em nosso município são adaptados para a inclusão principalmente de nossas crianças com parques ao ar livre com alguns brinquedos adaptados.

A escola é a extensão da família. Ela é a mediação concreta da existência da sociedade em seu tempo histórico. É a mediação básica da vida social humana. Podemos destacar como bens simbólicos em nossa escola: as atividades da vida escolar, que proporcionam o desenvolvimento humano; os projetos, que contextualizam as práticas. Nossos bens simbólicos hoje são: a construção da escola, seus espaços voltados para o convívio social; as carteiras, como forma de acolher e respeitar as individualidades de cada pessoa; os materiais escolares, utilizados como ferramenta para a construção do conhecimento; a escola como um todo, auxiliando na construção e formação da sociedade em seu tempo histórico. Tudo é memória. O lugar do qual fazemos parte hoje, rememora nossa história. Todos passamos pela escola: o pátio onde as crianças se encontram; a sala de aula; o caderno e os materiais escolares; o livro didático; o quadro; as carteiras; o sinal do recreio; entre tantas outras situações vivenciadas em nosso meio, é como um oásis resgatado em nossa memória. Halbwachs (2006) fala sobre a memória coletiva. O autor traz sobre os pontos de referência, ou quadros sociais reais, que servem como localização das lembranças e reconstrução da memória.

A memória individual existe situada dentro das malhas de solidariedades no qual estamos engajados. É da combinação de diversos elementos que emerge o que chamamos de lembranças, traduzida em uma linguagem. E

a consciência já não está mais vazia. A lembrança é colocada como a fronteira e o limite do pensamento coletivo. Halbwachs (2006) situa-nos sobre a experiência pessoal com a memória, resultando em mudanças produzidas por meio das relações grupais que fazemos parte. E dentro dessa consciência coletiva e individual gera-se a memória de várias formas dependendo dos objetivos que as envolvem. Diante de vivências diárias no trabalho escolar e dificuldades para o ensino /aprendizagem dos alunos, buscamos recursos e estratégias necessárias para uma educação efetiva. Ao longo dos anos, alunos vem apresentando inúmeras carências. Famílias trabalhando demais, tendo pouco tempo para seus filhos, refletindo assim em sala de aula com alunos desmotivados para os estudos e bastante ansiosos. Ao buscar por ferramentas e estratégias para uma educação de qualidade, desenvolver-se-á pesquisa sobre o ensino colaborativo.

Ensino colaborativo ou co-ensino, é uma proposta de ensino que tem por objetivo a inclusão dos alunos da educação especial de forma igualitária. Pressupõe uma rede de apoio de profissionais: contratação de profissionais, capacitação dos professores para trabalhar de forma colaborativa. Profissionais que se sintam engajados com a educação inclusiva, propondo a integração e o atendimento dos alunos com as mesmas normas, sem diferença, comprometidos com a aprendizagem de todos os estudantes, superando práticas sociais desiguais. Trabalhar com educação é construir valores. É mudança de paradigmas. Segundo Thiesen (2013) a memória é caracterizada como valor social do grupo, sendo que, por meio dela, as instituições se traduzem no contexto da sociedade. “Na perspectiva do tempo, seria o retorno reelaborado de tudo aquilo que contabilizamos na história como conquistas, legados, acontecimentos, mas também vicissitudes, servidões, escuridão” (THIESEN, 2013, p. 285 apud PAZIN VITORIANO, 2019, p. 90). Nas instituições, há o compromisso com os valores e a sociedade. Cria-se paradigmas e o apego a confiança. Memória institucional é um bem para a sociedade. Constituída pela memória coletiva e também individual. Advinda da sociedade, potencializam-se alianças, crenças podendo quebrar fronteiras do tempo, demarcações sociais e econômicas. Seu conceito atende a anseios e perspectivas sociais e em constante mudança.

4 CONCLUSÃO

A partir da literatura, vemos que a memória não se restringe a acontecimentos repetidos do passado, onde pudemos ter um novo olhar sobre este tema. A memória é também algo novo no presente. O mecanismo do nosso cérebro funciona com lembranças e esquecimentos, como uma reconstrução do pensamento. Desde os mais antigos estudos sobre a história dos seres humanos, podemos dizer que a instituição já era existente, reproduzindo práticas sociais e assim também, nessa linha de pensamento, sinais de memória, constituindo rastros de informações. Assim existem as culturas, onde cada sociedade dita como certa, tais atitudes ou costumes, crenças, modos de pensar que as instituem. A existência do homem produz memória e pode ser estudada de vários aspectos. Memória desde sua origem primitiva, passando pela história, filosofia, comunicação, até passar pelas sociedades capitalistas e a memória institucional. A memória está colaborando com a verdade no meio social e no conjunto das instituições na qual a sociedade se forma. Sendo o social presente em diferentes épocas. A memória traz direcionamento aos discursos sociais, definindo comportamento e prática fazendo o processo de institucionalização. O plano da instituição não é limitado pela organização. São as relações de forças que a determinam, dando legitimidade. A memória institucional se dá a partir de dinâmicas das relações sociais. Informações que se constroem em práticas. Ao falar de instituição, abrangemos este conceito para várias instituições. A instituição depende de um conjunto de fatores correlacionados e vivenciados pelos indivíduos no qual fazem parte. Ou seja, depende dos elementos constituintes para que esta seja formada. Instituições existem partindo de valores e comportamentos pré-existentes na sociedade, ditas como verdade daquele grupo, e transformadas em seu contexto social. Apesar das particularizações e singularidades de cada instituição, elas são formadas por grupos, como exemplos: a família, a escola, a igreja, o estado, o hospital,

o trabalho, sofrendo transformação e adaptação a novas regras que iam surgindo, instituindo-se. Sendo a família uma invenção humana e das mais antigas instituições. E que princípios ditos universais como, a união entre um homem e uma mulher, a filiação (seu reconhecimento), a monogamia, entre tantos outros, são escolhas praticadas pela sociedade na qual vivemos. Sendo para nós não uma escolha, mas um fator natural do qual custaria sanções sociais se formos contra isso. A instituição permite determinados interesses e os corrige possibilitado pelo grupo. A memória institucional será aquilo que é construído e reconstruído coletivamente.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. F. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de 'institucional'. **Caleidoscópio**. n. 3, p. 49-64, 2002.
- CASTRO, A. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. **Cidades - Comunidades e Territórios**, n. 5, p. 53-67, dez. 2002.
- COSTA, I. T. M. Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. **Tese** (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBOLD, P. **A história de Araranguá**: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930. Porto Alegre: Palmarinca/EST, 1994.
- JORNALECO. Araranguá, 10 jul. 1994.
- LE GOFF, J. **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1992.
- MARCHI, A; BORGES, M. Memória, Cultura e Aprendizagem Organizacional: Mudar Para Que? *In*: BORGES, M. L.; TELLES, T. C. K. (Org.). **Memória e Gestão Cultural**: aspectos conceituais, competências e casos práticos. Canoas: Unilasalle, 2017, v. 1, p. 123-144.
- MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *In*: ETZIONI, A.; LEHMAN, E., **A sociological reader on complex organizations**, Ed. Holt, Reinehart and Winston, 1980.
- MARTINS, M. C. M. PLANO DE GESTÃO ESCOLAR. WEBGESC. Secretaria de Estado da Educação, Florianópolis, 05 de maio de 2022. Disponível em: <<http://webgesc.sed.sc.gov.br>>. Acesso em: 28 de setembro de 2022.
- TEDESCO, J. C. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.
- PAZIN VITORIANO, M. C. de C. Centros de memória empresarial: documentos de arquivo como artefatos da cultura organizacional. *In*: OLIVEIRA, L. M. V.; OLIVEIRA, I. C. B. **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI. Rio de Janeiro: AAB, 2013, p. 916-927.
- PAZIN VITORIANO, M. C. de C. Centros de memória como estratégia de preservação e acesso à informação retrospectiva. **Revista do Arquivo**, São Paulo, Ano V, n. 9, p. 87-102, out. 2019.
- SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**, Ed. Sage, 1995.
- WALSH, J.; UNGSON, G. Organizational memory. **Academy of Management Review**. v. 16, n. 1, p. 57-91, 1991.

TEMPOS DE ESCUTAR: PERCUSSÕES E APRENDIZADOS MUSICAIS COM BASE NA CULTURA MOÇAMBICANA

Ronaldo Silva Lopes

Lúcia Regina Lucas da Rosa

Wagner dos Santos Chagas

1 INTRODUÇÃO: MIA COUTO

Este trabalho é um recorte da minha dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Bens Culturais da Universidade La Salle, e pretende discutir as contribuições de uma experiência com oficina de percussão com materiais reciclados em atividades desenvolvidas junto a Escola Municipal de Educação Básica Trindade e a Vila Pedreira, na cidade de Esteio-RS.

A partir da escrita alegórica e o realismo fantástico de Mia Couto procuramos estabelecer um paralelo entre os seus escritos e as contribuições da cultura de Moçambique para com a referida escola e a comunidade em seu entorno. Sua relação com a temática da educação e da ciência em prol da paz e da sustentabilidade, se dá pela experiência de seus autores como voluntários em projetos sociais e comunitários que a Universidade La Salle realiza em Beira/Moçambique, na região metropolitana de Porto Alegre e estudos da cultura afro-brasileira.

O escritor e biólogo moçambicano Mia Couto, pseudônimo de Antônio Emílio Leite Couto, nasceu em 5 de julho de 1955, e foi escolarizado na cidade de Beira, capital da província de Sofala, em Moçambique. Adotou o seu pseudônimo porque tinha uma paixão por gatos.

Na paisagem de sua cidade Beira, “[...] a segunda maior cidade de Moçambique, (...) se instalou o cimento, o ferro, o asfalto, as vestes próprias de um espaço urbano” (COUTO, 2005, p. 145), porém das memórias de sua cidade natal o que ficou para o escritor em suas memórias de infância são as lembranças de uma cidade-casa-natureza.

A nossa casa ficava na margem de uma extensa praia. [...] Recordo fantasmas de minha meninice para mostrar como a minha cidade nunca se libertou do mar, como se manteve comandada por uma delicada harmonia entre a Natureza e o Homem. Agora, em meu sono, já não há paisagem sem mar. [...] O passado é um litoral onde tudo se converte em espuma. E a minha cidade é feita de maresia e espuma (COUTO, 2005, p. 149).

Foi na cidade de Beira onde Mia Couto aprendeu que um “[...] país tem países diversos dentro, profundamente repartido entre universos culturais e sociais variados” (COUTO, 2005, p. 150). Ensinou também que as cercas nas casas, apesar de procurarem separar-se do mundo externo, poucosucesso obtêm. “[...] Recordo as casas coloniais, marginadas por varandas a toda volta, oferecendo pouca defesa contra o continente em redor” (COUTO, 2005, p. 147). Nessas cidades e casas se ouviam muitas línguas, pois Moçambique tem entre 20 e 30 línguas originárias.

A tradição de multiplicidade de línguas e experiência oral do país possibilitou ao autor *falinventar*³ o português, um português que mesmo após a independência foi escolhido pela população como o idioma oficial de Moçambique, repleto de oralidade que, para Mia Couto (2011, p. 23), constitui “[...] um território universal, um

3 Conforme Rosemary Conceição dos Santos e José Aparecido da Silva (2017), em seu artigo *O falinventar alegórico em Estórias Abensonhadas, de Mia Couto*: “falinventar”, pode ser entendido como recriação estética da linguagem, buscando resgatar, refletir sobre e compreender, o processo identitário moçambicano que, reconciliado com a oralidade e a textualidade, resulta em metáforas de elevado potencial inventivo.

tesouro rico de lógicas e sensibilidades que são resgatadas pela poesia”.

Dessa maneira, as experiências culturais dos povos das diversas províncias de Moçambique não são estanques. Assim, em toda região do litoral norte do país, assiste-se a uma grande influência árabe na melodia e nas formas de dançar, enquanto nos centros urbanos, de forte influência europeia, o sincretismo musical, inclina-se mais para o ocidente; por fim, na região do interior do país predomina a tradição musical bantu, tanto no cantar como no dançar.

Em seu livro *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, Darcy Ribeiro (2006) escreveu que os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana, sendo que sobre o aspecto cultural distinguem-se, três grandes grupos, dos quais o primeiro é o das culturas sudanesas, [...], a exemplo: os Yourubas chamados nagô, os Dahomey designados geralmente como gegê os Fanti-Ashanti conhecidos como minas. O segundo grupo trouxe ao Brasil culturas africanas islamizadas e oriundas dos povos da Nigéria, conhecidos na Bahia como negros malé no Rio de Janeiro como negros alufá. E por último, o terceiro grupo, integrado por tribos Bantu, do grupo congoangolês provenientes de Angola e ao atual território de Moçambique.

De acordo com Pita, Himua e Gomate (2004), Moçambique é um país muito rico no que diz respeito à tradição popular. Essa riqueza se assemelha muito com o Brasil que tem origem nas várias influências culturais de povos. Em Moçambique, desde os povos do litoral, cultura se diferencia dos do interior, passando pelos pastores, os agricultores e os caçadores, até os povos de além-mar, que por lá passaram e viveram durante vários séculos – os Árabes e os Europeus – que, no seu convívio com os nativos, deixaram marcas indeléveis nos instrumentos musicais.

2 JUSTIFICATIVA: A MEMÓRIA ALINHAVANDO DIÁLOGOS

Em seu livro *A memória Coletiva*, no apêndice “A memória coletiva entre os músicos”, Maurice Halbwachs, (2006), ao distinguir a palavra da lembrança de um som qualquer, natural ou musical esclareceu que – à primeira sempre corresponde a um modelo ou um esquema exterior, fixado nos hábitos fonéticos ou sob forma impressa, enquanto a maioria dos homens, quando escuta som que não são palavras não pode compará-los a modelos que seriam puramente auditivos, porque estes lhes faltam. É o som que faz pensar no objeto, porque reconhecemos o objeto pelo som, mas o objeto em si (ou seja, o modelo a que nos reportamos), sozinho raramente evocaria o som. Assim como a música, a ciência e a educação andam juntas.

Não existe somente a música dos músicos. Desde cedo a criança é embalada por canções de ninar. Mais tarde ela repete os refrões que os pais cantarolam a seu lado. Existem canções de brincadeira, existem canções de trabalho. Nas ruas das grandes cidades as cantigas populares correm de boca em boca [...] (HALBAWCHS, 2006, p. 205).

As lembranças dos indivíduos são elaboradas a partir da sua relação de pertencimento com um determinado grupo. Por isso que a lembrança individual é como uma nota musical que, a partir da combinação com outras notas musicais, uma sinfonia é composta. No jogo dos instrumentos, no bailar dos sons desses instrumentos musicais, os sambas, os boleros e o rock são produzidos. Cada uma das notas ganha um sentido ampliado no momento que está ritmicamente entrelaçada com as outras notas. Por isso que, quando lembramos, lembramos a partir do grupo social que estamos inseridos, nossas memórias individuais são como notas que, bailando com as notas musicais dos outros atores sociais do nosso grupo de pertencimento, formam a memória coletiva. Se a memória individual é uma nota musical, a memória coletiva é a sinfonia composta pelo grupo social que pertencemos.

[...] Ao saírem de um concerto em que ouviram uma obra pela primeira vez, em sua memória não resta quase nada. Os motivos melódicos se separam e suas notas se espalham, como as pérolas de um colar cujo fio se rompeu. É claro, mesmo desconhecendo a transcrição musical, conseguimos

reconhecer e recordar qualquer sequência de notas, árias, motivos, melodias, e até acordes e partes de uma sinfonia (HALBWACHS, 2006, p. 195).

E essa sinfonia, com o passar dos anos, pode ganhar novos arranjos musicais, novos ritmos, pois essa sinfonia da memória coletiva é executada a partir dos sentimentos vividos no presente, lugar onde cada ator social está inserido e com uma determinada linguagem. A memória coletiva não é uma reprodução do passado, mas uma reconstrução a partir do presente. Por isso que a sinfonia da memória não é uma simples leitura de partitura para executar repetidas vezes a mesma música, mas é sempre uma versão nova dessa música da memória.

Olhando pela perspectiva interdisciplinar, o conceito de memória social é de difícil definição. Afinal, “como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente” (GONDAR, 2005, p. 15). Talvez mais do que interdisciplinar, a memória social é um campo transdisciplinar, “propondo novos discursos e novas práticas de pesquisa” (GONDAR, 2005, p. 15) e sendo abordado no cruzamento de disciplinas como a sociologia, a antropologia, a filosofia, a história e a literatura.

Por sua vez, Graeff (2010), afirma: Tome-se lembrança qualquer, um monumento ou um documento: ao serem atualizados são filtrados e repaginados por uma vontade – subjetiva, de classe, política – indicando não apenas “razões para recomençar”, mas interesses de perpetuação.

Já para Pollak (1992), a memória não é apenas eletiva, mas define limites e exalta fatos. Disso decorre que a memória, individual ou coletiva, remete-se a fatos vividos, a experiências narradas, a discursos institucionalizados e a lembranças “vivas por tabela”. Esses últimos são aqueles que nem sempre são presenciados pela pessoa que lembra, mas que habitam um imaginário coletivo e são atualizados em circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis (POLLAK, 1992).

3 A OFICINA DE PERCUSSÃO - NO RITMO PEDAGÓGICO

Paulo Freire escreveu, em sua Terceira Carta Pedagógica: “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p.67). A educação não pode restringir-se aos problemas de sala de aula. Na sua necessária dimensão ético-política-pedagógica precisa contribuir para a solução de problemas, que dizem respeito a questões da saúde e do meio ambiente como um todo.

A fim de conquistar os alunos para a melhoria da aprendizagem foi desenvolvida uma experiência com Oficina de Percussão⁴, em atividades desenvolvidas durante o primeiro e segundo semestre de 2019, a fim de contribuir para o aprimoramento dos discursos existentes entre os professores da Escola Municipal de Educação Básica Trindade e os alunos da comunidade Vila Pedreira em Esteio (RS). [...] Aleida Assmann afirma que “um ambiente externo incita e desafia a memória, expor ela se certifica de si mesma” (ASSMANN, 2011, p. 176), o que pode ser vivenciado através das atividades desenvolvidas nas turmas da referida instituição, tais como: experiência de familiarização com instrumentos musicais, experiência sensorial, experiência sonora e construção de instrumentos musicais a partir de materiais reciclados e (re) significados.

Inspirado nas leituras do escritor moçambicano Mia Couto, percebeu-se que havia algo em comum com a escola na Vila Pedreira: a apropriação pelo grupo do seu próprio território, aproveitando o realismo fantástico e a sua escrita alegórica para permitir construções pessoais, como o uso de figuras de linguagem e elementos da

4 Os instrumentos de percussão são aqueles que necessitam receber algum impacto para que produzam sons. Por sua vez, na medicina a percussão é uma técnica que exige bastante habilidade manual, o profissional executa um movimento rápido na área a ser examinada e produz um som que é avaliado por sua intensidade, altura, duração e qualidade.

narrativa pelos alunos. Assim, para o autor, “[...] um futuro civilizado passa por grandes e radicais mudanças neste mundo que poderia ser mais nosso” (COUTO, 2011, p. 24).

Freire por sua vez, afirma:

O processo de composição de um discurso escrito implica um apoio conversacional, o que se pretende explicar na concepção de interatividade. Fala-se do ‘diálogo’ ou discurso oral como um dos procedimentos de interatividade entre os sujeitos e como fonte de construção de sentido(s) ou de conhecimentos pela ação conjunta identificada na fala e entre outros ‘agentes educativos’ (Paulo Freire, 1967, 1970).

Os lugares sejam eles a casa, a escola, a rua, o pátio, para as brincadeiras são sempre espaços sagrados. “[...] Quando nasceu a agricultura, ganhamos o sentido do lugar. A partir de então, fomos dando nomes aos sítios, adocicamos o chão. Entre a paisagem e a humanidade criaram-se laços de parentesco. A terra divinizou-se, tornou-se mãe” (COUTO, 2011, p. 73). Passamos a dispor de uma raiz, de um chão perene, “de um ventre”. Nossa casa, nossa terra.

Depois da casa, vem a rua, a aldeia, a escola. “[...] A cidade é um cordão umbilical que criamos depois de nascermos” (COUTO, 2005, p. 150). É nelas que vivemos e aprendemos a sonhar. A escola é a segunda experiência de cidade de uma criança, a escola é também uma casa, um *oikos* ampliado, uma pequena aldeia. Cheia de línguas, de linguagens. Uma casa-escola para as crianças pequenas não pode reproduzir uma casa-moradia, mas pode compor ou oferecer às crianças uma experiência primeira de infância. A escola oferece paisagens, cenários para as crianças atuarem e viverem as suas infâncias.

O cuidado, o acolhimento das crianças pela escola não é apenas deixá-las entrar num ambiente físico. É confiar, convidar, aceitar, desafiar, observar como elas vivem os tempos de seus cotidianos, como brincam. É estar com elas. Considerar suas interrogações e seus sonhos. Conviver com as crianças torna possível perceber as relações que elas estabelecem – com o mundo e com os outros – e os pensamentos presentes nessas ações e relações. A função educadora dos adultos para com as crianças é potencializar a vontade e a capacidade de aprender, de criar sentidos, e juntos constituírem a realidade mundana das coisas e das relações entre as pessoas. Acolher uma criança é também acolher sua experiência de infância, suas expectativas, seus planos e suas hipóteses, seus sonhos e suas ilusões. As crianças emitem sinais importantes para os adultos. Sinais que os adultos podem aprender a ler porque permitem saber a melhor forma de agir ao apontarem como enriquecer em complexidade e amplitude as experiências das crianças (STACCIOLI, 2013).

A infância, portanto, não é “[...] apenas um estado para a maturidade. É uma janela que, fechada ou aberta, permanece viva dentro de nós” (COUTO, 2011, p. 104), sempre pronta a ser reiniciada. A infância é onde podemos buscar elementos para recomeçar, recompor modos de narrar e friccionar, pois “[...] o que mora no meu lugar de infância é o indomesticável, aquilo que ficará para sempre ingovernável” (COUTO, 2005, p. 145). Por isso, a infância para Mia Couto (2011, p. 104) “[...] não é um tempo, não é uma idade, uma coleção de memórias. A infância é quando ainda não é demasiado tarde. É quando estamos disponíveis para nos surpreendemos, para nos deixar encantar”.

Barbosa e Richter (2015) afirmam que na contemporaneidade, a educação escolar enfrenta o impasse da exigência de responder quantitativamente à sociedade nos aspectos materiais de seus conteúdos padronizados e objetivos planejados a partir de escores. Porém, concordamos com Mia Couto que discorre que “[...] um dos problemas do nosso tempo é que perdemos a capacidade de fazermos as perguntas que são importantes. A escola nos ensinou apenas a dar respostas, a vida nos aconselha a que fiquemos quietos e calados” (COUTO, 2011, p. 84).

4 ARTESANIA METODOLÓGICA

4.1 Metodologia utilizada

A metodologia utilizada neste trabalho é qualitativa, possuindo também um caráter extensionista, visando à transformação social por meio de ações de uma pesquisa participante, entrelaçando as minhas experiências de vida com as memórias produzidas em Moçambique, as minhas memórias produzidas na comunidade Pedreira de Esteio e as concepções teóricas dos autores que utilizei.

De acordo com Chagas (2010), o pesquisador que se utiliza da abordagem de pesquisa qualitativa está inserido no campo empírico tentando encontrar pistas capazes de criar um conjunto de informações para ampliar a compreensão do seu objeto de pesquisa. Nesse aspecto, “o investigador deve estar em permanente estado de alerta intelectual” (TRIVIÑOS, 1987, p. 157). Aqui “toda a sua mente estará envolvida no processo inteiro da pesquisa que inunda todas as suas perspectivas, para que nada fuja ao quadro que está tratando de esclarecer” (TRIVIÑOS, 1987, p. 157).

Já para Mills (2009), a produção intelectual, resultado das pesquisas acadêmicas, é um processo que está ligado de maneira íntima à vida cotidiana de quem se propõe a pesquisar. Mills encara o trabalho de pesquisa como um artesanato intelectual, onde o pesquisador, por mais que utilize de maneira hábil os instrumentos e técnicas teóricas e metodológicas, ele coloca todo o seu potencial criativo no processo de pesquisa. Ou seja, pesquisa e vida cotidiana do pesquisador não se separam, assim como a vida cotidiana e todo o potencial criativo do artesão não pode ser separado do seu trabalho. O artesão é, por conseguinte, livre para aprender com seu trabalho, e para usar e desenvolver suas capacidades e habilidades na execução do mesmo. Não há ruptura entre trabalho e diversão, ou trabalho e cultura. O modo como o artesão ganha seu sustento determina e impregna todo o seu modo de vida (MILLS, 2009, p. 59).

Sou um psicólogo, pesquisador iniciante, músico e *luthier*⁵ de instrumentos de percussão. Nenhuma dessas características pode ser separada, pois cada uma age e interage influenciando a minha forma de ser e estar no mundo. Por isso vou descrever os contornos metodológicos da pesquisa e das oficinas de percussão, como um artesão-músico-pesquisador faz no processo de construção de um instrumento de percussão chamado *cajon*⁶.

Pois quando estou construindo um *cajon*, possuo uma motivação, escolho o material e as melhores ferramentas para enfrentar as dificuldades e desafios que surgem no processo de construção do instrumento. No final desse processo tenho um *cajon*, porém, dependendo das minhas escolhas durante a sua construção, é um instrumento de percussão totalmente diferente de outros que construí. No processo de produzir esse instrumento, pensando nos sons, rememorando os momentos que tive com pessoas significativas em vários momentos da minha vida, eu também me construo como ser humano, músico e artesão. No ato de tocar as músicas em acompanhamento com os outros, eu também me coloco no mundo e leio o mundo através do diálogo com os outros.

Isso também acontece com a pesquisa, pois o pesquisador, no processo de planejamento e execução de uma pesquisa, tem uma motivação para pesquisar, delimita um campo empírico, sujeitos de pesquisa, instrumentos de

5 O termo *luthier* deriva do francês *luth* que significa alaúde. Ele dá nome ao profissional especializado em construir instrumentos de corda.

6 O *cajon* é um instrumento de percussão que teve sua origem no Peru colonial, onde os escravos africanos, separados de seus instrumentos de percussão pelos feitores da época, transformaram caixas de madeira e gavetas (tradução para *cajon*) para tocarem seus ritmos. Com o passar do tempo o instrumento transformou-se no que conhecemos hoje. Em 2010 foi eleito como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

coleta e produção de dados, ferramentas teóricas e metodológicas, para a análise dos dados, e a redação do texto que apresenta toda essa caminhada investigativa. Assim como o artesão, o pesquisador utiliza todo o seu potencial criativo no decorrer da pesquisa para que, no final, surja um resultado original. Suas escolhas, experiências vivenciadas no decorrer da pesquisa, as dificuldades enfrentadas resultam em uma pesquisa diferente.

4.2 Metodologia das oficinas

Inspirado nas memórias e experiências culturais vivenciadas através da música moçambicana durante o voluntariado, em Beira/Moçambique, foi adaptado do Portal do Professor⁷, e organizada uma sistematização didático/pedagógica para o desenvolvimento das oficinas com as crianças da EMEB Trindade, com duração das atividades em torno de 30 a 50 minutos. A partir de 03 (três) encontros semanais, essa práxis pretendeu dialogar com questões referentes a espaços territoriais, educação e cultura. Tendo como objetivo analisar através da arte da percussão, as relações socioculturais, entre a comunidade da Vila Pedreira e as crianças que frequentam a referida EMEB Trindade.

O trabalho todo foi apresentado primeiramente ao corpo diretivo da Escola, acompanhado por representantes da Secretaria de Educação de Esteio. O projeto foi desenvolvido por uma equipe composta pelo coordenador do projeto (Ronaldo Silva Lopes) e um (a) professor(a) colaborador(a), sob a supervisão do corpo diretivo e também de uma orientadora educacional. As oficinas ocorreram no primeiro e segundo semestre de 2019 atendendo nesse período em torno de 120 crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Utilizou-se as músicas do cotidiano das crianças e do folclore, com atividades onde elas não eram apenas ouvintes, mas também executantes. Mateiro e Ilari (2011, p.162), defendem que a primeira infância é um período fundamental para que as crianças tenham contato regular com canções, sendo a repetição importante para o “desenvolvimento do senso rítmico, a partir da vivência corporal global”.

As atividades de planejamento das oficinas de percussão foram basicamente reuniões de planejamento com a equipe diretiva, ensaios, estudos, levantamento bibliográfico e apresentações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE MUDA, E O QUE FICA

Os momentos vividos nas oficinas de percussão trazem em si não somente a oportunidade de vivenciar experiências ligadas diretamente ao tema, cuja importância se revela além do que musicalmente se possa dimensionar. São infinitamente significativas as falas, os sentimentos que se revelam através das reações ao que é criado e ao que se escuta, as leituras de mundo que se desnudam através do ouvir ou do produzir sons, enfim, o diálogo que se estabelece naquele momento de trocas e de aprendizagens. Constituindo assim, experiências ricas em significados pedagógicos. Desde o desenvolvimento da capacidade criativa a partir de materiais que estão muito próximos da realidade cotidiana das crianças, e que não demandam investimento financeiro, passando pelo desenvolvimento de habilidades, até a competência para extrair do instrumento os mais variados e agradáveis sons.

As escutas dos diálogos revelados inserem neles mesmos diferentes olhares, pois o educador, enquanto sujeito desta relação, precisa não só ouvir, mas sim, escutar através de diferentes sentidos, trazendo na sua resposta indicadores, direções, mediações e jamais respostas prontas no intuito de interferir nas descobertas dos que podem, sim, aprender nesta relação. O educando circula sua atividade de aprendizagem entre aquilo que se esgota no

7 Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=25713>>.

cognitivo e aquilo que traz ferramentas para lidar com seus questionamentos, ou seja, é possível extrair respostas para suas indagações pelo que se vive, simplesmente, através das oficinas de percussão, de onde se vê o sentido das funções corporais e da corporeidade, da visão do seu lugar no mundo.

Para finalizar, percebeu-se que o elo estabelecido entre o discurso do professor e do aluno tende a melhorar com a música. E, por sua vez, a música aproxima a escola da comunidade onde está inserida. Todos crescem, todos convivem e sentem-se participantes e integrados na sua comunidade escolar. A escola é o elo com a comunidade.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação** – formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.
- BARBOSA, M. C. S.; RICHTER, S. R. S. Mía Couto e a educação de crianças pequenas: Alteridade, arte e infância. In: **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos (SP), v.9, n. 2, p. 485-518, quadrimestral. 2015. Disponível em: <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acessado em: mar. 2020.
- CHAGAS, W. dos S. Do contexto da influência ao contexto da prática: Caminhos percorridos para a implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas municipais de Esteio-RS. 2010. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio do Sinos, 2010.
- COUTO, M. **Pensatempos**: textos de opinião. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.
- COUTO, M. **E se Obama fosse africano?** e outras interinvenções. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- COUTO, M. **Estórias abensonhadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- FREIRE, P. **Educação como prática de Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra. 1967.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP. 2000.
- GONDAR, J. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.
- GRAEFF, L. Quando durar é recomeçar: a narrativa de vida como intuição do presente. **Mouseion** (UniLasalle), v. 7, p. 28-41, 2010.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- MATEIRO, T.; ILARI, B. **Pedagogias em Educação Musical**. Curitiba: Ibopex, 2011. (Série Educação Musical).
- MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.
- PITA, J. M.; HIMUA D.; GOMATE, A. **Viver a Música**– 7.ª Classe – Livro do Aluno. Porto Editora, 2004.
- POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.
- STACIOLI, G. **Diário do acolhimento na escola da infância**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

MANSÕES E SUAS SENZALAS NO BRASIL DE 2022: UM PODCAST REAVIVANDO O DEBATE SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À ESCRAVIDÃO

Pamella Bauer Velasco

Paula Pinhal de Carlos

1 INTRODUÇÃO

A origem do trabalho doméstico remunerado no Brasil remonta ao período da escravidão, tendo evoluído devagar ao longo dos anos e atingido regulamentação plena em 2015. Porém, isso não extinguiu a existência de sua prestação nos dias atuais em condições análogas à escravidão.

Em um *podcast* do jornal Folha de São Paulo intitulado “A Mulher da Casa Abandonada” o assunto ganhou destaque ao ser revelado que uma moradora peculiar de uma mansão em ruínas, localizada em um dos bairros mais caros de São Paulo, tem em seu passado uma história chocante de submissão de sua empregada doméstica a condição análoga à escravidão, por cerca de 20 anos, quando levou a trabalhadora consigo do Brasil para residir nos Estados Unidos.

Nessa esteira, objetivamos através de situações retratadas no *podcast* em comentário explicitar dados atuais sobre situações desse tipo e refletir sobre a grande quantidade de trabalhadoras que potencialmente ainda são submetidas a essas condições, apresentando a conceituação de trabalho análogo à escravidão. A pesquisa se justifica por ser tema relevante para elucidar graves violações de direitos humanos ainda comuns e que se replicam por meio de um discurso de exclusão e subjugação social de toda uma classe de trabalhadoras que hoje é constituída por cerca de 5,2 milhões de mulheres, conforme dados do IBGE.

O amplo debate e exploração do tema pode se revelar como forma importante de mudança da mentalidade social, visando desnaturalizar um discurso justificador de que essas trabalhadoras “são como parte da família” e repelir a sua continuidade.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, observadas as nove etapas base deste método, conforme leciona Gil (2019). A pesquisa possui caráter qualitativo, pois a referida abordagem se dirige a compreensão de dadas condições de um grupo social (RUDNICKI; DE CARLOS; MÜLLER, 2021), o que permitirá o melhor desenvolvimento da temática a ser trabalhada com enfoque no trabalho doméstico desenvolvido em condições análogas à escravidão. A adoção de um método qualitativo, seguindo o devido rigor metodológico, valida o caráter científico da pesquisa, diante da complexidade dos fenômenos sociais que se pretende investigar (MARTINS, 2004).

Embora a discussão travada neste trabalho tenha como ponto de partida uma situação desvelada através de um *podcast*, importante destacar que não será realizado propriamente um estudo de caso. Isso se deve ao fato de que Yin (2001), elenca como fundamentos possíveis para o trabalho desenvolvido a partir de estudo de caso único o fato de ser um acontecimento decisivo para o ponto trabalhado, trazendo boa representatividade da teoria

estudada; se caracterizar como um evento raro ou se caracterizar como um evento/caso revelador.

Entretanto, a análise sobre o problema não terá como base de análise os fatos retratados no *podcast* “A Mulher da Casa Abandonada”, pois a situação de trabalho análogo à escravidão lá retratada ocorreu fora de solo brasileiro e há cerca de 20 anos, o que impede uma análise adequada da temática sob a perspectiva da legislação nacional num cenário contemporâneo, mediante enquadramento em alguma das possibilidades elencadas pelo autor anteriormente referido. Assim, os fatos revelados na áudio-série, por terem atraído notoriedade no país, servem de início da abordagem do tema, por um viés que suscitou amplo interesse, mas não constituem paradigma de análise científica.

O trabalho adota ainda o método dedutivo, partindo de uma situação geral para aprofundar a discussão em pontos mais específicos do problema.

3 SENZALA, PORÃO OU QUARTINHO DA EMPREGADA: MUDA A FORMA, MAS NÃO A SUBSTÂNCIA

A figura da senzala, local destinado a acomodação das pessoas escravizadas nos primórdios da história da colonização do Brasil, marca com clareza a distinção que se pretendia traçar entre as pessoas subjugadas, desprovidas de tratamento humano, e as pessoas livres e pertencentes às camadas abastadas da sociedade. Embora desde promulgação da Lei Imperial nº 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, não seja mais possível reduzir outra pessoa à condição de escravo ou mesmo à condição análoga a tal situação (BRASIL, 1888), as representações sociais das compartimentações destinadas a separar as elites de seus servos ainda subsistem de diversas formas.

Uma delas, o quarto de empregada, atravessou anos e anos de evolução da arquitetura e remanesce como uma das marcas dessa distinção entre pessoas que é exteriorizada e expressa por paredes. Desde as construções mais antigas até as mais modernas, esses espaços permanecem sendo arquitetados de formas alheias à legislação que determina condições mínimas de ventilação do ambiente, com metragens minúsculas e sempre de forma anexa aos espaços de serviço e cozinha (CARRANZA, 2005), revelando o valor dado a quem irá ocupar aquele espaço.

Ao analisarmos o caso que recentemente chamou a atenção do público brasileiro para a questão do trabalho doméstico em condições análogas à escravidão, percebemos que existe no cenário daquela história também uma barreira não apenas hierárquica entre empregada e empregadores, mas uma segmentação de espaços: o porão (A MULHER DA CASA ABANDONADA, 2022c).

Partindo dessa visualização de que os espaços da casa constituem uma forma de distinguir as pessoas e marcar o lugar social de cada uma delas dentro de uma relação de trabalho doméstico, passamos a analisar o contexto do trabalho doméstico, sua caracterização em condições análogas à escravidão e algumas das problemáticas relacionadas ao tema.

3.1 A escravização promovida pela Mulher da Casa Abandonada

Realizando uma rápida recapitulação sobre nossos conhecimentos básicos em termos de história do Brasil, conseguimos visualizar que o trabalho doméstico sempre esteve lá, desde os primórdios, realizado por pessoas escravizadas. Gilberto Freyre (2005), ao mencionar em sua obra as diferentes origens das pessoas que eram trazidas

à força do continente africano para submissão a trabalho escravo, faz uma espécie de catalogação do emprego mais usual dado a elas, conforme a sua origem. Ele relata que os povos negros originários da Guiné eram os que continham as melhores mulheres para os serviços domésticos, fazendo referência também a beleza dos corpos delas.

Muitos anos após as observações de Freyre e já decorrido muito tempo desde a abolição da escravidão, no final da década de 1970, uma mulher de família extremamente abastada e que descendia do Barão de Bocaina recebeu como “presente” de casamento uma empregada doméstica, mulher negra e analfabeta que já servia à sua família desde criança. E isso porque após o casamento a herdeira da família iria se mudar para os Estados Unidos, tendo a possibilidade de levar consigo seu “presente”, para lhe servir em solo norte-americano (A MULHER DA CASA ABANDONADA, 2022c).

Mesmo diante da suposta consideração alegada para com a empregada, por cerca de vinte anos jamais foi permitido à trabalhadora habitar os mesmos espaços que os patrões na residência. A ela foi destinado o porão, em condições precárias de habitação, sem acesso a água quente e encanada (A MULHER DA CASA ABANDONADA, 2022c). É possível perceber que o fator cultural de diferenciação entre as pessoas no espaço doméstico conduz a diferentes formas de promover essa separação. Seja através da senzala, quarto de empregada ou porão, as barreiras sociais atravessam gerações e ganham contornos concretos nas relações de trabalho doméstico.

Os elementos presentes na fala acima referida e a repercussão do caso servem de parâmetros para os próximos pontos de análise deste trabalho: apresentar em linhas gerais o conceito do trabalho em condições análogas à escravidão e as dificuldades de combate e fiscalização dessa prática quando relacionada ao trabalho doméstico. Essa discussão é feita sem perder de vista o foco da repercussão do caso e como ele serviu para nos trazer um retrato da importância que é dada a situação na atualidade.

3.2 Escravas nos dias atuais

O conceito de trabalho em condições análogas à escravidão consta do artigo 149 do Código Penal. Por esse dispositivo legal, caracterizam tais condições a submissão de outrem a trabalhos forçados ou jornada exaustiva; submissão a condições de trabalho degradantes; o impedimento de locomoção do empregado, por qualquer meio, em razão de dívida contraída com o empregador; impedimento de uso de qualquer meio de transporte pelo empregado; submetê-lo a vigilância ou reter seus documentos com o objetivo de impedir sua saída do local de trabalho (BRASIL, 1940).

E embora não se possa mais falar em escravidão nos moldes do período colonial, as formas de trabalho análogas a tal condição no meio doméstico decorrem do fato de que as requalificações das hierarquias e do poder na esfera desse tipo de trabalho “abrigaram identidades sociais, se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor - escravo” (CUNHA, 2007, p. 388). Em se tratando de trabalhadoras domésticas, em maioria, a caracterização das condições de trabalho de forma análoga à escravidão mais recorrentes estão ligadas a condições degradantes do meio ambiente de trabalho e submissão a jornadas exaustivas (LUNA, 2017), sem excluir a ocorrência também de outras formas delineadas na lei penal.

As jornadas de trabalho exaustivas podem ser caracterizadas quando o trabalho é executado consecutivamente, sem descanso semanal remunerado, e em cargas horárias largamente superiores aos previstos pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, fixados em oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais (BRASIL, 2015). Já o trabalho em condições degradantes se dá quando a trabalhadora é

coisificada, tendo a sua dignidade violada de forma grave, através da sonegação de direitos fundamentais, como salário, saúde, higiene e alimentação (FIGUEIRA, 2004).

Importante destacar que pesquisas da Organização Internacional do Trabalho do ano de 2017 estimam a existência de aproximadamente quarenta milhões de pessoas no mundo submetidas ao regime de trabalho escravo contemporâneo (OIT, 2017). Com relação ao ano de 2016, o índice global de escravidão medida para o Brasil pela Walk Free Foundation foi de 369.000 pessoas trabalhando nessas condições (WALK FREE FOUNDATION, 2018).

Em contrapartida, ao analisar o perfil dos 35.943 trabalhadores e trabalhadoras resgatados de trabalhos em condições análogas à escravidão entre os anos de 2003 e 2018, somente 5,2 % eram mulheres (REPORTER BRASIL, 2020). Há que se lembrar, ainda, conforme os dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2019, que cerca de 92% das pessoas ocupadas na atividade de trabalho doméstico são mulheres e que essa é uma das categorias de trabalho mais informais e precárias no Brasil (IBGE, 2020).

O confronto desses números permite concluir que a quantidades de pessoas resgatadas ao longo dos anos é muito baixa em relação ao total estimado de pessoas em atividades de trabalho em condição análoga à escravidão. E quando se trata de mulheres, apesar de serem grande maioria em ramos profissionais que encontram espaço para práticas desse tipo, a quantidade de resgates é ínfima. Diante dessas informações é possível estimar que especialmente em termos de trabalho doméstico, prestado no ambiente privado do lar, a identificação das práticas de submissão à condições análogas à escravidão sejam amplamente invisibilizadas, dificultando os resgates.

3.3 Como se fosse (mas não é) da família

Em termos de trabalho doméstico, apesar de ser usual a atribuição de status de “parte da família” às empregadas, também a submissão dessas mulheres a condições desumanas de trabalho é percebida nos dias atuais. Diversos são os relatos de mulheres que passaram décadas a serviço de famílias que sequer lhe remuneravam, praticando contra elas toda sorte de abusos físicos e legais (A MULHER DA CASA ABANDONADA, 2022b). Entretanto, essa situação apresenta total descompasso não apenas com a legislação penal, mas com preceitos fundantes da República, como os valores sociais do trabalho e a dignidade da pessoa humana, o que eleva o direito ao trabalho não escravizado ao patamar de direito fundamental (RIGA, 2017).

Além de revelar detalhes sobre os crimes imputados ao casal que levou consigo para os Estados Unidos uma trabalhadora doméstica, mantendo-a em condições precárias em termos de saúde física e mental, sem pagamento de salários e praticando contra ela diversos tipos de agressão física e verbal (A MULHER DA CASA ABANDONADA, 2022c), o podcast mencionado neste trabalho deu oportunidade de manifestação à mulher que habita a casa com aspecto de abandonada. Esta, por sua vez, quando apresentou sua versão dos fatos, fez questão de definir a empregada escravizada como uma pessoa que tinha o hábito de mentir, que trabalhava pouco, que era preguiçosa e dotada de condições intelectuais e cognitivas reduzidas. Afirmou também que a trabalhadora conviveu por longos anos com ela, sendo considerada uma amiga, “uma pessoa da família” (A MULHER DA CASA ABANDONADA, 2022a.).

Como referido anteriormente, por ser a relação de trabalho doméstico desenvolvida dentro da privacidade do lar, há uma grande dificuldade em termos de fiscalização das condições sob as quais é desenvolvido. Mesmo em caso de denúncias, o art. 11-A da Lei Complementar nº 150/2015 refere que as fiscalizações dependem de agendamento e de entendimento prévios entre o Auditor-Fiscal e o empregador, devendo a natureza da fiscalização ser prioritariamente orientadora (BRASIL, 2015). Ou seja, a efetiva fiscalização no local de trabalho depende de consentimento expreso e

escrito do empregador, em observância à garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio.

Assim é que se perpetua um discurso de que a empregada doméstica é “como alguém que faz parte da família”, legitimador de práticas como a supressão do pagamento de salário, sonegação de registro de vínculo de emprego e tratamento degradante, que ocorre sob a intimidade do lar e distante das instituições de fiscalização. De outro lado, se consolida a prática de tratamento das trabalhadoras domésticas, na verdade, como parte da casa, da mobília, que passa a ser objetificada e silenciada (BATISTA; SARAIVA, 2018).

Os fatos da história revelada no *podcast*, por si só, trazem uma série de elementos problemáticos do ponto de vista legal e social. Mas um dos pontos que devem ser destacados é o foco para onde se direcionou a atenção majoritária das pessoas que tiveram acesso à história revelada: a mulher e a casa. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Chico Felitti destaca que o local onde reside a responsável por todas as condutas retratadas se tornou um ponto turístico no bairro de Higienópolis, em São Paulo. Centenas de pessoas se dirigem diariamente ao local para tirar fotos e gravar vídeos dançando, muitas vezes “fantasiados” como a moradora da casa, em tom jocoso (OLIVEIRA, 2022). Porém, a repercussão do caso trouxe holofotes para a questão do trabalho doméstico realizado em condições análogas à escravidão, o que causou um aumento de 123% das denúncias desse tipo de situação junto ao Ministério Público do Trabalho após a veiculação dos episódios (BETTONI, 2022).

Embora o fator midiático tenha revelado que o foco das pessoas foi direcionado em grande parte para elementos (que ao menos deveriam ser) periféricos na história, veicular o assunto de trabalho doméstico em condições análogas à escravidão toca na ferida cultural e social aberta do nosso país. E isso se traduz na intensificação das denúncias, que podem gerar uma alteração do cenário de fiscalizações deficitárias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repercussão midiática do *podcast* do jornal Folha de São Paulo intitulado “A Mulher da Casa Abandonada” trouxe atenção para a questão do trabalho doméstico em condições análogas à escravidão em pleno ano de 2022. Falar em escravidão pode soar sem sentido se pensarmos que em 1888 essas práticas foram abolidas no Brasil. Porém, ao longo do tempo desde a Lei Áurea, nem tudo mudou.

Casos emblemáticos, como o narrado no *podcast*, seja pelo seu formato de veiculação moderno, seja pelo talento do jornalista que dá voz à narrativa, sempre ganham repercussão. Porém, um elemento de distinção interessante de ser observado nessa situação particular é que as práticas narradas ocorreram há mais de vinte anos, tendo iniciado por volta do final da década de 1970. A princípio, sequer se trata de notícia nova, pois jornais já haviam noticiado esses fatos no país no início dos anos 2000. Porém, a casa onde reside a mulher acusada de ser a autora dos crimes retratados e a própria habitante do local ganharam status de elementos da cultura pop, gerando mais interesse da audiência do *podcast* do que a própria situação de fundo. Esse é um indicativo forte de que as questões relacionadas ao trabalho doméstico remunerado em geral ainda não são devidamente valorizadas e debatidas de forma ampla na sociedade. Porém, o “barulho” da série em formato de áudio não parou nos agregadores de músicas e teve um reflexo importante para que parte das pessoas que ouviram a história direcionassem atenção a situações cotidianas, que não eram objeto de preocupação, culminando num aumento expressivo de denúncias de trabalho doméstico em condições análogas à escravidão registradas junto ao MPT.

Foi preciso trazer o assunto à tona com uma roupagem mais jovial e viral, em formato de *podcast*, ainda que a história fosse nada mais do que notícia velha, para que a atenção da sociedade fosse atraída para esse assunto. Nesse sentido, houve uma contribuição importante da repercussão desse caso para, quem sabe, termos um novo

despertar social para o fato de que as senzalas mudaram de forma, de tamanho e nome, mas que na prática, as mansões modernas ainda podem ser lugar de continuidade de práticas desumanas e subjugação das milhares de trabalhadoras domésticas.

REFERÊNCIAS

A MULHER DA CASA ABANDONADA: **A Mulher da Casa Abandonada**. [Locução de]: Chico Felitti. São Paulo: Folha de S. Paulo, 01 de jun. 2022a. Podcast. Acesso ao episódio por meio do agregador Spotify. Acesso em: 20 de jul. 2022.

A MULHER DA CASA ABANDONADA: **Outras Tantas Mulheres**. [Locução de]: Chico Felitti. São Paulo: Folha de S. Paulo, 01 de jun. 2022b. Podcast. Acesso ao episódio por meio do agregador Spotify. Acesso em: 06 de jul. 2022.

A MULHER DA CASA ABANDONADA: **Uma Rua em Silêncio**. [Locução de]: Chico Felitti. São Paulo: Folha de S. Paulo, 01 de jun. 2022c. Podcast. Acesso ao episódio por meio do agregador Spotify. Acesso em: 22 de jun. 2022.

BATISTA, N. G.; SARAIVA, L. J. C. Domingas: (*In*) visibilidade x existência da mulher indígena na obra dois irmãos, de Milton Hautom. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, v. 6, n. 4, p. 109-124, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/12515>>. Acesso em: 25 set. 2022.

BETTONI, N. V. Denúncias de trabalho escravo doméstico duplicam após lançamento de A Mulher da Casa Abandonada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/denuncias-de-trabalho-escravo-domestico-duplicam-apos-lancamento-de-a-mulher-da-casa-abandonada.shtml>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Imperial nº 3.353**, de 13 de maio de 1888. Lei Áurea. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/385454/Lei%20%C3%81urea.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 26 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar n. 150**, de 01 de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CARRANZA, E. G. O quartinho de empregada e a tradição. **5% Arquitetura+Arte**, v. 4, n. 4, p. 17-17, out./nov. 2005. Disponível em: <<http://revista5.arquitetonica.com/ojs/index.php/revista5/article/view/95>>. Acesso em: 01 set. 2022.

CUNHA, O. M. G. da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. *In*: CUNHA, O. M. G. da.; GOMES, F. d. S. (Org.). **Quase Cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 377-418.

FIGUEIRA, R. R. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala em quadrinhos**. São Paulo: Global, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. n. 43. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2022.

LUNA, S. A. A. A “mucama permitida”: a origem escravocrata do emprego doméstico no Brasil. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, 13., 2017, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-11. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/Modelo_Texto_completo_MM_FG.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004.

OLIVEIRA, R. ‘É um retrato do Brasil’, diz Chico Felitti sobre podcast A Mulher da Casa Abandonada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jul. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2022/07/e-um-retrato-do-brasil-diz-chico-felitti-sobre-podcast-a-mulher-da-casa-abandonada.shtml>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Global estimates of modern slavery**. Geneva: ILO, 2017. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/publication/wcms_575479.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

REPÓRTER BRASIL. Trabalho escravo e gênero: Quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil? In: SUZUKI, N. (org.); **Equipe ‘Escravo, nem pensar’**. São Paulo: Repórter Brasil, 2020. 10 p.: 20 21 il. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2020/09/GENERO_EscravoNemPensar_WEB.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022.

RIGA, M. P. Trabalho escravo, vedação ao retrocesso social e direito fundamental ao trabalho não escravizado. **Encontro Nacional da ABET**, 15., 2017, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: Editora UFPB, 2017. p. 21-39. Disponível em: <<http://abet2017.com.br/world-news/anais-2017/anais-gt-7-trabalho-analogo-ao-escravo-conceitos-manifestacoes-e-desafios-na-sociedade-contemporanea/>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

RUDNICKI, D.; DE CARLOS, P. P.; MULLER, F. O uso da entrevista na pesquisa jurídica brasileira. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 8, n. 2, p. 82-104, 2021.

WALK FREE FOUNDATION. **The Global Slavery Index 2018**. 2018. Disponível em: <<https://www.globalslaveryindex.org/resources/downloads/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MEMÓRIA AMBIENTAL URBANA EM PORTO ALEGRE E CANOAS

Edilson do Valle Kayser

Moisés Waismann

1 INTRODUÇÃO

No intuito de compreender as transformações na paisagem de uma cidade e na diversidade de itinerários de sua população lançamos mão da investigação da memória ambiental urbana. Reflete-se, então, sobre as relações entre cidade e natureza, através do rompimento com o discurso ainda dominante da degradação ambiental enquanto consequência geral e natural da urbanização.

A pesquisa sobre memória em meio urbano não é um simples registro do passado, mas sim uma reflexão sobre a duração de determinados eventos, cujo objetivo é a busca pela existência de conexões diferenciadas que indivíduos de uma determinada comunidade estabelecem a partir de percepções de tempos diferentes da trajetória ambiental da região. Pressupõe, por conseguinte, descobrir em que momentos e de que maneira as suas narrativas percebem rupturas, como o começo ou o fim de processos, bem como o retorno de antigas práticas, na relação da cidade e dos seus habitantes entre si com o meio ambiente (ECKERT; ROCHA, 2005).

Atualmente, em meio aos acalorados debates em torno da questão ambiental, a implementação de iniciativas de preservação e conservação do meio ambiente tem reservado atenção destacada aos recursos hídricos disponíveis. Sérios riscos de escassez são enfrentados; a demanda por água é muito superior à oferta e a crescente poluição deste recurso natural implica em graves riscos à saúde humana. A esse recurso, vital e outrora abundante, daremos especial ênfase no desenvolvimento deste ensaio.

Urge a necessária mudança de paradigma para que haja a percepção de que o antropoceno como tal seja compreendido como fruto do predatório processo civilizatório que desencadeou no desencantamento com a natureza.

2 REVISÃO TEÓRICA

A teoria Gaia, apresentada na década de 1970 pelo cientista inglês James Lovelock, propõe a existência de um sistema cibernético de controle, que compreenderia a biosfera, a hidrosfera, a atmosfera, os solos e parte da crosta terrestre, e teria a capacidade de manter propriedades do ambiente, como a composição química e a temperatura, em estados adequados para a vida. A Terra, então, estaria “viva” ou Gaia, por extensão, seria um “superorganismo” (LOVELOCK, 2000).

Face às alterações que os seres humanos estão gerando no clima e na biodiversidade do planeta, especialistas consideram que entramos no “antropoceno”, uma nova época geológica que se seguiria ao holoceno, o período com temperaturas mais quentes após a última glaciação. O conceito “antropoceno”, do grego *anthropos*, que significa humano, e *kainos*, que significa novo, tornou-se popular, em 2000, pelo holandês Paul Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel de Química, em 1995. Infelizmente, devido à irresponsável intervenção humana nos processos naturais, ocorrida nos últimos três séculos, o antropoceno se caracteriza pela terrível capacidade de destruição do ser humano, acelerando sobremaneira o desaparecimento natural de muitas espécies (BOFF, 2017).

Isabelle Stengers (2002) afirma categoricamente que a intrusão de Gaia nos mostrará não só que nossa concepção de progresso e racionalidade é fundada em princípios absurdos de relação com a vida na Terra, mas que nossa fundamentação intelectual, newtoniana, foi arrojada demais ante a complexidade ainda inatingível do que chamamos de “natureza”.

Dentro dessa profunda reformulação, a História Ambiental vem recebendo uma atenção cada vez maior de estudiosos. Enrique Leff (2001) descreve que “o ambiente surge no discurso político e científico de nosso tempo como um conceito que ressignifica nossa concepção do mundo, do desenvolvimento, da relação da sociedade com a natureza”.

Silva Lopes (2010) complementa ao explicar que:

Nos embates pelos protagonismos da e na História, de forma simplória, a contribuição da História Ambiental transcende a dualidade seres humanos/natureza para a construção de um amálgama analítico, que caminhe na direção das demandas sociais sobre o entendimento da interação entre seres humanos e natureza tanto no passado, quanto no presente.

No entanto, perspectivas contemporâneas sobre o meio ambiente, sob a ótica socioambiental, prestam-se a uma análise fenomenológica, sob o ponto de vista estético, como em Simmel (1984, 2004, apud DEVOS, 2009, p. 296), e na “[...] interpretação das formas da vida social a partir de uma interpretação da dimensão vivida do cotidiano da cidade, como como o fazem as antropólogas Eckert e Rocha (2005)”.

Devemos pensar, então,

[...] o ambiente urbano como um ambiente cósmico e social, significado à medida em que seus habitantes o descobrem através dos saberes presentes à memória dos grupos sociais que nela se encontram, e através da experiência individual de habitar um centro urbano a partir de determinada relação com o ambiente natural (DEVOS, 2009, p. 296).

O processo de urbanização, nos moldes até recentemente preconizados e a partir de conceitos de sustentabilidade, representa, ainda de forma metafórica, o que de mais insustentável pode existir. Leff (2001), então, afirma que “a cidade se construiu, pelo capital, no lugar onde se aglomera a produção, se congestiona o consumo, se amontoa a população e se degrada a energia”.

Quando *ethos*, dito como os costumes e hábitos fundamentais de uma determinada coletividade, inscreve-se nas interações cotidianas de seus habitantes, estas influências mútuas configurarão os itinerários urbanos dos grupos sociais na cidade, mediados pelas fronteiras demarcadas. Itinerários urbanos permitem, nesse sentido, aprofundar a dimensão temporal do território, construído a partir de diferentes trajetórias de indivíduos que vão dando profundidade aos significados inscritos na paisagem urbana (ECKERT; ROCHA, 2005).

O atual desafio, conciliar a expansão urbana com o uso sustentável dos recursos naturais em um determinado ambiente, convoca à reflexão quanto ao curso de afastamento do homem à natureza, percebido nas trajetórias sociais enquanto moradores de um centro urbano em busca de melhores condições de vida. (DEVOS, 2009).

A sustentabilidade urbana só pode ser alcançada se houver a compreensão da cidade como um grande ecossistema conduzido por inter-relações entre organismos vivos, processos e ciclos ecológicos, ou seja, sob os pilares da resiliência e da saúde, tenhamos um ecossistema urbano biodiverso, durável e capaz de garantir a qualidade de vida aos seus habitantes, a médio e longo prazo (MONTANER, 2021).

É neste sentido que a questão ambiental ou crise ambiental pode ser compreendida como um problema baseado na clara intenção de reintroduzir o ambiente natural no espaço construído, um universo artificialmente criado e ordenado a partir da lógica urbana e sem a interferência de elementos naturais.

A memória, então, emerge como uma reflexão sobre a vida urbana a partir do ambiente natural, revelando a importância deste não apenas para promoção do sustento de seus habitantes, mas também e principalmente na constituição de uma subjetividade nos seus sentimentos de pertencimentos distintos à cidade.

A memória ambiental não apenas identifica o impacto provocado como também promove e amplia a implementação de ações de intervenção no meio ambiente, ao trazer as necessidades e os anseios dos atores vinculados às atividades econômicas, políticas e sociais realizadas no lugar analisado. Desta forma, amplia sobremaneira a percepção geográfica fundamentada em imagens e números, incorporando a experiência humana aos estudos ambientais. A memória das antigas gerações fornece, portanto, às atuais, informações imprescindíveis quanto às reflexões sobre como a sociedade se desenvolveu até aquele ponto e quais as necessidades sociais implicaram àquelas atitudes de manejo, atualmente consideradas incorretas (PORTO; DIAS, 2012 apud SILVA; DIAS, 2017).

3 DESENVOLVIMENTO

Dentre as inúmeras pesquisas e trabalhos, publicados e em andamento, daremos destaque, como exemplos de memórias relacionadas ao meio ambiente, casos elencados nas cidades de Porto Alegre e Canoas, ambos no estado do Rio Grande do Sul.

A memória ambiental da cidade de Porto Alegre pode ser descrita em narrativas que refletem o processo de urbanização, os ritmos dessa transformação na paisagem, sua diversidade de uso e pertencimentos, pensando as heranças desses quadros sociais da memória nas políticas ambientais contemporâneas. A abordagem está relacionada aos territórios urbanos em contato com as margens de rios, arroios e lago Guaíba, pensada como um “quadro social da memória”, no caso, da cidade, segundo os preceitos de Halbwachs (2006) e como parte de um processo de ambientalização (LOPES, 2006) da maneira como os habitantes passam a compreender as transformações na paisagem urbana e nas populações que ensaiam pertencimentos diferenciados aos territórios da cidade.

Conforme relata Rocha (2008, p. 65),

As motivações simbólicas e a ritmicidade que configuram a paisagem urbana, demonstram que esse trajeto de transformação da cidade com a canalização de arroios, o aterramento e a poluição do Guaíba, o “avanço” da cidade sobre as águas não possui um sentido único, mas muitas interpretações possíveis.

E assim, considerando-se a paisagem urbana atual como a inclusão de áreas naturais ou rurais de Porto Alegre enquanto potencial espaço urbano a ser planejado ambientalmente, percebe-se o quanto tais espaços são associados a um passado rural e colonial idealizado do Rio Grande do Sul em contraponto ao tempo regressista da urbanização, representado pela canalização de arroios, abertura de avenidas, higienização e modernização do espaço público. Ao compreendermos tal ausência de sincronicidade nos ritmos diferenciados de transformação da paisagem urbana, percebemos as heranças desses “quadros sociais da memória” latentes nos projetos contemporâneos de remodelação urbana.

Há extensa descrição de relatos pitorescos de Porto Alegre, através dos chamados “cronistas”, que conformam uma “tradição” de escrita sobre a cidade. Neste corpus, é possível identificar o arcabouço de uma memória coletiva e um ideário porto-alegrense, através desses autores que descrevem paisagens da cidade antiga e realizam um mesmo “enquadramento” da memória social da cidade, estabelecendo uma distância entre uma velha cidade (século XIX e início do século XX), provinciana, e uma cidade nova, em grandes transformações e intervenções nos espaços públicos e nas formas de sociabilidade. Outros intelectuais e cronistas, responsáveis pela produção de

memórias sobre a cidade de Porto Alegre, trazem-nos, também, “[...] comentários sobre a transformação da cidade, em especial, com a passagem do transporte fluvial e ferroviário para o automotivo e com a série de aterramentos da margem do Guaíba” (DEVOS, 2008, p. 79).

Conforme o antropólogo Durand (2001), a dinâmica do imaginário é o esforço de estetizar o tempo, pensar as imagens deste tempo não por aquilo que são, mas por aquilo com que se parecem, segundo Lévi-Strauss (1996). Neste imaginário, o lago Guaíba e seu cais surgem como um porto que leva a mares distantes, aos mares gregos. Entretanto, se as águas são motivos para os sonhos dos personagens da literatura local, o ambiente urbano às suas margens é descrito, a partir do ponto de vista desses atuantes, como espaço praticado e habitado na cidade (Figura 1).

Figura 1 - Lago Guaíba em Porto Alegre



Fonte: Valter Helmuth Goldberg Júnior (Creative Commons)

Outras formas de sociabilidade, de ocupar e praticar espaços aparentemente separados das águas são mencionadas. Por exemplo, o Guaíba emerge como um movimentado “rio” nas lembranças de muitos moradores, um passado de ascensão e decadência de uma indústria fluvial, em oposição ao presente “lago” de uma cidade com um corpo d’água poluído.

Segundo Cauquelin (2000), o conceito de “paisagem” é uma construção mental criada pelo olhar que compõe uma representação a partir de um “princípio organizador” de determinados elementos, que permite a menção dos vários sentimentos, bons ou ruins, conferidos às paisagens. Tal conceito se presta não somente à ideia de paisagem natural, mas também a de paisagem urbana. Em algumas formas de representar a paisagem de Porto Alegre, na qual o “princípio organizador” tende à oposição cidade x natureza, vê-se como o Guaíba, arroios e matas “[...] representados como “berço da civilização porto-alegrense”, como obstáculos para esse mesmo processo civilizatório, como espaços de afeto ou de medo como uma espécie de passado primitivo dos espaços “civilizados”, urbanizados de Porto Alegre” (DEVOS, 2008, p. 87).

A “questão ambiental” torna-se, então, um enorme desafio aos planejadores e gestores dos espaços públicos, ao disciplinar o uso do solo e das águas pelos grupos sociais diretamente relacionados a tais áreas, pois se estas tendem a ser tratadas como lugares protegidos, precisam ter sua ocupação (ou desocupação) planejada, muito embora

sejam interpretadas, inclusive, como espaços não urbanos. A tese é reforçada pela ideia, desenvolvida nos séculos XIX e XX, em que, para as cidades brasileiras, os espaços naturais representam a paisagem associada à civilização menos desenvolvida em contrapartida às modernizações pretendidas. Enquanto a estrutura urbana tende a controlar as relações sociais nela inseridas, as áreas naturais apresentam espaços físicos confusos e ambíguos, cujos limites e fronteiras são muito menos definidos e as relações entre grupos, assim, menos propensas ao jugo dominante.

Ao dirigirmos à cidade de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, encontramos a Fonte Dona Josefina, uma das nascentes do Arroio Araçá localizada na Avenida Santos Ferreira em frente ao cemitério Santo Antônio, no bairro Estância Velha (Figura 2).

Figura 2 – Fonte Dona Josefina, no estado de conservação atual.



Fonte: Acervo do autor

Muito embora mais antiga, a atual estrutura da fonte foi construída, como proteção da nascente, somente em 1904, por Antonio Lourenço Rosa, e servia para abastecer de água, tropeiros, animais e pessoas que ali passavam. A água da vertente formava um córrego que ia alimentar o Arroio Araçá. A história do Rio Grande do Sul está ligada ao tropeirismo, uma vez que, para ter acesso e assegurar as terras da região, foi necessária a formação de tropas cujo objetivo, inicialmente, era garantir a posse na luta contra os espanhóis e, consequentemente, a subsistência dos povoados que iam surgindo, efetivando-se e ampliando-se o comércio com os mercados de Laguna e de São Paulo. O local de pouso dos tropeiros deveria garantir abrigo e água para os homens e animais. Esses locais, pela história, se transformaram em povoados dando origem a muitas das cidades atuais. Dentre estes caminhos, surgiu a cidade de Canoas (PACHECO, 2018).

Em 2021, o entorno da nascente passou por corte de grama, poda de árvores e limpeza. O evento contou ainda com uma apresentação de espetáculo de teatro para crianças Conta Gotas e com uma homenagem ao poeta canoense Etevaldo Silveira (in memoriam), autor de uma poesia dedicada à fonte. Uma parceria foi firmada entre a Prefeitura de Canoas, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente, e a Universidade La Salle, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais (Mestrado e Doutorado), em que pesquisadores da Universidade desenvolvem um estudo para resgatar a forma original da fonte, degradada com o tempo, através de captação de recursos e restauro e ainda conta com a parceria das ONG SOS Mata Atlântica e do projeto ambiental Arroio Araçá Nosso Rio Guri. A iniciativa de restauração faz parte de políticas públicas em parceria com a sociedade

organizada para preservar e recuperar nascentes do Arroio Araçá (PREFEITURA DE CANOAS, 2021 a, b, c).

A preservação de áreas verdes e riquezas naturais é um processo contínuo e permanente, a ser realizado junto às iniciativas na recuperação desses espaços. A sociedade, assim, sente-se engajada no processo e desperta a um salutar sentimento de pertencimento. Além de sua importância ambiental como recurso hídrico, a Fonte Dona Josefina, portanto, faz indubitavelmente parte da história e da cultura de Canoas. Trata-se não só de um exemplar da memória de uma coletividade, mas também traduz a construção de uma memória ambiental de todos aqueles que de alguma forma interagiram ou ainda persistem nesse diálogo afetivo com a nascente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Leff (2001) nos adverte que “os processos urbanos se alimentam da super exploração dos recursos naturais, da desestruturação do entorno ecológico, do dessecamento dos lençóis freáticos, da sucção dos recursos hídricos, da saturação do ar e da acumulação do lixo”.

Em qualquer ambiente urbanizado, devem-se buscar mecanismos para avaliar e compreender a complexidade de sua problemática ambiental, através de uma nova visão, de um novo “saber ambiental” que:

emerge de uma nova reflexão sobre a construção social do mundo atual, onde hoje convergem e se precipitam os tempos históricos que já não são mais os tempos cósmicos, da evolução biológica e da transcendência histórica. É a confluência de processos físicos, biológicos, e simbólicos reconduzidos pela intervenção do homem da economia, da ciência e da tecnologia para uma nova ordem geofísica, da vida e da cultura (LEFF, 2001).

Contudo, a afirmação da necessidade de Memória não pressupõe mais estudos históricos ue conduzam suas reflexões ao campo da História Ambiental, pois, apesar da relação inequívoca, pela relativização do tempo histórico e linear enquanto forma de narrar o tempo, devemos lidar, agora, com a questão temporal e ambiental pela ótica da memória dos habitantes da cidade.

É neste contexto que nos aparelhamos da Memória Ambiental, cujas ferramentas advindas do conceito de memória coletiva de Halbwachs (2006), ao compreender como os indivíduos vivem e reinventam a ambiência urbana, rememoram problemáticas e criam um imaginário de espaços e tempos específicos.

Atualmente, é com muito pesar que podemos afirmar que a convivência entre os humanos é insustentável, por não garantir os meios de vida para a esmagadora maioria da humanidade. Todos nós corremos o risco de atrair e sucumbir às iras de Gaia, paciente para com seus filhos e filhas, mas terrível para os que se tornam hostis à vida (BOFF, 2017).

O antropoceno só pode ocorrer através do entendimento do processo civilizatório que desencadeou no profundo e indevido desencantamento e racionalização da natureza, face à lógica, irracional, da expansão urbana. Tal mudança de paradigma só pode ocorrer se nos libertarmos de nossas amarras humanistas e das análises simplistas da “natureza”, sob a ótica dos padrões newtonianos.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

CAUQUELIN, A. **L'invention du paysage**. Paris: PUF, 2000.

- DEVOS, R. V. A memória ambiental nas narrativas de crônicas e “memorialistas”. **Mouseion**, Canoas, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/issue/view/18/showToc>>. Acesso em: 09 set. 2021.
- DEVOS R. V. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XII, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a06v12n2.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2021.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- LÉVI-STRAUSS. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- LOPES, L. Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre os dilemas da participação. In: ECKERT, C. ROCHA, A.L.C. e Carvalho, I.C.M. (org). **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS. Ano 12, n. 25, p. 31 a 65, 2006.
- LOVELOCK, J. E. Gaia: a new look at life on Earth. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Política e arquitetura**: por um urbanismo do comum e ecofeminista. São Paulo: Olhares, 2021.
- PACHECO, M. I. Fonte Dona Josefina no caminho dos viajantes. **Blog Arroio Araçá**. Canoas, 24 ago. 2018. Disponível em: <<https://arroioaraca.blogspot.com/2018/08/fonte-dona-josefina-no-caminho-dos.html>>. Acesso em: 01 nov. 2021.
- PREFEITURA DE CANOAS. **Meio Ambiente recupera vertentes naturais e planeja ações de Educação Ambiental**. Canoas, 30 mar. 2021a. Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/meio-ambiente-recupera-vertentes-naturais-e-planeja-acoes-de-educacao-ambiental/>>. Acesso em: 01 out. 2021.
- PREFEITURA DE CANOAS. **Fonte Dona Josefina passa por revitalização**. Canoas, 04 jun. 2021b. Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/fonte-dona-josefina-passa-por-revitalizacao>>. Acesso em: 01 out. 2021.
- PREFEITURA DE CANOAS. Prefeitura de Canoas e La Salle firmam parceria para restaurar fonte histórica. Canoas, 05 jul. 2021c. Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/prefeitura-de-canoas-e-lasalle-firmam-parceria-para-restaurar-fonte-historica>>. Acesso em: 01 out. 2021.
- SILVA, A. F. da; DIAS, R. de S. Memória e meio ambiente: a história oral como metodologia na identificação de mudanças ambientais em Campo Grande, Rio de Janeiro (RJ). **Diversidade e Gestão**, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.itr.ufrj.br/diversidadeegestao/wp-content/uploads/2016/12/12.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2021.
- SILVA LOPES, A. R. História Ambiental: Uma demanda contemporânea. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, [S. l.], v. 23, n. 2, 2010. DOI: 10.14393/cdhis.v23i2.7520. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7520>>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

MEMÓRIA AMBIENTAL: UM OLHAR SOBRE A PAISAGEM URBANA A PARTIR DE ÁRVORES CENTENÁRIAS

Diego Floriano da Rocha

Cristina Vargas Cademartori

1 INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva histórica, fica evidente que o legado ambiental é o resultado das interações de populações passadas com o ambiente circundante (GARCÍA-MONTIEL, 2002). Este cenário de transformação da paisagem é perceptível em várias escalas de análise da história ambiental, que tem como um dos objetivos englobar as diversas variáveis históricas aos estudos de um ecossistema, levando sempre em consideração o histórico socioeconômico e cultural de utilização de uma dada área (SVORC, 2007). O campo que estuda a história ambiental é considerado relativamente novo dentre as áreas do conhecimento, surgiu na década de 1970, juntamente com o início dos movimentos ambientalistas e das conferências mundiais sobre a crise ambiental (WORSTER, 1990). Remontar tal história auxilia, muitas vezes, no planejamento e na elaboração de estratégias de recuperação de áreas degradadas, de processos ecológicos, assim como na proteção de bens naturais.

Os problemas ambientais atuais, tais como variações climáticas acentuadas, perda de biodiversidade, poluição nas suas mais diversas expressões e graus, alterações na ciclagem de nutrientes, produção e consumo de energia, entre outros, têm seu princípio sempre no passado, de maneira que podem indicar vários caminhos e alternativas para o enfrentamento dos desafios atuais (CRUMLEY, 1993). A abordagem no campo da memória ambiental é um desses caminhos, pois permite compreender as “formas pelas quais a experiência de vida urbana em um determinado território expressa, nos fios do tempo, os saberes e fazeres por meio dos quais os sujeitos interagem com o seu ambiente e a forma como um determinado ecossistema reage a eles” (NUNES, 2019).

Minha tese de doutorado tem como objetivo, em um primeiro momento, localizar e identificar as árvores centenárias no município de Canoas. Posteriormente, por meio de entrevistas orais e análise documental (arquivos, fotos e imagens de satélite), pretende-se construir uma narrativa das alterações ambientais na paisagem urbana, tendo como ponto de partida as árvores centenárias. Neste sentido, o testemunho e percepção dos moradores locais quanto às mudanças na paisagem ao longo do tempo será determinante para a compreensão de como se deu a expansão da malha urbana, qual o seu protagonismo nesse processo, os interesses envolvidos, impactos ambientais decorrentes e efeitos sobre a qualidade de vida.

2 JUSTIFICATIVA

A reconstrução da memória ambiental possibilitará conhecer como um dia foi a composição florística e faunística dos locais estudados, e suas transformações ao longo do tempo, como resultado da interação das comunidades que ali vivem com a paisagem, contribuindo para o melhor entendimento das consequências do crescimento urbano. Em pesquisa realizada por Devos (2010), os depoimentos de moradores acerca dos antigos caminhos dos arroios e as imagens antigas reunidas em acervos promoveram, em seus entrevistados, uma revisão

do processo de urbanização através da compreensão das particularidades do ambiente urbano como resultado da apropriação da diversidade ambiental da região. Isso demonstra, indubitavelmente, a importância da reconstrução da memória da paisagem também como processo de reflexão. Portanto, compreender as transformações ambientais ao longo do tempo, por meio do uso da flora centenária, bem como as suas relações com a paisagem e com as comunidades locais, pode contribuir para a elaboração de estratégias que visem à conservação ambiental e à preservação de elementos culturais ligados à identidade dos habitantes locais.

3 OBJETIVOS

- Mapear e identificar, em nível de espécie, os principais indivíduos arbóreos centenários dentro do município de Canoas;
- Compreender como se deu a relação entre as comunidades e o seu entorno ao longo do tempo, tendo como referência as árvores centenárias;
- Buscar, nos depoimentos, elementos que contribuam para a valorização do patrimônio ambiental e cultural da cidade.

4 METODOLOGIA

A construção da memória ambiental se dará a partir do mapeamento de árvores centenárias dentro do município de Canoas, RS. Os dados serão obtidos por meio de pesquisa documental (consulta e análise de arquivos públicos para localizar árvores centenárias tombadas), busca e identificação de fotos antigas em acervos para comparar com imagens atuais, bem como amostragens em campo para identificação taxonômica, avaliação das condições de saúde e coleta de dados dendrométricos (altura, diâmetro de copa e circunferência a altura do peito) das árvores. Na ausência de registros nos arquivos públicos, primeiramente serão realizadas análises exploratórias de imagens de satélite pelo *software* Google Earth e, posteriormente, com base nos dados obtidos, o município será dividido por bairro ou região, realizando-se atividades em campo para o mapeamento das árvores com o auxílio de GPS e outras ferramentas pertinentes. A reconstrução da memória ambiental dos locais incluirá, também, entrevistas com os moradores do entorno, de forma a reunir as impressões dessas pessoas sobre as transformações da paisagem, e seus impactos ambientais e culturais.

5 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se compreender como se deu as interações entre as comunidades e o seu entorno nos locais onde os espécimes arbóreos centenários forem encontrados, e de que maneira isto afetou a vida e os costumes dos moradores ou frequentadores desses espaços. Através dos levantamentos, esperamos obter um mapeamento amplo dos indivíduos arbóreos mais antigos de Canoas, buscando sua conservação, pois muitas árvores centenárias se tratam de espécies ameaçadas de extinção e, portanto, são protegidas legalmente. Espera-se, ainda, que com esse mapeamento, seja possível propor um circuito cultural que valorize e dê visibilidade a esse patrimônio ambiental da cidade. Acredita-se que o conhecimento sobre as interações sociedade x natureza, desde uma perspectiva do campo da Memória, traga importantes contribuições à compreensão do processo de urbanização e alteração da paisagem natural no município de Canoas. Desta maneira, visa-se reconstruir a memória ambiental de Canoas em

diferentes espaços, tomando como referência as árvores centenárias, relictos da paisagem natural e testemunhos de suas transformações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre história ambiental e memória ambiental vêm crescendo no Brasil e no mundo nas últimas décadas, e aumentando o acervo científico sobre o tema. Este fato mostra que, além de temáticas emergentes, têm introduzido um outro olhar sobre a relação ser humano e natureza e, deste modo, contribuído para uma melhor compreensão do homem em sua relação com o espaço em que vive. Por consequência, a Natureza deixa de ser compreendida como aquele frágil equilíbrio ecológico no qual os animais e plantas estão inseridos, uma vez que a nossa espécie passa a compor também essa equação. A natureza, assim como a paisagem natural, são sistemas dinâmicos, em constante mudança, e o comportamento humano, conjunto de valores e culturais e símbolos sociais são importantes agentes de transformação.

REFERÊNCIAS

- CRUMLEY, C. L. **Historical Ecology**: cultural knowledge and changing landscape. Santa Fé: School of American Research Press, 1993. p. 109-134.
- DEVOS, R. V.; SOARES, A. M.; Rocha, A. C. Habitantes do Arroio: Memória ambiental das águas urbanas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 22, p. 51-64, 2010.
- GARCÍA-MONTIEL, D.; THOMPSON, J.; BROKAW, N.; ZIMMERMAN, J. K.; WAIDE, B.; EVERHAM, E. M.; LODGE, D. J.; TAYLOR, C. M.; FLUET, M. Land use history, environment, and tree composition in a tropical forest. **Ecological Applications**, v. 12, n. 5, p. 1344-1363, 2002.
- NUNES, M. F.; ROCHA, A. C.; FIGUEIREDO, J. A. S. Memória do trabalho e memória ambiental: as indústrias de curtume do vale do rio dos sinos/RS | labor memory and environmental memory. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 1, p. 173-24, 2019.
- SVORC, R. C. P. F. **Figueiras centenárias, História Ambiental e estrutura da Mata Atlântica no município de Angra dos Reis**, RJ. Dissertação de Mestrado, Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, 67p.
- WORSTER, D. Transformations of the Earth: **Toward an Agroecological Perspective in History**. J Am Hist v. 76, n. 4, p. 1087-1106, 1990.

MEMÓRIA DE UMA TRAJETÓRIA DE TRANSIÇÃO DE UMA ESCOLA COMUNITÁRIA PARA UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ESTEIO/RS⁸

Leila Borges

Maria de Lourdes Borges

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como campo de estudo a trajetória de uma escola municipal do município de Esteio. Esta instituição tem uma interessante trajetória, pois por 20 anos foi uma escola comunitária e por mais 10 anos foi conveniada com a Prefeitura Municipal, recebendo repasses de recursos do governo federal, passando então, a ser municipalizada em 2018. Ao se tornar escola municipal, continuou atendendo as mesmas crianças na educação infantil, havendo mudanças somente nas normas administrativas e equipe de trabalho. Por um ano (durante 2018), ficou vinculada a outra escola municipal do mesmo bairro, e no ano seguinte (em 2019), foi criada a Escola Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico.

No ano de sua fundação (2019), foi iniciada a construção do Projeto Político Pedagógico da escola. Através de reuniões com a equipe de profissionais e de questionário para os responsáveis dos estudantes, procurou-se reunir elementos e informações que descrevessem como é vista a escola Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico pela comunidade escolar. A conclusão do Projeto Político Pedagógico da escola foi interrompida devido a pandemia que ocorreu a partir do ano de 2020, sendo retomada no ano de 2022.

Como explicado, a Escola de Educação Infantil Criança Esperança foi fundada em 30/10/1988. Ela funcionou como escola comunitária por 31 anos, sendo que foi municipalizada em 13/02/2019 como Escola Municipal de Educação Infantil Sonho Mágico em Esteio/RS.

O objetivo desta pesquisa é compreender como o legado da escola comunitária (Escola de Educação Infantil Criança Esperança) se evidencia na identidade institucional da escola municipal (Escola de Educação Infantil Sonho Mágico) de Esteio/RS por meio de uma exposição permanente na atual escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Memória Social

Aprendemos com Halbwachs (1990) que nós somos aquilo que lembramos. Sem memória, perdemos nossa identidade. A memória é um fenômeno coletivo e social, com mudanças constantes, assimilando memórias que não são individuais. (HALBWACHS, 1990)

Para a memória, fatos sociais, assim como os espaciais e também os temporais, são compartilhados e tornam-se produtos sociais com o passar do tempo por meio da sua assimilação (HALBWACHS, 1990).

A memória coletiva fornece dados para a constituição da memória individual, sendo a memória individual um reflexo sobre a sociedade onde o indivíduo está inserido, garantindo a ele a integração ao grupo social. (HALBWACHS, 1990). São impressões e registros de memórias significativas para um conjunto de pessoas, que

8 Esta pesquisa teve o apoio da Prefeitura Municipal de Esteio

fazem parte de um mesmo grupo na sociedade. (HALBWACHS, 1990).

As memórias coletivas são buscadas do passado, as quais de alguma forma se relacionam com o presente, tendo significado, enquanto outras memórias são esquecidas. (HALBWACHS, 1990) Segundo Halbwachs (1990) há algum interesse por esse esquecimento. Não temos total controle sobre a memória, uma vez que a memória é manipulável, por exemplo, através do ressentimento e esquecimento. O esquecimento é usado para manipular lembranças e construir ou destruir uma identidade.

Conforme Halbwachs (1990), em sua primeira visita a Londres, mesmo estando sozinho, temos lembranças que são coletivas. De fato, nunca estamos sós, não sendo necessário que se tenha alguém ao nosso lado. Ao olhar para as construções dos prédios, você pode ser atraído pela construção de um arquiteto, ou então, em algum lugar, um historiador ter uma história a ser contada referente a este local, ou ainda, de uma pintura que foi feita em algum monumento da cidade ou de uma igreja. Na cidade, o passeio não é solitário. As informações obtidas sobre descrições da cidade, do comércio local, não são somente lembranças individuais, se tornam coletivas com as pessoas que as descreveram, com o seu grupo. A lembrança se torna coletiva porque ao lembrar-se de uma situação, se entra para determinado grupo, porque a informação sobre algo é acrescida do que é vivido individualmente. (HALBWACHS, 1990).

Para este intento, o entendimento de Halbwachs (1990) sobre memória coletiva ajuda, pois de alguma forma ela se relaciona com o presente, tendo significado, enquanto outras memórias são esquecidas deliberadamente, uma vez que o esquecimento é usado para manipular lembranças que tem relação com a identidade (CANDAU, 2012).

2.2 Memória Institucional

A memória institucional será abordada na construção deste trabalho (THIESEN, 2013). Na memória institucional, o foco está no comportamento social e coletivo nas instituições, que é construído através de valores.

Para Costa (1997), a memória institucional está em constante desenvolvimento e estruturação. Toda instituição tem sua história ao longo dos anos de sua existência, a qual é lembrada através do que escolhe ser lembrada.

Conforme Andrade (2002), conceituar instituição, se refere ao ato de tipificar e repetir regras, padrões ou hábitos para gerir e controlar funções e representações, respeitando, valores e interesses materiais ao longo do tempo.

3 METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada é qualitativa (MINAYO, 2009), em que serão realizados levantamento de dados em documentos e por meio de entrevistas, além de possíveis artefatos. Depois de sistematizados os dados serão analisados segundo a Análise Temática (MINAYO, 2009).

A partir da análise dos dados e da recolha e sistematização dos artefatos, será feita uma exposição de fotos, documentos e outros artefatos da antiga e atual escola, denominada Parede Memorial Sonho Mágico.

4 DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em andamento.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi compreender como o legado da escola comunitária se evidencia na identidade institucional da atual escola municipal. Salienta-se que a pesquisa se encontra em andamento.

Por essa razão, a pesquisa centrar-se-á em torno de como foi a construção e o trabalho realizado até se tornar uma escola municipal. É de grande importância para a construção do projeto político pedagógico na nova escola, reconhecer o legado deixado pela Escola de Educação Infantil Criança Esperança, bem como compreender a sua memória institucional, por meio da qual as identidades emergem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. F. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de institucional. **Caleidoscopio**, Revista de comunicação e cultura. Portugal. n. 3, 2002.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, I. T. M. Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. **Tese** (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006 [1990].

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

MEMÓRIA SOCIAL, CULTURA HISTÓRICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A EXPANSÃO DAS REDES DE APOIO NORTE-AMERICANAS NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XX

Rodrigo Pinnow

1 INTRODUÇÃO

O que define os usos da memória? Como os teóricos da memória interpretam as informações do mundo social? Como constroem seus próprios sistemas de categorização das memórias do passado que orientam suas produções acadêmicas? Qual o espaço dos usos da memória na cultura histórica? Como analisar as memórias das relações entre Brasil e Estados Unidos? Este artigo apresenta possibilidades de pesquisa conectando os estudos de memória com o campo das Relações Internacionais, a partir de dois cenários: a ausência das memórias dos centros binacionais e seus protagonistas na historiografia das relações entre Brasil e Estados Unidos; e o esquecimento/silenciamento das memórias do processo de expansão das redes de apoio estadunidense no Brasil, inferindo a possibilidade de conexão dos mesmos com o planejamento estratégico da Política de Boa Vizinhança dos Estados Unidos.⁹

As ações dos agentes norte-americanos em território brasileiro, somados aos interesses de elites regionais e intelectuais, espalhados pelo país, resultaram na criação de aproximadamente 34 centros binacionais, reconhecidos pelo governo americano e criados no¹⁰ decorrer do século XX. Os centros Binacionais (BNCs) se consolidaram como espaços voltados para o ensino de inglês, com grandes bibliotecas, galerias de arte, espaços para shows, programas culturais, promoção de intercâmbios, testes de proficiência e serviços de aconselhamento para brasileiros estudarem nos Estados Unidos.

2 A EXPANSÃO DAS REDES DE APOIO NORTE-AMERICANAS NO BRASIL DURANTE O SÉCULO XX

Considerando o processo de criação e expansão dos centros binacionais, juntamente com outras instituições vinculadas a embaixada dos Estados Unidos, constata-se que a concepção de Halbwachs(2006) sobre memória e suas análises acerca dos quadros sociais que a constituem, fornecem subsídios importantes para a pesquisa da memória coletiva “enquadrada” sobre o tema, consolidada dentro da cultura histórica brasileira.

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que nos tragam seus testemunhos; é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras, para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum” (HALBWACHS, 2006, p. 12).

A argumentação proposta se baseia nas problematizações que o objeto de pesquisa enseja, trazendo à tona

9 Implementada durante os governos de Franklin Delano Roosevelt, nos Estados Unidos (1933 a 1945), a chamada política de boa vizinhança tornou-se a estratégia de relacionamento com a América Latina no período. Sua principal característica foi o abandono da prática intervencionista que prevalecera nas relações dos Estados Unidos com a América Latina desde o final do século XIX. A partir de então, adotou-se a negociação diplomática e a colaboração econômica e militar com o objetivo de impedir a influência europeia na região, manter a estabilidade política no continente e assegurar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/anos3037/RelacoesInternacionais/BoaVizinhanca>>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

10 <<https://br.usembassy.gov/pt/education-culture-pt/espacos-americanos/centros-binacionais/>>.

algumas questões de ordem epistemológica, que confrontam algumas produções historiográficas que possuem foco demasiado nas conjunturas econômicas¹¹ e políticas. Colocadas nestes termos, as construções narrativas e interpretações sobre as memórias da América do Sul podem ser situadas em uma zona limítrofe, cujos horizontes nem sempre são perceptíveis, entre a cultura histórica e as novas perspectivas que abarcam os usos da memória. Rebeca Gontijo faz uma interessante síntese acerca das interpretações da cultura histórica estabelecida:

Sobre cultura histórica, convém lembrar que o conceito tem sido pensado desde os anos 1980 e 1990 de forma sistemática por autores como Jörn Rüsen, Aleida e Jan Assmann, Bernard Guenée e Jacques Le Goff, em diálogo com estudiosos da relação entre história e memória coletiva, como Pierre Nora, Paul Ricoeur etc. De modo geral, parte-se da constatação de que a visão que uma dada sociedade tem de seu passado não é resultado exclusivo, nem mesmo predominante, da produção dos historiadores acadêmicos. As imagens, ideias, nomes e valores que compõem a visão do passado resultam de uma série de fatores que atuam em um processo dinâmico de discussão sobre a experiência passada e a construção de sentido. A cultura histórica abarca, portanto, os múltiplos enfoques e narrativas onde o que está em jogo não é o conhecimento erudito sobre a história, mas a autocompreensão da comunidade num dado presente e suas possibilidades de projeção no futuro (GONTIJO, 2014, p. 45).

Conforme a autora aponta, o resultado da cultura histórica e a visão que uma sociedade possui de seu passado não é resultado exclusivo da produção historiográfica, mas sim de um processo dinâmico, relacionado às memórias individuais, à memória coletiva e o sentido atribuído às mesmas.

No caso das relações entre Brasil e Estados Unidos, a análise das articulações das diferentes memórias, que compõem a cultura histórica, podem demonstrar que o processo histórico sobre o tema tenha sofrido um enquadramento da memória coletiva.

Uma vez identificada a possibilidade de problematização da memória coletiva, construída neste caso, recorre-se a proposição de Pollak (1989) na qual o autor questiona a natureza dos processos e fatos sociais a serem compreendidos, estabelecidos e propagados como coisas, ao invés do questionamento de “como os fatos sociais tornam-se coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 3-15), construindo-se assim, a ideia de uma memória enquadrada em lugar de memória coletiva.

A reflexão de Pollak (1989) pode ser exemplificada a partir das produções historiográficas citadas anteriormente, referentes às relações entre Brasil e os Estados Unidos, com temas que giram em torno de questões políticas, econômicas, diplomáticas e socioculturais, mas que não problematizam de maneira objetiva a memória coletiva, do ponto de vista dos interesses das elites latino-americanas para com os Estados Unidos, enquadrando a mesma no campo das Relações Internacionais e suas variáveis geopolíticas.

Para ilustrar a construção feita até aqui, faz-se necessário apresentar um exemplo mais específico, citando um dos idealizadores do Instituto Cultural Brasileiro Norte-Americano (ICBNA), considerado um dos maiores intelectuais da capital gaúcha.¹² No período entre 1930 e 1940, Erico Verissimo atuou na Livraria do Globo como

11 BANDEIRA, M. Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História. Rio de Janeiro: Ed. da Civilização Brasileira, 1973; BUENO, C. CERVO, A. L. História da política exterior do Brasil. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012; HIRST, M. Brasil Estados Unidos: desencontros e afinidades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; MOURA, G. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; MOURA, G. O tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense. 1984; MUNHOZ, S.; SILVA, F. C. T. da (org.). Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI. Maringá: Eduem, 2011; PECEQUILO, C. S. A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança? 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011; PINHEIRO, L. Política externa brasileira (1889-2002). 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

12 A história oficial do ICBNA, relatada no Livro Digital, informa que o Instituto foi criado por um grupo de intelectuais gaúchos, “liderados” por Erico Verissimo, que tinha como principal objetivo difundir a cultura partir da década de 1930: Erico Verissimo.

escritor, tradutor, colaborador de revistas, entre outras¹³ atividades, e principalmente como entusiasta da literatura brasileira e estadunidense. O escritor, conforme a autora Elisabeth Torresini (1999) salienta, foi protagonista no processo de difusão da cultura estadunidense em Porto Alegre, através da tradução e difusão de várias obras de autores norte-americanos. Entretanto, somente as informações obtidas através das fontes do ICBNA, o associam ao processo de fundação do instituto. Em suas memórias autobiográficas, bem como no seu próprio memorial, o nome da instituição^{14,15} jamais foi citado, o que parece estranho, pois a memória institucional do ICBNA e suas fontes, citam o autor como responsável pela criação da instituição. O que nos remete, novamente, às reflexões de Pollack (1986) sobre silêncios e contextos na gestão da memória:

Um passado que permanece em silêncio é, talvez, menos o produto do esquecimento do que uma gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação em tal ou qual momento da vida. Essa gestão da memória não rege somente o que é dito em diferentes momentos da vida. [...] Nós tentamos agir conforme os contextos nos quais nos expressamos, como modificamos o que dizemos em função da variação dos contextos (POLLACK, 1986, p. 51).

Conforme o exemplo de Erico Verissimo e sua relação com o ICBNA, as reflexões de Pierre Bourdieu (1986), na obra *L'illusion biographique*, também podem contribuir com a pesquisa, pois nas memórias institucionais de fundação dos demais centros binacionais espalhados pelo país, muitos intelectuais são citados e, até mesmo, exaltados. Contudo, faz-se necessário confrontar as memórias institucionais com as memórias biográficas/autobiográficas. Portanto, os ensaios sobre o campo biográfico ao longo da *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (1986), com autores como Bourdieu (1986), estadunidense em Porto Alegre por meio do intercâmbio cultural, com anseio de uma aproximação entre as duas culturas. Porém, observando mais atentamente a 1ª página da ata de criação institucional, em 14 de julho de 1938, fica evidenciado que a ideia inicial surgiu na palestra ministrada pelo Cônsul dos Estados Unidos aos três bacharelados que compunham o grupo de Erico Verissimo.¹⁶

Pollack (1986), Becker (1986), entre outros, apresentam diferentes perspectivas de análise para o objeto de pesquisa relacionado às memórias dos centros binacionais. Erico Verissimo continua sendo um dos autores mais respeitados de Porto Alegre e do Brasil. Suas obras são referenciais da literatura brasileira e também estão nos maiores vestibulares do país. Existem muitas publicações sobre Erico Verissimo, mas nenhuma das¹⁷ obras menciona a conexão entre o autor e a ICBNA. Esse exemplo serve para expressar como alguns silenciamentos no campo da memória coletiva podem interferir na cultura histórica que se estabelece e se propaga.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As problematizações apresentadas até aqui, focam-se substancialmente, em aspectos ainda não explorados,

-
- 13 TORRESINI, E. W. R. Editora Globo: Uma Aventura Editorial no Anos 30 e 40. São Paulo: EDUSP: Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
 - 14 Solo de Clarinete 1 (2005), Solo de Clarinete 2 (2005), Gato Preto em Campo de Neve (2005) e A Volta do Gato Preto (2006).
 - 15 Para mais informações acesse: <<https://www.eflcultural.org.br/>>.
 - 16 Disponível em: <http://www.cultural.org.br/Livro70anos/Default.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.
 - 17 MINCHILLO, C. C. Erico Verissimo, escritor do mundo: circulação literária, cosmopolitismo e relações interamericanas. São Paulo: Edusp, 2015. Erico Verissimo em entrevista a João Alves das Neves, “Erico Verissimo, o Solo da Liberdade”, Banas, São Paulo, n.1069, p.41-7, 7 out. 1974. CANDIDO, Antonio (1972). Erico Verissimo de trinta a setenta. In: CHAVES, Flávio Loureiro (Org.). O contador de histórias: 40 anos de vida literária de Erico Verissimo. Porto Alegre: Globo. FAURI, Ana Leticia (2005). O pensamento político de Erico Verissimo: questões de identidade e ideologia. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre. FRESNOT, Daniel (1977). O pensamento político de Erico Verissimo. Rio de Janeiro: Graal.

com figuras históricas, mas estas, como no caso de Erico Verissimo, encontram-se em esferas bem diferentes das apresentadas na historiografia sobre o tema, ou seja, atores que não são políticos, mas membros das elites intelectuais do Brasil articulados com agentes estadunidenses. Entretanto, segundo Barbara Weinstein (2003), a nova historiografia sobre o tema está considerando além do papel de políticos, as elites que os influenciaram:

Houve, também, uma maior atenção ao papel dos governos latino-americanos e das elites latino-americanas em vários episódios de intervenção norte-americana para não investir todo o protagonismo histórico no “vizinho ao norte”. Rejeitando o pressuposto dos Estados Unidos como o “todo-poderoso”, estudiosos das relações inter-americanas deixaram de tratar os países da América Latina como marionetes facilmente manipuladas pelo gigante do norte, investigando os muitos casos de colaboração entre governos latino-americanos e norte-americanos, ou insistindo no papel secundário ou não decisivo dos Estados Unidos em várias ocasiões (WEINSTEIN, 2003, p. 9).

A problematização de uma cultura histórica estabelecida não é tão simples. Trata-se de um longo processo de construção da consciência histórica, de remanejar os usos da memória e de ampliar os debates em torno das novas possibilidades de análise. Nesse sentido, as contribuições de Paul Ricoeur (2007) também se tornam relevantes e preponderantes para a pesquisa sobre as relações entre Brasil e os Estados Unidos, uma vez que o autor, problematiza os excessos e erros nos usos da memória, assim como as variações nas políticas de esquecimento, o que na visão de Ricoeur (2007) dificulta a construção de uma justa memória e, conseqüentemente, no caso desta pesquisa, da cultura histórica:

Preocupação pública: perturba-me o inquietante espetáculo que apresenta o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória - e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um de meus temas cívicos confessos (RICOEUR, 2007, p. 17).

Complementando os apontamentos de Ricoeur (2007), porém com um olhar mais pessimista, Rüsen (2009) salienta que houve uma crise estrutural no século XX, a qual chama de “catastrófica”, que interferiu decisivamente na consciência histórica e na capacidade de portar e promover sentido nas narrativas construídas. Rüsen é categórico ao afirmar:

Uma “crise catastrófica” destrói o potencial da consciência histórica de processar a contingência em uma narrativa portadora e provedora de sentido. Nesse caso, os princípios básicos da geração de sentido em si mesmos, que permitem a coerência da narrativa histórica, são desafiados ou mesmo destruídos. Eles precisam ser transgredidos em um aqui e agora cultural ou mesmo abandonados. Por isso, é impossível dar a essa crise um lugar na memória daqueles que precisam sofrê-la. Quando isso ocorre, a linguagem do sentido histórico silencia. Ela torna-se traumática. Leva tempo, algumas vezes mesmo gerações, para se encontrar a linguagem na qual seja possível articulá-la (RÜSEN, 2009, p. 8).

Os autores analisados até aqui contribuem para o desenvolvimento da pesquisa no campo das Relações Internacionais, a partir dos usos da memória e com contribuições para a cultura histórica. A crise citada por Rüsen (2009), bem como a preocupação pública de Ricoeur (2007) evidenciam a necessidade dos pesquisadores do passado tomarem ciência da relação entre história e memória, da problematização dos esquecimentos, da identificação dos silenciamentos e da urgente correção dos anacronismos que moldam o conhecimento histórico. O presente artigo tentou expressar as contribuições de diferentes autores e suas conexões com a pesquisa sobre a expansão das redes de apoio estadunidenses, possibilitando novas perspectivas de análise, não desqualificando as produções existentes, mas contribuindo com a cultura histórica a partir do objeto de pesquisa que norteia este trabalho.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. v. 62-63, jun., p. 69-72, 1986.
- GONTIJO, R. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack**, Guarulhos, n. 8, p. 44-53, dez. 2014. p. 45. DOI: 10.1590/2236-463320140803. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332014000200044&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 fev. 2022.
- HALBWACHS, M. **Memória individual e memória coletiva**. In: HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006, pp. 29-70.
- POLLACK, M. La gestion de l'indicible. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. v. 62-63, p. 30-53, jun., 1986.
- POLLAK, M. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et.al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RÜSEN, J. **Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história**. História da Historiografia, Mariana, n. 2, p. 163-209, 2009. p. 171. Apud: ABREU, Marcelo,
- RANGEL, M. **História e Cultura, Franca**, v. 4, n. 2, p. 7-24, set. 2015. p. 8.
- TORRESINI, E. W. R. **Editora Globo: Uma Aventura Editorial no Anos 30 e 40**. São Paulo: EDUSP: Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- WEINSTEIN, B. Repensando a História das Relações Estados Unidos-América Latina: de dominação política a circulação cultural? **Textura**, n. 9, Canoas, RS, Abr-Out. 2003. p. 9.

MEMÓRIAS DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA CIDADE DE BALNEÁRIO GAIVOTA

Arilda Araújo Lopes

Lúcia Regina Lucas da Rosa

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais é valorizar a cultura afro-brasileira no município de Balneário Gaivota-SC. O estudo sobre a história da cultura afro-brasileira é um processo de luta pela superação do racismo e desigualdade, assim, as ações pedagógicas diante da Lei 10.639/03 podem ser vistas como uma medida para impulsionar grandes mudanças nas escolas e na sociedade (BRASIL, 2003).

A temática escolhida abordará a inclusão e as ações pedagógicas realizadas no ensino da cultura Afro-Brasileira nos anos iniciais de ensino fundamental na escola X no município de Balneário Gaivota, localizado no extremo Sul Catarinense.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho tem como tema os estudos afro-brasileiros, considerando-se a sua inserção no ensino da educação básica e como esse tema emerge na sociedade gaivotense como um dado cultural. Para isso, a seguir, apresentamos alguns tópicos teóricos.

2.1 Memória Social e cultura afro-brasileira

Considerando o tema a ser trabalhado, destacamos a importância da memória social para que a cultura afro-brasileira seja valorizada e ensinada através de práticas pedagógicas eficientes com o objetivo de promover uma reflexão no âmbito escolar.

Destaca-se a importância das memórias que favorecem a tomada de decisões, pois o Brasil é um país predominantemente marcado pela miscigenação, logo, torna-se necessário investigar as vivências individuais e coletivas do público-alvo. Vivências essas que podemos encontrar na literatura que tanto tem contribuído para formarmos futuros cidadãos sem preconceitos e se aceitar como pessoas de negritude transformando a vida de cada um através da literatura, o negro é em sua essência um ser único com suas qualidades e especificidades. De acordo com Zilá Bernd (2018) Negritude representou um momento decisivo para o negro, que foi o reencontro com a subjetividade-relação de si mesmo consigo.

Memória histórica”, de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada no passado reinventando; e a “memória coletiva”, de outro, aquela que recompõe magicamente o passado. Entre essas duas direções da consciência coletiva e individual desenvolvem-se as diversas formas de memória, cujas formas mudam conforme os objetivos (HALBWACHS, 1990, p. 14 e 15).

A cultura afro-brasileira se manifesta no Brasil hoje a partir das memórias individuais e coletivas e, principalmente, das lembranças “escondidas” que muitas vezes representam histórias de denominação na construção de identidades:

[...] enquanto o negro não for capaz de converter-se em agente histórico pela destruição do sistema que o negou durante séculos não estará esgotado o ciclo que se instaurou com os primeiros negros quilombolas: o da busca de sua completa emancipação como ser social e como ser individual (BERND, 1987, p. 42).

Mediante a construção da memória coletiva pretendemos proporcionar mais conhecimento, entendimento e valorização cultural presentes na cidade, mas nem sempre elucidadas na escola.

O ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrado nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana. No presente momento, percebe-se que o Brasil é o país que possui a maior população negra, embora suas tradições de origem tenham, gradualmente, sido destruídas, sua história e cultura e a de seus ancestrais foram desaparecendo da sociedade.

Muitos dos livros de história do Brasil, escritos por colonizadores europeus, certamente jamais iriam contar uma história que poderá ser comprovada populacionalmente e ainda reflete hoje nas escolas. A Lei federal 10.639/03 determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todos os níveis escolares. (BRASIL, 2003). A Lei 12.288/10 institui o Estatuto da Igualdade Racial. (BRASIL, 2010). Todas elas foram criadas com o objetivo de inclusão da população negra e nas conquistas sociais em busca de melhores oportunidades de estudo, de trabalho, de saúde e de convivência social no país. Embora tenha havido esses avanços, ainda não são suficientes para que as relações raciais sejam harmoniosas. Contudo, existem alguns aspectos nas instituições que mostram que a lei ainda não saiu do papel, o despreparo dos docentes com o tema, o pouco material didático produzido que chegam até as escolas quase não revelam a valorização da história e da cultura Afro-brasileira. Contrariando o que nos diz a lei:

Art. 11. § 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Mesmo com o advento da lei citada muitas escolas ainda não conseguiram implementá-la. Como pensar em educação na perspectiva da pluralidade étnico-racial? De que forma criar abertura para um novo perfil de professores? São várias as ações a serem tomadas. É preciso promover reflexões, viabilizar materiais pedagógicos como tema e com a finalidade de questionarmos os livros didáticos que chegam até a escola e que limitam a temática chegar até os educandos. A falta de formação inicial ou continuada para os docentes trabalharem a temática gera desconhecimento e despreparo de alguns professores sobre o assunto; assim como a falta de interesse da própria escola sobre estudo do tema e a falta de conteúdo nos livros didáticos existentes. Conforme a Lei 11.645 de 2008) que altera a LDB (1996):

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

A cultura afro é ainda muito mais rica e vasta que o exposto. O povo brasileiro precisa, sim, apropriar-se do conhecimento, reconhecendo suas raízes culturais e podendo ser vistas como uma medida para impulsionar grandes mudanças nas escolas e na sociedade. Cada povo tem suas cores, tradições e hábitos que se misturam e se entrelaçam. Desde o início da história do nosso país os povos negros são atores dessa diversidade; através de uma rica e milenar cultura, que até os dias de hoje se reflete na nossa sociedade.

2.2 Memória Organizacional

De acordo com os estudos de Pollak (1992) a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas também é uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, e em parte herdada. Nesse contexto, destacamos a memória organizacional definida através de atividades de aquisição, retenção, manutenção e recuperação dos conteúdos armazenados.

Para a abordagem de Walsh e Ungson (1991), o estudo sobre a história e a cultura Afro-Brasileira e Africana também insere um processo de luta pela superação do racismo e desigualdade, assim as ações pedagógicas diante da Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e da cultura Afro-Brasileira nos garante não só a preservação dos acontecimentos de nossa memória, mas nos dá suporte para construção de novos acontecimentos futuros. Essas construções nos fornecem meios pelos quais os conhecimentos do passado são trazidos para as atividades do presente acumulando conhecimentos tácitos e explícitos, imbricados na história. Na cultura identitária existe uma organização que é composta por práticas, símbolos, hábitos, religiosidade e culinária; nessa perspectiva, destacamos que a memória coletiva abordada nas práticas escolares é um elemento de identidade cultural muito eficaz.

Nesse sentido, a MO não se constitui apenas em um acervo de informações, constitui-se também em um instrumento de retenção do conhecimento da organização e contribuição para o aprendizado por meio de experiências passadas além de dar sustentação aos processos decisórios (MENEZES, 2006, p. 32).

Dentre os vários espaços da memória organizacional, podemos destacar os livros didáticos por estarem a serviço da educação e da propagação de valores. Por isso, neste estudo, é importante verificar como se dá o conhecimento sugerido em tais livros. Por meio do conhecimento obtido através dos livros didáticos e de outras ações pedagógicas, o aluno terá acesso às informações sobre a temática, fazendo com que reflitam, gerando debates e estimulando valores.

3 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa em andamento é qualitativa e terá como foco roteiros de entrevistas com moradores e seus gestores, pesquisas na biblioteca local, livros, entre outros. Destaca-se a importância das memórias que favorecem a tomada de decisões.

4 CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa é valorizar a cultura afro-brasileira no município de Balneário Gaivota-SC. O estudo sobre a história da cultura afro-brasileira é um processo de luta pela superação do racismo e desigualdade, assim, as ações pedagógicas diante da Lei 10.639/03 podem ser vistas como uma medida para impulsionar grandes mudanças nas escolas e na sociedade.

Enfatizamos com a pesquisa a importância de organizar, estudar e preservar a memória da cultura afro-brasileira, para a afirmação da identidade negra nas escolas do município.

Todavia a cultura afro é ainda muito mais rica e vasta que o exposto. O povo brasileiro precisa, sim, apropriar-se do conhecimento, reconhecendo suas raízes culturais e podendo ser vistas como uma medida para impulsionar grandes mudanças nas escolas e na sociedade. Cada povo tem suas cores, tradições e hábitos que se misturam e se entrelaçam; desde o início da história do nosso país, os povos negros são atores dessa diversidade, através de uma rica e milenar cultura, que até os dias de hoje se refletem na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BERND, Z. **Negritude e literatura na América Latina**. Mercado Aberto, 1987.

BERND, Z. **Negritude e Literatura na América Latina**. Porto Alegre: Cirkula, 2018.

BRASIL. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL, **Lei 10.639/2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em: 01 out. 2022.

BRASIL, **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1> Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL, **Lei 12.288/2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm> Acesso em: 01 out. 2022.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: 1990.

MENEZES, R. A. **Difíceis decisões**: Etnografia de um Centro de Tratamento Intensivo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2022.

UFU, Universidade Federal de Uberlândia. **Resolução CNE/CP n.º 1**, de 17 de junho de 2004. Disponível em: <<http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cne>>. Acesso em: 10 out. 2022.

WALSH, J. P.; UNGSON, G. **Organizational memory of management review**. v. 17, n. 7, 1991.

MEMÓRIAS DA INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS COM O CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL DE BALNEÁRIO GAIVOTA-SC

Marileia Silvano dos Santos

Lúcia Regina Lucas da Rosa

1 INTRODUÇÃO

A humanidade é construída por dois pilares importantes que são família e escola e, é importante que estejam próximas, cada um com seus papéis e missões, para que através de parceria alcancem o sucesso na formação de seus filhos (BRASIL, 1996; BRASIL, 2018). Mas hoje a escola abraça além do seu papel fundamental, que é de formar cidadãos, o de educar que seria da família. Pois diante de nossa realidade o que vimos é a cada dia que as famílias estão se desestruturando e transferindo responsabilidades que seriam suas para a escola. Motivo pelo qual me levou a estudar o tema família e escola.

A educação infantil inaugura a educação formal da pessoa. Essa educação se dá na família, na comunidade e nas instituições.

As instituições de educação infantil vêm se tornando cada vez mais necessárias e complementares à ação da família, o que já foi afirmado pelo mais importante documento internacional de educação deste século, a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNICEF, 1990).

A participação efetiva dos pais na vida escolar de seus filhos é fundamental para que se desenvolva uma educação de qualidade comprometida com a formação do cidadão. Precisa-se de comprometimento e organização relacionada à frequência dos alunos e o acompanhamento dos pais junto ao Centro Educacional Infantil.

Necessita-se planejar e desenvolver atividades culturais com as crianças da Educação Infantil, como danças, cantos, teatro e saída de campo.

O respeito entre famílias e funcionários deve ser sempre pensado, pois tanto o C.E.I, quanto a família cuida de uma jóia muito preciosa, portanto o respeito, a compreensão, a colaboração e o afeto deve ser mantido para que essa relação família-escola seja saudável e de boa interação. Assim nossos pequeninos terão muito mais qualidade de vida e consequentemente mais alegria em sua vida.

2 OBJETIVOS

Tanto a escola quanto a família são instituições importantes para a socialização. Chamar os pais para as escolas é uma forma de contribuir para a melhoria do desenvolvimento, da aprendizagem da criança. Assim, temos os seguintes objetivos: analisar a percepção dos pais sobre a participação e a interação no Centro Educacional Infantil Abelhinha em Balneário Gaivota-SC; compreender por que alguns pais não se fazem presentes no cotidiano da escola; descrever quais ações o C.E.I. utiliza para manter a relação família- escola; propor ações para melhor integração família-escola

3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa será qualitativa, com entrevistas com os pais, professores e equipe gestora a fim de identificar suas memórias em relação à participação da família com o C.E.I. Enfatizando, assim, a importância da família na participação e no desenvolvimento e aprendizagem das crianças. (ANDRADE, 2022)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa visa à integração da família com a escola, principalmente, compreender e agir sobre as dificuldades de integração e vislumbrar perspectivas para que essa integração se efetive ou, no mínimo, que diminua a distância. A educação básica cada vez mais necessita estar acompanhada da vida pessoal e familiar de seus alunos, o que necessita partir da escola. É necessário que a escola crie iniciativas, o que pode ser validado por pesquisas de impacto social, atuando com e sobre a escola.

Espera-se como resultado dinamizar a participação da família em atividades integradas e consequentemente, melhor desempenho dos alunos. Estudaremos a relação da família com a escola, tanto no que se refere à memória individual quanto à memória coletiva a partir de Halbwachs (2003).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. F. de. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito Plano político pedagógico do CEI Abelhinha. 2022.
- BRASIL. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- HALBWACHS, M. **Memória e espaço**. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2003.
- UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien – 1990). Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em: 02 out. 2022.

MEMÓRIAS DE GESTÃO DO AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA

Thiago Buzatto Storck

Judite Sanson de Bem

1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta os resultados parciais da tese de doutorado intitulada: Memórias de Gestão do Auditório Araújo Vianna, que tem por objetivo analisar os relatos de memória da gestão cultural exercida pelos gestores públicos sobre o Auditório. Para desenvolver essa pesquisa, serão utilizados procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica que servirão de base teórica e pesquisa documental a partir de coleta de documentos em arquivos públicos. O estudo será de caráter qualitativo pois visa trazer características de gestão sobre um patrimônio público. E para a fazer relação da teoria com a prática, será utilizado um questionário semiestruturado a fim de coletar os relatos e memórias dos gestores públicos que exerceram cargos relacionados à gestão cultural.

O Auditório Araújo Vianna foi inaugurado no ano de 1927 na Praça da Matriz, no centro de Porto Alegre. Neste período serviu de palco para as apresentações da Banda Municipal, onde os moradores podiam se reunir às quartas-feiras e nas tardes de domingo para desfrutarem da música apresentada. Em 1950 foi decidido pelo poder público que o local onde se localizava o Auditório, seria a nova sede da Assembleia Legislativa do Estado, assim o Auditório foi derrubado para ceder seu espaço para a Assembleia.

Entretanto, ele foi reconstruído em 1964 no Parque Farroupilha, no bairro Bom Fim, também em Porto Alegre. E da década de 60 até início dos anos 2000 o Auditório foi gerido exclusivamente pela gestão pública, passando por transformações físicas com sua cobertura, foi tombado como patrimônio cultural, alvo de vandalismos e reformas, até que em 2005 a prefeitura se viu obrigada a encerrar as atividades culturais realizadas no Auditório, pois apresentava condições precárias em sua infraestrutura.

Assim, são ao todo 78 anos (1927 - 2005) de história, onde o Auditório fez parte da vida dos porto-alegrenses. A partir disso, surge a pergunta: Quais as memórias que os gestores culturais das décadas de 80, 90 e 2000 possuem ou são capazes de produzir acerca da gestão cultural do Auditório Araújo Vianna?

2 AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA: PRIMEIRA FASE

Inaugurado no dia 19 de novembro de 1927, inicialmente no centro de Porto Alegre, onde atualmente se localiza a Assembleia Legislativa, na Praça da Matriz, surge um palco ao ar livre batizado de Auditório Araújo Vianna em homenagem ao compositor gaúcho José de Araújo Vianna (1871 – 1916). Sua construção teve início em 1925, sendo o projeto elaborado pelo arquiteto Arnaldo Boni e o engenheiro José Wiedersphan, inspirados em um projeto que existia na Alemanha (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019).

Tendo sido considerado revolucionário para a época, por seu porte e estruturas em concreto armado, seus assentos ficavam distribuídos entre as árvores e pérgolas, todo o projeto fazia parte da remodelação e humanização da cidade ocorrida naquele período (CUNHA, 2009; RIBEIRO, 2012).

O projeto inicial trazia a ideia de um palco a céu aberto em formato de concha acústica com mais de

400 bancos, proporcionando cerca de 1200 lugares aos espectadores. Nesta época os espetáculos eram gratuitos, proporcionando assim que pessoas de todas as classes sociais se reunissem e compartilhassem da cultura através das apresentações musicais (RIBEIRO, 2012).

Figura 1 – O Auditório na década de 20



Fonte: Ribeiro (2012).

Os bancos desta primeira fase do Auditório Araújo Vianna foram produzidos em uma fábrica de artefatos de cimento nos fundos da casa do engenheiro Armando Boni (1887 - 1946), na Rua Marquês do Pombal em Porto Alegre. Este engenheiro, de origem Italiana, chegou ao Brasil na por volta de 1910 e foi o responsável pelos desenhos e projetos dos bancos do Auditório, fabricando as peças e finalizando-as à mão (RIBEIRO, 2012; CUNHA 2009; MORAES, 2018).

Nesta fase o Auditório consagrou-se por apresentar os ensaios e shows da Banda Municipal. Geralmente as apresentações aconteciam às quartas-feiras a noite, sendo os músicos desta banda os primeiros integrantes da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - OSPA (CUNHA, 2009).

Na década de 1950, com o crescimento da cidade, houve a necessidade de construção de uma nova sede para a Assembléia Legislativa. Como o Auditório encontrava-se em um local privilegiado da cidade, sendo uma área central e próxima aos poderes do Executivo, Legislativo e Judiciário, foi decidido por sua demolição dando lugar à nova Assembléia Legislativa do Estado (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019).

2.1 Segunda fase do Auditório

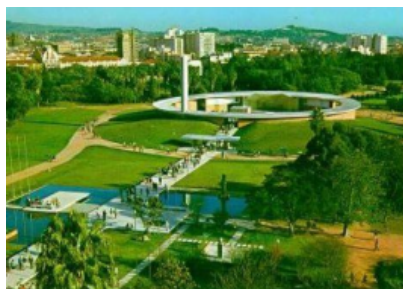
A segunda fase ocorreu quando de sua inauguração, em 12 de março de 1964, no Parque Farroupilha no bairro Bom Fim em Porto Alegre. Os responsáveis pela obra preocuparam-se em manter o conceito do auditório como extensão da área pública. Como o Parque Farroupilha era a principal alternativa de lazer de boa parte da população, devido às boas condições de acesso e pela falta de outros parques na cidade, pois os parques Moinhos e Marinha foram construídos tempos depois, foi decidido que a nova sede do Auditório Araújo Vianna seria no Parque Farroupilha (MARQUES, 2007; AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA, 2019).

Outro fator considerado, quando da escolha da sua nova localização, foram os chafarizes do Parque que contribuíram com suas águas dançantes, ofertando uma extensão cultural ao Auditório. E o ponto de instalação dentro do parque também foi estratégico, pois era uma área até então descampada, mas já ocupada por apresentações de circos e atrações de rua. Assim, o público já conhecia o local como sendo de atrações culturais (MARQUES, 2007).

Nesta fase (1964 – 2005) o Auditório foi palco de diferentes atrações culturais, tais como espetáculos de João Gilberto, Caetano Veloso, Cássia Eller, espaço de manifestações políticas, assembléias ou de palestras de personalidades renomadas, como o Nobel de Literatura José Saramago ou o tributo aos 90 anos de Luis Carlos Prestes (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019; AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA, 2019).

Entre os anos de 1964 e 1996 o auditório manteve sua ideia original de ser um palco a céu aberto (figura 2), mas, devido ao crescimento do Bairro Bom Fim os moradores começaram a reclamar do barulho e se organizaram para pedir o isolamento acústico do auditório.

Figura 2 – Auditório Araújo Vianna e sua ideia original (1964 – 1996).



Fonte: Schestatsky (2011).

Desde o início de sua segunda fase eram debatidas, em reuniões de Orçamento Participativo, questões relativas à sua cobertura com lona para proteger tanto seus usuários do frio e chuvas, quanto os moradores do bairro em relação ao som alto que vinha do Auditório em dias de apresentações. Assim, em outubro de 1996, a lona que cobre o Araújo Vianna foi inaugurada (figura 3) dando origem a sua nova personalidade, como um auditório coberto (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019; AUDITÓRIO ARAÚJO VIANNA, 2019).

Figura 3 – Primeira lona do auditório (1996).



Fonte: Auditório Araújo Vianna (2019).

Mas à medida que adentra o final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000, em 2005, ao final de sua segunda fase, o auditório precisou ser fechado por falta de verbas por parte da Prefeitura para mantê-lo em funcionamento, e por apresentar problemas em sua estrutura física, proporcionando riscos aos usuários.

2.2 Declínio do Auditório

O Auditório Araújo Vianna, desde seu surgimento até os anos 2000, mais precisamente 2007 foi mantido, exclusivamente, pela iniciativa pública e mesmo as atividades realizadas no Auditório não geravam verbas o suficiente para mantê-lo.

De acordo com documentos do Arquivo Municipal de Porto Alegre (2019), o auditório era ocupado, em

média, 30 vezes ao ano com um valor de locação em torno de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos) reais. Totalizando assim, um valor aproximado de arrecadação anual de R\$ 45.000,00¹⁸ (quarenta e cinco mil) reais.

A prefeitura desejava manter um valor acessível para que todos pudessem utilizar o espaço do auditório, desde shows a eventos do bairro. A prefeitura também ofertava shows da Banda Municipal, custeados com verba pública.

Entretanto, os custos para a manutenção do Auditório eram muito elevados, pois o mesmo precisava de serviços de impermeabilização no mínimo duas vezes ao ano, e manutenção da infraestrutura. Segundo documentos do Arquivo Municipal de Porto Alegre (2019), os custos com cada impermeabilização saía em torno de Cr\$ 3.916.984,62 (três milhões novecentos e dezesseis mil, novecentos e oitenta e quatro cruzeiros e sessenta e dois centavos). Este valor atualizado para novembro de 2019, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (2019) ficaria em R\$ 242.626,15 (duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e seis reais e quinze centavos).

Os reparos após as datas comemorativas, como carnaval, festas juninas, *reveillon*, também geravam custos. Um documento, não datado, encontrado no Arquivo Municipal de Porto Alegre (2019) apresenta uma nota de pagamento no valor de 20 milhões de cruzeiros para reparos após um carnaval. Este valor, segundo a Fundação de Economia e Estatística (2019), convertidos em reais, seria equivalente a R\$ 1.238.841,45¹⁹ (um milhão duzentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um mil reais e quarenta e cinco centavos).

O valor para a colocação da lona, em 1996, também foi elevado: um orçamento de 30.700.000,00²⁰ (trinta milhões e setecentos mil reais) (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019).

A pesquisa aponta, em termos de valores, um contraponto entre os valores arrecadados pela prefeitura com a locação do Auditório, em média R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil) anuais e os gastos com sua manutenção, sendo duas impermeabilizações anuais com custos médios de R\$ 245.000,000 (duzentos e quarenta e cinco mil) cada uma, além dos custos com reformas após as datas comemorativas que ultrapassaram a casa de R\$ 1 milhão, o que demonstra que a arrecadação do Auditório não era suficiente para cobrir seus custos.

Nos anos de 2000, a infraestrutura começou a apresentar problemas, conforme pode ser observado na figura 4.

Figura 4 - Lona do Auditório Desmorona (Parte Externa)



Fonte: Ribeiro (2012).

Assim, em 2005, a Prefeitura de Porto Alegre teve que interditar o Auditório, pois apresentava riscos à população, e não dispunha de verbas para continuar com a manutenção e realização das reformas necessárias.

18 Valores encontrados em documentos do Arquivo Municipal de Porto Alegre em sessões que correspondiam aos anos de 1997 a 2000. Os documentos não continham marcação de datação visível ou possível de leitura.

19 Valor com base no ano de 1990, data marcada na caixa dos documentos.

20 Valor atualizado para novembro de 2019 de acordo com a Fundação de Economia e Estatística: R\$ 128.991.173,66.

3 CONCLUSÕES

Pôde-se verificar os caminhos percorridos pelo Auditório Araújo Vianna, desde sua primeira inauguração em 1927, a decisão em transferir seu endereço para dar lugar a nova sede da Assembleia Legislativa, sua reinauguração em 1964 no Parque Farroupilha, local onde permanece até hoje. Já são 93 anos de memória, cultura, gestão cultural; 93 anos de história que o Auditório tem para nos contar.

Este foi apenas um estudo preliminar que deve dar origem e ter continuidade a partir de suas fases. Se faz necessário um estudo de sua primeira fase e sua contribuição para a cultura da época, bem como estudar a segunda fase, dividindo este período entre o governo militar e após, com a retomada da democracia até o declínio do Auditório. Estes estudos futuros devem contribuir também com a memória de gestão percorrida pelo Auditório Araújo Vianna.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Documentos fotografados no Arquivo Municipal**. Porto Alegre, 2019.
- AUDITÓRIO ARAÚJO VIANA. **Histórico**. 2019. Disponível em: <<https://www.auditorioaraujovianna.com.br/Apresentacao.php>>. Acesso em: 21 set. 2019.
- CUNHA, E. V. **O auditório Araújo Vianna**. 2009. Disponível em: <<http://migpoesiasmensagens.blogspot.com/search?q=audit%C3%B3rio+ara%C3%BAjo+vianna>>. Acesso em: 07 set. 2019.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Atualização de Valores**. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>. Acesso em: 12 out. 2019.
- LAKATOS, M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARQUES, S. M. O Anfiteatro, a Foice e o Martelo, O OVNI e o Guarda-chuva”: Vida e sobrevida do Auditório Araújo Vianna em Porto Alegre. **Anais do 7º Seminário do COMOMO_Brasil**, 2007.
- MORAES, N. da S. **Sociedade Bailante**. 2018. Disponível em: <<http://almanaquenilomoraes.blogspot.com/2018/10/sociedade-bailante.html>>. Acesso em: 07 set. 2019.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **A história do Auditório Araújo Viana**. 2019. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?p_secao=271>. Acesso em: 20 set. 2019.
- RIBEIRO, M. **Após sete anos e muita polêmica, o Auditório Araújo Vianna volta à vida**. 2012. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/noticias/2012/09/apos-sete-anos-e-muita-polemica-o-auditorio-araujo-vianna-volta-a-ativa/>>. Acesso em: 07 set. 2019.
- SCHESTATSKY, C. **47 anos do Auditório Araújo Vianna**: Porto Alegre Redenção. 2011. Disponível em: <<http://vitreinnedovales.blogspot.com/2011/03/47-anos-do-auditorio-araujo-vianna.html>>. Acesso em: 22 set. 2019.

MEMÓRIAS DOS POEMAS LOCAIS DE MARIA LEOFRÍSIO URBANO FRANCISCO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Simone Souza Campos Leandro

Lúcia Regina Lucas da Rosa

1 INTRODUÇÃO

A poesia é considerada um dos principais instrumentos para o processo de mediação entre o desenvolvimento da cidadania e a apropriação de novos conhecimentos, e que pode propiciar a consolidação da formação intelectual do estudante, por meio de projetos eficazes e coerentes, que possibilitem a inserção dessa ferramenta em sala de aula. Por meio da ressignificação do conhecimento sistematizado possibilita-se o acesso à poesia, de modo que ela venha a despertar o interesse dos educandos.

Partindo desse pressuposto, este trabalho tem como objetivo verificar e propor novas metodologias para a inserção da poesia local no processo ensino-aprendizagem dos estudantes da Educação Básica no Município de Araranguá (SC). Coteja-se examinar a importância da poesia no processo de ensino e aprendizagem, bem como, pesquisar a forma como ela é feita e a sua abordagem na sala de aula. Desse modo, este trabalho é constituído de uma investigação que tem como perspectiva teórico-metodológica a pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa. As obras a serem pesquisadas e inseridas no processo educativo é da autora Maria Leofrísio Urbano Francisco – conhecida como Maria Pipoqueira, de origem araranguaense - visto que seus escritos coadunam a uma análise empírica do cotidiano e das contradições sociohistóricas da realidade local. As bases de dados consultadas foram o *Google Acadêmico*, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Cita-se, entre as referências mobilizadas nesse trabalho: Nunes (2017); GÓES (2000); Halbwachs (1990); e Andreoni (2017).

A partir do estudo sobre a poesia, podemos reconhecer que ela proporciona aprendizagens prazerosas e significativas na formação educacional e social dos sujeitos para o desenvolvimento de sua criticidade. Pois a poesia:

[...] pode estar em todas as coisas, até mesmo nos mais corriqueiros dos gestos, nas mais desprezíveis atitudes. A poesia reside também nas diferentes manifestações artísticas, e não apenas na literatura: há poesia nas artes plásticas, na fotografia, na música, no teatro e em tudo aquilo onde se deposita a vontade de provocar no leitor ou no espectador uma experiência sensorial (JOSÉ, 2002, p. 6).

O que percebemos, contudo, é que são poucos os professores que trabalham efetivamente com a poesia e poemas em suas salas e muitos quando trabalham dão o tratamento à poesia semelhante ao que se dá a outros gêneros, de modo que o poema é tratado da mesma forma que um anúncio, uma bula, um cartaz, um bilhete, uma receita (NUNES, 2017).

Este artigo está dividido em cinco itens: o primeiro contempla a introdução dando ênfase aos objetivos, metodologia, abordagens e os principais autores que discutem a temática; o segundo destina-se à contextualização do local; o terceiro enfatiza a análise a partir da perspectiva de espaços de cultura e memória; no quarto realiza-se uma discussão sobre cultura e literatura no desenvolvimento do trabalho e o quinto foi reservado para as considerações finais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA: MARIA PIPOQUEIRA E A LEITURA DO COTIDIANO

A proposta desta pesquisa é inserir a poesia local como instrumento de aprendizagem na Educação Básica. Nesse caso, é propício discorrer sobre a vida e obra da poetisa araranguaense - Maria Leofrísio Urbano Francisco (Maria Pipoqueira), que será o objeto de estudo nesta pesquisa.

A obra intitulada *História sem saudades do passado* (FRANCISCO, 1986), é constituída pelas lembranças acerca da trajetória da autora, Maria Pipoqueira, e suas poesias produzidas ao longo da vida. Maria Leofrísio Urbano Francisco é filha de Leofrísio Urbano e Virgínia Maria de Jesus, nascida em casa - uma casa de pau a pique, em 14 de agosto de 1925, em Rio do Cedro Alto. Os pais trabalhavam na lavoura e aos dois anos de idade Maria Pipoqueira ‘ganhou’ seu primeiro irmão. Foi a filha primogênita de quatro irmãos. Família de origem humilde, a vida de Maria Leofrísio foi uma constância de dificuldades, pauperização e desafios.

Em 1985, ano anterior ao lançamento do livro *História sem saudades do passado*, Maria Leofrísio trabalhava como pipoqueira no Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, em Araranguá/SC. Além disso, também recolhia papéis pela cidade, como papelões e jornais antigos. Sem recursos, morava em uma sala de aula de uma escola desativada juntamente ao marido e o filho adotivo de oito anos. Com poucos anos de escolaridade, foi auxiliada na escrita e revisão do supracitado livro pelo Padre João Leonir Dall’Alba, vinculado ao Colégio N. S. Mãe dos Homens (FRANCISCO, 1986).

Ao todo, Maria Pipoqueira publicou três livros: o primeiro, *História sem saudades do passado* (1986); o segundo *Borbulhinhas do mar* (1999); e o terceiro, *Só eu e o mar* (2005). As duas últimas obras são coletâneas de poesias escritas pela autora e que discorrem sobre a sua compreensão do cotidiano, das relações sociais e dos sentimentos experienciados por ela. Como pode ser observado abaixo na poesia *Recanto vazio*, publicado na edição nº 486 do Jornaleco de fevereiro de 2017 (JORNALECO, 2017, p. 7):

Somos quatro que moramos
 Neste recanto vazio
 Eu, a saudade e o mar
 E o vento minuano frio
 Quando a triste noite chega
 Trazendo seu negro manto
 Sempre me encontra chorando
 Para secar o meu pranto
 Quando o dia amanhece
 Neste canto abandonado
 Só o sol pode aquecer
 Este coração gelado
 Somos quatro que padecem
 Neste canto sem querer
 Eu e o vento e o mar
 E a saudade de você
 Recanto vazio - Maria Leofrísio Urbano Francisco

Necessariamente, identifica-se a importância da linguagem no processo de desenvolvimento e socialização dos indivíduos e, conseqüentemente, na própria produção literária de Maria Pipoqueira. Nesse sentido, a linguagem, representada, entre outros signos pela palavra, massifica um ato comunicativo que é parte constitutiva da própria existência humana (GÓES, 2000). Segundo a autora (2000, p. 118), a palavra está “[...] num nível mais geral, a caracterizar a condição humana. Em termos mais específicos, na ontogênese, a linguagem tem a função de regular as ações e de propiciar a conduta intencional humana”.

Tendo por base a compreensão da descrição e análise do cotidiano nas poesias de Maria Pipoqueira, finaliza-se esse item com o conceito de cotidiano formulado por Ágnes Heller (1977). Nele, a autora desenvolve a ideia de que o cotidiano é a materialização do próprio mundo da vida, ou seja, é o movimento dialético do mundo objetificado. O cotidiano é estruturado por um conjunto de acontecimentos, fenômenos, relações sociais, históricas, etc. (HELLER, 1977; *apud* VERONEZE, 2013).

É na cotidianidade que homens e mulheres exteriorizam paixões, sentidos, capacidades intelectuais, habilidades manuais, habilidades manipulativas, sentimentos, ideias, ideologias, suas crenças, gostos e pendores, enfim, em sua intensidade e “por inteiro” (VERONEZE, 2013, p. 165).

3 ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE ESPAÇOS DE CULTURA E DE MEMÓRIA

A produção literária da araranguense Maria Leofrísio Urbano Francisco é o objeto de pesquisa deste trabalho e, dessa forma, suas lembranças, memórias e poemas foram escritos tendo como cenário o município de Araranguá localizado no extremo sul de Santa Catarina. Araranguá, juntamente com os outros quatorze municípios integra a Associação do Extremo Sul de Santa Catarina (AMESC). Com uma posição geográfica privilegiada, o local, no passado, serviu de passagem para os tropeiros que vindos do Rio Grande do Sul, incluíam aquela localidade como parte da rota para o transporte de cavalos, visando ao seu embarque para o porto de Laguna. A passagem dos tropeiros, principalmente próximo à barra do Rio, possibilitou o surgimento de um povoado, que passou a ser conhecido como Canjicas. A pequena comunidade inaugurou a história de um povo que, posteriormente, se deslocou, seguindo o leito das águas, fundando um segundo povoado, denominado Campina Grande, hoje conhecido como Araranguá. Em 3 de abril de 1880, deixa de pertencer aos domínios de Laguna, elevando-se também à categoria de Município, pela Lei Provincial nº 1.901.

No final do século XIX, o município entrou em pleno processo de expansão urbana, política, econômica, educacional e social. Seu traçado urbanístico, caracterizado por amplas ruas e avenidas, conferiu-lhe o título de Cidade das Avenidas.

Com o advento do século XX, a população local estava em torno de 10.700 habitantes e, sob sua responsabilidade, encontram-se um vastíssimo território, desde o Rio Urussanga até o Rio Mampituba, fronteiro com o Rio Grande do Sul e a oeste, até a Serra do Mar. No que se refere à economia, o município contou com as seguintes atividades: lavoura e industrialização da cana-de-açúcar; cultivo da mandioca, do milho e do feijão; exploração do carvão mineral energético; além da extração de excelentes madeiras de diversas qualidades, todas pertencentes ao vale araranguense.

Passaram-se mais de cem anos e o Município de Araranguá conta com mais de 70 mil habitantes, a urbanidade alcançou um desenvolvimento muito significativo em especial com a chegada de universidades à cidade. Apesar do visível progresso, muitos problemas relacionados ao meio ambiente vieram para compor a história do município, em especial a poluição do Rio Araranguá, tema em destaque em alguns poemas de Maria Pipoqueira.

Um outro espaço que serviu de inspiração para as produções literárias de Dona Maria foi o Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, onde na frente da fachada da escola, por muitos anos, vendia pipocas, conversava com estudantes e funcionários e mostrava suas poesias. Nessa instituição de ensino foi descoberto o seu valor literário pelo padre João Leonir Dall'Alba, então diretor do Colégio. Sobre o Colégio, em pesquisa no *site* da instituição de ensino, localiza-se as seguintes informações sobre a sua história:

No dia 04 de abril de 1955, iniciaram as atividades escolares do Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens com os 36 alunos da primeira série ginásial. De 1955 a 1968 o Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens ofereceu o curso ginásial aos jovens araranguenses e das demais localidades vizinhas. Em 1967, o Colégio passou a oferecer o Curso Comercial e a partir de 1969 inicia-se o curso Científico. Em 1972 o Colégio passou a integrar a FEESC (Fundação Educacional do Extremo Sul Catarinense). No ano de 1974 iniciou o CICIAR (Centro Intercolegial Integrado de Araranguá), em nível de 2º grau. Com essa modalidade de ensino, os alunos passaram a frequentar três estabelecimentos de ensino: Colégio Integrado Normal de Araranguá, Colégio Integrado Nossa Senhora Mãe dos Homens e Educandário Madre Regina (COLÉGIO MURIALDO, 2022).

O CICIAR foi desintegrado em 1982 e as atividades escolares voltaram a funcionar apenas nas dependências do Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, sob sua responsabilidade e a partir da 1ª série. No final dos anos 70 e início dos anos 80 foi construído o ginásio de esportes coberto. Pe. Ezio Maria Julli, então diretor, firmou parceria com o governo estadual. A construção ficou a cargo do governo estadual e o Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens doou o terreno e ficou responsável pela manutenção e administração (COLÉGIO MURIALDO, 2022).

Em 1987, quando o Pe. Gervásio Mazzurana era o diretor, o Colégio viveu um momento de superação e adequação às exigências do tempo. Raimundo Pauletti assumiu a direção em 1988 e assim descreve o que ocorreu: “O ensino Médio diurno deixou de funcionar e novos rumos foram tomados. A Associação de Pais (APP) foi alertada que o colégio necessitava tomar decisões radicais, uma vez que a comunidade educativa demonstrava pouco apoio, ocasionando baixo nível de ensino. Foi suspenso, então, o curso Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas. A partir de então, as famílias se obrigaram a matricular seus filhos em escolas de Criciúma. Não tardou e, no final do mesmo ano, a comunidade araranguense, mais ciente da importância de um curso de qualidade, organizou suas forças vivas e se comprometeu a respaldar, em todos os aspectos, a reabertura do 2º grau diurno. Em pouco tempo, a direção, apoiada pela mantenedora, convidou um grupo de educadores para essa importante tarefa. Optou-se por deixar o curso técnico anterior e reabrir o antigo curso científico, objetivando preparação para o vestibular e a formação integral do aluno. Foram contratados novos educadores para serviços pedagógicos, bem como corpo docente qualificado. Em relação ao material didático, após pesquisa, a escolha recaiu na adoção do Sistema Positivo, adotado em 1987, não só para o novo curso, mas também para o Ensino Fundamental (COLÉGIO MURIALDO, 2022)

No início dos anos 90, com o aumento do número de alunos, o Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, sob direção do Pe. Elias Manoel da Silva, passou por uma série de modificações em suas estruturas físicas: ampliação do número de salas de aulas e construção do piso superior sobre as antigas salas. A Instituição também edificou a nova entrada com maior capacidade para receber seus alunos e, na parte superior, uma nova biblioteca com espaço privilegiado para estudo e pesquisa. Foram instalados laboratórios de informática, de ciências, de anatomia e uma sala de projeção (sala de cinema). E como o esporte sempre foi primordial na educação dos alunos, um ginásio de esportes foi construído (COLÉGIO MURIALDO, 2022).

Discorrido sobre a trajetória do Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, se faz necessário dialogar com a literatura tratando acerca do espaço e do lugar como dimensões dos fatores sociais, espaciais, geográficos ou naturais, relacionados à memória coletiva e individual dos sujeitos.

[...] Não há memória coletiva que não se desenvolva em um quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se

conservasse, com efeito, no mundo material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço - aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir - que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar para que reapareça esta ou aquela categoria de lembrança (HALBWACHS, 1990, p. 143).

O autor relaciona as lembranças dos grupos aos lugares que se tornaram significativos para situar a ação e exercem papel importante a ponto de permanecer atuando como se fosse ação ainda do presente. Os locais de onde provêm as narrativas reforçam as ações ali ocorridas, e, por isso, merecem destaque:

Diremos que não há, com efeito, grupo, nem gênero de atividade coletiva, que não tenha qualquer relação com o lugar, isto é com uma parte do espaço, porém isto está longe de ser suficiente para explicar que, representando-nos a imagem do lugar, sejamos conduzidos a pensar em tal atuação do grupo que a ela esteve associada (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Desse modo, percebe-se que a produção literária de Maria Pipoqueira está relacionada com as memórias, experiências, sensações e sentimentos produzidos e provocados a partir de sua relação com o espaço e tempo - a cidade de Araranguá e o Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, bem como, com os sujeitos que marcam esse processo.

4 CULTURA E LITERATURA: UMA ANÁLISE DA OBRA DE MARIA LEOFRÍSIO URBANO FRANCISCO

A evolução humana em relação ao meio ambiente e aos demais animais que concomitantemente habitavam o mesmo espaço, passa a ser controlada pelo “Homo Sapiens” a partir do momento em que começa a produzir cultura, ou seja, transforma a natureza elaborando instrumentos de trabalho, habitação, caça, pesca e defesa para benefício próprio. Sua ação e pensamento na busca de explicações dos desafios da realidade faz com que o homem se distancie dos animais irracionais e inicie o seu domínio na natureza. Para Gullar (1989, p. 144). “[...] cultura é o processo prático teórico em função do qual o homem produz o homem”. Segundo o autor:

“O trabalho é a fonte da cultura e o povo, como totalidade, é o criador da cultura, como é o gerador da riqueza social – e tanto a riqueza quanto a cultura estão, na sociedade de classes, desigualmente distribuídas. Por isso mesmo existe, nesta sociedade, uma cultura de elite e uma cultura popular, uma literatura de elite e uma literatura popular” (GULLAR, 1989, p. 146).

A vida de Maria Leofrísio Urbano Francisco nos remete a uma vida simples, pertencente a uma classe social menos abastada, com pouca instrução escolar, dificuldade econômica, de muita luta e sofrimento como grande parte da população brasileira. Suas poesias refletem esta identidade ao relatar em suas memórias os problemas, as esperanças e os desafios do cidadão comum. Nesse sentido, as poesias de Maria Pipoqueira materializam, não somente seus conhecimentos, experiências e sentimentos, como também contribuem para a preservação da memória enquanto um saber coletivo, que perpassa gerações, extratos sociais e capitais culturais. Sobre isso, Andreoni (2017, p. 4), ao retomar Cruz (2014), sintetiza que a memória enquanto saber coletivo estabelece o “[...] sentido próximo à abordagem antropológica de cultura, como o conjunto de valores, crenças, símbolos e significados de uma coletividade”.

Nesta perspectiva, vale destacarmos as contribuições de Gullar (1989, p. 148) quando afirma que:

[...] A literatura constitui uma área específica da cultura onde o questionamento dela talvez se faça de modo mais radical. Isso se deve ao fato de que a literatura lida com a experiência viva e imediata e que o seu próprio propósito é menos explicar a vida do que apreendê-la como experiência concreta.

Assim, ao cotejar a relação entre cultura, literatura (poesia), memória e o contexto escolar, observa-se que no período atual, marcado pela sociedade da informação [também denominada de sociedade em redes], a escola

representa um *locus* importante para a disseminação dos conhecimentos historicamente produzidos, tal como para a construção de novos saberes inerentes à vivência histórica do tempo presente, utilizando-se de novas e antigas formas de linguagem que vão desde a poesia a intervenções computacionais. Sobre as possibilidades informacionais, verifica-se que:

Os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade porque a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva e, portanto todas essas atividades tendem a serem afetadas diretamente pela nova tecnologia. A informação é sua matéria-prima: as tecnologias se desenvolvem para permitir o homem atuar sobre a informação propriamente dita, ao contrário do passado quando o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias, criando implementos novos ou adaptando-os a novos usos (Grifos do autor) (WERTHEIN, 2000, p. 72).

Com isso, a utilização das poesias escritas por Maria Pipoqueira como ferramenta metodológica, em um contexto de uma sociedade em que as informações são dinâmicas, flexíveis e rapidamente disseminadas, poderão representar um processo socioemocional, criativo e prazeroso na apropriação de novos conhecimentos e consolidação de aprendizagem na Educação Básica. Esse instrumento permite ao estudante o contato com a memória coletiva de um passado próximo de seus conterrâneos, despertando a sensibilidade de análise de seus olhares, sentimentos, anseios, esperanças, dúvidas e problemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se desenvolver teórico-metodologicamente os princípios gerais da proposta de pesquisa a ser desenvolvida no Mestrado em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, na linha de pesquisa Memória e linguagens culturais.

Inicialmente, contextualizamos a trajetória pessoal, profissional e as obras literárias produzidas pela autora que será objeto de pesquisa na dissertação de mestrado - conhecida popularmente como Maria Pipoqueira. Nota-se, que se trata de uma mulher humilde, da classe trabalhadora, com pouca educação escolar e que possuía sensibilidade para a poesia e que com o apoio do Pe. João Dall' Alba pôde externalizar seus escritos.

À guisa de conclusão, percebe-se que ao ter contato com suas obras e com o próprio campo de análise da literatura, bem como pensando o contexto escolar, a importância da poesia local no processo de formação e apropriação dos conhecimentos pelos educandos da Educação Básica. Assim, tal contribuição poderá possibilitar melhor compreensão acerca dos preceitos da cultura e memória local.

Posteriormente, relacionamos a trajetória de vida e profissional da Maria Pipoqueira com a cidade em que vivia - Araranguá/SC e seu local de trabalho, o Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens. Esses lugares, juntamente às relações estabelecidas, forneceram à autora um conjunto de experiências e vivências que possibilitaram a produção de suas poesias.

Ainda, retomamos as contribuições da literatura produzida sobre a discussão acerca dos locais, relações sociais, culturais e organizacionais, mobilizando os seus possíveis subsídios para a análise da temática aqui proposta. Nesse sentido, tem-se a necessidade de observar a memória coletiva - aqui tratada como signos das abordagens realizadas por Maria Pipoqueira - precisam ser contextualizadas em seus espaços e tempos (HALBWACHS, 1990), o que precisa lugar, contextos e relações histórico-sociais.

Finalmente, entende-se a relação entre memória, cultura e literatura como um processo dialético do próprio movimento humano. A cultura é uma dimensão da ontogênese humana que possibilita a apropriação, produção e reprodução dos signos humanos e, entre eles, a literatura. Assim, a literatura, por meio da articulação com a cultura,

representa a síntese do agir, dos saberes e das experiências historicamente produzidas pela humanidade.

REFERÊNCIAS

- ANDREONI, R. Memória organizacional na comunicação organizacional: uma perspectiva crítica. **Comunicologia**, Brasília, UCB, v.10, n.2, p. 35-53, jul/dez. 2017. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/8910>>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- COLÉGIO MURIALDO. A instituição. Colégio Murialdo, 2022. Disponível em: <<https://www.colegiomurialdo.com.br/arangua/colégio-murialdo/a-instituicao>>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- FRANCISCO, M. L. U. **História sem saudades do passado**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.
- FRANCISCO, M. L. U. **Borbulinhos do mar**. Araranguá/SC: Orion Editora, 1999.
- FRANCISCO, M. L. U. **Só eu e o mar**. Araranguá/SC: Orion Editora, 2005.
- GÓES, M. C. R. de. A formação do indivíduo nas relações sociais: contribuições teóricas de Lev Vigotski e Pierre Janet. **Educação & Sociedade**, Campinas/SC, ano XXI, n. 71, jul., 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/QG7YrQc3fwpy9KcChT37rSd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- GULLAR, F. **Indagações de hoje**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- JORNALECO. Poética araranguaense: Recanto vazio - Maria Leofrísio. **Jornaleco**, Araranguá/SC, ano 23, edição nº 486, fevereiro de 2017. Disponível em: <https://issuu.com/jornaleco/docs/jornaleco_486_fevereiro_2017_b1812ec9037d42/6>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- JOSÉ, E. **Segredinhos de amor**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- MOLINA, L G. Memória organizacional e a constituição de bases do conhecimento. Orientadora: Marta Lígia Pomim Valentim. **Tese** (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília/SP, 2013.
- MINIOLI, C S. Memória organizacional no espaço escolar: percepções das práticas pedagógicas nas escolas públicas do Estado do Paraná - NRE - Área Metropolitana Norte de Curitiba. Orientadora: Helena de Fátima Nunes Silva. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, 2011.
- NUNES, G C. A poesia nos livros didáticos de língua portuguesa: uma proposta didática. **Anais do 1º Congresso Internacional de Letras**, v. 1, 2017, São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2017.
- VERONEZE, R. T. A. H. Cotidiano e individualidade – uma experiência em sala de aula. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 162 - 172, jan/jun. 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527373013.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ci/a/rmmLFLlBysjPrkNrbrK7VF/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

MODOS DE VIDA DE UMA COMUNIDADE ESCOLAR ATRAVÉS DOS TEMPOS

Odete das Neves Krüger

Rute Henrique da Silva Ferreira

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um estudo em andamento em memória social sobre as relações entre cultura e educação com os modos de vida de uma comunidade escolar formada em torno de uma escola de educação infantil através dos tempos. Minha trajetória tem como destaque a vida na comunidade escolar. Iniciei minha vida escolar em escola da zona rural, multisseriada, onde cursei da 1ª série a 5ª série experiência rica, que hoje agrega o meu desempenho profissional. Após dezenove anos retornei para a sala de aula e concluí o ensino fundamental num curso supletivo, com professores excelentes, turma maravilhosa, muito aprendizado e com maturidade para assimilar os conteúdos trabalhados. Essas recordações permanecem em minha mente, conforme aponta HALBWACHS (2006):

O aluno fala de seus colegas daquela época. Recordar os lugares que ocupavam nos bancos da sala de aula. Evocam muitos fatos da vida escolar que ocorreram com aquela turma, naquele ano, o sucesso desses ou daqueles, as esquisitices e as travessias de outros, tais partes do curso, tais explicações que impressionaram ou interessaram os alunos. Pode muito bem acontecer que o professor não tenha guardado nenhuma lembrança de tudo aquilo. Contudo, o aluno não se engana. Ele tem aliás a certeza de que naquele ano, em todos os dias daquele ano, o professor teve muito presente no espírito o quadro que lhe apresentava o conjunto dos alunos e também a fisionomia de cada um dele, e todos esses acontecimentos ou incidentes que modificaram, aceleram, rompem ou desaceleram o ritmo da vida da turma, e fazem com que esta tenha uma história (HALBWACHS, 2006, p. 33).

O interesse pelo tema de pesquisa passa por minha formação enquanto docente, de forma que inicio com um breve memorial.

1.1 Trajetória Acadêmica

Iniciei os estudos na cidade de São Lourenço do Sul, interior do Rio Grande do Sul. No período de formação aprendi muito, principalmente sobre a economia mundial, o que despertou uma vontade maior de ampliar meus conhecimentos e estudos, assim optei pelo magistério, com aulas no turno tarde, que só foi possível pela rede de apoio da família. No ano de 2003, na reta final do meu curso de Magistério, mudei com minha família para cidade de Esteio, para conclusão do meu curso faltava o estágio, de modo que necessitei me matricular em uma escola para realizá-lo. Foi uma experiência marcante, pois tudo o que havia aprendido durante o curso era totalmente diferente nesta nova escola e, além disso, a escola onde estava estagiando era uma escola estadual, turma de quarta série, rotulados como os piores da escola. Inicialmente foi difícil, mas os conteúdos da quarta série foram maravilhosos de trabalhar e isso me deixou segura apesar da turma agitada e desafiadora o tempo todo.

Formada, com o diploma na mão e com 33 anos não podia ficar parada em casa esperando surgir uma vaga, novamente fui em busca de novos conhecimentos. Busquei então em um curso de Educação Infantil uma nova oportunidade, com ele um estágio de vinte horas e logo após uma contratação. Em busca da ampliação de conhecimentos ingressei no curso de pedagogia na FAE em Sapucaia do Sul, logo surgiu a oportunidade de trabalhar com Educação Especial. Recusei inicialmente, pois o que vi lá me chocou inicialmente, sabia que poderia desempenhar um papel fundamental, mas faltou coragem. Porém, por insistência da coordenadora, voltei lá e

aceitei a oportunidade. Meu trabalho era atender inicialmente crianças, jovens e adultos individualmente com atividades pedagógicas. As deficiências eram múltiplas antes nunca vistas por mim, muitas vezes ficava em estado de choque ao conhecer cada aluno, mas logo isso foi superado e aprendi que o simples gesto, lágrima, grito ou sorriso era um grande avanço e cada dia minha vontade de aprender mais aumentava e todos ganhavam, eles e eu. Após seis meses assumi uma turma de alfabetização e minha experiência foi gratificante, embora a necessidade de conhecimentos teóricos era fundamental, minhas condições financeiras não permitiam cursar duas formações, de modo que optei pela Educação Especial e cancelei a Pedagogia. Com o curso novas oportunidades surgiram como um trabalho na APAE de Esteio, perto de minha casa e o dobro do salário. Mesmo sendo cidades próximas, percebi realidades muito diferentes, em Sapucaia a lista de espera só aumentava e em Esteio vagas sobrando, o nível dos alunos antes precário, agora, na maioria, uma condição de vida confortável perto da situação da cidade vizinha, o funcionamento da escola bastante diferente e em consequência diagnósticos diferentes. Minha maneira de ser, pensar e agir se modificou com a prática cotidiana dentro de espaço na área da Educação Especial, não vejo diferença em seres humanos, mas compreendo que cada um tem seu tempo e suas limitações e respeito o tempo e as limitações de cada um e sou professora, conforme Baldan e Gomes (2018).

Em 2009 ingressei novamente no curso de Pedagogia na modalidade até então desconhecida para muitos, semipresencial. Busquei o conhecimento através de pesquisas, cursos e leituras para cada dia melhorar meus conhecimentos e ampliar minhas práticas pedagógicas. Menciono Paulo Freire que diz que o processo ensino aprendizagem deve partir da realidade do aluno, Emília Ferreiro (1985) que nos diz “Quem tem muito pouco, ou quase nada, merece que a escola lhe abra horizontes” (p.9), entre outros teóricos que fundamentaram minha formação. Durante este tempo de formação e trabalho na Educação Especial prestei concurso público em vários municípios da região metropolitana, fui aprovada em alguns, outros serviram de experiência. Em 30/07/2012 eu fui empossada como professora, em Esteio, lotada na EMEI Raio de Sol. Quanta diferença em trabalhar em uma instituição filantrópica e mudar para o setor público. Um choque político na minha visão de educação, quanta burocracia, quanta demora em todos os processos, mas aprendi a lidar com as situações. No ano de 2013 assumi uma turma de Pré 1 e a minha formatura em Pedagogia ocorreu em fevereiro deste ano, sendo um marco na vida pessoal e profissional. Fui a primeira dos sete filhos com diploma de graduação. No mesmo ano dei segmento nos meus estudos com uma Pós em Neuropsicopedagogia e em 2014 trabalhei com projeto de Diversidade Cultural na escola.

Em 2017 assumi uma turma de Pré 2, com 23 alunos sendo 21 meninos e 2 meninas, um desafio desenvolver atividades com a maioria meninos, mas foi gratificante, pois sempre tive a parceria dos pais na turma, embora a escola estivesse com um clima pesado para o trabalho dentro de sala de aula me sentia realizada e foi com apoio destes pais e a maioria dos colegas que resolvi me candidatar ao cargo de diretora da escola, pois sentia que muita coisa necessitava ser realizada naquele espaço. Fiz uma campanha limpa, leve e objetiva e o resultado foi: eleita com 78% dos votos.

Em 28/12/2017 eu fui empossada como diretora da EMEI gestão 2018/2021. Assumi em 1º de janeiro de 2018, foram quatro anos de muito trabalho, desafios o maior deles lidar com a gestão de pessoas, tarefa árdua, difícil e que ainda me desafia diariamente, a escola a qual estou gestora atende alunos de 0 a 05 anos numa média anual de 210 alunos. Atender os pais, administrar recursos públicos, resolver demandas antes nunca imaginadas me proporciona refletir constantemente o quanto sou capaz, o quanto tenho força e determinação para gerir e administrar tudo e todos.

Foi como gestora, que passamos pela pandemia de COVID-19, uma situação nunca vivida por ninguém antes, fechamos as portas da escola e pensamos ser por alguns dias que no máximo duas ou três semanas estaríamos de volta, mas isso não ocorreu e além de ficarmos em casa, trancados com medo outra realidade se apresentou, a

falta de alimento para os alunos e suas famílias, alunos que se alimentavam na escola agora estavam em suas casas sem esse alimento e seus pais sem emprego, pois muitos dependiam da renda informal. Criamos então uma rede de apoio para assistir às famílias, mas não bastava somente isso, precisávamos manter o vínculo com os alunos e a proposta das aulas remotas surgiram, como fazer isso com Educação Infantil? Nunca trabalhamos desta forma? Como ministrar aulas através das mídias com crianças pequenas? Surgiu então a ideia dos grupos de WhatsApp, mas a resistência dos professores se tornou grande desafio, que aos poucos fomos vencendo, assim como com aqueles que não estavam dispostos a participar também tínhamos os que participavam demais, sem horários específicos, como diretora, estava em todos os grupos e o celular não parava de modo que ficou decidido fechar os grupos após horário de trabalho. Também fomos a busca de ampliação de conhecimento, cursos na área da informática, aulas síncronas e não assíncronas, sala de aula invertida, plataformas digitais, programas, chamadas de vídeos, muitas informações, tudo novo, a era digital chegou e foi fundamental neste processo, mas nos fez buscar e aprender a manusear as ferramentas digitais, quando a situação deu uma trégua voltamos para escola, de máscaras, seguindo protocolos, vivendo o luto pela perda de colegas de trabalho, mas vivos e com saúde.

Ao término do mandato de quatro anos, uma nova Lei foi implementada no Município e fui indicada a permanecer no cargo por mais um ano, assumi a gestão 2022 em 1º/01/2022.

1.2 O problema de Pesquisa

É nesse contexto que estou realizando a pesquisa de Mestrado em Memória Social e Bens Culturais sobre os modos de vida de uma comunidade escolar, precisamente na EMEI Raio de Sol, fundada em setembro de 1992 como Creche Vila Esperança. Ao longo de trinta anos o modo de vida da comunidade escolar, que se formou no entorno da Escola, passou por diversas transformações que ocorreram tanto na paisagem, na cultura, no desenvolvimento social e pessoal das famílias, nas inovações tecnológicas e principalmente na educação. Pesquisar sobre os modos de vida da comunidade é uma forma de investigar e valorizar as transformações vivenciadas através dos tempos considerando as memórias de uma comunidade escolar, como era o atendimento inicial desta escola, qual a sua finalidade, quais as lembranças mais significativas desta época.

Diante deste relato, o problema de pesquisa deste trabalho busca responder à questão: *Quais as memórias mais significativas que as pessoas da comunidade escolar têm sobre os modos de vida no decorrer dos 30 anos de fundação da Escola?*

1.2.1 Justificativa e objetivos

A pesquisa se insere no campo de estudos em Memória Social e Bens Culturais na linha de pesquisa Memória, Cultura e Gestão serão vinculadas com análise de acervo fotográfico, documentos, bibliografias, entrevistas presenciais com pessoas que estavam presentes na época da fundação da escola, moradores da comunidade, ex-alunos e professores que atuam no momento neste espaço escolar. Os estudos serão baseados nas obras de Joel Candau (2012), Maurice Halbwachs (2006) e Aleida Assmann (2011) e outros que serão citados no decorrer do trabalho. O produto proposto para essa pesquisa é um fotolivro, onde as memórias serão disponibilizadas para toda comunidade escolar, possibilitando o acompanhamento dos modos de vida através dos tempos.

Esse tema de pesquisa visa levar ao conhecimento de uma comunidade escolar o quanto o modo de vida desta sofreu mudanças e quanto isso impacta a vida desta comunidade, quais foram as aquisições e o quanto foram

importante no modo de vida da mesma, sendo que o começo desta história se deu a partir da fundação da Escola na comunidade que tinha como objetivo apenas o cuidado para com as crianças enquanto suas mães fossem a procura de trabalho para manter as suas famílias, os responsáveis legais nesta época eram a Secretaria de Saúde Municipal e a Senhora Adélia Bettanin, uma empresária da cidade que estava à frente da escola, os objetivos deste espaço, os modos de vida da comunidade escolar poderão ser encontrados nas memórias das pessoas que viveram e vivenciaram esse começo são memórias coletivas que de acordo com ASSMANN (2011):

A memória funcional cultural está vinculada a um sujeito que se compreende como seu portador ou depositário. Sujeito coletivos da ação como estados ou nações constituem-se por meio de uma memória funcional, em que se tornam disponíveis para si uma construção de uma memória funcional (p. 150).

A construção de um fotolivre possibilita a toda comunidade escolar, sejam ex-alunos, profissionais que atuaram na época, e os que hoje estão atuando, construir essa identidade que é parte de um reviver coletivo, pois essas memórias são fragmentos adormecidos ou até mesmo esquecidos e que poderão ser encontrados nos registros do fotolivre e essa comunidade poderá acompanhar essas mudanças que ocorrem através dos tempos, nos modos de vida, pois as memórias que muitas pessoas vivenciaram e registraram se mantêm vivo nos seus acervos pessoais, mentais e fotográficos.

Ao se perceberem parte destas mudanças e do modo de vida muitas pessoas sentirão valorizadas em contribuir com essa pesquisa de mestrado que agrega grande valor a minha carreira profissional, pois como mestranda a oportunidade de ampliação de conhecimentos e o compartilhamento deste produto com toda comunidade escolar através da apresentação deste produto para mesma.

O foto livro tem como objetivo geral demonstrar através de fotografias as narrativas dos modos de vida da comunidade escolar de uma escola de educação infantil através dos tempos e como objetivos específicos: possibilitar a comunidade escolar o acesso às mudanças ocorridas no modo de vida através das imagens do foto livro; selecionar fotos do acervo da escola e acervo pessoal, contendo pessoas que colaboraram na pesquisa; e tornar conhecidas as narrativas de pessoas da comunidade escolar.

2 REVISÃO CONCEITUAL

Durante trinta anos o modo de vida de uma comunidade escolar passou por diferentes situações, muitas destas situações permanecem presentes apenas nas memórias de algumas pessoas, em registros manuscritos e em fotografias do acervo da própria Escola, que serão parte fundamental desta pesquisa. De acordo com Halbwachs, (2006, p.30) “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós”, assim, pesquisar sobre esses modos de vida é procurar encontrar nestas memórias fatos que marcaram a vida desta comunidade escolar, como por exemplo, qual era o objetivo de se fundar uma escola nesta comunidade na época? Como era o modo de vida da comunidade escolar (pessoas, alunos, profissionais), que neste espaço atuavam naquele momento e daqueles que por lá passaram por esses anos e os que estão atualmente? A comunidade mudou seu modo de vida com a chegada da Escola?

Várias foram as mudanças, transformações das paisagens, realidade cultural, investimentos nas políticas públicas, avanço tecnológico, entre outros, com a percepção das pessoas sobre vários aspectos do modo de vida que buscavam e a Escola que é o elo da comunidade e peça fundamental desta pesquisa também mudou o seu modo de vida sua maneira de ser educação, de ir além dos muros da escola e buscar sua identidade cultural quanto

Escola. Estudar essas mudanças se torna importante, conforme vemos em Candau (2012, p. 09) “Tal como noção de cultura, os conceitos de memória e identidade são fundamentais para qualquer um que tenha algum interesse no campo das Ciências Humanas e Sociais”. Um espaço que era apenas de cuidado se transformou num espaço de cuidar e Educar.

Para que ocorra uma pesquisa satisfatória e que busque a recuperação da memória e identidade é necessário o compartilhamento destas com a comunidade escolar como nos fala Marchi; Borges (2017, p.124) “[..] o compartilhamento e registro das informações são cruciais para o desenvolvimento e sustentabilidade das organizações[..]”. Partindo deste princípio o produto desta pesquisa será a criação de um foto livro que segundo Ramos (2017):

Os foto livros vêm sendo compreendidos como livros fotográficos temáticos, que contam alguma coisa. São livros de cunhos mais autorais. Funcionam como obras (no caso dos livros de artistas fotográficos) e/ou como projeto específico de um autor produtor 19 do livro. São livros autônomos, que têm vida própria, não apêndices de exposições fotográficas, ou antológicas, ou portfólios. Ultrapassam a questão meramente expositiva. As imagens fotográficas são protagonistas, ou dividem o protagonismo, na comunicação. Elas são consideradas mais em relação umas às outras e ao todo livro, do que individualidade. Tais livros normalmente são gerados pela cooperação entre imagens fotográficas, textos, design e materiais gráficos e, em geral, possuem uma potência narrativa. Eles portam mundos, realidades que acontecem no livro, podem ser fonte de informação e de experiência (RAMOS, 2017, p. 9).

Desta forma, as pessoas que vivenciaram poderão ressignificar suas memórias e sentirão parte integrante desta identidade local ao se reconhecerem nas imagens do fotolivro que ficará exposto na Escola para toda a comunidade e também disponibilizado na página da escola.

O fotolivro é um produto gerado através de tecnologias digitais a serviço da memória e social. As figuras 1 e 2 possuem exemplos de foto livro.

Figura 1: Livro Mais Educação – Novo Hamburgo



Fonte: Acervo de Imagens – Prefeitura de Novo Hamburgo.

Figura 2: Fotolivro Estudos Do Meio Paraty



Fonte: Acervo de Imagens – Prefeitura de Paraty.

3 METODOLOGIA

Este estudo terá seu foco na pesquisa de caráter qualitativo, onde cada fragmento de história, memória individual e coletiva serão parte do processo de estudos.

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada (GODOY,1995, p. 6).

Partindo de leituras bibliográficas, coleta de informações, observações, escutas, análise de detalhes sobre a memória social dos modos de vida da comunidade escolar, o estudo terá como objetivo levar essa comunidade a se reconhecer através do mesmo. “[...] é aplicar atentamente os sentidos a um objeto, para dele adquirir um conhecimento [...] é através dele todo estudo de problema [...]”. (QUERINO et al., 2017, p.89)

Estudar o caso, colher informações e materiais através de dados registrados nos acervos da própria escola, fotografias, memórias de pessoas que vivenciaram (entrevistas) os modos de vida da comunidade escolar ao longo de trinta anos servirão para aprofundar e melhor compreender a história. Conforme Gil (2016, p.58) “[...] um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro de um contexto de realidade, quando as fronteiras entre fenômeno e o contexto não claramente definidas e no qual são utilizadas fontes de evidências.”. Após coletar todas as informações, seguindo etapas de acordo com cronograma descrito abaixo, elas serão organizadas em um foto livro de maneira que as pessoas da comunidade possam se identificar como parte dos modos de vida no estudo/pesquisa.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Como o trabalho está em fase inicial, não é possível presumir qual será o resultado, uma vez que está em fase de análise de dados documentais, arquivos de registros da escola e a coleta de dados através de entrevista com a comunidade escolar, onde buscaremos relatos de fatos, datas, acontecimentos históricos, e as principais mudanças nos modos de vidas da comunidade escolar.

Esperamos que com este trabalho possamos levar as pessoas da comunidade a se perceberem parte da

história e como contribuíram para as transformações nos modos de vida desta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho contribuirá para que a comunidade escolar e o entorno conheça um pouco mais das mudanças ocorridas ao longo dos trinta anos de existência da escola.

Consideramos que o produto a ser desenvolvido promoverá uma reflexão sobre as memórias, as histórias e principalmente as transformações ocorridas no modo de vida dessa comunidade escolar. Cada registro, cada detalhe das memórias, documentos e fotografias serão fundamentais para construção deste produto, que acreditamos valorizar e contribuir para a continuidade da evolução desta comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011.
- BALDAN, B. A; GOMES, G. F. M. A Importância das APAES' na inclusão da pessoa com deficiência intelectual. **XVII CIC**, Ourinho-SP, v. 1, 2018. Disponível em: <http://cicunific.edu.br/anaisCIC/anai2018/pdf/02_07.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022.
- CANDAU, J.; FERREIRA, M. L. M. Mémoire et patrimoine: desrécsits et des affordances du patrimoine. **Educar em Revista**, n. 58, p. 21-36, 2015.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Altas, 2016.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas/EAESP/FGV**, São Paulo, Brasil, v. 35, n. 2, pag. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- FERREIRO, E., A representação da linguagem e o processo de alfabetização. Tradução de Horácio Gonzalez, **Cad. Pesq.**, São Paulo n. 52, p. 9, fev, 1985- publicações.fcc.org.br.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- MARCHI, A. S.; BORGES, M. L. Memória organizacional, cultura e aprendizagem organizacional: mudar para que? In: BORGES, M. L.; TELLES T. C. K (org.). **Memória e Gestão Cultural**: Aspectos conceituais, competências e casos práticos. Canoas, Unilasalle, 2017, v. 1, p. 123-144.
- QUERINO, M. M. F. **Metodologia da Pesquisa e da Produção Científica**. Brasília: Unyleya, 2017.
- RAMOS, M. F. Conhecer fotolivros: (in) definições, histórias e processos de produção. 2017. 2013 f. **Dissertação** (mestrado) – Curso de PPG em Comunicação, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/28352/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Marina%20Feldhues%20Ramos.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MUSEU DA CULTURA POP (MOPOP) E SUAS RELAÇÕES ENTRE DESIGN E AS DIMENSÕES CULTURAIS

Rafael Henrique Oliveira de Carvalho

Judite Sanson de Bem

1 INTRODUÇÃO

Uma instituição cultural serve à sociedade de diversas maneiras, estimulando os cidadãos a fazer reflexões sobre o meio onde vivem e em alguns casos sobre a sua vida. Sendo assim, através deste estudo, objetiva-se propor uma discussão de como diferentes áreas de viés cultural como o design, cultura pop e a própria cultura, relacionam-se entre si e com os elementos ao seu entorno. Este trabalho busca evidenciar as possíveis relações que existam dentro destas áreas e de que forma isto se integra na sociedade que orbita ao seu redor, encontrando possíveis pontos de conexão que ainda não foram percebidos, e outros que possam ser melhorados.

Para realizar este estudo será empregada a metodologia de pesquisa descritiva, uma forma de levantamento, que objetiva caracterizar certo fenômeno, através de uma análise minuciosa de um objeto de estudo (uma empresa, situação-problema ou uma determinada região), como por exemplo, descrever as memórias contidas nas capas de disco de vinil da década de 80.

A pesquisa descritiva realiza uma coleta de dados qualitativos, utiliza técnicas de observação e jamais interfere na análise dos dados, apenas descreve todas as experiências de maneira totalmente imparcial. É baseada em um assunto previamente estudado em algum outro momento, no qual se busca um aprofundamento, observando e registrando novos fenômenos e fatos.

O percurso deste artigo inicia com uma explanação sobre os conceitos e características do design, seguindo sobre breves conceitos e características da área de cultura, e posteriormente expondo algumas ideias do que é cultura pop. Logo após todas estas ideias, conceitos e características discutidas, serão articuladas com o equipamento cultural que foi escolhido, o MoPOP, sendo finalizado com as considerações finais sobre o estudo apresentado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado para produzir este artigo foi composto por alguns dos textos utilizados no primeiro semestre de 2022, na disciplina de Cultura do Mestrado do PPG em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, alguns livros de relacionados a Design e pesquisas on-line sobre a instituição cultural. Estes textos abordam a Cultura e suas categorias de arte, tecnologia e social/história. Os textos escolhidos para utilizar neste trabalho foram os seguintes: SANTOS, BOSI, BAUMAN, MORAIS, NUNES e MORGADO.

2.1 O Design

O design é conhecido popularmente como algo bonito que alguém criou. É uma palavra que está incorporada ao nosso cotidiano, mas ninguém sabe realmente como defini-la da forma correta ou pelo menos de uma forma que não seja banal e corriqueira. Afinal, o que é design? Existe design bom ou ruim? Para que serve o design? Design

é arte? Design é cultura?... e poderíamos continuar com infindáveis perguntas, mas o objetivo deste trabalho não é fazer perguntas e sim buscar responde-las.

Vou tentar responder algumas dessas perguntas explicando qual a essência real do termo design que, embora em sua tradução literal no português seja projeto, acaba por ser um significado de sentido muito vago. Este termo representa algo muito mais abrangente e diverso do que demonstra em um primeiro momento, pois ele abriga em seu âmago diferentes áreas do conhecimento humano, tais como: sociais, culturais, tecnológicas, artísticas, assim como, diversas características importantes: significado, forma, função, bem estar, equilíbrio, harmonia, inovação, sustentabilidade... enfim, seria necessário muito mais do que uma frase, parágrafo ou página para descrever a diversidade de características que este termo contém em si mesmo.

Conforme Butler; Tischler (2015, p.14) em seu livro, Design para crescer aprenda com a Coca-cola sobre escala e agilidade, apresentam o pensamento de Tom Peters que demonstra a grande importância do que é design: “O erro mais idiota é ver o design como algo que você faz no final do processo para “arrumar” a bagunça em vez de entender que ele é assunto desde o “primeiro dia” e faz parte de tudo”.

A mídia em geral contribui para que o termo design tenha a sua relevância “rebaixada” a algo decorativo, superficial, vazio de significado. Um dos motivos, os quais dá suporte a essa incoerência no uso do termo, é o fato do design não ser passível de registro como profissão. Sendo assim, conforme Heskett (2008, p.12):

Parte da razão pela qual o termo pode ser usado dessa forma arbitrária é o fato de ele não designar uma carreira única, como direto, medicina ou arquitetura, profissões cuja prática requer uma licença ou qualificação similar, com padrões estabelecidos e protegidos por instituições autorreguladoras.

Nesse sentido, Heskett evidencia uma das principais razões pelas quais o termo design é empregado de forma equivocada no cotidiano de nossa sociedade contemporânea, observando-se a falta de apoio de instituições sociais e privadas, de modo a auxiliar tal termo a receber a conotação e a significação adequada ao que realmente representa.

Muitos autores apresentam a sua definição sobre design, mas para o assunto tratado, aquela que melhor se adapta é a definição que Heskett (2008, p. 13) apresenta sobre design “[...] o design, em sua essência, pode ser definido como a capacidade humana de dar forma ao ambiente em que vivemos de maneira nunca antes vista na natureza, para atender às nossas necessidades e dar sentido à vida” Esta definição de Heskett, demonstra a importância do design no cotidiano da humanidade e de como ele está intrínseco à natureza do ser humano, de forma a moldar o ambiente a sua volta utilizando os próprios recursos disponíveis no seu entorno.

O design também apresenta uma característica importante em seu cerne: a interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade possibilita atuação em diversas áreas, como por exemplo: uma ferramenta muito utilizada na área da medicina, o bisturi, pode ser desenvolvido através de um projeto de design em que o médico-cirurgião, que utiliza a ferramenta, necessita de um tipo de bisturi muito específico, que deverá fazer um tipo diferenciado de corte necessário para um determinado tipo de cirurgia. Para a execução deste projeto, seria impreterível desenvolvê-lo em conjunto com um designer, que irá dialogar intensivamente com o médico cirurgião, de forma a definir corretamente as características que este objeto deverá ter, tais como: ergonomia, forma, cor, material e etc. E depois de tudo isso decidido seguiria mais uma série de processos até o produto final, que finalmente poderia ser utilizado.

Através do exemplo acima é possível identificar como o design e as suas sutilezas são evidenciadas nos entremeios de processos de desenvolvimento e produção de diferentes tipos de produtos, demonstrando a sua importância no cotidiano da humanidade.

2.2 Cultura

O significado da palavra cultura e o seu uso perante a uma sociedade civilizada, sempre esteve associado a estudo, educação, refinamento, sofisticação e etc, desde seu uso inicial na época do Império Romano. Segundo Santos (2021, p. 27), “Cultura é uma palavra de origem latina e em seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo latino *colere*, que quer dizer cultivar”.

Sendo assim, a ideia inicial sobre cultura, era de algo que pode ser cultivado, melhorado, revigorado em cada ser humano, algo que pudesse ser elevado ao divino, como por exemplo a alma. Com o passar dos séculos, muitas civilizações passaram a existir e a se extinguir de forma dinâmica, mas a cultura, embora parecendo estática, também assumiu o comportamento dessas civilizações, tornando-se cada vez mais dinâmica e recebendo diferentes significados ao longo do tempo.

A partir do século XVIII na Alemanha, questões sobre a cultura passaram a receber um maior interesse de pensadores interessados em aprofundar e compreender seus conhecimentos sobre costumes, crenças e o desenvolvimento de determinado povo, analisando o contexto ao qual tal apresentava-se (SANTOS, 2009).

No século XIX, o cristianismo perde a sua força e a visão laica, começa a tomar forma desvinculando a religião de toda e qualquer relação com a sociedade e a humanidade, culminando em novas teorias sociais baseadas na evolução da humanidade muito discutida entre antropólogos e cientistas sociais da época. (SANTOS, 2009).

Já no século XX, o discurso de cultura deixa os meios acadêmicos e é incorporado ao senso comum, obtendo espaços em discussões públicas, como por exemplo as lutas por direitos. (O CONCEITO..., 2020).

Uma das personalidades mais importantes desse movimento foi o antropólogo Franz Boas que cunhou o seguinte conceito sobre cultura: “um conjunto estável de hábitos, práticas, costumes, tecnologias e etc...” (BOAS, apud O CONCEITO..., 2020). Este conceito foi duramente criticado e sofreu diversas revisões antropológicas, culminando em um novo movimento intelectual a partir de uma visão marxista nos Estados Unidos, liderado pelos antropólogos Marvin Harris e Julian Steward que evidenciaram o seu desacordo com o conceito de Boas, afirmando que o foco exagerado nas especificidades de cada cultura, impediam uma reflexão mais abrangente sobre a humanidade. (HARRIS, STEWARD apud O CONCEITO..., 2020).

Sendo assim, Harris e Steward buscam demonstrar que a compreensão da cultura vai além do comum, do usual, transcendendo o tangível, pois é constituída de significado e sentido, características que estão além de suas especificidades, pois ela depende de contextos, fatos, atitudes, ações que em conjunto a constituem em toda a sua complexidade.

Na década de 60, outros antropólogos apresentam novos conceitos sobre o significado de cultura Clifford Geertz, David Schneider e Marshall Sahlins, propuseram a ideia de que a cultura não é estática, como antes se acreditava, mas sim, dinâmica e em constante transformação, somando o passado ao presente e projetando um possível futuro (GEERTZ, SCHNEIDER, SAHLIN apud O CONCEITO..., 2020).

Para esses autores, cultura não é o que as pessoas fazem, mas sim o que elas pensam, metamorfoseando algo, visto antes como uma série de comportamentos em um tipo de sistema que organiza as experiências dos indivíduos ao longo de sua vida e os processos de transformações. Por exemplo: quando tradições, costumes e hábitos, em sua essência, já consolidados em uma determinada cultura, recebem novas características provindas de uma cultura diferente e misturam-se resultando em uma nova cultura em diferentes características coexistem sem conflitos.

Sendo assim, de acordo com o que foi descrito sobre cultura, o conceito que se integra ao assunto abordado neste artigo é:

A cultura é a dimensão da sociedade que inclui todo o conhecimento num sentido ampliado e todas as maneiras como esse conhecimento é expresso. É uma dimensão dinâmica, criadora, ela mesma em processo, uma dimensão fundamental das sociedades contemporâneas (SANTOS, 2009, p. 46).

2.3 Cultura Popular ou POP

A cultura popular (chamada também de baixa cultura) é resultado de um movimento da alta cultura (uma minoria composta por aristocratas e burgueses) em manter-se no poder e garantir que a literatura clássica, a arte e a filosofia, permanecessem limitadas somente ao círculo das elites educadas, que devido ao processo de industrialização, que tomou conta da Europa Ocidental nos séculos XVIII e XIX, começou a ruir ao perceber que o processo da industrialização demandava dois tipos de mão-de-obra: a operária e a especializada, sendo que esta última necessitava que o indivíduo fosse devidamente educado para poder assumir determinada função, resultando no nascimento de uma nova classe social: a classe média. (O QUE É ..., 2000).

Constatando a insurgência de tal classe, impulsionada pelo desenvolvimento industrial, a classe alta percebeu que poderia expandir seus produtos para um público maior. Foram criados dois novos produtos culturais: entretenimento e lazer, que primeiramente serviam somente a essa classe, mas posteriormente passaram a atender as “massas”, termo este cunhado na escola de Frankfurt, pioneira em estudos sobre os meios midiáticos e a sua influência na sociedade entre as décadas de 1930 e 1950 (MORAIS; NUNES, 2021).

Com a concentração de pessoas em áreas urbanas atraídas por empregos nas fábricas, novos tipos de arte popular foram originados nesses locais. As antigas elites tentando não perder o pouco de poder que ainda possuíam, foram criando museus de arte e companhias de sinfonia com a intenção de manter seus valores culturais longe das massas. (O QUE É ..., 2000).

No entanto, no século XIX nos EUA “[...] novos gêneros da cultura popular surgiram a partir de novas formas de comunicação que aparecem no período. Estes incluem o jornal, a revista ilustrada, a novela, a fotografia e, mais importante para a cultura pop norte-americana nos séculos seguintes - o cinema”. (O QUE É ..., 2000, p. 68).

Mantendo-se nessa linha de tempo chegamos ao século XX, onde a partir de 1960, a cultura de massa como a conhecemos atualmente, inicia o seu crescimento ganhando grandes e diversas dimensões no cotidiano da sociedade contemporânea. Empresas como a: “[...] Disney começaram a controlar e lucrar com cada etapa da produção cultural e de distribuição; os intelectuais lamentaram o poder do cinema, televisão e música popular substituindo os livros e as artes tradicionais” (O QUE É ..., 2000, p. 69).

Alguns teóricos de “cultura de massa” do pós-guerra, tais como Theodor Adorno e Max Horkheimer, já haviam previsto certas intenções da elite contemporânea em buscar meios para dominar e controlar a população através de uma “indústria de consciência” (ou indústria do entretenimento) baseada na mídia de massa. (O QUE É ..., 2000, p. 69).

Embora Adorno e Horkheimer não tenham previsto determinadas fragmentações decorrentes dessa audiência, que posteriormente viriam a constituir uma série de mercados distintos e com propostas diferenciadas um do outro, ao mesmo tempo, era possível perceber que dentro desse mercado de grande diversidade midiática, demonstraria um novo meio de unir as diversas comunidades da mesma sociedade de um modo mais eficaz e veloz, do que grandes narrativas, que levariam séculos para produzir o mesmo efeito, tornando essa indústria uma ferramenta política, social e econômica eficiente em dominar as grandes massas.

Exemplos de produtos culturais e suas subdivisões que utilizam os meios midiáticos para promover tal controle são: filmes blockbuster, programas de televisão e internet, eventos esportivos e musicais, notícias (julgamentos, funerais de celebridades, catástrofes naturais, terrorismo, escândalos políticos).

Ilustrando o que foi acima descrito, de acordo com Sato (2007, p. 14):

O pop americano – literalmente tudo, da música às histórias em quadrinhos, do cinema aos enlatados para a TV, da produção em massa ao consumo de massa – tornou-se presença comum em lares distantes da América. Quase nenhuma nação ocidental no Pós-Guerra ficou imune a esta influência. E no Oriente a situação não foi muito diferente (SATO apud O QUE É ..., 2020, p. 70).

Entretanto, há um aspecto que não pode ser esquecido e deve ser esclarecido: a diferença entre cultura popular e cultura pop. Segundo Moraes e Nunes (2021, p. 9): “[...] a cultura popular seria caracterizada como um elemento de acesso facilitado e voltado para a grande maioria da população, estando presente no repertório comum, ou seja, pertencente a todos.”. No entanto, a cultura pop (com a palavra população abreviada) é conceituada como algo controverso, algo ligado a fatos efêmeros e juvenis. Como exemplo da magnitude desse fenômeno, é possível imaginá-lo através do trecho de texto descrito abaixo:

[...] por volta da década de 1980, o “pop” se torna um estilo musical próprio com o sucesso de Madonna e Michael Jackson e extrapola os limites da produção musical, passando também a designar um modo de vestir, agir e principalmente consumir. Madonna deu início à uma nova maneira de consumir cultura e seu público não queria apenas ouvir Madonna, queria dançar e se vestir como ela. Queriam ser como a diva pop que abriu portas para representação da sexualidade feminina. Apesar de demonstrar posturas extremamente progressistas como criticar o governo republicano americano, defender a liberdade da mulher e a legalização do aborto, Madonna fala de uma posição enquanto mulher branca, que dissemina padrões de beleza focados no corpo e como empreendedora de si, valores altamente conectados com o capitalismo glorificado pelos Estados Unidos (SOARES apud MORAIS; NUNES, 2015, p. 9).

Não menos importante o movimento chamado de “pop art”, uma espécie de subdivisão da cultura pop, evidenciou que arte também podia ser popular (para desagrado da classe nobre) e que grandes obras poderiam originar-se dos próprios elementos culturais tais como: televisão, música, cinema e quadrinhos.

Surgem assim, dois grandes artistas, Andy Warhol e Roy Lichtenstein, que receberam grande destaque na sociedade através da mídia, pois ambos compartilhavam da mesma intenção: “[...] expor a crise que se instalava nas artes com a introdução de uma cultura popular, massiva e voltada para o consumo.” (SOARES, 2015, p. 19-20). “[...] e ao mesmo tempo ressignificar a arte introduzindo elementos dessa cultura em suas obras” (SOARES apud MORAIS; NUNES, 2015, p. 10).

Deste modo a cultura pop torna-se cada vez mais acessível às grandes massas de forma não só regional ou nacional, mas sim global. Portanto, para o correto andamento deste artigo, será assumido o termo “Cultura pop” que se relaciona de forma mais coerente com o assunto abordado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O Museu: o local escolhido para a análise

O local escolhido para este trabalho foi o Museu da Cultura Pop, mais conhecido como *The Museum of Pop Culture* (MoPOP), trata-se de uma instituição sem fins lucrativos e dedicada à cultura popular contemporânea, sediada na 5ª Avenida N, nº 350, bem no centro da cidade de Seattle no estado de Washington nos Estados Unidos. Foi estabelecido no ano 2000 pelo cofundador da Microsoft Paul Allen, recebendo inicialmente o nome de *Experience Music Project* (EMP). Foram cinco nomes até chegarem ao

nome atual (MoPOP), tais como: *Experience Music Project and Science Fiction Museum and Hall of Fame* (EMP | SFM) e mais tarde voltou a se chamar *EMP Museum* até novembro de 2016, onde tornou-se MoPOP e iniciou diversos programas educacionais e públicos, incluindo “*Sound Off!*”, uma batalha musical anual para menores de 21 anos e “*Pop Conference*”, um encontro anual de acadêmicos, críticos, músicos e fãs de música. Desde então, o MoPOP organizou dezenas de exposições, 17 das quais percorreram os Estados Unidos e internacionalmente. O MoPOP, em colaboração com o *Seattle International Film Festival* (SIFF), apresenta o *Science Fiction and Fantasy Short Film Festival*, que acontece todos os invernos no Seattle Cinerama Theatre. Desde 2007, o MoPop homenageia os artistas com o Prêmio Fundadores por suas notáveis contribuições ao universo musical.

Tanto a área de design quanto a de cultura acabam por se relacionar com tal instituição, pois atuam de forma direta e/ou indireta em cada espaço, exposição, comunicação (ações de marketing) e projeto social desenvolvido. Por exemplo, quando há uma exposição e adentramos no espaço onde ela está ocorrendo, em um primeiro momento podemos não perceber, mas existe um projeto de design de sinalização que utiliza placas, adesivos, totens e etc. indicando uma maneira de se movimentar dentro do local para aproveitar o máximo da experiência, assim como, alguns artefatos culturais, tais como: discos, instrumentos musicais, reprodutores musicais e etc. poderão ser utilizados para compor o próprio espaço onde a exposição se encontra.

Toda essa “mistura” de elementos em que inicialmente parece não haver sentido ou ligação alguma, na verdade, está presente através de uma “teia” invisível, já tecida, onde é possível perceber estas relações estabelecidas em um objetivo comum, criar uma experiência facilitadora e inesquecível onde se obtém um conhecimento cultural sobre outras culturas musicais e que possivelmente irá melhorar a compreensão sobre a sua própria cultura.

Tal espaço cultural lida com duas das principais áreas da cultura POP: cinema e música, sendo esta última a escolhida para o estudo em questão, pelo seu viés projetual, cultural, social e artístico. Após a compreensão do espaço cultural e a escolha de uma das suas vertentes que é a música, torna-se possível buscar relações entre design e as diversas dimensões de cultura (artística, tecnológica, histórica/sociológica).

O museu de cultura pop em sua concepção, desde sua construção até sua finalização, abriga uma diversidade de ideias que foram inseridas de forma projetual através de processos de arquitetura e design, claramente visíveis e muito bem executados, transformando algo feito de concreto em pura arte. Tanto a sua fachada quanto o seu interior residem traços arquitetônicos misturados com um design que entrega exatamente o que foi pedido, um espaço cultural que respira música, cinema, arte, tecnologia e história. Em um primeiro momento ele parece um grande objeto de status algo que não irá perdurar por muito tempo, algo esquecível, um modismo.

Conforme Bosi: “[...] há objetos que a moda valoriza, mas não se enraízam nos interiores ou tem garantias por um ano, não envelhecem com o dono, apenas se deterioram”. (BOSI, 2003, p. 26). Neste sentido, o museu torna-se algo bonito aos olhos, mas vazio de significado. Mas quando realmente se observa esta estrutura, percebe-se que ela é muito mais do aparenta. Ao adentrar-se em seu interior, inicia-se uma jornada que utilizará todos os 5 sentidos humanos. Transitando pelo seu interior é possível “viver a música”.

Pode-se escutar ou criar (utilizando instrumentos musicais disponíveis para experimentação), ver (através de imagens e vídeos), aprender (artefatos e documentos que podem ser lidos), podendo

até sentir aromas da natureza impregnados nos instrumentos musicais (feitos de madeira) ou mesmo de alimentos que nossa mente, através de um processo de rememoração, associa a determinado som, instrumento ou música.

Mantendo esta linha de raciocínio percebe-se que o Museu, inicialmente compreendido como um objeto de status em nossa mente, após ser experienciado, transforma-se em algo familiar, algo que se incorpora ao nosso cotidiano, pois imprime uma diversidade de experiências que são rememoradas diariamente. Ele transforma-se de um objeto de status, em um objeto biográfico (mesmo que de forma abstrata), algo que passa a ter um grande significado insubstituível, algo com o qual, há uma relação de identidade.

Bosi cita Viollete Morin que define brevemente o que é um objeto biográfico: “[...] envelhecem com o possuidor e se incorporam a sua vida: o relógio de família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista, a máscara do etnólogo, o mapa-múndi do viajante... Cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva do morador”. (MORIN apud BOSI, 2003, p. 26).

Ora, se temos o espaço armazenado em nossa mente, pode-se dizer que este objeto está sempre junto a nós, não em sua forma original concreta, mas sim em sua forma abstrata, portanto tornando-se um objeto biográfico, às vezes até mais real que os objetos biográficos concretos.

O Museu de Cultura POP é uma instituição cultural, portanto reside neste espaço muita história e cultura musical popular e suas diversas interações com outras áreas de conhecimento, divididos em uma variedade de documentos em diferentes suportes e em artefatos. Todas essas informações são de grande importância para a nossa sociedade e nesse sentido, se faz necessário que essas informações de cunho cultural musical, sejam permanentemente rememoradas junto às comunidades próximas e distantes, sendo divulgadas pela região, estado, país e até mesmo globalmente.

É interessante evidenciar que o museu tem um setor social muito forte destinado a sempre manter viva a chama do interesse e conhecimento, oferecendo diversos programas sócios-educacionais para a comunidade, possibilitando que escolas próximas ou de outras regiões possam visitar o museu e ainda aprender sobre o que foi apresentado, com aulas expositivas que são lecionadas por professores treinados pelo próprio museu. Numa sociedade contemporânea como a nossa, em que a séculos atrás, estávamos vivendo em uma época obscura, onde a grande maioria da sociedade vivia na ignorância e na escuridão (as massas, o povo) e era dominada por classes clérigas, intelectuais e burguesas (a elite), houve no século XVII, um movimento de ordem social e cultural. Inicialmente ocorreu um processo civilizador em que a elite foi separada do resto e as massas nasceram com a modernidade, o que culmina com o Iluminismo.

Bauman (2012, p. 29) diz:

“As massas” pertencem à numerosa família das categorias nascidas com a modernidade – todas elas refletindo a ambição moderna de dissolver muitas e diferentes identidades locais numa tarefa nova, supralocal e homogênea: unificar o agregado heterogêneo de pessoas mediante a instrução e o controle, o treinamento e o ensino, e, se necessários, a coerção. O corolário desse processo político – juntar a variedade de identidades regionais, jurídicas e ocupacionais do *petit peuple* para formar uma “massa” indiscriminada, ou *mobili vulgus* – começou a ser produzido seriamente no século XVII, alcançando a sua maturidade conceitual apenas no pensamento iluminista.

A passagem acima de Bauman, demonstra o quanto foi importante toda esta “movimentação” que “chacoalhou” a sociedade de uma forma geral e que mesmo sendo um processo longo, trouxe resultados que perduram atualmente e dos quais devemos observar com muita atenção para não perdermos a “iluminação”. Evidenciando que o Museu de cultura POP está dentro dos preceitos do Iluminismo, oferecendo para a comunidade, através de

seus programas sociais, serviços e informações, mantendo-a em constante evolução.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se uma conexão entre o design e a cultura, como se fossem “gêmeos siameses” dependentes da existência um do outro, ambos comunicam significado, utilizam símbolos e estão presentes no cotidiano. Embora a cultura POP seja uma derivação da “alta cultura” “transformada” em “baixa cultura”, o design ainda é dos fenômenos mais marcantes nesta cultura, participando ativamente de todos os processos culturais. Sendo assim, as relações entre os fenômenos como o design, a cultura e cultura POP, com o museu são a “simbiose” de um espaço projetado para dialogar em harmonia entre diferentes fenômenos culturais, reduzindo as suas complexidades de modo a facilitar a compreensão do grande público. Seguindo por este viés, entende-se que os conceitos abordados neste artigo necessitam de uma investigação mais profunda objetivando evidenciar aspectos e características específicas de tais fenômenos de modo mais acessível.

REFERENCIAL

BOSI, E. **Objetos biográficos e objetos de status**. O tempo vivo da memória. Ensaio de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 25-27.

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012, p. 6-30.

MORAIS, M. V.; NUNES, L. da S. (2021). Diferenças entre o popular e o pop: o cinema de super-heróis como parte integrante de uma cultura segmentada. **Revista Tropos: comunicação, sociedade e cultura**. ISSN: 2358-212X, v.10, n. 1, p. 1-24. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4779>>. Acesso em: 1 ago. 2022.

MORGADO, A. C. As múltiplas concepções da cultura. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16983>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

O Conceito de Cultura do Século XX. [s. l.], [s. n.]. 2020. 1 vídeo (7:54min). Publicado pelo canal Doxa e Episteme. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uJrM5noFOko>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

O QUE É a Cultura Pop. [s. n.]. **Maxwell Coleção Digital PUC-RIO**. Certificação Digital nº 0812658/CA. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16075/16075_5.pdf>. Acesso em: 09 de jul. 2022.

SANTOS, J. L. dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009. p. 7-46.

O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL

Julcireny Braga Sarkis

Maria de Lourdes Borges

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é discutir sobre as habilidades sócio emocionais de estudantes do ensino fundamental no campo da memória social, com o objetivo de assegurar a formação destes em uma dimensão social e emocional, observando e colaborando para o desenvolvimento de competências fundamentais no processo de ensino-aprendizagem.

As pessoas estabelecem vínculos com todos que estão ao seu redor. O mesmo ocorre no contexto escolar. Logo torna-se necessário um maior entendimento e administração das emoções e sentimentos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que todas as escolas brasileiras devem incluir as habilidades sócio emocionais em seus currículos, para assegurar o processo de formação integral dos estudantes.

A boa notícia é que as habilidades sócio emocionais podem ser desenvolvidas nas escolas, necessárias em contextos onde a redução de conflitos e a manutenção da disciplina na sala de aula se faz urgente (COLAGROSSI; VASSIMON, 2017). Neste contexto, compreender a memória social e a memória institucional pode lançar luz sobre as dificuldades encontradas na comunidade escolar.

O presente artigo apresenta uma faceta da pesquisa que se encontra em andamento sobre as habilidades sócio emocionais de estudantes do ensino fundamental no campo da memória social. A metodologia que será utilizada, no advento da finalização da pesquisa, centrar-se-á em uma pesquisa qualitativa, onde serão realizadas entrevistas com representantes da comunidade escolar atual e anterior, como professores, alunos e pais de alunos da Escola de Ensino Fundamental “X”, localizada no município de Balneário Gaivota. Os dados serão analisados por meio da Análise Temática (MINAYO, 2009).

2 DISCUSSÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

A presente seção apresenta algumas discussões teóricas, dentro das quais se buscou apresentar aspectos do contexto empírico da Escola de Ensino Fundamental “X”, localizada no município de Balneário Gaivota, a fim de animar o debate.

2.1 Memória social e a escola

Dentro do ambiente escolar, destacamos a importância da memória individual, que são as lembranças e histórias de cada um, próprio de cada pessoa. Destacamos que a memória é um acontecimento coletivo e social, composta por lembranças comuns a um grupo e que se constrói coletivamente. Durante esse processo podem ocorrer transformações e consequentemente mudanças a todo momento. A memória coletiva fortalece e reforça ainda mais essas vivências ou marcos. Assim, conforme o autor:

Consideremos agora a memória Individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um

homem para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 54).

Lembramos que não resgatamos nossas memórias, lembranças e histórias, pois são narrativas que são acionadas a partir do presente, nesse momento, recorremos a algo que nos dê conforto, segurança e que nos anime. Falamos e construímos narrativas para o futuro. A partir dessas considerações, iremos analisar cada narrativa do público envolvido, para que possamos entender a realidade da comunidade escolar, procurando interpretar e investigar o tema do projeto de pesquisa.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25)

No espaço de memória escolhido, a escola, poderemos perceber as memórias individuais e coletivas a serem construídas durante a abordagem do tema. Conseguiremos observar e registrar as memórias ou lembranças de cada professor e aluno, investigando os dados fornecidos pelo presente, lembrando as histórias do passado, conforme os objetivos a serem alcançados durante o projeto de pesquisa. Assim sendo:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nas quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 1990, p. 26).

No município de Balneário Gaivota, a Escola de Ensino Fundamental “X”, constrói memória, lembranças e histórias a partir dos moradores antigos, pois no passado se configurou como uma das melhores escolas no município. Os pais de atuais alunos estudaram nessa escola, matriculam seus filhos e assim sucessivamente. Logo, essa memória se fortalece também no presente, reforçando a memória social dos moradores, pois apresenta duração, continuação e estabilidade. A reunião de todas essas lembranças reforça a importância e valorização da escola, como um espaço de aprendizados contínuos e necessários para a sociedade atual, possibilitando através da socialização a troca de conhecimentos para as crianças e adolescentes e o desenvolvimento de habilidades sócio emocionais, com o objetivo de assegurar a formação dos estudantes em uma dimensão social e emocional.

2.2 Memória institucional e a escola

Para Veblen (1994), “instituição é entendida como um conjunto de instituições de hábitos estabelecidos de pensamento que são comuns à generalidade dos indivíduos”. Conforme Tolbert e Zucker (1996), “a instituição é o estado final de um processo de institucionalização ou uma repetição ritual de um padrão”. Temos também a definição de Scott (1995), “as instituições consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que dão estabilidade e sentido ao comportamento social”.

A Escola de Ensino Fundamental “X”, tem mais de 10 anos de existência, por isso pode-se incluí-la na categoria de instituição. Apresenta legitimidade, aspectos que vão sendo aceitos pela sociedade, comprovada aos olhos da comunidade escolar: professores, alunos, pais ou responsáveis. Envolve valores, hábitos e controle, seja interno ou externo. Observamos dessa forma estruturas valorativas (opiniões e importância) que muitas vezes não são faladas e que diariamente observamos no ambiente institucional: desgaste dos professores mediante a indisciplina dos alunos, preocupação dos gestores em relação a obediência às regras internas e também dos pais e responsáveis mediante os problemas ocorridos na escola. Torna-se necessário o desenvolvimento de habilidades sócio emocionais de estudantes do ensino fundamental no campo da memória social, através da construção

coletiva dos aprendizados e das vivências, para que possa ocorrer a resolução dos problemas na sala de aula. Para Selznick (1957), “a instituição é uma organização embebida em valor para além dos requisitos técnicos da função que preenche”.

Institucionalizar é produzir uma distinção de sentido, a qual se repete como procedimento organizado e, ao repetir-se, sedimenta-se e adquire um estatuto, uma legitimidade consentida aos olhos de comunidades existentes ou dos próprios indivíduos, implicando ainda - para além da duração, da diferenciação e da organização de sentido - que, mediante regras, se normalizem e sancionem os desvios ao instituído (ANDRADE, 2002, p. 50).

Percebemos que a Memória Institucional supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente, porém torna-se necessário entender, ouvir e considerar as opiniões, os anseios e as expectativas do público envolvido. Com base nesse texto, iremos registrar as experiências, vivências, memórias e aprendizados, com o objetivo de construir narrativas individuais e coletivas. Buscaremos informações sobre a educação na sala de aula no passado, como os alunos e professores se sentiam no ambiente escolar, quais as experiências vivenciadas e que deram certo, qual o sentimento do público-alvo, suas angústias, visões de futuro. Dessa forma, esperamos registrar as vivências dessas memórias, que servirão para embasar e finalizar o projeto de pesquisa, com o objetivo de obter as informações a serem empregadas, estudadas e avaliadas, tem como resultado final um produto que colabore para o desenvolvimento de habilidades sócio emocionais nos estudantes do ensino fundamental.

Para Costa (1997, p. 137), os elementos da Memória Institucional são: a memória, as instituições, ações, pensamento e linguagem, indivíduos e emoções. Na escola, podemos perceber a presença de todos esses elementos, pois encontram-se embutidos nos processos do dia a dia, nas memórias dos professores, alunos, pais ou responsáveis, documentos e registros de alunos, nas salas de aula e em todas as rotinas.

2.3 Habilidades sócio emocionais e a escola

Os estudantes têm emoções, estabelecendo vínculos com todos que estão ao seu redor. Logo torna-se necessário um maior entendimento e administração das emoções e sentimentos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que todas as escolas brasileiras devem incluir as habilidades sócio emocionais em seus currículos, para assegurar o processo de formação integral dos estudantes.

O ensino das habilidades sócio emocionais é uma das estratégias mais significativas disponíveis hoje para promover sucesso estudantil e reformas escolares eficazes pesquisas extensas apontam que a aprendizagem sócio emocional melhora resultados acadêmicos, ajuda alunos a desenvolver autorregulação, melhora as relações da escola com a comunidade, reduz os conflitos entre os alunos, melhora a disciplina da sala de aula e ajuda jovens a serem mais saudáveis e bem-sucedidos na escola e na vida. (COLAGROSSI; VASSIMON, 2017, p. 3).

Observa-se no ambiente escolar a valorização dos aspectos cognitivos, porém destacamos que as habilidades socioemocionais também devem ser ensinadas e aprendidas, com o objetivo de assegurar a construção do conhecimento e o desenvolvimento das habilidades necessárias.

Calcado no pressuposto de que o aprender envolve não só os aspectos cognitivos, mas também os emocionais e os sociais, este estudo foca a compreensão das inter-relações entre o desenvolvimento das habilidades sócio emocionais e o processo de ensino e de aprendizagem. Compreender como tais habilidades podem contribuir com a melhoria do desempenho escolar e vida futura dos estudantes permite construir caminhos que promovam o desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação de qualidade (ABED, 2014, p. 7).

O desenvolvimento dessas habilidades pode melhorar o processo de ensino-aprendizagem, auxiliando o sucesso escolar e conseqüentemente a melhoria do aspecto social e emocional ao longo da vida. Abordaremos algumas habilidades que consideramos importantes: relacionamento interpessoal, autoconhecimento, auto

regulação, tomada de decisões responsáveis e consciência social. Destaca-se cada vez mais a necessidade de se relacionar consigo mesmo e com os outros, garantindo a melhoria nessas inter-relações do nosso dia a dia, seja na escola, na família ou em outro ambiente externo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se em andamento, e no futuro, espera-se contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos do ensino fundamental, relacionando os aspectos emocionais e sociais importantes no processo de ensino-aprendizagem. Por estar em construção permanente e passando por diversas modificações, abordaremos certa relação entre as habilidades socioemocionais no campo da memória social.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, será investigado alguns pontos importantes: De que forma desenvolvemos essas competências nos educadores para que estejam preparados para ensinar, dialogar e administrar conflitos, utilizando sua inteligência emocional? Como promover o desenvolvimento das competências nos estudantes para melhoria do seu desempenho escolar, como também no ambiente externo?

Como a pesquisa está em andamento, conjectura-se que os resultados indiquem para a necessidade de construção de uma cartilha com o objetivo de melhoria das habilidades socioemocionais, voltada para os docentes e discentes.

REFERÊNCIAS

- ABED, A. L. Z. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica**. São Paulo, 2014.
- CASEL. **The Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning**. Disponível em: <www.casel.org>.
- COLAGROSSI, A. L. R.; VASSIMON, G. A aprendizagem socioemocional pode transformar a educação infantil no Brasil. **Revista Construção Psicopedagógica**. v. 25. n. 26. São Paulo, 2017.
- HALBWACHS, M. A. **Memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- PATTO, M.H.S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, Editora, 1991.
- THIESEN, I. **Memória Institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

PERSONAGENS DA DIVERSIDADE: MEMÓRIAS DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO REPRESENTADA NAS NOVELAS DAS NOVE DA GLOBO

Talles Garcia Santana

Lúcia Regina Lucas da Rosa

Tamára Cecília Karawejczyk Telles

1 INTRODUÇÃO

Há mais de 70 anos, a telenovela brasileira, considerada uma “jovem senhora”, dialoga com o telespectador brasileiro oferecendo entretenimento, reunindo variedades culturais e colocando na roda discussões caras à sociedade, o que faz do estudo da sua memória algo maior do que o produto em si, e sim do que representa especialmente para o país.

Nesse contexto, a TV Globo, maior produtora nacional do conteúdo, além de outras emissoras que fazem parte da memória da telenovela, se fez referência, exportou para centenas de países, se especializou na arte de produzir este produto que é capaz de, literalmente, parar o país como fez em “Vale Tudo (1988-1989)” ou em “Avenida Brasil (2012)”, por exemplo, dois fenômenos de audiência e repercussão.

A memória da telenovela brasileira, especialmente a produzida pela TV Globo desde 1965, e mais precisamente do horário das oito (posteriormente das nove) nos informa sobre a capacidade desse produto cultural nos levar a refletir sobre comportamentos e sobre temas como a diversidade sexual e de gênero através dos seus personagens. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa foi apresentar os personagens da diversidade sexual e de gênero das telenovelas das oito e das nove produzidas pela TV Globo e qual a discussão oferecida por meio de um guia ilustrado formatado para ser um lugar de memória. Apesar do universo parecer ser bastante grande, somente 35 produções para o horário das oito e nove, nestes 56 anos da emissora, de fato, apresentaram algum personagem LGBTQIA+, sendo que algumas destas abordagens ficaram em segundo plano sem nem sequer serem analisadas.

2 MEMÓRIA SOCIAL E LUGARES DE MEMÓRIA

Para Halbwachs (1990), um estudo de memória é muito mais que uma mera repetição linear de acontecimentos e vivências e sim uma reconstrução do conjunto de relações sociais, rompendo assim a linha entre passado e presente. A partir da ideia de Halbwachs é possível compreender que o estudo desenvolvido se coloca na função de analisar as construções das telenovelas selecionadas e a sua relação com o telespectador por meio da discussão proposta em cima dos personagens LGBTQIA+ que apresentaram de alguma forma a diversidade sexual e de gênero.

Para Assmann (2011, p. 317), os lugares de memória são mais do que locais, são sujeitos, “portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos”. Os lugares de memória fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos, não somente porque solidifica e validam a recordação, mas por significarem a continuidade que vem a superar qualquer recordação relativamente breve das pessoas.

Para Nora (1984), os lugares de memória se revestem de uma natureza sublime dado que nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, isto é, é preciso se ter arquivos, repositórios, registros, documentos, memoriais que sirvam de apoio e de gatilho para que um evento ou acontecimento seja lembrado, revivido no imaginário, capaz inclusive de reconstituir emoções como se estivessem acontecendo no tempo presente.

3 TELENÓVELAS E SUAS ABORDAGENS

Para Martín-Barbero (1997), as telenovelas, mesmo atendendo à finalidade de entretenimento e de receita comercial, são instrumentos capazes de transpor uma série de representações sociais para o imaginário dos telespectadores e assim instituindo a memória individual e coletiva que os cerca.

Para Alencar (2004), telenovela é referência para tudo no Brasil, moda, política, fonte de comportamento, um poderoso objeto de análise social, fazendo dela um dos bens culturais mais importantes do país, uma vez que vem deixando de ser apenas um sinônimo de diversão para tornar-se um importante aliada na discussão de questões sociais por estar repleta de personagens que lutam por seus ideais e que reformam convenções estabelecidas.

Para Alencar (2004), a telenovela possui íntima ligação com as transformações ocorridas na sociedade, afetando sua mudança temática e estrutural, caracterizando-se como a obra dramática pelo qual o Brasil melhor se retrata, sendo capaz de romper paradigmas antes inquebráveis e imutáveis e, de forma menos intensa, mitigar preconceitos a partir do momento em que consegue imprimir no telespectador sentimentos ficcionais com ares de realidade.

Para LaPastina; Joyce (2014), às telenovelas brasileiras são um produto de entretenimento e de potencial comercial no mercado, o que, de certa forma, faz com que as temáticas abordadas além do entretenimento sejam inseridas com bastante cautela visando não afastar os anunciantes e o público a quem se destinam, em sua maioria conservadores. Nesse sentido, a abordagem das questões da diversidade sexual e de gênero é vista como um processo lento e crescente a partir do momento em que isso não representa problemas para as produtoras de conteúdo.

Segundo Leal (1983), a telenovela precisa ser percebida como um bem cultural pertencente ao universo simbólico dos telespectadores, compreendida como uma obra cultural de ficção criada por um meio de comunicação e a compreensão da mensagem desse bem é distinta por parte de cada agente social estruturalmente diferenciado, devendo ser um produto aberto ao olhar multiangular, reprisado e diversificado, capaz de causar emoção no telespectador, mas com pouco ou nenhum compromisso com a realidade.

Para Andrade (2003), o sucesso das telenovelas passam pela sua condição de portadoras oficiais das emoções do público, o que explica o seu protagonismo televisivo. Da mesma forma, as telenovelas conseguem fazer representações da vida cotidiana sem esmaecer nenhum conflito, resolução ou comportamento, auxiliada evidentemente pelos elementos ficcionais que são o tempero das narrativas. Com isso, o telespectador pode viver uma vida que não é sua e se enxergar no drama de um personagem e se identificar com ele.

Para Oliveira (2014), os autores das telenovelas, ao inserirem as pautas da diversidade nos seus textos, demonstram não apenas um caráter de ousadia, mas modernizador das práticas sociais ligando as conquistas do campo jurídico ao cotidiano das pessoas, disseminando os avanços institucionais ou as deficiências da questão.

Para Silva (2015), mesmo com personagens LGBTQIA+ aparecendo nas telenovelas desde a década de 1970, eles eram relegados a papéis secundários, repletos de estereótipos, trejeitos e sem profundidade na abordagem dos dramas individuais ou mesmo na discussão de gênero. Na década de 1980, os personagens foram aparecendo em maior quantidade ainda restritos a papéis secundários, mas com uma dose a mais de repercussão dados os entrecos

que participavam. A década de 1990 intensificou as aparições com destaque para a relação mal debatida entre Sandrinho e Jefferson de “A Próxima Vítima” (1995) que, ainda suscitou outro debate moral, o do relacionamento inter-racial.

4 DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E SUAS GRAMÁTICAS SOCIAIS

Para Connell; Pearse (2015), o gênero é inerente tanto aos homens quanto às mulheres, sendo dimensão central da vida pessoal, relações sociais e da cultura do ser humano, significando uma questão complexa em termos de justiça, identidade e sobrevivência. No entanto, a maioria das discussões sobre gênero na sociedade enfatiza uma dicotomia, isto porque é comum definir-se gênero pela concepção biológica do ser – homem ou mulher – e pelas diferenças culturais características, o que exclui veementemente as reais diferenças especialmente entre homem e mulher nesse sentido.

Para Mello *et al.* (2012), a sexualidade precisa ser compreendida como realidade socialmente constituída, requerendo um descolamento das perspectivas essencialistas (que entendem que as coisas só podem ser segundo critérios estabelecidos), anistóricas (contrariando os fatos) e coitocêntricas (baseadas numa única concepção para relação sexual baseada em uma única forma válida, a penetração). Da mesma forma, precisa ser reconhecida como produto humano e que é um processo resultante de aprendizado e regulação social.

Segundo Aguião (2016), a compreensão da significação da sigla LGBTQIA+ percorre uma espécie de “coletividade imaginada”. A sigla, que contempla (L) de lésbicas, (G) de gays, (B) de bissexuais, (T) de transsexuais, (I) de intersexo e (A) de assexuais, se coloca muito acima de políticas governamentais, movimentos sociais, produções científicas ou idiomas dos direitos humanos, atingindo a condição de legitimação e de ressignificação muito maiores para a identidade coletiva, recriando a gramática social vigente.

De forma mais didática, Sciulo (2020) considera que a existência de várias siglas, significações, de fato, cria uma certa confusão social da qual dificilmente se sabe qual é a abordagem correta do termo e com isso, o perigo da descaracterização. Para isso, é importante entender por que a sigla existe e como se deu a sua evolução ao longo dos anos, unindo as pessoas em torno de uma gramática social ressignificada.

5 METODOLOGIA

Segundo Campos (2015), o maior desafio para uma pesquisa científica reside na escolha dos métodos adequados e que produzam a maior quantidade de evidências científicas para a comprovação de hipóteses, uma vez que o conhecimento científico depende bastante disso. Da mesma forma, o planejamento e a sistematização metodológica são parte essencial para a produção de resultados neste contexto.

O método de abordagem que forneceu a linha de raciocínio da investigação é dialético, uma vez que os fatos apresentados e organizados para análise no guia não podem ser considerados fora de um contexto social e político.

Os materiais utilizados para a pesquisa foram predominantemente bibliográficos e documentais, fazendo-se uso de livros, artigos, acesso a portais como o Teledramaturgia, alimentado pelo pesquisador Nilson Xavier e o Memória Globo; o campo documental se apresenta por meio dos capítulos das telenovelas analisadas disponibilizados no *Globoplay* e no *YouTube*.

Uma vez delimitada a pesquisa para a TV Globo e suas produções para o horário das oito e das nove (o

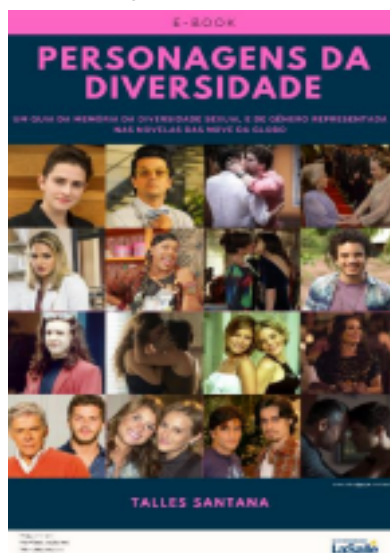
produto de mais relevância e alto custo publicitário), apurou-se que a emissora produziu cerca de 300 telenovelas entre os horários das 18, 19, 20/21, 22 e 23h. Destas telenovelas, cerca de 70 foram produzidas para o horário das oito que figurou com essa nomenclatura até 2011, e cerca de 20 foram produzidas para o novo horário das nove a partir desse ano. Destas produções, foram recortadas apenas 35 que realmente apresentaram algum personagem com abordagem relevante na diversidade sexual e de gênero. Mesmo assim, para fins de análise, deu-se ênfase maior a partir dos anos 90, pincelando alguns destaques dos anos 70 e 80 que não foram muitos, mais a título de contextualização inicial mesmo. Por fim, a análise dos dados teve natureza estritamente qualitativa e interpretativa com foco na existência dos personagens, seus perfis e o que trouxeram em suas respectivas narrativas em termos de diversidade sexual e de gênero, dialogando com o momento social em que foram criados e apresentados e com as literaturas do arcabouço teórico desta dissertação.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por meio da pesquisa realizada, obteve-se registros fotográficos, dados sobre perfis dos personagens, repercussões, curiosidades, bastidores e entrevistas que subsidiaram a produção do guia ilustrado, em linguagem coloquial e capaz de demonstrar o potencial das telenovelas na discussão da diversidade sexual e de gênero. Foram reunidas mais de 110 imagens, sendo que nem todas foram utilizadas por estarem em tamanho muito pequeno, baixa resolução ou não ilustrarem o que eu estava querendo dizer. Procurou-se selecioná-las por esses critérios e inserir no guia propositalmente para que o leitor se aproxime dos personagens, afinal se trata de um lugar de memória.

O guia também teve papel importante para que a mensagem dos autores e dos intérpretes dos personagens sejam revividos na atualidade, demonstrando as suas contribuições na arena de lutas contemporânea, sendo capaz, inclusive, de reviver emoções como se estivessem no tempo presente. A Imagem 1 apresenta a capa do guia em formato de *e-book*.

Imagem 1: Capa do guia em formato de *e-book*



Fonte: Desenvolvido pelo autor.

A ideia de apresentar e discutir os personagens pelas décadas que foram aparecendo nas narrativas foi proposital a fim de oferecer um comparativo de abordagens de acordo com o contexto de cada época, chegando nos anos 2010 com a última parada, onde se pode observar um significativo progresso. Isto posto, a construção dos personagens LGBTQIA+ e consequentemente a profundidade das discussões sobre a diversidade sexual e de gênero,

muito em função dos novos tempos que vivem as emissoras de TV, sobretudo a Globo, precisam acompanhar e dar conta dos novos formatos disponíveis, das questões tecnológicas e das evoluções sociais ocorridas no país nestes 70 anos de teledramaturgia no Brasil. O Quadro 1 a seguir apresenta um descritivo resumido dos personagens que foram levantados e analisados.

Quadro 1: Resumo descritivo dos personagens analisados

Ano	Novela	Personagem(s)
1981	Brilhante	Inácio Newman era <i>gay</i> .
1988	Vale Tudo	Cecília, Laís e Marília eram lésbicas.
1993	Renascer	Buba era intersexo.
1995	A Próxima Vítima	Sandrinho e Jefferson eram <i>gays</i> .
1995	Explode Coração	Sarita Vitti era travesti.
1997	Por Amor	Rafael Fontes era bissexual.
1998	Torre de Babel	Leila Sampaio e Rafaela Katz eram lésbicas.
1999	Suave Veneno	Uálber Cañedo e Edilberto eram <i>gays</i> .
2003	Mulheres Apaixonadas	Clara era bissexual e Rafaela era lésbica.
2004	Senhora do Destino	Eleonora e Jeniffer eram lésbicas; Bira e Turcão eram <i>gays</i> .
2005	América	Junior e Zeca eram <i>gays</i> .
2005	Belíssima	Gigi era <i>gay</i> ; Rebeca era bissexual e Karen era lésbica.
2006	Páginas da Vida	Rubinho e Marcelo eram <i>gays</i> .
2007	Paraíso Tropical	Rodrigo, Tiago, Hugo e Felipe eram <i>gays</i> .
2007	Duas Caras	Bernardinho era <i>gay</i> , Heraldo, Dália e Carlão eram bissexuais.
2008	A Favorita	Orlandinho era <i>gay</i> , Catarina era bissexual e Stela era lésbica.
2009	Viver a Vida	Osmar era bissexual.
2010	<i>Passione</i>	Arthurzinho era <i>gay</i> .
2011	Insensato Coração	Roni, Eduardo, Hugo, Xicão e Gilvan eram <i>gays</i> e Araci era lésbica.
2011	Fina Estampa	Crô era <i>gay</i> .
2012	Avenida Brasil	Roni era <i>gay</i> .
2012	Salve Jorge	Anita era transexual.
2013	Amor à Vida	Eron, Niko e Félix eram bissexuais.
2014	Em Família	Clara era bissexual, Marina e Vanessa eram lésbicas.
2014	Império	Téo e Léo eram <i>gays</i> , Cláudio era bissexual e Xana era <i>crossdresser</i> .
2015	Babilônia	Teresa e Estela eram bissexuais; Ivan e Sérgio eram <i>gays</i> .
2015	A Regra do Jogo	Úrsula era lésbica e Duda era bissexual.
2016	A Lei do Amor	Zelito e Gledson eram <i>gays</i> , Wesley e Flávia eram bissexuais
2017	A Força do Querer	Ivan era transgênero e Nonato era <i>gay</i> e <i>drag-queen</i> .
2017	O Outro Lado do Paraíso	Samuel era bissexual, Cido, Nick e Maciel eram <i>gays</i> .
2018	Segundo Sol	Maura e Selma eram bissexuais.
2018	O Sétimo Guardião	Adamastor Davis Crawford era <i>gay</i> ; Marcos Paulo era transexual.
2019	A Dona do Pedaço	Agno era bissexual, Leandro era <i>gay</i> e Britney era transexual.
2021	Um Lugar ao Sol	Ilana era bissexual e Gabriela era lésbica.
2022	Pantanal	Zaqueu era <i>gay</i> .

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base no Portal Teledramaturgia.

O quadro 1 ilustrado anteriormente apresentou um resumo de 33 novelas do horário das oito e nove da TV Globo e os respectivos personagens da diversidade inseridos. Evidente que houve outras novelas com personagens LGBTQIA+, mas como dito anteriormente, as tramas em que estavam envolvidos foram incipientes e sem relevância.

Os personagens apresentados até a década de 1980 possuíam como peculiaridades o estereótipo caricato e sem muita profundidade, muito em função das restrições impostas pelos censores da Ditadura Militar. O autor da novela “Brilhante” (1981), Gilberto Braga, por exemplo, foi impedido de desenvolver melhor o drama de Inácio Newman com sua mãe e suas implicações com relação a sua homossexualidade. No final dos anos 1980, o mesmo autor em “Vale Tudo” buscou discutir as questões de sucessão entre casais homoafetivos, algo impensável para a época, restando a provocação que só seria legalizada no país entre 2011 e 2013.

Os personagens apresentados na década de 1990 trouxeram abordagens mais diversificadas como a intersexo Buba em “Renascer” (1993), tratada como hermafrodita, termo incorreto; Sarita Vitti, travesti em “Explode Coração” (1995) e a bissexualidade de Rafael em “Por Amor” (1997), porém sem muita repercussão. A relação de Sandrinho e Jefferson em “A Próxima Vítima” (1995) e de Leila e Rafaela em “Torre de Babel” (1998) foram mais polêmicas e abordadas pelo mesmo autor, Sílvio de Abreu. Na primeira, o autor ainda costurou o drama com a questão racial e de mobilidade social na cidade de São Paulo e os personagens caíram no gosto popular. Na segunda, o autor se viu obrigado a retirar da trama as personagens lésbicas e bem-sucedidas por conta da rejeição do público conservador e que não queria digerir a cotidianidade da relação de Leila e Rafaela e muito menos que elas formassem um triângulo amoroso com a personagem Marta, o estereótipo da esposa, mãe e avó dedicada da família tradicional paulistana.

Os anos 2000 representaram uma alavancagem nas abordagens e maior liberdade criativa dos autores, porém algumas muito tímidas e mal compreendidas. Temas como a bissexualidade de Catarina ou a opressão sobre Orlandinho, que era *gay*, em “A Favorita” (2008) e de Bernardinho em “Duas Caras” (2007) com um “trisal” amoroso, a relação de amor de Júnior e Zeca em “América” (2005), de Clara e Rafaela em “Mulheres Apaixonadas” (2003) e de Jeniffer e Eleonora em “Senhora do Destino” (2004) deram o que falar. Transversalmente, questões como terapias reversíveis proibidas no Brasil desde 1999, adoção por casais homoafetivos rechearam as abordagens e os entrecos nas telenovelas desta época, além do aguardado beijo entre Junior e Zeca que a TV Globo vetou no último instante da exibição do último capítulo de “América”.

Os anos 2010 representaram um marco na abordagem da diversidade sexual e de gênero com personagens memoráveis como Félix de “Amor à Vida” (2013) e o primeiro beijo *gay* no horário nobre global, a personagem *crossdresser*²¹ Xana Summer de “Império” (2014), a cena de assassinato explícito de um LGBTQIA+ em “Insensato Coração” (2011), o estereótipo *camp*²² de Crô em “Fina Estampa” (2011) e o “cancelamento”²³ de “Babilônia” (2015) com o beijo entre Fernanda Montenegro e Nathália Thimberg no primeiro capítulo. Os personagens transexuais ganharam protagonismo especialmente em “A Força do Querer” (2017) em que a autora Glória Perez narrou de forma bastante realística o drama de Ivan e da sua transição de gênero.

21 Pessoas dotadas de fluidez de gênero sem implicação na orientação sexual.

22 Estereótipo *camp* remete ao comportamento mais afeminado de homens *gays*.

23 Cancelamento é uma prática difundida nas mídias sociais pelo público que passa a ignorar ou desprezar alguma personalidade ou evento em função de um fato negativo de grande repercussão.

Os anos 2020 pós-pandemia ficaram marcados pelo hiato de ineditismo de novelas na TV Globo em função das restrições sanitárias no país, retomando o curso normal a partir do final de 2021 com três novelas inéditas, incluindo no horário das nove. A novela “Um Lugar ao Sol” trouxe a relação de Ilana e Gabriela que, de amigas do passado, médica-paciente na atualidade, se tornaram um casal fazendo com que Ilana abandonasse o casamento com Breno, causando uma discussão sobre dilemas conjugais e sobre a bissexualidade, ainda pouco compreendida e estigmatizada pela sociedade. Já o fenômeno “Pantanal” (2022), remake do sucesso exibido nos anos 1990 na Rede Manchete, trouxe o drama de Zaqueu, mordomo *gay* que vai morar no Pantanal com a patroa e sofre todo tipo de preconceito e discriminação dos peões e se apaixona por um deles, o que menos lhe despreza.

Nos períodos apresentados alguns personagens e abordagens representaram um desserviço para a discussão da diversidade sexual e de gênero. Isto porque algumas simplesmente se limitaram ao campo do difundido estereótipo do *gay camp* (afeminado) como no caso de Crô de “Fina Estampa” (2011). A transexualidade poderia ter sido melhor explorada e discutida em “Salve Jorge” (2012), apesar da proposta de Glória Perez de demonstrar que o tráfico humano não escolhe gênero e sexualidade e sim o que é mais lucrativo para os criminosos. No caso das duas últimas novelas de Walcyr Carrasco, “O Outro Lado do Paraíso” (2017) e “A Dona do Pedaço” (2019), apesar de ambas terem sido um enorme sucesso de público e faturamento, as discussões da diversidade sexual e de gênero ficaram relegadas ao campo do humor jocoso com personagens rasos, romantizados, com dramas reduzidos ao simplismo regados ao texto tatibitate característico do autor.

6 CONCLUSÕES

O trabalho de memória impresso no guia foi capaz não apenas de ilustrar os personagens da diversidade nas novelas das oito/nove, mas de retomar as abordagens e justificar a importância da telenovela para a memória social, deixando ser somente um mero entretenimento e assumindo o verdadeiro papel de transpositor de representações sociais para o imaginário dos telespectadores e dos interessados na apreciação.

A forma com que as novelas pensaram e trouxeram a diversidade sexual e de gênero mudou também, ou melhor, precisou mudar, com alguns casos episódicos de retrocessos apresentados, nada que descaracterizasse como produto do audiovisual capaz de dialogar com as massas sobre as questões reverberantes da diversidade e da inclusão essencialmente por ser uma obra aberta. A verdade é que o país, mesmo sendo um estado democrático de direito e constitucionalmente laico, ainda se vê à mercê de políticas e influências fundamentalistas de cunho moral que buscam censurar conteúdos culturais com a justificativa de que eles deturpam os valores da família tradicional, da moral e dos bons costumes. Vivenciou-se isso muito bem por mais de 20 anos durante a Ditadura Militar, mesmo assim parece muito vivo na sociedade esse preconceito, patriarcal, machista e de desprezo pela vida.

No entanto, a diversidade sexual e de gênero se viu retratada nas novelas das oito e das nove, com alguma profundidade em alguns casos de sucesso, rompendo tabus que pareciam irrompíveis como a exibição de um beijo *gay*, apesar do mero simbolismo representacional. De lá pra cá, muitos outros tabus foram desfeitos com relação à diversidade sexual e de gênero, apresentando temas delicados como a bissexualidade, transexualidade, a transgeneridade e o casamento homoafetivo como realidade, como normalidade em um estado que, por meio do Poder Judiciário, passou a tratar o LGBTQIA+ com mais respeito e com a dignidade que toda pessoa humana merece.

Nesse sentido, a memória social da telenovela mostrou-se capaz de inseri-la em um projeto de presente, capaz de oferecer compreensões sobre as raízes do preconceito com os LGBTQIA+ no país e os respectivos

e equivocados juízos de valor tecidos sobre a diversidade sexual e de gênero. Isso reforça a grandiosidade e a significativa relevância dos estudos de memória no Brasil e no mundo, mantendo vivo o espírito e o frescor da telenovela e de sua sumária importância para a cultura e para a sociedade brasileira em um todo.

REFERÊNCIAS

- AGUIÃO, S. Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. **Cadernos Pagu**, n. 46, 2016, p. 279-310.
- ALENCAR, M. A. **Hollywood Brasileira**: panorama da telenovela no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2004.
- ANDRADE, R. M. B. Telenovela e memória social. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, 2003, v. 16, n. 17. <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/149>>. Acesso em 05 mai. 2020.
- ASSMANN, A. **Espaços de recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- CAMPOS, L. F. L. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. 5. ed. rev. Campinas, SP: Alínea, 2015.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero uma perspectiva global**: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. 3. ed. São Paulo: Versos, 2015.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.
- LAPASTINA, A.; JOYCE, S. Changing GLBTQ representations: the sexual other in Brazilian telenovelas. **Revista Lumina**, v. 8, n. 2, 2014.
- LEAL, O. F. **A leitura social da novela das oito**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- MELLO, L.; *et al.* Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, n. 39, 2012.
- MEMÓRIA GLOBO. **Portal de Memória da Rede Globo**. Disponível em: <www.memoriaglobo.globo.com>. Acesso em 05 mai. 2020.
- NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Ann Khoury. In: **Les lieux de mémoire**. I La République, Paris, Gallimard, 1984, p. XVIII – XLII. Tradução autorizada pelo Editor. Editions Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, J. A. A construção discursiva e a recepção da homoafetividade na teledramaturgia brasileira: consumo, representação e identidade homossexual. **Tese**. Doutorado apresentada ao curso de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). São Bernardo do Campo: UMESP, 2014.
- SCIULO, M. M. O que significam as letras da sigla LGBTQI+? **Revista Galileu**. 17 de março de 2020. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/03/o-que-significam-letras-da-sigla-lgbtqi.html>>. Acesso em 2 fev. 2021.
- SILVA, F. N. Bicha nem tão má: Representações da homossexualidade na telenovela Amor à Vida. **Dissertação**. (Mestrado). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- XAVIER, N. **Portal Teledramaturgia**. Disponível em: <www.teledramaturgia.com.br>. Acesso em 05 mai. 2020.

RELENDO CONTOS DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA SOB A ÓTICA DA MEMÓRIA E OBJETOS

Denise Bock de Andrade

Lúcia Regina Lucas da Rosa

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta a temática da memória ancorada em objetos presentes em contos da literatura afro-brasileira. O objetivo geral consiste em analisar e relacionar esses objetos com as memórias das personagens em três contos: *No jardim*, de Tônio Caetano, publicado na obra *Terra nos cabelos* (2020); *Das águas*, de Cristiane Sobral e *Primeiras lembranças*, de Geni Guimarães, publicados pela Editora Malê, na coletânea *Olhos de Azeviche: dez escritoras que estão renovando a literatura brasileira* (2017), organizada por Vagner Amaro. Os objetivos específicos são: identificar a presença de objetos marcantes na vida das personagens e analisar sua relação com a memória.

A justificativa para a escolha do tema está relacionada aos estudos de memória e literatura afro-brasileira. No fazer literário das escritoras (es), revela-se uma multiplicidade de narrativas que constroem personagens femininas, cuja análise demanda um olhar reflexivo para as protagonistas, uma vez que suas memórias estão ancoradas em objetos com os quais mantêm relações ora conflituosas, ora conciliatórias. A metodologia adotada neste estudo é a pesquisa bibliográfica, realizada através de artigos publicados em endereços eletrônicos e revistas com enfoque da memória ancorada em objetos. A perspectiva teórica está pautada em Duarte (2014), Moisés (2004), e Evaristo (2020), em relação aos estudos literários. Bosi (2003), Assmann (2018) e Pollack (2007), pelo viés da memória.

Nos contos analisados, identificamos memórias ancoradas em objetos marcantes que auxiliam no processo de rememoração das personagens. Articulados ao presente momento, esses objetos vão sendo ressignificados, revelando sentimentos das personagens.

2. MARCO TEÓRICO

Situando o panorama dos estudos literários, lançamos um olhar para a Literatura Brasileira Contemporânea e constatamos um aumento significativo da participação de escritoras (es) negros. Enquanto lançam dúvidas sobre existir ou não uma literatura afro-brasileira, cresce o número de publicações tanto em coletâneas organizadas pelos próprios escritores, quanto publicações em grandes editoras. Embora essas produções literárias sejam contundentes, permaneceram invisíveis os compêndios da história da literatura brasileira.

A indagação de Eduardo de Assis Duarte (2014) sobre a literatura ter ou não uma cor, torna-se pertinente para estudo em questão. De acordo com o teórico, a cor remete à identidade, a valores e símbolos construídos por meio da linguagem. Assim, a literatura afro-brasileira expressa uma visão de mundo construída por meio de um discurso do qual há uma identificação com a trajetória dos africanos escravizados. O prefixo “afro”, salienta Duarte, ganha um teor crítico, pois revela experiências de um ponto de vista específico. Tal perspectiva permite que a escrita seja diferente daquela que predominou nos fundamentos da literatura, pois a linguagem opera como uma ferramenta na desconstrução e subversão de estereótipos. Sob a perspectiva da linguagem, enfatizamos como a alegoria - como destaca Moisés (2004, p. 15) - “consiste num discurso que faz entender outro, numa linguagem

que oculta outra”. Sobre o ponto de vista da escritora Conceição Evaristo (2020), no fazer literário encontram-se componentes que mesclam a experiência da escrita e da vivência. Assim, a chamada *escrevivência* é um termo cujo conceito ainda em construção pode referenciar-se à produção literária de mulheres negras. Para Evaristo, a linguagem opera como um instrumento de ressignificação dos sujeitos.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais (EVARISTO, 2020, p. 30).

Da mesma forma que os autores Duarte e Moisés mencionaram o significativo papel da linguagem na (des) construção de significados, Evaristo frisa que a *escrevivência* dessas mulheres vem rasurar a imagem de um passado escravocrata. É significativo que Evaristo mencione também a condição de seus antepassados. No trecho, ao mencionar que “ontem nem a voz pertencia”, e, “hoje a letra, a escrita nos pertencem”, a escritora ressalta a valorização da escrita sem esquecer a potência da oralidade.

Para Maria Nazareth Soares Fonseca (2020a), os sentidos da *escrevivência* estão em construção. Em uma concepção inicial, a palavra *escrevivência* estaria relacionada à produção literária de mulheres negras que busca rasurar sentidos do imaginário que enxerga o (a) negro (a) desempenhando funções determinadas pelo sistema escravocrata. Em geral, Fonseca demonstra que a escrita literária das mulheres negras busca rever a história da escravidão narrada sob um novo prisma.

Cabe articular os estudos de história e memória. Maurice Halbwachs, pioneiro nos estudos de memória, reconheceu o caráter coletivo da memória ao referir-se aos “quadros sociais”. Já a Memória Social, enquanto campo de estudo, é, de acordo com Le Goff (2003, p. 422), “um dos meios de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. A definição de memória social no *Dicionário de expressão da memória social, dos bens culturais e da cibercultura* (2017) dialoga com essa perspectiva. O ato de rememorar atravessa grupos sociais e a memória é compartilhada pelas gerações futuras. Zilá Bernd (2017) enfatiza que o processo de rememoração se dá por meio do compartilhamento das vivências de um grupo social. Por outra ótica, Michael Pollak (1989, p. 4), denomina como as memórias subterrâneas fazem “parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso da memória nacional”, mesmo quando relegadas ao silêncio, essas memórias cumprem um papel de se opor à memória oficial, operando como um instrumento de subversão. Assim, ao emergirem, podem desestabilizar fatos, questionando como o social foi construído.

Fonseca (2020b, p. 191) destaca que as memórias subterrâneas vêm registrar “a fala dos que vivem vidas tão pequenas, que se perdem na permanência da vida. Para a autora, a escrita cumpre a função de “rasurar a cena” construída pelo poder. Na escrita, outras versões da história são elaboradas, permitindo a experiência de sujeitos que vivem marginalizados e esquecidos sejam postas em evidência as condições de vida desfavoráveis. Na esfera da memória cultural, Zilá Bernd salienta que os teóricos de hoje se debruçam sobre os estudos da memória social a denominam como:

tudo aquilo que escapa ao registro oficial, como o residual, o que foi obliterado ou que se tentou apagar. a assim chamada memória cultural incorporaria os elementos que pertencem à esfera do sensível e do simbólico e que escapam ao registro hegemônico do poder e sua tentativa de construção de uma identidade nacional em termos de totalização (BERND, 2018, p. 21).

Caracteriza-se como memória cultural elementos que se encontram em um estado de latência, incorporando

elementos que não estão nos registros do poder hegemônico. Esses elementos são encontrados em ritos, textos e objetos que operam como gatilhos, acionando significados que remetem às lembranças.

Aleida Assmann (2003, p. 284), substitui a noção de memória enquanto armazenador pela perspectiva de reconstrução, assim, as “recordações enfatizam que a memória sempre está submetida aos imperativos do presente”. Sendo assim, “afetos, motivações e intenções atuais são os vigias do recordar e esquecer”. Por este viés, este estudo pretende analisar objetos que operam como gatilhos das memórias das personagens em três contos selecionados. Nos contos analisados, as personagens narram fatos de seu cotidiano cujas lembranças estão ancoradas em objetos.

Há significados introduzidos nos objetos biográficos, como aponta Ecléa Bosi (2003, p. 26) visto que “cada um desses objetos representa uma experiência vivida, uma aventura afetiva”. Ao rememorar as histórias de suas vidas e as de sua família, as personagens dos contos referem-se a objetos “guardados na memória”.

3 A MEMÓRIA SOB A PERSPECTIVA DOS OBJETOS EM CONTOS DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Sob a perspectiva da memória ancorada em objetos, analisamos o conto *No jardim*, de Tônio Caetano, publicado na coletânea *Terra nos cabelos* (2020). As lembranças da narradora-personagem giram em torno da ausência da mãe. Há, entretanto, objetos dos quais a protagonista vai ancorando suas memórias e relembando momentos de sua infância, reconstruindo, através de vestígios memoriais, a imagem da mãe. É através dos restos, dos vestígios, que a narradora tece no imaginário a lembrança da mãe. No início do conto, a narrativa é ambientada na casa da narradora, indicando alguns pertences de sua mãe. A memória da protagonista é ancorada em uma coleção de moedas armazenadas em potes.

Guardava moedas, desde nova. Disse-me ter aprendido o hábito com sua mãe, e esta com a mãe dela, dando assim continuidade a uma linhagem muito antiga de mulheres guardadoras de moedas. Aquilo me fascinava e, por onde andava, também catava os pequenos círculos de metal (CAETANO, 2020, p. 15-16).

A tensão do conto vai sendo construída quando a “história da mulher dos vidros de moeda se espalhou pela vila” (p. 16). A compra de um vestido amarelo com detalhes brilhantes desencadeia o conflito do conto. Observando agora a conduta da mãe, a protagonista passa a contemplá-la cantando e rodopiando no jardim: “tinha a impressão de que seus pés negros flutuavam do chão, quando, entre um rodopio e outro, o vestido se armava por inteiro” (p. 16). A narrativa, entretanto, ganha um tom de suspense quando a mãe anuncia sua partida. “Feito passarinho que pula do ninho, ela anunciou que ia embora” (p. 16). Assim, entre lembrar e esquecer, a narradora vai inventariando suas memórias: “ainda hoje sonho com a sombra dela contra o sol balançando feito manto de santa a desaparecer no horizonte” (CAETANO, 2020, p. 17)²⁴.

Além de manter viva a lembrança da mãe, cabe salientar que a ausência da mãe se estende também aos familiares. Há formas de rememorar compartilhadas pela família que se resguardam ao silêncio.

Quando as pessoas silenciavam, o vento violentava as roseiras e trazia o perfume dela para dentro de casa. Só nesses momentos perfumados que nossos olhares e pensamentos se buscavam. Daí papai coçava a barba, meu irmão se fechava no quarto para ler as mesmas revistas de mocinho e bandido da infância e eu ia para o jardim arrancar os inços de fofoca e regar as plantas com nossa saudade (CAETANO, 2020, p. 17-18).

Por outro lado, há outros objetos que circulam na família como as fotografias que também vão sendo descartadas.

24 Optou-se por inserir o nome do autor na última citação para evitar repetições.

Na esperança de diminuir as palavras do pensamento, papai decidiu destruir tudo em casa que a lembrasse. Primeiro obrigou-nos a rasgar em pedaços pequenos as fotos e depois jogá-las no balde de lata. Dentro do balde, o fogo eliminava qualquer possibilidade de recuperação do que fomos. Quando um pedacinho dela caía no chão, ele o juntava e devolvia ao fogo. Depois, construiu uma oficina onde antes era o jardim (CAETANO, 2020, p. 18).

Em outro exemplo, como observou Assmann, a memória pode estar submetida aos imperativos do presente. O desfecho do conto revela que a narradora buscou ressignificar suas memórias de “menina abandonada entre rascunhos de vida que não iam adiante. Não me tornei uma mulher triste, apenas tentei conservar o que pude do passado” (CAETANO, 2020, p. 18). A narrativa segue para uma conciliação entre passado e presente. Uma peculiaridade do conto é que a narradora declara não gostar mais de moedas e vestidos, atenuando suas angústias e apaziguando as lembranças dolorosas.

Hoje, nesta casa cercada por muros, a voz dela me visita quando estou distraída. Às vezes, nas manhãs frias, tenho a impressão de ver seu corpo brilhoso indo em direção ao jardim da infância, um perfume de rosas que me acompanha o dia inteiro (CAETANO, 2020, p. 19).

Como o próprio título do conto destaca, a ressignificação das memórias é marcada por deslocamentos e objetos que vão lhe conferindo outras formas de relembrar. Assim, o processo de rememorar desloca-se por outras perspectivas. Trata-se de um conto sinestésico, em que o jogo de lembrar e esquecer auxilia a personagem a dar novos significados à ausência da mãe de maneira que possa mantê-la viva em suas memórias.

Já nos contos que compõem *Olhos de Azeviche: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira*, publicada pela Editora Malê em 2017, organizada por Vagner Amaro, cabe uma análise de outros objetos marcantes. O conto *Das águas*, de Cristiane Sobral, apresenta as dúvidas e incertezas da protagonista Omi, mulher negra, estudante de medicina, marcada por dilemas e contradições. Ao leitor é apresentado um cenário de lutas da personagem que trava uma batalha contra si mesma ao se ver em um universo múltiplo que salta aos olhos da protagonista. Sua ambivalência, é porém, o impulso que ganha força na narrativa. Os acontecimentos que marcam a identidade de Omi giram em torno das contrariedades. Em um cenário ambientado pela hostilidade, o conto vai revelando as incertezas que atravessam a individualidade. O conflito em frequentar a faculdade de medicina, já que “mulher em um mundo onde reinavam machos” (p. 49) já nos revela a complexidade de Omi. Por outro lado, há a presença de alguns adjetivos como “hiperbólica, opulenta, justamente em um país de modelos europeus predominantes, cada vez mais esquálidos” (SOBRAL, 2017, p. 49). Em um jogo dialético, o conto revela um conflito com seus espelhos, ou seja, com sua identidade. A tensão focaliza-se nas aparências impostas e pelo fato de ser a única estudante negra do curso de medicina. Entre um dilema e outro, a protagonista pensava em desistir. Certo dia, no percurso até à Universidade, sentiu-se atraída pelo “rio de sua infância” que lembrava os momentos de afetos com os mais velhos. Foi assim que Omi

ouviu o insistente chamado do seu corpo a reivindicar o encontro com aquelas águas. Ao enxergar sua imagem nos espelhos de Oxum viu seus antepassados em uma terra distante em algum pedaço do imenso solo africano, seu povo guerreiro vivendo em tempos de fartura, de produção de conhecimento e dignidade humana. Sua identidade, antes fragmentada, foi enfim revelada (SOBRAL, 2011, p. 51-52).

Como referência aos antepassados, o mergulho revela um encontro com a ancestralidade de Omi. Na memória ancorada em espelhos, lembrou-se de que fazia parte de uma longa trajetória de lutas. De acordo com Rosa e Graebin (2021, p. 92),

[...] há objetos biográficos marcantes na vida das personagens, isto porque coisas e pessoas estão intimamente relacionadas e as primeiras são ancoragens de memórias, pois tanto auxiliam no processo de rememoração quanto no de narrar algo sobre seus proprietários.

A ancoragem das memórias de Omi está nos espelhos, o conflito com o espelho revela a fragmentação da identidade cultural da protagonista, entretanto, a personagem relembra, vê através dele a cultura, a memória e a ancestralidade. De acordo com Chagas e Rosa (2021, p. 232) “é possível identificar os rastros-resíduos de suas memórias ancestrais através de suas línguas, de suas religiosidades, de suas formas de ler, interpretar e recriar o mundo”.

Já no conto *Primeiras lembranças*, de Geni Guimarães, originalmente publicado no livro *A cor da ternura* (1989), revelam as memórias da tenra idade da narradora. A narrativa é ambientada em momentos fraternos com a mãe, cujas memórias estão ancoradas no peito da mãe. Como o título sugere, *Primeiras lembranças*, expõem uma tomada de consciência da protagonista que vai percebendo o distanciamento da mãe, sem compreender os motivos. Contrariada por não poder amamentar-se no peito, a protagonista vai tecendo suas memórias e desentendimentos após ver a mãe lhe negar o peito.

A chegada do irmão provoca ressentimentos na protagonista, que observa o afastamento da mãe, isto porque “as coisas começaram a mudar. Era só eu querer mamar, ela se esquivava” (p. 98). Certo dia, a narradora é compelida a realizar uma promessa ao perceber o sofrimento da mãe durante o parto. “Tapei os ouvidos com o travesseiro e só deixei os olhos a descoberto, que marejados de lágrimas acompanharam a chegada de meu pai” (p. 101). Entre uma promessa e outra, a narradora compromete-se em “daqui para frente vou falar Jesus e doce de leite para ele” (GUIMARÃES, 2017, p. 102)⁴, porém, viu-se descompromissada ao ver que o irmão era negro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas produções literárias analisadas, identificamos a presença de personagens femininas cujas memórias estão ancoradas em objetos que perpassam por um constante processo de resignificação. Buscou-se mostrar como objetos tornam-se dinâmicos nas formas de lembrar e esquecer, deslocando memórias de modo singular entre as personagens. As narradoras buscam reconhecer no presente, fatos de um tempo pretérito. A protagonista do conto, *No jardim*, vai tecendo as memórias que remetem à ausência da mãe por meio de objetos como potes de vidros com moedas e um vestido amarelo com detalhes brilhantes.

Suas memórias transitam também por lugares como no jardim da casa. Conciliando-se com o presente, lembra da mãe através do perfume de rosas. A protagonista do conto *Das águas* a ancestralidade e a memória de Omi está metaforizada através do espelho. O contato com esses elementos fez com que a personagem lembrasse de seus antepassados, conferindo-lhe a possibilidade de reorganizar-se no plano psíquico e material. Em *Primeiras lembranças*, a narradora focaliza na relação conflituosa com sua mãe e seu irmão, reconstruindo, repensando as memórias e as experiências do passado.

REFERÊNCIAS

- AMARO, V. (org.). **Olhos de azeviche**: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira - contos e crônicas. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2011.
- BERND, Z. **A persistência da memória**. Romances da anterioridade e seus modos de transmissão intergeracional. Porto Alegre: Besouro Box, 2018.

- BERND, Z. Memória cultural. In: BERND, Zilá; KAYSER, Patrícia (org.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas (RS): Editora Unilasalle, 2017.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios e psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CAETANO, T. **Terra nos cabelos**. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- CHAGAS, W. S.; ROSA, L. R. L. da. Rastros memoriais da diáspora afro-atlântica no conto “Das águas” de Cristiane Sobral. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOCIOLOGY OF LAW, 6., 2021, Canoas, Rio Grande do Sul. **Anais** [...]. Canoas, Rio Grande do Sul: Editora Unilasalle, 2021. p. 219-236. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11690/2993>>. Acesso em: 22 set. 2022.
- DUARTE, E. de A. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. Literafro, 02/03/2020. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>>. Acesso em: 22 set. 2022.
- EVARISTO, C. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina, 2020. p. 26-46.
- FONSECA, M. N. S. Posfácio: costurando uma colcha de memórias. In: EVARISTO, C. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2020b. p. 191-198.
- FONSECA, M. N. S. Escrevivência: sentidos em construção. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina, 2020a. p. 58-73.
- GUIMARÃES, G. Primeiras lembranças. In: AMARO, V. (org.). **Olhos de azeviche**: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira - contos e crônicas. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 97-103.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Trad. Por Bernardo Leitão e outros. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- MASSAUD, M. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. rev e ampl. São Paulo: Cultrix, 2004.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.
- ROSA, L. R. L. da.; GRAEBIN, C. M. G. Narrativas de protagonismos: memórias de mulheres negras em “Olhos de azeviche”. **Revista 236 Textura On-line**, Canoas: ULBRA, v. 23, n. 56. 2021. Disponível em: <<http://posgrad.ulbra.br/periodicos/index.php/txra/article/view/6687/4210>>. Acesso em: 19 set. 2022.
- SOBRAL, C. Das águas. In: AMARO, V. (org.). **Olhos de azeviche**: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira - contos e crônicas. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 49-52.

INFLUÊNCIAS DA CULTURA E MEMÓRIA NA APRENDIZAGEM E ESCOLHA DA CARREIRA: UM ESTUDO COM ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE FORQUILHINHA - SC

Rosane de Oliveira

Rute Henrique da Silva Ferreira

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de um projeto de pesquisa que visa investigar a influência da cultura e da memória na escolha da carreira por parte de estudantes de uma escola pública, analisando as características identitárias por meio de registros de memória e narrativas de pessoas que passaram pela instituição.

A Escola de Educação Básica Natalio Vassoler, localizada na Rua Ivanir Brunelii Lazzarin, bairro Vila Franca, é a escolhida para realizar este trabalho. Esta escola está situada no município de Forquilha que localiza-se na mesorregião Sul de Santa Catarina e na região do Carbonífero Metropolitano. A população estimada de Forquilha é de 27.621 pessoas (IBGE, 2022). A EEB Natálio Vassoler foi fundada em 15/02/1962 como Escola isolada Vila Franca e iniciou suas atividades com 22 alunos. Depois, em 19/07/81 passou a se chamar Grupo Escolar Natálio Vassoler atendendo alunos de 1ª a 4ª série, do ensino Fundamental. Na data 21 de março de 1989 houve a mudança para Escola Básica Natálio Vassoler atendendo os alunos até os anos finais do Ensino Fundamental. No ano de 2000 começou a atender alunos do Ensino Médio e passou a ser chamada de Escola de Educação Básica Natalio Vassoler, completando em 2022, 60 anos. Ela é considerada como a maior escola da cidade. Oferece aulas nos turnos matutino, vespertino e noturno. A escola tem atualmente 1280 alunos; 447 deles são estudantes do ensino médio. São 32 professores permanentes, 66 professores temporários (ACT), 4 funcionários terceirizados de serviços gerais, 5 administradores permanentes, 1 diretora geral, 2 assessores de direção e 2 vigilantes terceirizados. Esta escola foi escolhida devido ao fato de lecionar como professora efetiva de matemática desde 1º de março de 1999.

Fico incomodada em ver alunos capazes de progredir academicamente se conformar com a crença de que não podem frequentar cursos superiores. Isso se deve, supostamente, a condições relacionadas ao seu ambiente, história familiar, religião, classe social e nível escolar da família. Diz-se que esses supostos obstáculos interferem no entusiasmo e na capacidade de aprendizado dos alunos. Este estudo tem como objetivo investigar as características identitárias dos sujeitos a acreditar ser possível concluir uma graduação, independente da sua classe social ou do histórico familiar acadêmico.

1.1 Justificativa

Tendo em vista a falta de interesse/vontade dos alunos da Escola de Educação Básica Natálio Vassoler em não querer estudar e aqueles que concluíam o Ensino Médio em continuar os estudos acadêmicos e ingressar em um curso superior, surgiu a ideia de pesquisar o que acontecia com esses alunos que causava a desistências ou não o estimulava a estudar.

Na escola estudada, tem muitos alunos com potencial acadêmico, mas totalmente desinteressados até em completar o Ensino Médio, vindo pra escola apenas porque a legislação os obriga.

Por isso o tema “Como a cultura influencia na aprendizagem” ajudaria a entender a realidade e a cultura

em volta desses alunos, onde frases como: “seus pais não estudaram, você também não precisa estudar ou o estudo são para os ricos” geram um ambiente desmotivador para estudo. Deixando os alunos acomodados e desmotivados para seguir os estudos.

A intenção é verificar como esse ambiente e histórico familiar, o nível escolar e social dos pais interferem no interesse e na aprendizagem dos alunos, analisando a identidade de cada aluno, a identidade familiar e suas relações com ambiente escolar.

Conforme Halbwachs (2006) o lugar recebe a marca do grupo e o grupo recebe a marca do lugar, que ambos se influenciam. Sendo assim, de acordo com o pensamento do mesmo, cada aspecto e detalhe deste lugar tem um sentido inteligível apenas para os membros do grupo. Halbwachs (2006) salienta que a memória coletiva e o ambiente material podem mudar com acontecimentos que modifiquem o ambiente em que este grupo convive.

1.2 Objetivos

Esse trabalho pretende adquirir dados para traçar estratégias que possam modificar essa cultura já enraizada nas famílias, melhorar a relação entre professor e aluno, dando a comunidade escolar opções de como melhorar as práticas pedagógicas da escola. Isso ajudaria a aumentar a autoestima do aluno e de seus familiares, dando a eles embasamentos de que é possível atingir um nível superior de escolaridade, independente da sua classe social ou do seu histórico familiar acadêmico.

Tem como objetivo geral identificar a influência da cultura na escolha de um curso técnico ou uma graduação, a fim de aumentar o índice de alunos frequentando cursos técnicos e de graduação, dando a eles embasamentos de que é possível concluir uma graduação, independente da sua classe social ou do histórico familiar acadêmico.

Como objetivos específicos, destacam-se: verificar como o ambiente e o histórico familiar, o nível escolar e social dos pais interferem no interesse e na aprendizagem dos alunos, analisar traços identitários dos alunos e seus familiares e suas relações com ambiente escolar; delinear estratégias que possam modificar essa cultura, já enraizadas nas famílias: oferecer a Unidade Escolar alternativas de como melhorar as práticas pedagógicas da escola; comunicar os achados para os atuais alunos da escola em forma de um ciclo de palestras com a temática da influência das questões sociais, culturais e memórias nas escolhas acadêmicas.

2 METODOLOGIA

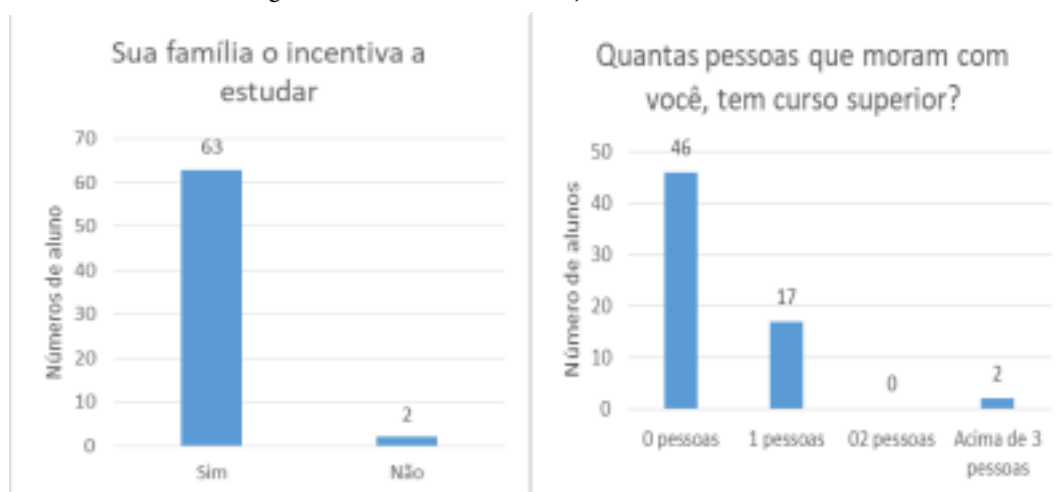
Propõe-se desenvolver uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso com pesquisa de campo (GIL, 2002). Para dar suporte, será realizada uma revisão de literatura alicerçada em quatro grandes pilares - memória, identidade, escola e escolha de carreira. Será aplicado um questionário (YIN, 2016), aos alunos regularmente matriculados na escola no ano de 2022 e entrevistas com pessoas que já passaram pela escola (ALBERTI, 2013; YIN, 2016). Para a análise dos registros de memória, a seleção das fontes será feita no arquivo pessoal dos entrevistados, acervo documental da escola e da Secretaria Estadual de Educação. A partir das entrevistas serão escolhidos ex-alunos e professores para relatarem suas experiências em um ciclo de palestras sobre a escolha da carreira.

3 RESULTADOS PRELIMINARES

A fase inicial da pesquisa foi exploratória, onde se propôs abranger um número grande de sujeitos por

meio da aplicação de questionários (FIORENTINI; LORENZATO, 2007). O questionário foi realizado com alunos do terceiro ano do Ensino Médio da EEB Natalio Vassoler, a escola possui 94 alunos matriculados nesta série, dos quais 25 alunos estudam período matutino e 69 alunos estudam período noturno e desses alunos, 65 responderam ao questionário, ou seja, 69% dos alunos concluintes, com média de idade 17,5 anos. Os que não responderam ao questionário foi porque não compareceram à aula no dia da aplicação do questionário. Dos alunos que frequentam o período matutino 17 responderam ao questionário e, dos que frequentam período noturno 48 responderam o mesmo questionário. Podemos verificar que a maioria tem apoio da família para estudar, embora eles não possuam um curso ensino superior, como mostra a figura 1.

Figura 1 – Incentivo e Formação Acadêmica Familiar

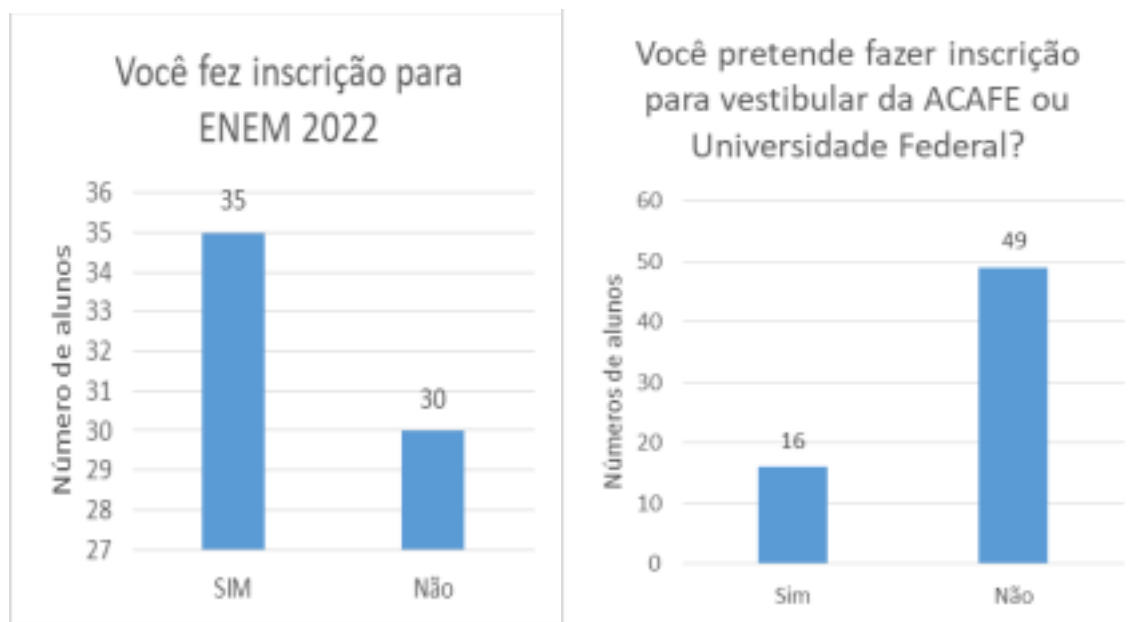


Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Algumas dificuldades foram observadas, como o fato de que a grande maioria está inserida no mercado de trabalho e a falta de recursos financeiros da família para ajudá-los a pagar estudos universitários é um dos impedimentos para o ingresso ao curso superior.

Numa primeira análise, se tem a impressão de que esses dados refutaram minhas hipóteses iniciais de que como os pais não têm um curso superior não incentivam seus filhos a estudar. Vemos que as respostas ao questionário mostraram que a falta de estudo dos pais é um dos principais incentivos para seus filhos, embora a situação financeira seja um dos impedimentos para esses alunos entrarem no ensino superior, pois 80% dos alunos trabalham fora para ajudar a família e se manterem. No entanto, observa-se que apenas 53,8% dos alunos fizeram inscrição no ENEM e menos de 25% pretende fazer vestibular da ACAFE ou Federal, conforme mostra a figura 2.

Figura 2 – Inscrição em Processos Seletivos



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Esses números são muito baixos, considerando que os alunos participantes da pesquisa estão na idade certa para cursar o 3º ano do Ensino Médio. Esse fato nos faz supor que, embora a família os incentive a continuar os estudos, ela não conhece as possibilidades que podem ser consideradas para a continuidade dos estudos de seus filhos. Cultura e educação estão organicamente ligadas; isso porque declarar que alguém está educando alguém pressupõe que ambas as partes já possuem os conhecimentos, valores e crenças necessários para se transformar em um indivíduo mais culto. Alternativamente, isso pode ser visto como dominação escolar; para educar alguém, é necessária a comunicação, transmissão e aquisição de dados educacionais. Forquin (1993, p. 24) afirma essa ideia: “Educar, ensinar, é colocar alguém em presença de certos elementos de cultura a fim de que este alguém deles se nutra, os incorpore à sua substância e construa sua identidade intelectual e pessoal em função deles”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo tem como objetivo geral identificar a influência da cultura na escolha de um curso técnico ou uma graduação, a fim de aumentar o índice de alunos frequentando cursos técnicos e de graduação, dando a eles embasamentos de que é possível concluir uma graduação, independente da sua classe social ou do histórico familiar acadêmico. Para a realização do trabalho foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso com pesquisa de campo na Escola de Educação Básica Natalio Vassoler localizada na Rua Ivanir Brunelii Lazarin, bairro Vila Franca no município de Forquilha, que se encontra na mesorregião Sul de Santa Catarina e na região do Carbonífero Metropolitano.

Conforme exposto, podemos prever que a cultura tem uma função significativa no processo de aprendizagem, pois concede não somente a socialização, mas também a discussão de diferentes conhecimentos no ambiente escolar, por meio de índices culturais podemos ilustrar diversos tópicos, de diferentes formas e disciplinas do currículo escolar. O ensino cultural tem o poder de incorporar diversos saberes e trazê-los para a discussão em sala de aula, mas para que isso aconteça é preciso formar o professor para poder ter um novo olhar sobre a cultura em sala de aula. Sabemos que esse é o papel da escola na sociedade do conhecimento, mas também é dever da escola

levar em conta as expressões culturais como forma de ensinar e socializar os alunos.

A cultura é entendida como um componente que nutre o processo de ensino e aprendizagem, pois proporciona alguns meios de discussão em sala de aula. Em prol do desenvolvimento deve-se eliminar o caráter excludente de algumas escolas e currículos tradicionais, que reproduzem desigualdades sociais com modelos culturais longínquos da realidade dos alunos. Para que exista uma cooperação entre cultura e educação, é preciso deixar de lado certos estereótipos ainda perambulando na mente de alguns educadores e alunos, nos quais apenas as festas populares e as datas comemorativas tradicionais são legitimadas como cultura. Culturas como nascente de riqueza que pode ajudar no processo de ensino-aprendizagem, mas para que exista essa integração entre cultura e educação, é preciso criar novas metodologias para que o professor disponha trabalhar apropriadamente. Ainda há uma necessidade urgente de investir na formação de professores, como mostra esta pesquisa, a maioria dos professores reconhece a necessidade de adquirir uma formação adequada para que possam trabalhar os temas propostos de forma frutífera.

Conclui-se que a cultura é o componente indispensável do processo ensino aprendizagem e que a escola deve integrá-la em sua circunstância e, conseqüentemente, deve estar inserida nos programas escolares, projetos e demais atividades educacionais, para que o aluno possa se socializar e que outras culturas também podem ter seu lugar no ambiente escolar. Candau (2012) afirma que “Cultura é um fenômeno plural, multiforme que não é estático, mas que está em constante transformação, envolvendo um processo de criar e recriar”.

Com os resultados encontrados espera-se contribuir para planejar estratégias que possam aumentar os números de alunos cursando cursos técnicos e de graduação, elevando a autoestima do aluno e de seus familiares, mostrando que é possível atingir um nível superior de escolaridade, independente da sua classe social ou do histórico acadêmico de sua família. Também se almeja mostrar este estudo aos atuais alunos da escola citada neste artigo em forma de um ciclo de palestras com a temática da influência das questões sociais, culturais e memórias nas escolhas para futuro acadêmico.

REFERÊNCIAS

- FIorentini, D.; Lorenzato, S. **Investigação em Educação Matemática**: percursos teóricos e metodológicos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/forquilha.html>>. Acesso em: 14 mai. 2023.
- YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

Sobre Autores

Ana Cristina Freitas - Mestranda em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle Canoas, graduada em Letras Francês-Português e Literaturas (UFRGS), especialista em Docência no Ensino Superior (PUCRS). Professora de Língua Francesa na Universidade Feevale.

Andrea Guedes - Graduada em Educação Física (UNISINOS), Especialista em Saúde na Adolescência (ULBRA), Especialista em Marketing Esportivo (Faculdade SENAC/RS), MBA em Gestão Empresarial (UNISINOS), Mestranda em Memória Social e Bens Culturais (Universidade La Salle). E-mail: <andrea.200615081@unilasalle.edu.br>.

Arilda Araújo Lopes - Professora na escola Eeb Gov Irineu Bornhausen, mestranda em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

Cleber Gibbon Ratto - Pesquisador do CNPq e professor do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado/Doutorado) da Universidade La Salle (UNILASALLE).

Cleberli Fabiano Costa de Arruda - Doutorando em Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle, Canoas. Mestre em Gestão e Negócios pela Unisinos. Graduado em Administração, Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas, CELER/FACISA.

Cleusa Maria Gomes Graebin - Doutora em História. É docente e coordenadora do Curso de História na Universidade (UNILASALLE), atuando também como coordenadora no PPG em Memória Social e Bens Culturais. É coordenadora do Museu Histórico La Salle.

Cristiane Cristofolini - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle, Canoas/RS.

Cristina Vargas Cademartori - Dra. em Ecologia e Evolução da Biodiversidade. Docente do PPG em Memória Social e Bens Culturais. Universidade La Salle. E-mail: <cristina.cademartori@unilasalle.edu.br>.

Denise Bock de Andrade - Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle.

Diego Floriano da Rocha - Mestre em Avaliação de Impactos Ambientais. Doutorando em Memória Social e Bens Culturais. Universidade La Salle. E-mail: <diego.floriano89@yahoo.com>.

Edilson do Valle Kayser - Mestrando da Universidade La Salle - Canoas, Brasil. Especialização em Engenharia dos Transportes pela Universidade Federal do Pará, Brasil (1997).

Judite Sanson de Bem - Pós-doutorado em Geografia, Doutorado em História Ibéro-Americana, Mestrado em Economia Rural, Bacharelado em Ciências Econômicas. Professora do PPG em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. E-mail: <judite.bem@unilasalle.edu.br>.

Julcireny Braga Sarkis - Mestranda em Memória Social e Bens Culturais na Universidade LaSalle. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2013).

Leila Borges - Mestranda em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

Lúcia Regina Lucas da Rosa - Doutora (2012) e Mestre (1996) em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, área de Literatura Brasileira, Especialização em Reconstruindo o ensino de língua e literatura pelo Centro Universitário La Salle (1998). Professora e coordenadora do curso de Letras na Unilasalle.

Luciana Costa Martinelli - Professora de Língua Portuguesa na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina. Licenciada em Letras (UNISUL) e especialista em Língua Portuguesa (FACULDADE AMPARENSE). Mestranda em Memória Social e Bens Culturais (UNILASALLE).

Luzia Crepaldi - Menstranda em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle. Especialista em Ensino da Arte. Graduada em Educação Artística com habilitação Artes Plásticas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Diretora na EEB de Meleiro, Santa Catarina.

Maiara Escouto Batista - Professora de Língua Portuguesa, nas redes públicas municipais de Sapiranga e Sapucaia do Sul, graduada em Letras (Português, Espanhol e Literatura), mestranda em Educação pela Universidade La Salle.

Maria de Lourdes Borges - Pós-doutora em Responsabilidade Social Universitária na Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (Chile). Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS). Mestra em Administração. Especialista em Gestão de Pessoas. E-mail: <maria.borges@unilasalle.edu.br>.

Marileia Silvano dos Santos - Mestranda em Memória Social e Bens Culturais da Unilasalle, professora na rede municipal de ensino de Balneário Gaivota.

Moisés Waismann - Pós-Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2013).

Odete das Neves Krüger - Pedagogia Uniasselvi; Neuropsicopedagoga, Especialização Uniasselvi; Especialização em Tecnologias digitais aplicadas à educação - Universidade Luterana do Brasil; Acadêmica no Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais – Universidade La Salle.

Pamella Bauer Velasco - Mestranda em Direito e Sociedade pela Universidade La Salle na linha de pesquisa Sociedade e Fragmentação do Direito, sob orientação da Prof^a. Dra. Paula Pinhal de Carlos. Bolsista CAPES/PROSUC.

Paola Verdun - Doutoranda em Memória Social e Bens Culturais na Universidade La Salle. Mestra em Educação e Licenciada em Dança pela ULBRA. Professora de Dança, Pilates e Yôga. E-mail: <paola.202210698@unilasalle.edu.br>.

Patrícia Kayser Vargas Mangan - Doutora em Engenharia de Sistemas e Computação pela COPPE/Sistemas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestra e Bacharel (1995) em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade La Salle (UNILASALLE).

Paula Pinhal de Carlos - Doutora em Ciências Humanas pela UFSC, com período sanduíche realizado no INED, em Paris (França). Pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Toulouse (França). Líder do grupo de pesquisa CNPq Efetividade dos direitos e Poder Judiciário. Professora permanente do PPG em Direito da Unilasalle.

Rafael Henrique Oliveira de Carvalho - Discente PPGM SBC/Universidade La Salle, E-mail: <rafael.carvalho1274@unilasalle.edu.br>.

Rafaela Regina Batista Pitrosky - Mestranda em Memória Social e Bens Culturais. Graduada em Direito pela Universidade de Caxias do Sul e com especialização em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera - Uniderp.

Rodrigo Pinnow - Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. E-mail: <rodrigo.202121047@unilasalle.edu.br>.

Ronaldo Silva Lopes - Doutorando no PPG Memória Social e Bens Culturais (Universidade La Salle).

Rosane de Oliveira - Mestranda em Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle, Canoas/RS. Licenciada em Matemática.

Rute Henrique da Silva Ferreira - Doutora em Sensoriamento Remoto. Professora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais, Universidade La Salle, Canoas/RS.

Simone Souza Campos Leandro - Professora de Língua Portuguesa na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina e na Rede Municipal de Educação de Araranguá. Licenciada em Letras (UNISUL) e especialista em Metodologia e Prática Interdisciplinar do Ensino (FUCAP). Mestranda em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE.

Talles Garcia Santana - Mestre e Doutorando em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade La Salle, Licenciado em Letras Inglês pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Tamára Cecília Karawejczyk Telles - Pós Doutora pela ISEG/Lisboa/Portugal. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vice-coordenadora e professora/pesquisadora do PPG Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas, na

Thiago Buzatto Storck - Doutorando em Memória Social e Bens Culturais pela Universidade LaSalle, Mestre em Avaliação de Impactos Ambientais, Bacharel em Administração e Ciências Contábeis, Licenciado em Pedagogia, Sociologia e Filosofia.

Wagner dos Santos Chagas - Pós-Doutor no PPG Memória Social e Bens Culturais (Universidade La Salle).

